

MÁRCIA TERESINHA ANDREATTA DALLEDONE

**CONDIÇÕES SANITÁRIAS E AS EPIDEMIAS DE  
VARÍOLA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1889)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓ-  
RIA DO BRASIL. UNIVERSI-  
DADE FEDERAL DO PARANÁ.

**CURITIBA**  
**1980**

## AGRADECIMENTOS

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento de nossos conhecimentos.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação na pessoa da professora Altiva Pilatti Balhana.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ao professor Jayme Antonio Cardoso, orientador do presente trabalho, nosso agradecimento especial pelas contribuições e pela dedicação, elementos imprescindíveis de incentivo à pesquisa, mormente no campo da História Social e Demográfica.

Especialmente à minha família, pelo seu apoio e compreensão em todos os momentos.

## SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. AS FONTES .....	5
2.1. Documentação Oficial .....	5
2.1.1. Relatórios Presidenciais .....	6
2.1.2. Correspondência Presidencial .....	8
2.1.3. <i>Livros Diversos</i> .....	10
2.1.4. Legislação Provincial .....	10
2.1.5. Atas de Vereança .....	11
2.2. Outros Tipos .....	12
2.2.1. Jornal <i>Dezenove de Dezembro</i> .....	13
2.2.2. Teses Contemporâneas .....	16
2.2.3. Outras Fontes .....	22
2.3. Crítica às Fontes .....	22
3. CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE .....	25
3.1. Considerações Geográficas e Salubridade .....	26
3.1.1. População Provincial .....	37
3.2. Sepultamentos e Cemitérios .....	44

	Página
3.3. Saneamento .....	73
3.3.1. Abastecimento de água .....	74
3.3.2. Esgoto .....	85
3.3.3. Dessecamento dos Pântanos .....	90
3.4. Recursos Médicos .....	97
3.4.1. Profissionais e Práticos .....	97
3.4.2. Farmacêuticos e Boticas .....	112
3.4.3. Inspetoria de Saúde do Porto de Parana- guá .....	116
3.5. Nosocômicos Provinciais .....	122
3.5.1. Lazaretos .....	123
3.5.2. Enfermaria Militar .....	128
3.5.3. Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá. .	133
3.5.4. Santa Casa de Misericórdia de Curitiba .	145
3.5.5. Santa Casa de Misericórdia de Antonina .	171
3.5.6. Outras Instituições Assistenciais .....	172
4. A VARÍOLA: ASPECTOS MÉDICOS E SURTOS EPI- DÊMICOS .....	181
4.1. Definição .....	181
4.2. Varíola no Brasil .....	186
4.3. Varíola no Paraná .....	188
5. A LUTA CONTRA A VARÍOLA .....	233
5.1. Medidas Preventivas .....	233
5.2. Medicamentos Específicos à Varíola .....	242
5.3. Histórico da Vacina Anti-Variólica .....	248

	Página
5.4. Origem da Vacina e Vírus Vacínico .....	255
5.5. Vacinação e Revacinação .....	263
5.6. Vacinação no Brasil e no Paraná .....	269
5.6.1. Vacinação no Brasil .....	269
5.6.2. Vacinação no Paraná .....	271
6. CONCLUSÃO .....	293
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	300
8. ANEXOS .....	314

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo o estudo histórico-demográfico das estruturas sociais paranaenses no que se refere às condições de salubridade e às incidências da varíola durante o período provincial (1853-1889).

Visa abranger igualmente as transformações ocorridas no setor da saúde pública durante o período referido, bem como procura demonstrar a inter-relação das determinações governamentais e das atitudes da população face às particularidades dos problemas de ordem higiênico-sanitária. Tal perspectiva de abordagem histórica torna-se necessária na tentativa da reconstituição global da sociedade paranaense da segunda metade do século XIX.

Embora as condições de salubridade da Província do Paraná variassem de acordo com as regiões geográficas, favorecendo as regiões subtropicais dos planaltos em detrimento do litoral, por ser este de clima tropical úmido, mais sensível às mudanças atmosféricas, no

conjunto as condições de salubridade mantinham-se satisfatórias, favorecendo inclusive a imigração européia. Esta, apoiada pelo governo imperial, contribuiu para o aumento do contingente populacional da Província no início de sua expansão e, conseqüentemente, contribuiu para a formação do quadro demográfico da região.

No Paraná provincial as condições de higiene da população e o sanitarismo básico nas cidades e vilas eram precários. Devido principalmente à falta, quase total, de recursos médico-sanitários e hospitalar para o atendimento da população, esta situação conseqüentemente se agravava em períodos epidêmicos. Também o governo provincial pouco ou quase nada podia fazer; sendo que as soluções propostas pelo governo não tinham caráter imediato, devido à escassez de recursos financeiros, exceto quando se tratava de doenças contagiosas ou epidêmicas. Nestes casos, por decretos imperiais, eram determinadas verbas especiais em busca de uma solução mais rápida.

A população, por sua vez, nem sempre colaborava no atendimento às medidas básicas de higiene prescritas pelos facultativos médicos ou pelo governo provincial. Este fato pode ser atribuído à ignorância ou à credence popular, que sempre atravancaram a mentalidade do nosso povo no momento de aceitar medidas que

procuram solucionar determinados problemas. Contudo, a mortalidade registrada nas instituições hospitalares, mesmo em períodos epidêmicos, mantinha-se baixa. Tal ocorrência é fruto direto da salubridade do clima e da pouca concentração da população em centros maiores e não tanto dos cuidados e assistências médico-sanitários, como se poderia supor num primeiro momento.

A documentação consultada é bastante diversificada, fornecendo dados que contribuem não só para o estudo do comportamento social, mas também demográfico da população paranaense provincial.

Os dados vitais são encontrados em documentos de caráter oficial e não-oficial, impressos e manuscritos, cuja produção é contemporânea do período estudado e destinados a diferentes fins. Estes dados são praticamente completos, existindo apenas as lacunas provocadas pela ação do tempo e pela má conservação dos documentos em pauta. Tais lacunas puderam ser supridas com a utilização simultânea das diferentes fontes, dando-se uma visão de conjunto. Optou-se por um tratamento qualitativo dos dados, observando-se basicamente o método tradicional de pesquisa histórica.

Para um melhor entendimento e compreensão da temática, ou seja, do estudo demográfico das condições de salubridade e das incidências de varíola no Paraná durante o período provincial, a presente pesquisa pre-



tende verificar as seguintes hipóteses:

- a) As condições de salubridade na Província do Paraná eram satisfatórias, variando de acordo com as regiões geográficas. As condições naturais e a distribuição da população no território ocupado, rarefeita, favorecia o homem, em comparação à falta de higiene e de recursos médicos-hospitalares;
- b) A epidemia de varíola, vulgarmente conhecida por *bexiga*, que grassava periodicamente pela Província, era muito temida pela população; e, apesar de existir o serviço permanente de vacinação e revacinação, o índice de imunização apresentado pela população era bastante baixo;
- c) A varíola, apesar de considerada uma das moléstias pestilenciais mais aterrorizadoras durante o período provincial, não chegou a causar crises demográficas;
- d) Apesar da escassez dos recursos médicos-hospitalares e do baixo nível do saneamento básico, a mortalidade na Província do Paraná era menos grave do que se poderia esperar para a época.

## 2. AS FONTES

Na presente pesquisa foram consultados documentos de origem oficial e não oficial, referentes ao período provincial, com vistas a obter-se dados sobre as condições de salubridade e as epidemias que grassaram no Paraná.

### 2.1. DOCUMENTAÇÃO OFICIAL

Incluem-se na documentação oficial pesquisada os programas ministeriais e as falas do trono, os *regimentos* dos governadores provinciais e os relatórios governamentais, além dos papéis e cartas oficiais e de natureza administrativa e as atas de vereança. Todos estes encerram dados sobre o quadro nosológico regional, determinando a totalidade dos surtos de epidemia de varíola e das condições de salubridade verificadas no período estudado, com a devida apreciação dos atos de fiscalização do governo no combate à invasão da

doença, com os seus órgãos e medidas preventivas, e com as atitudes e reações da população.

#### 2.1.1. Relatórios Presidenciais

Os *relatórios, breves notícias, falas e exposições presidenciais*, eram lidos pelo Presidente da Província em exercício, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, e podiam também ser apresentados na passagem do cargo, quando isto se fazia necessário. Neste caso, os documentos eram lidos pelo vice-presidente.

A finalidade do relatório era a de prestar contas do período administrativo e de relatar minuciosa e circunstancialmente as condições em que se encontrava a Província em seus setores político, social e econômico, especificando as situações de saúde pública, bem-estar, ordem, instrução e obras públicas, agricultura e indústria, finanças, movimento do porto, serviço militar, instituições filantrópicas, etc.

A princípio acompanhava o relatório presidencial um volume especial contendo os documentos comprobatórios referentes aos assuntos tratados no relatório, constituindo-se em estatísticas, quadros, gráficos, tabelas, balanços e aí por diante. Mais tarde, es-

ta documentação passou a ser anexada no próprio relatório.

Esporadicamente, o chefe de polícia, o inspetor geral de Instrução Pública, o inspetor da Tesouraria de Fazenda, o médico, o engenheiro e o vacinador provincial apresentavam relatórios individuais, que eram anexados ao do Presidente provincial. Esses relatórios específicos têm a vantagem de ser produzidos por pessoas especializadas abordando problemáticas contemporâneas.

Esses relatórios provinciais constituem uma documentação impressa que chega a setenta e dois volumes para o período de 1854-1889, não existindo a coleção completa. Os volumes encontram-se em diversas instituições, acervos públicos e bibliotecas particulares. Mais precisamente: na divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Estado do Paraná; na biblioteca do Museu Paranaense; no acervo de Documentação Histórica do Departamento de Arquivo e Microfilmagem do Estado do Paraná - DAMI; na biblioteca do Círculo dos Estudos Bandeirantes; na biblioteca do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; na biblioteca de pós-graduação em História no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná; na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; no acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e em coleções par-

ticulares.

Muitos desses relatórios de Presidentes de Província encontram-se danificados não só pela ação do tempo, como também pela má conservação das fontes e pelo manuseio descuidado de leitores.

Esta documentação, além de ser de caráter oficial, relata a problemática, aspirações e anseios da população paranaense provincial. Suas informações podem ser largamente aproveitadas e exploradas para a elaboração de uma história social, econômica, política, demográfica, enfim, uma obra de âmbito global, atingindo a totalidade do cotidiano, numa tentativa de reconstrução do passado histórico da sociedade paranaense em específico.

#### 2.1.2. Correspondência Presidencial

Encontra-se no Departamento de Arquivo e Microfilmagem do Estado do Paraná a coleção completa da correspondência recebida pelos presidentes do Paraná, durante todo período provincial.

Trata-se de uma fonte riquíssima para um estudo da sociedade paranaense do passado, em seus múltiplos aspectos. A correspondência era enviada por ministros e autoridades do Império, por outros presidentes de

Províncias, pelas diversas repartições públicas da Província, por políticos, comissões especiais, munícipes, afinal, por um elenco variadíssimo de informantes. A referida correspondência contém especificamente cartas, ofícios, requerimentos, relatórios, leis, telegramas, comunicações, avisos, notificações e inúmeros documentos de natureza diversa.

A documentação é manuscrita, apresentando, para o final do período, esporadicamente, alguns documentos datilografados. A coleção encontra-se em bom estado de conservação, achando-se encadernada e enquadrada em suas categorias distintas, a dos ofícios e a dos requerimentos. Para a encadernação, obedeceu-se à ordenação cronológica e alfabética dos documentos nela contidos.

A coleção, para os anos de 1854 a 1889, encerra 882 volumes, cada um tendo em média 400 páginas. Deste total, 719 são *Offícios* e 163 *Requerimentos*.

O próprio DAMI, atualmente, tem se encarregado da paginação, catalogação e microfilmagem dos documentos, com o objetivo de facilitar as pesquisas e evitar o manuseio desnecessário. Durante a fase de pesquisa, os volumes correspondentes aos anos de 1883 a 1889 ainda não haviam sido paginados, dado este que conseqüentemente não consta nas referências de tal período.

### 2.1.3. *Livros Diversos*

Também faz parte do acervo histórico do DAMI, uma coleção de *Livros Diversos*, contendo uma documentação não especificada, de ordem variada como o próprio título indica, abordando cada volume um assunto determinado. Esta documentação está catalogada, num total de 1019 volumes. Especificamente sobre o tema em estudo, consultou-se, por exemplo:

O volume de número 9 - refere-se à correspondência recebida pelo inspetor de higiene pública das autoridades sanitárias da Província. O período abrange de novembro de 1889 a dezembro de 1894, e o documento é manuscrito.

Já o volume de número 11 refere-se à correspondência específica da repartição da vacina, do ano de 1858 a 1889. Compõe-se de 194 páginas manuscritas.

### 2.1.4. Legislação Provincial

As leis, decretos, deliberações e regulamentos do governo da Província do Paraná, constituíam o preceito comum, obrigatório, imposto pela autoridade pública competente, determinando quais as regras a seguir em sociedade de forma a não perturbar o bem-es-

tar público.

As coleções de leis, decretos, deliberações e regulamentos para o período provincial são impressas e podem ser encontradas na divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Estado do Paraná e na biblioteca do Museu Paranaense. Somam um total de 41 volumes, contendo 971 leis, as quais regulamentam todos os atos governamentais e determinam em especial a postura das diversas Câmaras Municipais da Província do Paraná no período de 1854 a 1889.

Trata-se de documentação imprescindível ao estudo da higiene pública na Província do Paraná, no que tange à legislação e medidas sanitárias preventivas ao combate das epidemias e determinação da verba anual destinada à saúde pública, pois regulamentava as posturas das Câmaras Municipais, bem como outros aspectos legais e particulares relacionados diretamente à temática em questão.

#### 2.1.5. Atas de Vereança

As atas das sessões da Câmara Municipal de Curitiba, datando desde 1729, são encontradas no Arquivo da Câmara Municipal. Esta documentação foi publicada no *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, pela Pre-



feitura Municipal de 1908 a 1924, sob a direção do historiador Francisco Negrão e, em 1937, sob a direção do médico Julio Moreira.

Foram consultados os volumes que contêm os anos relativos ao período provincial.

Especificam em seu conteúdo os registros das sessões da Câmara e assuntos apresentados e debatidos nas mesmas, relativos a: terrenos, limites, propriedades, profissões liberais, obras públicas, discursos, epidemias, imigrantes, e dados afins, retratando também as problemáticas, aspirações e condições de solução propostas para a sociedade curitibana durante o século XVIII e XIX.

## 2.2. OUTROS TIPOS

Incluem-se na documentação não-oficial os jornais e almanaques, as crônicas, os folhetins, os anúncios e propagandas, os romances e poesias, trabalhos médicos publicados, remédios e qualquer texto que contenha dados que possibilitem arquitetar a situação estudada. Todos demonstrando as condições de salubridade reinantes no Paraná provincial, mencionando as condições de saúde da população e das epidemias que atingiram-na nas diversas localidades da Província, sem dei-

xar de mencionar o comportamento dessa população face à invasão do morbo epidêmico.

### 2.2.1. Jornal *Dezenove de Dezembro*

Uma das mais preciosas fontes de pesquisa histórica para se conhecer a sociedade paranaense do período provincial, é, sem dúvida, o jornal *Dezenove de Dezembro*.

Foi o primeiro jornal editado na capital da Província, aproximadamente cem dias após a emancipação política do Paraná, quando desmembrou-se da 5<sup>a</sup> Comarca de São Paulo. O primeiro número circulou em um sábado, 1º de abril de 1854. O jornal sobreviveu durante todo período provincial, sob a orientação e direção iniciais do proprietário Cândido Martins Lopes. Após a sua morte, em 27 de dezembro de 1871, assumiu a direção a viúva Lopes e seu filho Jesuíno Lopes.

A tipografia de Cândido Martins Lopes localizava-se primeiramente à Rua das Flores, nº 13 e, posteriormente, à Rua do Imperador - Travessa da Imperatriz, nº 1. Os aparelhos tipográficos por ele utilizados eram de uso manual, imprimindo em prelo plano. A folha avulsa custava 160 rs, e os anúncios 100 rs a linha.

Desde a sua fundação, o presidente da Provín-

cia, que era na época o conselheiro Zacarias de Gões e Vasconcelos, contratou o jornal para a publicação dos atos e decisões oficiais do novo governo, mantendo uma subvenção estipulada em 60\$000 rs.

As primeiras publicações eram semanais. Com o tempo, além de aumentar de formato, a publicação passou a ser bi-semanal, com tiragens às quartas-feiras e aos sábados. Só em 1º de janeiro de 1884 é que passou a ser um jornal diário, normalmente editado em quatro páginas. Excepcionalmente, ocorria a publicação de suplementos, editados devido à urgência e necessidade de divulgação de informações.

As matérias estampavam os atos oficiais, o registro e a crônica da sociedade paranaense, em particular a curitibana. Dividiam-se em três categorias específicas:

- A primeira categoria era relativa aos *Atos Officiais*, não só do governo provincial, como também do ministerial e do imperial. As informações nesta seção eram de caráter governamental, constando de decretos, leis, ofícios, regulamentos, correspondências, atos e todas as demais notificações oficiais;

- A segunda categoria tinha um cunho mais pessoal, na qual o próprio editor, redator e pessoas da comunidade tornavam públicos seus relatos, críticas, interpretações e pareceres pessoais a respeito de fatos

sociais ocorridos na comunidade. Os artigos abrangiam vários assuntos, tais como noticiário, publicações pedidas, anúncios e outros;

- A terceira categoria era especial, onde se publicavam notícias interessantes ou literárias, obtidas através de telegramas dos correspondentes de outras Províncias ou de transcrições extraídas dos vários jornais nacionais ou mesmo estrangeiros.

Durante sua existência, num período de um ano e meio, isto é, de 18 de maio de 1861 a 5 de novembro de 1862, o jornal teve suas publicações suspensas. O motivo da interrupção foi um desentendimento entre o editor do jornal e o governo provincial, na pessoa de José Francisco Cardoso, que suspendeu temporariamente a subvenção para a publicação dos atos oficiais. Com a mudança do governo provincial, a situação voltou ao normal, restabelecendo-se as relações entre o editor e a presidência.

A partir de 5 de setembro de 1885, o Dezenove de Dezembro passou a apoiar publicamente o partido liberal do Paraná, não deixando no entanto de publicar os artigos oficiais.

Após a proclamação da República, o jornal sobreviveu poucos meses, vindo a sair de circulação em 9 de abril de 1890, depois de trinta e seis anos de existência. O fato deu-se devido à pressão do governo re-

publicano, que tolhia, pelo Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889, a liberdade de imprensa, limitando a sua ação.

A biblioteca do Museu Paranaense possui a coleção quase completa, encadenada em vinte e seis volumes, contendo os 3.965 fascículos correspondentes ao período de sua publicação. Os números aí faltantes encontram-se na divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Estado do Paraná e em coleções particulares. Atualmente, o DAMI possui toda a coleção gravada em rolos de microfilme.

#### 2.2.2. Teses Contemporâneas

São fontes imprescindíveis de consulta as teses de doutoramento defendidas por brasileiros na Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro e na Faculdade de Medicina da Bahia, para a obtenção do diploma de médico. Essas dissertações abordam problemas médico-sanitários brasileiros do Império e Primeira República. Constituem um retrato da ciência médica do período, trazendo comentários sobre as doenças e terapêuticas mais comuns. Refletem a medicina praticada em fins do século XIX, indicando os conhecimentos então aceitos, os princípios seguidos, a orientação cientí-

fica adotada.

As teses que se referem especificamente à higiene pública, varíola e a vacinação são raras. As principais e mais interessantes estão relacionadas a seguir:

I - *Das principaes endemias e epidemias de Curitiba* - 1898.

Esta dissertação foi apresentada em 19 de agosto de 1898 pelo Dr. Jayme Dormund dos Reis, natural do Paraná, à *Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro*. Nela, o médico estuda, de modo particular, os males que afligiam a população de Curitiba nos anos de 1876-1898, mostrando ser a incuria a causa direta e imediata das grandes calamidades que a enlutavam. Dr. Jayme Reis propõe alguns melhoramentos e medidas que deveriam ser tomadas em prol da higiene-pública e faz uma reconstituição do quadro nosológico da capital paranaense no período, abordando as principais endemias e epidemias registradas, ou sejam: influenza, tétano, coqueluche, disenteria, febre tífica, tifo exantemático, pneumonia, tuberculose, erisipela, febres, paludismo, sarampão, varíola, escarlatina e difteria.

Para melhor compreensão da temática, o autor principia com a conceituação sobre célula, micro-organismos patogênicos e suas funções, reações biológicas

do ser humano e a profilaxia das moléstias parasitárias.

II - *Considerações elementares acerca da varíola e do seu diagnóstico precoce* - 1903.

Esta tese foi apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 31 de outubro de 1903, por Joaquim de Carvalho Ramos, onde ele faz um histórico dos estudos feitos sobre a varíola e de suas incidências desde a antiguidade, de maneira geral.

O autor define etiologicamente a varíola como sendo uma das moléstias infecciosas que menos respeita a influência do meio exterior, raça ou idade. Diz: *o germem responsável ainda habita o mundo dos incógnitos: de sua natureza, as suas propriedades biológicas acham-se completamente desconhecidas*. Quanto à sintomatologia, Joaquim Ramos faz uma descrição dos diversos períodos ou fases da doença, a saber: incubação, erupção, supuração e descamação, caracterizando e especificando suas manifestações colaterais. Detém-se mais ao tratar da varíola confluenta, afirmando considerá-la a mais perigosa, e por isso mesmo necessitando de cuidados mais acertados, precisos e imediatos.

III - *A primeira página da história da vaccina no Brazil* - 1881. (microfilme)

Este trabalho é de Alfredo Piragibe, autor de outras obras, como:

- *Breves considerações sobre a vaccina* - 1873;
- *Comunicações sobre a vaccina feitas á Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro durante o anno de 1875-6*;
- *Noticia historica da legislação sanitaria do Imperio do Brazil desde 1822 até 1878* - 1880.

Na tese sobre a história da vacina no Brasil, o autor conta que, por despacho de 29 de dezembro de 1781, Francisco Mendes Ribeiro, natural de Canavezes, bispado do Porto - Portugal, onde exercia o cargo de cirurgião militar, obtinha dispensa do serviço do Estado e vinda para o Brasil. Aqui, ele serviu no Rio de Janeiro como cirurgião-de-número da Casa Real e só em 1821 foi nomeado cirurgião-mor do Primeiro Regimento de Milícias do Rio de Janeiro. Foi ele que inaugurou no Brasil os trabalhos profiláticos da vacinação anti-variólica, em 1798, através da variolização, isto é, empregando o *pus vacínico* retirado da secreção da pústula variólica e inoculada de braço a braço. Mas a verdadeira vacina, procedente da *linfa vacínica*, só foi introduzida no país em 1804, pelo marquês de Barbacena, na Bahia.

A tese de Alfredo Piragibe trata mais de uma



biografia sobre o doutor Francisco Mendes Ribeiro, do que propriamente um estudo apurado sobre as implicações da vacina em sua teoria e prática contemporânea.

#### IV - *Da vacinação e revaccinação* - 1874.

Esta tese foi apresentada à faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1873, pelo doutorando Manoel da Matta Leite de Araujo, natural da *villa de Itaguahy* - Província do Rio de Janeiro.

O trabalho aborda o problema da vacinação e revaccinação, em suas minúcias, caracterizando toda uma mentalidade científica da época. Discute teorias, experiências, polêmicas e observações registradas em diversos centros internacionais que se propuseram ao estudo especializado da vacina, a partir dos resultados obtidos por Eduardo Jenner, em 1776 na Inglaterra. O autor prossegue seu estudo analisando a origem e natureza do *virus* vacínico, sem deixar de salientar as diferenças existentes entre a verdadeira e a falsa vacina; entre a vacina humana e a animal. Apresenta o problema da transmissão de germes e as estatísticas que retratam o recuo da mortalidade ocasionada pela prática da vacinação.

Ao falar da vacina no Brasil, como um pesquisador que era no assunto, denuncia as dificuldades encontradas quanto à falta *absoluta* de documentos, quan-

to à ineficiência do serviço e à precariedade em que se encontrava o Instituto Vacínico da Corte no seu atendimento às Províncias do Império.

V - *Da cremação de cadáveres* - 1883.

Tese apresentada à faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1883, por Carlos Adalberto de Campos Loudares, natural de Minas Gerais.

O autor faz um histórico do processo de cremação de cadáveres através dos tempos, desde a antiguidade até a segunda metade do século XIX, enfocando suas problemáticas e implicações quanto a princípios higiênicos, a circunstâncias climáticas, e aos períodos de guerras e epidemias.

Loudares em sua tese condena as acusações de alguns europeus e mesmo brasileiros, propagandistas da cremação, os quais alegavam que o cemitério alterava a salubridade do ar atmosférico, da água e do solo onde se localizava. O autor defendia o princípio de que se se respeitasse as regras de higiene não prejudicaria as condições propícias à saúde pública.

Em seus estudos enfoca ainda quatro processos gerais de destruição cadavérica: decomposição ao ar livre, decomposição na água, inumação e cremação. Faz considerações sobre a cremação de cadáveres perante a medicina legal e o sentimento humano; em seu último

capítulo comenta a situação da cremação de cadáveres no Brasil.

### 2.2.3. Outras Fontes

Além desta documentação básica aqui apresentada, outras fontes se seguem, como as *obras gerais*, fornecendo o mais amplo índice de informações sobre a medicina e a sociedade de maneira geral. Também fornecem dados os livros publicados ou manuscritos deixados pelos cronistas, informantes, historiadores, naturalistas, físicos e viajantes brasileiros ou de outras nacionalidades.

## 2.3. CRÍTICA ÀS FONTES

Na elaboração, redação e apresentação desta pesquisa foram empregadas análises histórico-demográficas, e a mesma está fundamentalmente sedimentada nos métodos tradicionais da História qualitativa.

Embora tenha-se procurado dar uma visão, em linhas gerais, das condições de salubridade e dos surtos de varíola registrados na Província do Paraná, é certo que alguns itens não puderam ser melhor trabalhados,

devido à insuficiência das fontes. A limitação do presente trabalho deve-se também às escassas pesquisas científicas, sobre o assunto, que forneceriam os pormenores da reconstituição do quadro nosológico provincial, o que no entanto não altera o conhecimento do conjunto.

Para se chegar a uma visão conjuntural do período estudado, tornou-se necessário manipular tipos diferentes de documentação que, por sua vez, forneceriam dados vitais específicos ao fim a que se destinavam. Tendo em vista a diversidade das fontes trabalhadas e dos tipos de informações obtidas foi possível, através do uso simultâneo das mesmas, suprir as possíveis lacunas que puderam existir, quer pela ação do tempo, quer pela não produção das mesmas. Nota-se neste tipo de abordagem características inerentes a cada documentação específica, como por exemplo:

durante o surto epidêmico de varíola em 1874, na freguesia do Iguassu, os dados oficiais fornecidos por um membro da *Comissão Sanitária* tendem a diminuir as proporções do fato, o que não ocorria com a documentação não-oficial fornecida por um munícipe local, tendendo ao exagero.

Observa-se também que a documentação não-oficial é mais rica em detalhes do cotidiano da população face às doenças e aos problemas higiênico-sanitários.

Envolvendo misticismos e crendices, rivalidades pessoais e empirismos. Transmite-se dest'arte toda a mentalidade de uma sociedade no que se relaciona à temática estudada.

A maior dificuldade, sem dúvida, reside no tocante à linguagem. Os termos empregados nos documentos são próprios da época de sua produção e nem sempre correspondem, em significação, aos termos atuais. Além disso, há imprecisão lingüística principalmente nos depoimentos de leigos referentes a pareceres médico-sanitário, tudo isso dificultando sobremaneira a elaboração de um trabalho o mais próximo possível da realidade da época estudada.

Cabe ainda salientar a falta de documentação de fontes específicas como a da Santa Casa de Misericórdia da Capital que, do que se tem notícia, foi *incinerada* em 1964, com autorização da diretoria do referido estabelecimento que a classificou como *papel velho*.

Sem dúvida, a documentação relacionada ao assunto estudado é vasta, apresentando a vantagem de oferecer fontes de origem diversa, o que possibilita a compreensão do assunto em suas múltiplas implicações.

### 3. CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE

As condições de salubridade na Província do Paraná variam de acordo com as regiões geográficas. Os terrenos do alto da serra, principalmente os Campos Gerais, destacam-se como regiões extremamente saudáveis, o mesmo não ocorrendo com o litoral, mais sujeito a alterações climatológicas.

A população provincial permanecia dispersa em pequenas vilas, colônias e povoações, sem manter uma comunicação ativa com outros locais e regiões, devido à precariedade dos meios de transporte. Desta forma, isolava-se em grupos, formando vazios demográficos em várias regiões paranaenses.

Na Província, a higiene e o sanitarismo básico eram precários, não havendo soluções imediatas para os problemas levantados. O tratamento das doenças limitava-se, em sua grande maioria, a remédios e cuidados caseiros, já que a população não podia contar com recursos médicos ou hospitalares satisfatórios. No interior, a situação era agravada pela falta quase total

de recursos, mesmo os mais precários.

Com a instalação do governo provincial, os presidentes procuraram favorecer a salubridade pública, inteirando-se dos problemas básicos da população, embora os recursos provinciais fossem poucos e as verbas limitadas.

A favorabilidade do clima na Província contribuiu para o incremento da imigração européia, apoiada pelo governo imperial. Juntamente com o aumento populacional, devido ao afluxo de imigrantes, surgiram problemas de ordem higiênico-sanitária, reclamando soluções imediatas, como a construção de novos cemitérios e casas hospitalares, a vinda de facultativos médicos para a Província e melhoramentos nas condições de salubridade. A seguir procurar-se-á definir melhor estas questões.

### 3.1. CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS E SALUBRIDADE

A Província do Paraná se encontrava nos hemisférios sul e oeste, cortada pelo trópico de Capricórnio na altura da colônia militar de Jataizinho, resultando daí que aproximadamente 1/6 de suas terras estavam na zona tropical e o restante localizava-se na zona temperada do sul.

Um artigo publicado pelo jornal Dezenove de Dezembro, em 1873, sobre a posição astronômica da Província, calculava sua área em 8.000 léguas quadradas.<sup>1</sup> Atualmente, a área oficial do Estado do Paraná, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é de 199.554 km<sup>2</sup>.

A maioria das linhas divisórias do território paranaense, é formada por fronteiras naturais, com predominância dos rios e divisores de águas. Segundo relatos do senhor Luiz de França Almeida e Sâ, autor do *Compendio de Geographia da Provincia do Parana*, as linhas divisórias da Província eram:

*Ao Norte o rio Paranapanema, desde a sua foz no Parana até a barra do Itarare.*

*Ao nordeste: o curso do rio Itarare até às suas cabeceiras, as margens esquerda, de um dos galhos do Apiahy, e a direita do outro mais oriental, da nascente deste á do rio Itapirapuan até á Ribeira de Iguape, subindo por ella até a foz do Rio Pardo, e pela corrente deste acima até a sua nascente, e seguindo depois pelo cume da serra Negra até o isthmo do Varadouro, em direcção ao rio Arapira, e pela margem meridional deste até ao mar.*

*Á Leste: o Oceano Atlantico.*

*Ao Suêste: o rio Sahy-Guassû, serra do Mar, rio Marombas, desde a sua vertente até ao rio Canôas e Pepery-Guassû.*

*Ao Sul: o rio Uruguay, na parte comprehendida entre as barras dos rios Canôas e Pepery-Guassû.*

*Ao Sudoêste: o rio Pepery-Guassû, desde a sua foz no Uruguay á sua nascente, desta a do S. Antonio, seguindo o seu curso até a sua barra no Iguassû, e por este até a sua foz no*

<sup>1</sup>PROVÍNCIA do Paraná. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 16 ago.1873. n.1429. p.3.



*Paraná.*

*Ao Oeste: o cauduloso Paraná, desde a barra do Iguassú, à do Paranapanema.*<sup>2</sup>

A Província do Paraná, em sua maior extensão territorial, é um vasto planalto inclinando suavemente para a direção oeste e noroeste. É constituída por terrenos arenítico-basáltico no planalto meridional e por terrenos cristalinos ao longo do oceano Atlântico. Além disso, sabemos também que, mais de 90% de suas terras encontram-se acima de 200 metros do nível do mar. Suas regiões de paisagens naturais distintas, ornam-se deste modo: litoral, serra do Mar, primeiro planalto ou de Curitiba, segundo planalto ou de Ponta Grossa e terceiro planalto ou de Guarapuava.

O litoral, também denominado marinha, comparado à parte central da Província é, relativamente pequeno. As baías de Paranaguá e Guaratuba, que formam os principais acidentes geográficos da costa paranaense, dividem o litoral em três partes, assim distribuídas: a do norte ou Superagui, ao norte da baía de Paranaguá; a do sul, compreendendo o setor sul da baía de Guaratuba; a do leste, situada entre as duas baías.

A baía de Paranaguá é a mais importante, subdividindo-se nas baías de Antonina, das Laranjeiras e dos Pinheiros. Em seu interior encontram-se várias ilhas, entre as quais as mais importantes são a do Mel, Pe-

<sup>2</sup>PROVÍNCIA do Paraná. Dezenove de Dezembro, p.3.

ças, Cobras e do Superagui, que é separada do continente pela baía dos Pinehiros e pelo canal do Varadouro. Na foz do rio Itiberê, no centro da baía de Paranaguá, localiza-se a cidade de Paranaguá, considerada no período provincial uma das mais populosas.

Na região ocidental da baía, encontra-se a cidade de Antonina que, como Paranaguá, é cidade portuária.

A seis léguas da foz do rio Nhundiaquara, em sua margem esquerda, encontra-se Morretes, e distante desta uma légua acima, Porto de Cima. Ambas desenvolveram a indústria beneficiadora de erva-mate.

Na costa setentrional da baía, temos a freguesia de Guaraqueçaba, considerada de toda marinha a região mais apropriada para a colonização, devido à sua grande extensão de terras férteis e devolutas. Existia nesta região, desde 1852, a colônia do Superagui, povoada por nacionais e estrangeiros que se dedicavam ao cultivo do café. Os rios desta região eram navegáveis em quase toda sua extensão por lanchas e canoas.

Ao sul do litoral paranaense, existe outra enseada onde encontra-se a vila de Guaratuba, que mantinha comércio de cabotagem com o Rio de Janeiro e outros portos. Era uma região rica em madeiras de construção.

O clima do litoral paranaense é tropical super-

úmido e não se registram geadas. Antonio Vieira dos Santos, em sua memória histórica, ao falar do clima no litoral, afirma que:

*O clima da Cidade e Municipio de Paranaguá, hê comprehendido na Zona temperada do polo antartico e por isso os dias mais frigidoss no thermometro de Frahr, não tem abaixado de 54gr. ou 10gr. no de Ream.<sup>r</sup>: nem os dias de Verão de maior Calor de 95; ou 28 de Ream.<sup>r</sup>.<sup>3</sup>*

O autor acrescenta adiante um comentário sobre a localização das povoações na marinha e de suas condições pouco satisfatórias à saúde da população:

*O local da Cidade de Paranaguá situada á margem de hum rio cercada de mangaes, tendo Xarcos e agoas estagnadas com as marezias do mar; lançando dellas exhalaçõens putridas; e tendo a Ilha da Cotinga em sua frente, e por isso, sendo privada de fortes ventilaçõens são a verdadeira cauza de que o solo donde está a Cidade, não seja bem saudavel porque; comumente em fins da primavera que hê desde Outubro e té Março na entrada do Outomno, ali reinão febres de diversas qualidades desin-terias sanguineas, fluxos lientericos, al-morrhoidas e paralezias, e attribuese os ataques de taes almorroidas ao alimento do peixe e marisco. No Inverno desde Junho té Agosto reinão defluxõens catharraes e pulmo-nias pleurizes e as vezes a tosse coqueluche, as obstrucçõens do figado e do baço são mui frequentes entre a gente pobre e moradores dos çitios em razão de andarem sempre por terrenos humidos, e os mantimentos de pouca nutrição. O Municipio de Antonina he mais ventilado, e por isso algum tanto mais sadio; mas nelle reinão tambem as febres e dez-in-terias e outras molestias que se desenvolvem*

<sup>3</sup>SANTOS, A.V. Memória historica, chronologica, topo-graphica e descriptiva da cidade de Paranaguá e seu mu-nicípio:1850. Curitiba, Museu Paranaense, 1951. v.1, p.91.

*nestas estações. O Município de Morretes pela sua pessima localidade, cercado de montanhas Charcos e lagoas de agoas estagnadas; e falta de ventilação que raramente ali chega, só quando hé muito forte, hé pelo contrario aquelle paiz mais sadio que o de Paranaguá; seus habitantes são corados e robustos; as febres, e os fluxos do ventre pouco tempo ali reinão as paralezias são raras; as almorroidas não perseguem com tudo, as defluxões catharraes, a polmonia e alguns pleurizes são as molestias mais geraes, em sua estação e por isso mais saudavel que o de Paranaguá.*<sup>4</sup>

Tal comentário feito pelo cronista citado foi corroborado pelo primeiro presidente provincial, o qual acrescentou ainda outro agravante para a situação: a posição topográfica da cidade de Paranaguá, localizada à margem do rio Itiberê, faz com que ela seja cercada de terrenos alagadiços e baixos, por onde penetram as águas pluviais, formando brejos e regatos em todas as direções. A cor das águas é amarelada, o que é atribuído à presença de substâncias vegetais ou à qualidade do terreno.<sup>5</sup>

Também a vegetação denuncia a temperatura tropical super-úmida do litoral com a presença da mata tropical atlântica.

A serra do Mar serve de linha divisória entre o litoral e o primeiro planalto. Tal acidente constitui-

<sup>4</sup>SANTOS, A.V., p.91.

<sup>5</sup>PARANÁ, Governo, 1854 (Vasconcellos). Relatório do presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba, Typ.Lopes, s.d. p.40-1.

se num obstáculo à comunicação do litoral com o restante da Província. É na serra do Mar que encontra-se a escarpa da Graciosa onde foi construída uma via de ligação entre Paranaguá e Curitiba.

*À medida que se sobe a serra o ar vae-se tornando mais fresco e a flora mudando de physionomia. No cume, a 819 metros sobre o nivel do mar, ponto mais elevado da estrada da Graciosa, estende-se um vasto plateau onde os densos pinheiraes annunciam que não se está mais sob a influencia dos ardores do clima tropical.*<sup>6</sup>

O primeiro planalto ou de Curitiba, tem seu início, junto à serra do Mar e estende-se para oeste, até alcançar a escarpa devoniana.

O clima desta região é subtropical úmido, apresentando geadas habituais. Afirmava o Dr. Jayme Reis, que o higômetro, instrumento usado para medir a humidade do ar, oscilava entre 80 a 98%; de vinte a trinta vezes durante o ano e a umidade relativa do ar conservava-se entre 35 e 50%. *Ha occasiões em que o ar está saturado e as paredes dos edificios humidecem a ponto de correr agua.*<sup>7</sup>

A temperatura apresentava muitas variações, em

<sup>6</sup>PARANÁ. Governo. 1867 (Burlamaque). Relatorio que o Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D.<sup>r</sup> Polidoro Cezar Burlamaque apresentou ao Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D.<sup>r</sup> Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Curityba, Typ.Lopes, 1867. p.3.

<sup>7</sup>REIS, J.D. Das principaes endemias e epidemias de Curityba. Rio de Janeiro, Typ.Ribeiro, Macedo, 1898. p.5.

qualquer estação do ano, com dias frios no verão e dias muito quentes no inverno.

*Os mezes de Janeiro e Fevereiro, época de amadurecimento dos fructos, são chuvosos. Acontece que, quando a chuva é copiosa e o calor forte, os fructos apodrecem cahindo sobre o sólo, fermentando e causando cheiro desagradavel.*

*O abuso, como alimento, dos fructos, determina, juntamente com o facto acima narrado, diversos males, com a sua sede na mucosa gastro-intestinal, tanto em creanças, como em adultos, mas principalmente nos habitantes do campo.*

*O outomno, de Março á Junho, caracteriza-se, como as demais estações, pelas variações rapidas e frequentes de temperatura, embora a sua nota dominante seja a continuação do calor humido do verão.*

*É a época mais doentia do anno.*

*É nessa occasião, quasi sempre, que predominam as febres typhicas, as dysenterias, as gastro-enterites.*

*As manhãs são escuras, carregadas de cerração e os dias quentes...*

*O inverno, que annuncia-se com antecedencia, durante os ultimos dias do outomno, pela queda das folhas, pelo abaixamento da temperatura, pelos dias encobertos e tristonhos, pela emigração das aves para outras paragens, em busca de calor e dos meios de subsistencia, começa realmente nas vesperas de S. João e dá-nos os seus bellos enthusiasticos, esplendidos espetaculos de geadas e frio intenso, invariavelmente á 23 ou 24 de Junho... De ordinario as geadas vem por periodos e estes não excedem de tres á quatro noites, succedendo-se dias chuvosos e outros escuros, tristonhos, embora frios.*

*A neve em abundancia é raro apreciar-se, mas todos os annos, quasi sempre em Agosto, ella faz-se representar, embora mui de leve.<sup>8</sup>*

Na primavera, a temperatura mantinha-se fresca, às vezes baixa, mais elevada, porém, que no inverno.

<sup>8</sup>REIS, J.D., p.6-7.

Formavam-se, portanto, geadas de quando em quando, o que podia ocorrer até nos meses de novembro e dezembro.

*Na primavera é que são mais frequentes as trovoadas. A ozona é sempre abundante na atmosphera. A inconstancia do clima em Curityba é verdade que causa mal ao aparelho respiratorio, obrigado pela altitude e temperatura baixa a funcionar com muita actividade; mas em compensação não dá guarida a numero regular de micro-organismos pathogenos, hospedes importunos, que tendo-a visitado em diversas épocas felizmente n'ella encontraram tumulo e exterminio.*<sup>9</sup>

O segundo planalto paranaense ocupa a região dos Campos Gerais, situando-se entre o primeiro e o terceiro planalto. Tem seus limites a leste com a escarpa devoniana e a oeste junto à escarpa da Esperança pertencente à serra Geral.

Os Campos Gerais eram férteis, apropriados a toda sorte de atividade agrícola ou pastoril e eram habitados pela população mais abastada da Província. Alguns fazendeiros possuíam propriedades mais extensas que vários países da Europa. No entanto, o gado ali criado não era da melhor qualidade, por ser produto de cruzamentos e por merecer pouco trato.

A estrada ligando o Rio Grande do Sul a Sorocaba, por onde transitava grande número de bestas, passava por Palmeira, Ponta Grossa e Castro, localidades

<sup>9</sup>REIS, J.D., p.9.

do segundo planalto.

O clima nesta região é subtropical úmido, com a presença de geadas, apresentando como vegetação grande extensão de campos e mata de Araucárias.

Em 1820, Auguste de Saint'Hilaire em sua obra *Viagem à Comarca de Curitiba* ao referir-se as condições de salubridade da região diz textualmente:

*...não incorrerá em erro quem... supuser que os Campos Gerais sejam uma zona saudável... que o clima é temperado... não existem charcos em quase nenhum lugar, e os rios correm em leitos pedregosos... Não ocorrem aqui as prolongadas secas de seis meses que em Minas e Goiás tão penosamente influem no sistema nervoso, e desconhecem-se as sezões ou febres intermitentes.<sup>10</sup>*

As terras a oeste da escarpa da Esperança, até o rio Paraná, formam o terceiro planalto, o mais vasto dos três. Sua região é favorecida pela posição geo-política e despertou a atenção do governo imperial, uma vez que se constituia em região limítrofe, fazendo fronteira com a Província argentina de Corrientes e com a República do Paraguai.

O clima deste terceiro planalto apresenta características distintas, que são classificadas em quatro tipos distintos, a saber:

1) Ao norte - clima tropical semi-úmido, com chuvas

<sup>10</sup> SAINT'HILAIRE, A. Viagem   Comarca de Curitiba: 1820. São Paulo, Nacional, 1964. p.14.



abundantes no verão e esporadicamente apresenta geadas;

- 2) Ao centro e oeste - clima subtropical úmido-brando, com a presença de geadas e chuvas habituais;
- 3) Ao sul - clima subtropical super-úmido, diferenciando-se do anterior pelo maior índice de chuvas;
- 4) A região de Palmas - clima temperado super-úmido brando, registrando as temperaturas mais baixas da Província, com a presença de geadas e queda de neve esporádicas.

A vegetação do terceiro planalto também apresenta-se diversificada, encontrando-se mata tropical, subtropical e de araucárias, com reduzido número de campos.

O primeiro presidente provincial, o conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 1854, refere-se à salubridade do clima com as palavras seguintes:

*... não houve epidemia nem peste, antes saúde em abundância para abonar a bondade deste clima, e só d'elle, porque a salubridade publica poucos ou nenhuns desvellos tem merecido aqui dos individuos constituidos em poder, os quaes nisso procedem como se fôra ella exclusivamente da alçada da natureza.<sup>11</sup>*

Os demais presidentes provinciais foram unânimes em

<sup>11</sup> PARANÁ. Governo. 1854 (Vasconcellos). Relatório, p.42.

acatar a mesma opinião.

### 3.1.1. População Provincial

Para facilitar a avaliação a respeito da incidência de epidemias, bem como da vacinação, proporcionalmente ao número de habitantes, torna-se importante conhecer a população do Paraná provincial.

A população da Província do Paraná tem sua origem nos portugueses e imigrantes de outras regiões brasileiras que, desde o século XVII começaram a se estabelecer em seu litoral. Além desses elementos, entraram na composição da mesma população o indígena, habitante nativo, o negro escravo, em pequeno número, e mais tarde, um grande contingente de imigrantes europeus.

A primeira estatística demográfica da Província, mandada organizar em 1853, pelo conselheiro Zacarias de Gões e Vasconcelos fez um levantamento de 62.258 habitantes. Coube ao chefe de polícia, Antonio Manoel Fernandes Junior, a organização do mapa da população provincial, o qual registrou um índice de 4% de crescimento anual.

O Dr. Pedrosa, em seu relatório presidencial de 1881, analisa esta primeira estatística populacional

na Província, fazendo um cálculo aproximativo da possível população existente no ano de 1880:

*Tomando-se como exacto esse ponto de partida e se fosse invariavel o crescimento annual, a população na actualidade pôde ser calculada pela formula:*

$P=p(1+r)^n$  em que:

$P$ , representa a população actual;

$p$ , -representa a população inicial;

$n$ , -representa o n. de annos decorridos;

$r$ , -representa o crescimento annual por 100 habitantes.

*Introduzindo-se nesta formula os dados fornecidos pelo relatorio do conselheiro Zacarias, a provincia do Paraná, actualmente deve ter:*

$P=62,258 (1,04)^{27} = 179,512$  habitantes; o que quer dizer que em 27 annos, não se levando em conta a immigração, quasi que triplicou a população da provincia.<sup>12</sup>

Tais resultados obtidos pelo presidente em pauta parecem um tanto absurdo, mas no ano de 1872 apurou-se, para os municípios do Paraná, 126.722 habitantes, resultado que indicou um aumento de 52.790 habitantes até 1880.

Durante a presidência do Dr. Gomes Nogueira, o diretor do departamento de estatística, Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta, computou para 1862 uma população de 88.489 habitantes.

A estatística oficial do Império em 1872, considerada pelo Dr. Pedrosa insuficiente, computou para a população paranaense 126.722 habitantes, deduzindo

<sup>12</sup>PEDROSA. População da provincia. Dezenove de Dezembro, Curityba, 5 mar.1881. n.2120, p.2.

deste total o número de 4.000 imigrantes. Especificando 116.162 brancos e 10.560 negros e mulatos.<sup>13</sup>

Para o ano de 1880, a população foi calculada na razão de 4% anual de crescimento populacional a partir de 1853, totalizando 179.512 habitantes ou 189.512 habitantes, incluindo-se aí o número de 10.000 imigrantes. O governo justificava este índice, alegando que:

*Malthus, diz o grande dicionario do seculo 19 no artigo - população -, calcula, baseado nas estatisticas dos Estados Unidos, que um periodo de 25 annos basta para o dobramento da especie desde que não falem o espaço e o alimento.*

*Calculos mais exactos demonstram que Malthus ficou abaixo da verdade e que 18 annos (corresponde a um crescimento de 4%) seriam suficientes.*

*Se é isso assim nos Estados Unidos, por que não sel-o-ha tambem no Paraná?*

*Se, como estão de accordo os estatísticos, a população cresce inversamente á sua densidade, aqui no Paraná onde, por muitas dezenas de annos, não faltará espaço, nem ar, nem meios de subsistencia para ninguem; porque não se multiplicará a especie humana com todas as suas forças?*

*Demais: não é só a força reproductiva que determina o crescimento da população.*

*A salubridade de um clima e a moralidade dos seus habitantes tambem concorrem poderosamente para isso. Sob este aspecto a estatística dos obitos e casamentos no Paraná nada deixa a desejar.*

*Concluimos, pois, que é muito provavel que actualmente a população da provincia seja maior de 180.000 almas, contando-se com os imigrantes; e que de modo nenhum pode ser inferior a 166.000 habitantes.<sup>14</sup>*

<sup>13</sup>MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d. p.305.

<sup>14</sup>PEDROSA, p.2.

Os óbitos na Província eram considerados poucos em relação à sua população, fato atribuído mais à excelência do clima, do que aos cuidados da saúde pública. No entanto, contribuíam também para o aumento da idade média de vida outros fatores, tais como os cuidados higiênicos, o saneamento básico e os avanços da medicina.<sup>15</sup>

Para o período anterior ao provincial Saint'Hilaire comenta em suas crônicas:

*Curitiba e suas cercanias não são menos saudáveis que os Campos Gerais; as doenças epidêmicas são ali quase desconhecidas e, pelo menos em certa época, não eram raros os casos de longevidade.*<sup>16</sup>

A população da Província do Paraná teve grande incremento com as correntes imigratórias que para cá afluíram, em razão de seu próprio desenvolvimento favorecido sobretudo pelas condições de salubridade do clima.<sup>17</sup>

O governo imperial incentivou a imigração não portuguesa para o Brasil devido à escassez de mão-de-obra e de escravos africanos, e para povoar os terri-

<sup>15</sup>HYGIENE Pública. Dezenove de Dezembro, Curityba, 3 set.1887. n.133, p.2.

<sup>16</sup>SAINT'HILAIRE, p.118.

<sup>17</sup>PARANÁ. Governo. 1881 (Pedrosa). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª legislatura no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo presidente da Província o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa. Curityba, Typ.Perseverança, 1881. p.27.

tórios desabitados. Os principais grupos étnicos que vieram para a Província paranaense foram os alemães, italianos, poloneses e outros pequenos grupos como os suíços, franceses, etc. Vieram também migrantes nacionais, procedentes de outras regiões brasileiras.

Os imigrantes que chegavam à Província se estabeleciam em núcleos coloniais, tanto no interior como na periferia dos centros populacionais, onde se dedicavam à agricultura e pecuária. Estes núcleos coloniais nem sempre prosperaram, devido principalmente à falta de recursos e à distância.

Na Província, as levas de colonos europeus que estabeleceram-se nos arredores de Curitiba, desenvolveram a cultura de abastecimento.

*O surgimento de inúmeras colônias de imigrantes europeus em torno da capital, colocou Curitiba na posição única, entre as capitais brasileiras, de receber ainda no século XIX um verdadeiro cinturão verde, responsável pelo seu abastecimento de produtos de subsistência.*<sup>18</sup>

O ministério da Agricultura do Império se encarregava do contrato de imigrantes, através da sociedade colonizadora de 1849, estabelecida em Hamburgo, estipulando a introdução de mil colonos anualmente, num período de apenas cinco anos, a princípio. Em 1865,

<sup>18</sup>WACHOWICZ, R.C. Santa Cândida pioneira da colonização linista. Curitiba, Fundação Cultural, 1975. p.2.

este contrato foi renovado, sendo alguns imigrantes destinados ao Paraná. Nas bases do contrato de seu artigo sétimo que assim declinava:

*A sociedade obriga-se a manter um hospital, onde os colonos pobres serão tratados gratuitamente. O medico da colonia deverá nella residir permanentemente, e prestará os soccorros de sua sciencia gratuitamente aos colonos pobres, reputando-se taes os recém-chegados durante o primeiro anno de sua instalação.*<sup>19</sup>

As medidas sanitárias e de polícia da Corte tomadas em 1858 especificavam o atendimento a ser dispensado nas Províncias com os imigrantes. Assim, as embarcações de imigrantes, que transportassem mais de trezentos passageiros, deveriam fazer-se acompanhar de um médico ou cirurgião, de ambulância com medicamentos, desinfetantes e instrumentos cirúrgicos. Se houvesse menos de trezentos passageiros deveria haver uma ambulância, desinfetantes e as indicações necessárias para o uso dos medicamentos. O capitão de tais embarcações seria responsável pela ordem, decência e asseio dos imigrantes e demais pessoas a bordo. Deveria providenciar utensílios de cozinha e mesa em número suficiente para todos, proibindo o emprego de objetos de cobre para o serviço de cozinha. Era proibido igualmente, o transporte na cobertura das embarcações de car-

<sup>19</sup>MINISTERIO da Agricultura. Dezenove de Dezembro, Curityba, 18 nov.1865. n.641. p.1.

ne de peixe e de outros gêneros que pudessem deteriorar-se facilmente. Nos portos em que por qualquer motivo parassem, ficava o capitão obrigado a sustentar os passageiros, quer a bordo ou em terra.<sup>20</sup>

O elemento indígena nativo, em sua maior parte, entrava mata a dentro por causa da presença do branco, abandonando o território paranaense, cruzando as fronteiras. Os poucos que restaram deram origem aos aldeamentos de Nossa Senhora do Loreto de Pirapô e de São Pedro de Alcantara, às margens do rio Paranapanema.

A partir de 1880, o governo provincial passou a se preocupar com o número crescente de mendigos e vagabundos que perambulavam pelas cidades provinciais. O juiz de direito e chefe de polícia Luiz Barreto Corrêa de Menezes em relatório, refere-se ao assunto dizendo:

*Não tenho cessado de recomendar às autoridades policiais a mais severa e escrupulosa fiscalização sobre os vagabundos, essa classe bastante numerosa, na província, e que sem família, domicílio, profissão ou meio conhecido de subsistência entrega-se a toda sorte de vícios, percorre todos os degraus do crime e ameaça, quando não attenta contra a segurança individual e de propriedade.*<sup>21</sup>

<sup>20</sup>CAPÍTULO IV: medidas sanitarias e de policia. Dezenove de Dezembro, Curityba, 15 set.1858. n.48. p.2.

<sup>21</sup>PARANÁ. Chefia de Polícia. Relatorio apresentado ao excellentissimo senhor doutor Manuel Pinto de Souza Dantas Filho presidente da Provincia do Paraná em 31 de janeiro de 1880 pelo juiz de direito Luiz Barreto Correa de Menezes chefe de policia da mesma Provincia. Curityba, Typ.Lopes, 1880. p.6.



Em maio de 1884, o chefe de polícia, através de ofício da Secretaria de Polícia, chama a atenção para o grande número de mendigos que vagavam pelas ruas da capital, esmolando. Entre eles, havia indivíduos aptos para o trabalho, que eram obrigados a trabalhar ou então, solicitar uma autorização especial, concedida pela polícia, para esmolarem.<sup>22</sup>

### 3.2. SEPULTAMENTOS E CEMITÉRIOS

Nos primeiros séculos do Brasil colonial a maioria dos que faleciam era enterrada no interior das igrejas, nas capelas ou nos campos. As pessoas mais abastadas, através de esmolas e donativos testamentários, conseguiam um lugar no chão das igrejas. Os leprosos e as vítimas das epidemias deviam ser sepultados, segundo ordens das autoridades, em locais afastados da povoação. Os variolosos, além dessa exigência, deveriam ser sepultados à noite, para prevenção do contágio.

Os não católicos, os imigrantes ingleses e alemães, os negros e os indigentes das Santas Casas de Misericórdia não gozavam do privilégio da sepultura ecle-

<sup>22</sup>FIGUEIREDO, W.C. Mendigos e curandeiros. Dezenove de Dezembro, Curityba, 18 maio 1884. n.118. p.3.

siástica. Sem distinção, eram todos inumados nos fundos das próprias Santas Casas ou lugares previamente escolhidos.

Só no princípio do século XIX é que as autoridades interferiram na prática do sepultamento em igrejas, proibindo-o por meio de uma Carta Régia expedida em 1801, que não chegou a ser executada.<sup>1</sup>

No Paraná, durante quase todo o período provincial, assim como em todo Brasil, a população também tinha por hábito sepultar seus mortos em igrejas, capelas, sacristias. Fazia-se uso de sepultura, nos campos distantes das povoações só em casos de extrema necessidade. Sobre este hábito, Antonio Vieira dos Santos faz o seguinte comentário:

*Desde a mais remôta antiguidade se introduzio o permiçiozo costume de repultarem os môrtos nas Igrejas, talvez porque ellas fossem o azilo da santidade e onde os Christãos a ellas concôrrião com mais frequêcia, tributando a seus finãdos os pios suffragios, e mais lembrãdos aos olhos do mundo, ...<sup>2</sup>*

Quando o indivíduo falecia em lugares longínquos, cujo transporte do cadáver era impossível a uma igreja mais próxima, permitia-se o sepultamento em locais profanos. Após certo período de tempo, seus parentes obri-

<sup>1</sup>SANTOS FILHO, L. História geral da medicina brasileira. São Paulo, Hucitec, 1977. v.1, p.272-3.

<sup>2</sup>SANTOS, A.V. Memoria histórica chronologica, topographica e descriptiva de Paranaguã e seu município: 1850. Curitiba, Museu Paranaense, 1952. v.2, p.251.

gavam-se a remover os ossos para um lugar sagrado.<sup>3</sup>

Em 1850, a população do litoral paranaense viu-se ameaçada com a presença da febre amarela. Então, como medida preventiva, foram introduzidos em Paranaguá, Antonina e Morretes os primeiros esboços de cemitérios. Constituíam-se de obras imperfeitas e provisórias, anexos às igrejas. Dos três cemitérios então existentes, dois eram públicos e o de Paranaguá pertencia à irmandade de São Francisco da Penitência, estabelecido fora do perímetro da cidade.

Embora as paróquias permitissem o sepultamento no interior das igrejas e capelas, alegava o governo provincial que tal costume opunha-se à religião e à higiene. Eis o seu pronunciamento:

*A religião, não menos que a hygiene, oppõe-se ao reprovado costume de se enterrarem nos templos cadaveres humanos; mas tal he a força dos hábitos e dos abusos, que às vezes o medo pode fazer inclinar-se a balança em favor da razão e da experiencia. ... No entanto facil he de ver, que as razões que aconselham a pratica dos enterramentos em cemiterios, não são completamente attendidas, se, estes em vez de edificados em bem escolhidas situações, afastados do centro do povoado, levantão-se mesmo ao lado dos templos, á que affluem os fieis para render culto ao Creador.*<sup>4</sup>

<sup>3</sup>LEÃO, E.A. Dicionário histórico e geográfico do Paraná. Curityba, Graph.Paranaense, 1926. v.1, p.363.

<sup>4</sup>PARANÁ. Governo. 1854 (Vasconcellos). Relatorio do presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ.Lopes, 1854. p.52.

O governo então passou a alertar as Câmaras Municipais das vilas da Província, no sentido de proibir as inumações nos templos. Em 1856, o presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, em seu relatório, menciona a aceitabilidade da população face às novas normas de sepultamento.

*A conveniencia de se destinar para moradia dos mortos outros lugares, que não sejam o recinto das igrejas, já felizmente não é objecto de questão para o nosso povo; pelo contrario, tôdos aceitam essa reforma, como indispensavel para a salubridade publica, e conveniente para a decencia dos templos.<sup>5</sup>*

Esta afirmativa presidencial é reforçada em ofício enviado ao governo pela Câmara Municipal de Paranaguã, esclarecendo a presidência que desde 1852 fora proibida na vila a prática de sepultamentos, por iniciativa da própria Câmara. Em épocas normais, não epidêmicas, sepultava-se nas catacumbas do cemitério anexo à igreja matriz, e no cemitério da Ordem Terceira de São Francisco. Em contrapartida, no decorrer de um, período epidêmico, o sepultamento era feito nos campos, fora dos limites da cidade.

*... de a muito tempo que esta Camara tem em vista prohibir, e já o teria feito se podes-*

<sup>5</sup>PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan). Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856, pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba, Typ.Lopes, 1856. p.21.

*se oferecer aos habitantes de seu Município um azilo descente e honesto; pois que não é desconhecido a V.Ex.<sup>a</sup> a crensa, superstição, ou vaidade que acompanha a maior parte dos humanos, querer depositar os restos de suas maiores, em azilos que tenham o caracter da descencia: pude no entretanto a Camara afirmar a V.Ex.<sup>a</sup> que, logo que ella tenha o Cemiterio publico mais descente fará cessar esses mesmos enterramentos nas mencionadas catumbas, visto que o mesmo enterramento no chão dos Cemiterios, unidos às Igrejas, está desde a epoca acima mencionada (1852), também prohibido.<sup>6</sup>*

Antonio Vieira dos Santos, após sua estada em Paranaguá, na primeira metade do século XIX, comenta a prática de se depositarem flores aos mortos, justificando que:

*Foi costume de todas as Nações adornar as Sepulturas, dos parêntes finados de festões de flores, como emblemas, da vida que brôta, e florece, e da morte porque logo murchão.<sup>7</sup>*

Algumas instituições filantrópicas e ordens religiosas incluíam em seus compromissos artigos especificando as providências no caso do falecimento de algum irmão. A irmandade do Glorioso São Miguel e Almas da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Paranaguá, declarava em seu capítulo nº 16:

<sup>6</sup>CORDEIRO, R.G. et alii. Correspondência, 24 abr. 1856, Paranaguá. In: OFFICIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Província do Paraná, 1856. v.4, p.430.

<sup>7</sup>SANTOS, v.2, p.252.

*Logo que fallecer algum irmão, o andador fará avisar o procurador e thesoureiro, para na hora antes do enterro correr a campa e reunir a irmandade na igreja matriz, esta revestida de suas insignias e cruz, acompanhará o corpo à sepultura. Este é o acto de mais caridade e religião que recommendamos aos nossos irmãos.*<sup>8</sup>

Em 1876, grande espanto causou à população da capital o costume polaco de cantar hinos de louvor a Deus nos enterros. O jornal Dezenove de Dezembro, em um de seus artigos, narra o ritual trazido pelos imigrantes poloneses:

*O publico desta capital foi sorprendido no dia 15 a tarde por occasião do enterro do menor Francisco, filho do Sr. capm. Joaquim José Belarmino Bittencourt.*

*Sem ser esperado, a hora do saimento apresentaram-se á porta do Sr. capm. Bittencourt cerca de 200 polacos, entre homens e mulheres, velhos e crianças, cada um munido do seu livro.*

*Foram destribuidas vellas a todos elles, que se tinham formado em linha á defundo; a direita os homens, principiando pelos mais velhos, no centro as mulheres e a esquerda as crianças dos maiores para os menores. Logo que sahio o fêretro principiaram os polacos os cantos de seus hymnos de Gloria a Deus em voz sonora, e seguiram atraz do ataude e do acompanhamento dos nacionaes, cantando sempre e arrancando lagrimas por toda a parte por onde o enterro passava.*

*Chegando á igreja do Rosario calaram-se, e durante a recommendação conservaram-se de joelhos.*

*Finda a cerimonia sahio o fêretro e em carro*

<sup>8</sup>COMPROMISSO que deve reger os irmãos do glorioso S. Miguel das Almas da parochia de Nossa Senhora do Rosario da cidade de Paranaguá, com o regulamento dos capitulos abaixo declarados. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 30 out.1858. n.61, p.1.

*seguiu para o cemiterio, elles o accompanharam a pé, cantando sempre. Na porta do cemiterio foram elles esperados.*

*Ao entrarem no templo da verdade do nada que somos, mudaram de psalmo; ao descer o corpo a sepultura cantaram novo psalmo ate fechar-se esta.*

*Foi uma demonstração que os polacos alojados na chacara do Sr. Bittencourt, deram ao seu hospede, porem que ficara por certo na memoria dos inconsolados paes do innocente, que tão cedo pagou á natureza o tributo do seu ser.<sup>9</sup>*

Quando do passamento de um fiel a igreja permitia os repiques de sinos, os quais eram limitados e previstos em lei:

*Decreto n.25 de 1º de Março de 1855.*

*Art.4º - Os dobres e repiques de sinos por occasião de mortes ficão limitados aos que marca a constituição do bispado: o contraventor soffrerá a multa de 4\$000.<sup>10</sup>*

No período de uma epidemia qualquer os sepultamentos eram prescritos igualmente, por lei, havendo a interferência do governo provincial com vistas à higiene-preventiva, no sentido de impedir o contágio. Tem-se notícia de que, em agosto de 1857, o presidente da Província e os demais membros da comissão de saúde pública da cidade de Paranaguá comunicaram em ofício à

<sup>9</sup>COSTUMES polacos nos enterros. Dezenove de Dezembro, Curityba, 19 jan.1876. n.1675, p.2.

<sup>10</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis, decretos e regulamentos e deliberações do governo da Província do Paraná: 1855, Coritiba, Typ.da Penitenciaria, 1912. v. 2, p.10-1.

irmandade da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, assim como ao vigário, aos juizes de direito, à Câmara Municipal e ao delegado de polícia, a proibição de enterramentos no cemitério pertencente à irmandade durante o surto de epidemias na cidade.<sup>11</sup>

Tais proibições, impostas através de ofícios presidenciais, mais tarde foram incorporadas às leis que regulamentavam as posturas das diversas Câmaras Municipais da Província. A Câmara Municipal da vila de São Sebastião das Conchas, em 1883, decretou a seguinte resolução em seu capítulo sobre *cemitérios e enterros*:

*Art.42 - Nenhum enterramento será feito, quer no cemiterio publico, quer em particular do municipio, sem que sejam satisfeitas as prescripções do art.67 e 68 do regulamento de 25 de Abril de 1874, e nunca antes de passadas as 24 horas depois do fallecimento, salvo se o cadaver tiver entrado no cemiterio em estado de decomposição, ou se o enterramento fôr ordenado pela autoridade competente, por motivo de epidemia ou contagio. O administrador ou coveiro, incorrerá na multa de 30\$000rs. ou de trinta dias de prisão.*

*Art.45 - Poderão abrir-se sepulturas em commun, em occasião de epidemias, devendo ellas ter, pelo menos, nove palmos de profundidade e outros tantos de largura com o comprimento relativo ao numero de corpos que enterrar-se em um só dia. Os cadaveres serão lançados nas sepulturas ou vallas communs, de modo que possam de prompto ser fechadas ou cobertas, devendo antes receber uma camada de cal na razão de 1 kilogramma por cada corpo. O contraventor incorrerá na multa de 10\$ a*

<sup>11</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro. Curitiba, 1º ago.1857. n.28, p.2.



20\$000rs.<sup>12</sup>

No Brasil, nos primeiros séculos, era vedada a realização de autópsias, sendo estas raramente autorizadas por imposição da justiça e com a aprovação dos representantes do Santo Ofício.<sup>13</sup> A partir da metade do século XIX, na Província do Paraná, tornou-se comum, em casos de mortes com suspeitas de envenenamento, ou violência, autorizar-se a autópsia e os demais exames necessários para identificação da verdadeira *causa-mortis*. A postura da Câmara Municipal da capital, sob a lei nº 79, de julho de 1861, determinava:

*Art.106 - Nenhum corpo será sepultado sem prévia participação ao subdelegado do districto, á quem será apresentada uma certidão do facultativo que o houver assistido, com a declaração da causa ou enfermidade que motivou a morte e do dia e hora do fallecimento, e a em que deve ser enterrado. No caso porém de não ter havido assistencia, ou ter sido a morte repentina, o mesmo subdelegado fará examinar o corpo por facultativo ou por peritos, na falta destes; e quando haja suspeita de profinação de veneno, ou de ter sido a morte por qualquer outro motivo violenta, mandará proceder a autópsia no cadaver e mais exames necessários, áfim de conhecer se ha existencia ou não existencia de delicto: em todos os casos ácima figurados os facultativos e peritos declararão o tempo dentro do qual deve o corpo ser sepultado: aos con-*

<sup>12</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decreto n.771 de 24 de dezembro de 1883. In: \_\_\_\_\_. Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Perseverança, 1883. v.30, p.112-3.

<sup>13</sup>SANTOS FILHO, v.1, p.275.

*traventores penas de 30\$000, e não tendo com o que pagar oito dias de prisão.*<sup>14</sup>

O jornal Dezenove de Dezembro, em 1864, publicou que o Dr. José Candido da Silva Murici foi solicitado em Ponta Grossa para proceder a exumação do reverendo Joaquim Manoel Alves Carneiro, devido à suspeita de envenenamento. O Dr. Murici procedeu à autópsia, extraíndo as vísceras principais do falecido padre, as quais foram acondicionadas em quatro frascos remetidos ao chefe de polícia da corte para um exame científico.<sup>15</sup> Na Província não havia condições satisfatórias para a realização dos exames por falta de recursos e local apropriado. O juiz municipal de Ponta Grossa remeteu junto com os frascos três bolsas de palha, com dez embrulhos, contendo várias substâncias, algumas das quais foram reconhecidas como venenosas pelo dentista William Bentom.<sup>16</sup>

O próprio jornal Dezenove de Dezembro noticiou, tempos depois, as conclusões a que chegaram os médicos da corte, Antonio José Pereira das Neves e José Francisco de Sousa Lemos, encarregados dos exames das vísceras.

<sup>14</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Lei n.79 de 11 de julho de 1861. In: \_\_\_\_\_. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curitiba, Typ.do Correio Official, 1861. v. 8, p.73-4.

<sup>15</sup>EXHUMAÇÃO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 29 out. 1864. n.533, p.3.

<sup>16</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 14 dez.1864. n.546, p.2.

ceras do padre de Ponta Grossa. Não foi constatado nenhum índice de envenenamento mineral; quanto à existência de veneno vegetal, nada podiam afirmar, devido ao avançado estado de putrefação em que se encontrava o material a ser analisado.<sup>17</sup>

Diante das circunstâncias e da falta de recursos na Província, tornava-se difícil chegar a resultados mais satisfatórios nas autópsias. Além de dependência da presença do médico e da autorização policial, havia o problema do tempo dispendido no transporte do material a ser analisado pelos facultativos da corte.

Para a efetivação do sepultamento, tanto nos cemitérios públicos como em particulares, deveriam ser observadas as regras prescritas pela higiene, assim como as determinações da lei que tornava obrigatória a apresentação da *carta de enterro*. Esta era uma autorização concedida pelas autoridades competentes, atestando e certificando-se do óbito, assinada tanto por um facultativo médico como por uma autoridade policial. No atestado constava sempre o nome do falecido, a idade, a naturalidade, a residência e a *causa-mortis*. O padre deveria registrar o óbito na paróquia e dar o - *sepulte-se* - autorizando o enterro. Se algum cadáver fosse conduzido ao cemitério para ser sepultado sem o

<sup>17</sup>NEVES, A.J.P. & LEMOS, J.F.S. Analyse. Dezenove de Dezembro, Curityba, 11 fev.1865. n.563, p.3.

atestado e sem o *sepul-te-se*, deveria ser detido pelo zelador do cemitério que era encarregado de comunicar o fato à autoridade policial responsável.<sup>18</sup>

Convém salientar que as determinações governamentais nem sempre foram atendidas, por descuido ou mesmo por falta de pessoal disponível para o serviço. O chefe de polícia, Luiz Barreto Corrêa, em 1880, reclama, em relatório à presidência, o fato de serem feitos sepultamentos sem a prévia participação ao subdelegado do distrito, o que estava previsto em lei.<sup>19</sup>

Durante todo o período provincial, fez-se propaganda das cartas de enterros no jornal *Dezenove de Dezembro*:

Cartas

*para enterramento de anjinhos, vendem-se no largo Municipal n.23, loja de papel.*<sup>20</sup>

Nas posturas das diversas Câmaras Municipais da Província sempre se fez presente um capítulo sob o título *cemitérios* ou *cemitérios e enterros*, onde eram

<sup>18</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decreto n.797 de 24 de outubro de 1884. In: \_\_\_\_\_. Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná, v.31, p.57-8.

<sup>19</sup>PARANÁ. Chefia de Polícia. Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Doutor Manuel Pinto de Souza Dantas Filho presidente da Província do Paraná em 31 de janeiro de 1880 pelo juiz de direito Luiz Barreto Correa de Menezes chefe de polícia da mesma Província. Curityba, Typ.Lopes, 1880. p.5-6.

<sup>20</sup>CARTAS. Dezenove de Dezembro, Curityba, 7 set.1864. n.518, p.4.

previstas por lei, certas determinações: o local de sepultura; a construção de covas, catacumbas e carneiros; as regras aconselhadas pela higiene; o tempo decorrido entre o falecimento e o sepultamento; as concessões para falecidos de doenças contagiosas; a apresentação do atestado; a vestimenta do cadáver; a abertura de covas ou catacumbas; o sepultamento de familiares e pessoas pobres; deveres do zelador do cemitério; as atribuições da Câmara Municipal quanto à conservação do cemitério; as taxas; as multas, bem como outros detalhes correlatos.<sup>21</sup>

Muitas reclamações surgiram, principalmente quando havia infração das regras de higiene pública:

*O abuso do enterramento depois de, passadas 24 horas é prejudicial à saúde pública. Entre os cadáveres enterrados hontem um já se achava em adiantado estado de putrefação. Na quadra calorosa convem que não se exceda às horas da lei.*<sup>22</sup>

A construção das catacumbas cabia aos *fabriqueiros*, os quais responsabilizavam-se pela cobrança, manutenção e limpeza das mesmas, sendo autorizados pre-

<sup>21</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decreto n.797 de 24 de outubro de 1884. In: \_\_\_\_\_. Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ.Perseverança, 1884, v.31, p.57-60. Ver anexo.

<sup>22</sup>CONTRA a hygiene. Dezenove de Dezembro, Curityba, 7 set.1864. n.518, p.4.

viamente pelo governo.<sup>23</sup> A edificação dos cemitérios ficava sob a responsabilidade do governo provincial, das Câmaras Municipais das respectivas localidades e de instituições particulares, como a irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Esporadicamente havia contribuições de particulares.

A maior parte dos cemitérios paranaenses foi iniciada após o estabelecimento do governo provincial, que incentivou e apoiou a construção, não só por determinação do Ministério do Império, como por medida higiênica-sanitária.

*Quasi todas as freguezias da provincia carecem de cemiterios decentes; entendendo porem que as fabricas e os habitantes os devem construir, auxiliando o cofre provincial com alguma cota a uma ou outra; cujas circunstancias o exigão, mas erigindo-os somente a sua custa.*<sup>24</sup>

Contudo é de se atentar para o fato de que as obras apenas começavam, e eram logo interrompidas por falta de verba dos cofres públicos. As freqüentes interrupções acarretavam o encarecimento dessas obras, por causa do aumento do custo do material e da mão-de-

<sup>23</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decreto n.12 de 30 de agosto de 1854. Dezenove de Dezembro, Curityba, 30 set. 1864. n.27, p.2.

<sup>24</sup>PARANÁ. Governo. 1858 (Mattos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ.Lopes, 1858. p. 65-6.

obra. As construções se arrastavam por anos a fio. Depois de concluídas, não havia previsão de uma verba destinada à manutenção das mesmas, o que gerava sua deteriorização pela ação do tempo, e também pela entrada de animais e vândalos nos locais das obras. Outro inconveniente da demora da conclusão das obras era a rápida inadequação do tamanho previsto para os cemitérios, em vista do aumento demográfico provocado com a imigração crescente, o que exigia uma ampliação em curto prazo de tempo. Foi o que aconteceu com o cemitério de Castro, em 1854, cujas obras estavam aos cuidados de José Joaquim Marques de Souza, membro da Assembléia Provincial:

*Nota-se nesse cemiterio o ser pouco espaçoso; parece que quem delineou-lhe a dimensão, teve em vista só o presente e a diminuta mortalidade que ali ha, esquecido de que o crescimento da população no lugar, consequencia inevitavel do desenvolvimento dos meios de subsistencia, e da propria excellencia do clima, hade um dia, mesmo sem alterar-se a razão da mortalidade, exigir para os finados um ambito mais largo.*<sup>25</sup>

Antonio Vieira dos Santos, faz uma descrição circunstanciada a respeito da obra em construção do cemitério de Paranaguá, iniciada em 1850 por ocasião do

<sup>25</sup>PARANÁ. Governo. 1855 (Vasconcellos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná o conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba, Typ.Lopes, 1855. p.25.

aparecimento da febre amarela no litoral paranaense.

*O Cemiterio forma hum quadrilôngo de 153 pãlmos de frente, sobre 213 de fundo. O lãdo da frente tem de altura, de parede d'alvenãria, incluindo a cimalha 22 pãlmos. Sobre a çimalha leva 8 pilãstras, com 5 pãlmos d'altura, que prendem a gradaria de ferro, e sobre as mesmas pilastras vão vasos para flores.*<sup>26</sup>

Para a execução da obra, a Câmara Municipal de Paranaguã publicou edital convocando fornecedores de material e instruindo sobre os requisitos necessários à obra num preço mais acessível, fornecedores estes que deveriam assumir o compromisso de entregar a referida obra concluída.<sup>27</sup>

Em 1857, a presidência autorizou a construção do novo cemitério de Paranaguã a ser edificado no mesmo local do cemitério provisório, cuja escolha foi endossada pelo Dr. João Mauricio Freire, o engenheiro Stoppani, o vigário, o juiz de direito interino e o delegado de polícia.<sup>28</sup> As despesas foram calculadas em 8:000\$000rs e a presidência adiantou a quantia de 3:000\$000rs para dar início à construção. O relatório do responsável pelas obras, Manoel Antonio Guimarães, foi apresentado pela Câmara Municipal de Paranaguã à presidência, em 21 de julho de 1857, com as seguintes

<sup>26</sup>SANTOS, v.2, p.253.

<sup>27</sup>Ibid., p.255.

<sup>28</sup>PARANÁ. Governo. 1858 (Mattos), p.65-6.



especificações:

*... já mandei um feitor com alguns trabalhadores limpar o terreno, fazendo arrancar os arbustos e os demais necessários, e conto que em poucos dias ficará limpo para competentemente ser demarcado conforme o plano dado pela camara, e approved pelo Exm. governo da provincia; ...*

*Tenho tratado pedra, cal, e outros materiaes para começo da obra, e logo que o faça levarei ao conhecimento de V.Ex. tudo quanto for occorrendo a respeito.*

*A quantia recebida para a obra foram apenas 3:000\$rs. sendo 2:850\$000 em letras a vencer-se, no entanto que a obra proseguirá.<sup>29</sup>*

Nos anos subseqüentes, a Câmara Municipal de Paranaguã passou a apresentar petição ao governo, alegando falta de verba e numerários para a execução da obra em construção. O próprio presidente, Sebastião Gonçalves da Silva, em seu relatório, menciona a deplorável situação:

*Este cemiterio está muito longe de preencher o fim, á que é destinado. Por amor a religião e a civilização convém que voteis uma verba, para que se torne, ao menos, decente aquelle logar.<sup>30</sup>*

Esta situação perdurou por todo final do século XIX, de modo que a obra ficou inacabada. Até a popula-

<sup>29</sup>GUIMARÃES, M.A. Cemiterio de Paranaguã. Dezenove de Dezembro, Curityba, 12 ago.1857. n.31, p.2-3.

<sup>30</sup>PARANÁ. Governo. 1864 (Silva). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná pelo 1º vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª sessão da 6ª legislatura em 21 de fevereiro de 1864. Curityba, Typ.Lopes, 1864. p.42.

ção da cidade se viu obrigada a tomar providências, no intento de concluir o seu cemitério público municipal. Assim, em dezembro de 1880, é formada uma comissão encarregada de arrecadar donativos para auxiliar nas despesas de construção.

*Os membros da comissão encarregada de agenciar donativos para o cemitério daquela cidade concorreram com as seguintes quantias:*

<i>Exm. visconde de Nacar</i>	<i>200\$000</i>
<i>Vigário José Ferreira da Silva</i>	<i>50\$000</i>
<i>Joaquim Antonio P. Alves</i>	<i>50\$000</i>
<i>Joaquim Mariano Ferreira</i>	<i>50\$000</i>
<i>José Leandro da Costa</i>	<i>50\$000</i>
<i>Manoel Ricardo Carneiro</i>	<i>50\$000</i>
<i>Ricardo Antonio da Costa</i>	<i>50\$000</i>
<i>Antonio Luiz Bittencourt</i>	<i>50\$000</i>
<i>José Cleto da Silva</i>	<i>20\$000</i> <sup>31</sup>

Outro detalhe a ressaltar é que em 1881, o presidente provincial fala sobre a entrada de animais no cemitério em consequência da cerca estragada, pois esta até aquela data ainda era de madeira, constituindo-se numa proteção por demais precária e ineficaz.<sup>32</sup>

O cemitério da vila do Príncipe foi construído de pedra e cal, às expensas dos moradores da vi-

<sup>31</sup>CEMITERIO de Paranaguá. Dezenove de Dezembro, Curityba, 4 dez.1880. n.2100, p.3.

<sup>32</sup>PARANÁ. Governo. 1882 (Carvalho). Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1<sup>a</sup> sessão da 15<sup>a</sup> legislatura no dia 1<sup>o</sup> de outubro de 1882 pelo presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Curityba, Typ. Perseverança, 1882. p.120.

la.<sup>33</sup> O governo sô veio auxiliar a construção da capela do cemitério em 1865, com a quantia de 500\$000rs.<sup>34</sup> E em 1882, já se sentia a falta de espaço naquele campo santo.

Em Palmas, os cadáveres eram enterrados no campo, segundo relatório datado de 1854, do presidente Zacarias de Gões e Vasconcelos. Ainda em 1882, a presidência chamava a atenção para a falta de um cemitério naquela vila.<sup>35</sup>

Aos poucos, pequenos cemitérios foram sendo construídos, nem sempre nos lugares mais apropriados. O de Campo Largo, por exemplo, construído de madeira, no centro da povoação e ao lado da igreja, teve que ser transferido mais tarde, sob a relutância do pároco que alegava que a população não queria se desfazer do local onde jaziam seus entes queridos.<sup>36</sup>

<sup>33</sup>PARANÁ. Governo. 1860 (Cardoso). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 4<sup>a</sup> legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1<sup>o</sup> de março de 1860. Curityba, Typ.Lopes, 1860. p.110-1.

<sup>34</sup>PARANÁ. Governo. 1865 (Araujo). Relatorio com que o Exm. Sr. vice-presidente da Província Dr. Manoel Alves de Araujo passou a administração ao Exm. Sr. presidente Dr. André Augusto de Pádua Fleury no dia 16 de agosto de 1865. Curityba, Typ.Lopes, 1865. p.16.

<sup>35</sup>PARANÁ. Governo. 1854 (Vasconcellos), p.52-3.

<sup>36</sup>PARANÁ. Governo. 1862 (Nogueira). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Exmo.Sr.Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Coritiba, Typ.do Correio Oficial, 1862. p.76-7.

Na freguesia de Porto de Cima, em 1881, embora houvesse dois cemitérios, um público e municipal e outro pertencente à irmandade de São Sebastião, ambos não bastavam para os sepultamentos após a fixação de núcleos coloniais nas proximidades.<sup>37</sup>

Desde 1854, havia cemitérios nas freguesias de Palmeira, Ponta Grossa e Guarapuava. Nesta última, a subscrição para a construção ficou a cargo do reverendo vigário Antonio Braga de Araujo.<sup>38</sup>

Em Antonina o cemitério foi iniciado em maio de 1851, com a quantia de 600\$000rs doada pela presidência de São Paulo,<sup>39</sup> e só em 1857 obteve seu muro de pedras, faltando ainda a construção da capela.<sup>40</sup> Em 1870, o vigário de Antonina informa a presidência que o único cemitério que ali existia, além de não ter capacidade suficiente, achava-se colocado em terreno baixo, sujeito a inundações e coberto de uma camada superficial de argila sobre outra de cascalho, o que im-

<sup>37</sup>PARANÁ. Governo. 1881 (Pedrosa). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da installação da 2<sup>a</sup> sessão da 14<sup>a</sup> legislatura no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo presidente da Província o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa. Curityba, Typ. Perseverança, 1881. p.55-8.

<sup>38</sup>PARANÁ. Governo. 1855. (Vasconcellos), p.24-6.

<sup>39</sup>PARANÁ. Governo. 1856. (Rohan), p.21-2.

<sup>40</sup>PARANÁ. Governo. 1857. (Carvalhaes). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Província do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba, Typ. Lopes, 1857. p.134-5.

pedia a abertura de sepulturas com profundidade superior a quatro palmos. Por sugestão do vigário, o cemitério deveria ser abandonado. E em 7 de janeiro do mesmo ano, o governo autorizou a escolha de local apropriado para a construção de um novo cemitério.<sup>41</sup>

Em Guaraqueçaba, em 1856, o cemitério também foi transferido por determinação presidencial, porque o terreno onde estava situado era alagado pelas chuvas na estação invernosa.

O comendador Manoel Mendes Leitão, em São José dos Pinhais, no ano de 1856 cedeu gratuitamente o terreno para a edificação de um cemitério, pois até então mantinha-se a prática de sepultamento de cadáveres na igreja matriz.<sup>42</sup>

Havia ainda os cemitérios de Rio Negro, Morretes, Guaratuba e o da capital, erigido durante o primeiro governo provincial. A construção de um cemitério consistia na edificação do muro, portão e capela, na divisão topográfica do terreno e de suas calçadas internas, no sistema de abastecimento de água e drenagem do solo. A planta deste fora elaborada por um engenheiro da capital, ficando a obra sob os cuidados ad-

<sup>41</sup>PARANÁ. Governo. 1870 (Carvalho). Relatório apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 9<sup>a</sup> legislatura pelo presidente o Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba, Typ. Lopes, 1870. p.77-8.

<sup>42</sup>PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan), p.21-2.

ministrativos do cidadão Benedicto Eneas de Paula. Temporariamente, levantou-se um cemitério de madeira nas vizinhanças da cidade.<sup>43</sup>

A construção do cemitério de Curitiba teve início em 1º de dezembro de 1855, ocupando uma superfície de 2.116 braças quadradas e com um perímetro de 186 braças\* corrente.<sup>44</sup> Em setembro de 1857, a construção parou por falta de operários, segundo relatório de seu administrador, que também informa sobre as despesas até então feitas. De 1856-7 foram de 2:908\$120rs; de 1857-8 foram de 695\$020rs, que, somados às anteriores totalizavam uma quantia de 6:955\$040rs.

Só em 1858 os trabalhos foram reiniciados e posteriormente interrompidos por seis anos. Após esse tempo, a administração passou ao encargo do tenente-coronel Francisco de Paula Guimarães. Segundo orçamento feito pelo engenheiro Chandler, o acabamento do cemitério importaria em 6:848\$000rs. Então relatou o administrador que:

*... achando-se feita uma escavação de 92 braças de comprimento, e 23 palmos de largura; compradas 1036 carradas de pedra, 418 de areia e 280 alqueires de cal, apenas lhe restava o saldo de 1:688\$995 da quantia de 3:796\$285 recebida, parte pelo cofre provincial, parte do geral pela verba - Obras pu-*

<sup>43</sup> PARANÁ. Governo. 1855 (Vasconcellos), p.24-6.

<sup>44</sup> PARANÁ. Governo. 1882 (Carvalho), p.120.

\* Braça - medida de comprimento equivalente a 2,2 m.

*blicas geraes e auxilia às provinciaes.*<sup>45</sup>

Acredita-se que são deficientes os cálculos do engenheiro Chandler, tendo em vista que só a capela não poderia importar menos que 8:000\$000rs.

A presidência resolveu reconsiderar e ordenou só a conclusão do cemitério por 3:785\$000, no qual seria incluído o portão de 131 lanças, de gradil de madeira.<sup>46</sup>

Em 1870, a obra ainda não estava concluída, faltando o aterro interno e a edificação da capela. Só em 1881, o governo encarregou uma comissão composta pelos cidadãos Ildefonso Pereira Corrêa, Benedito Enéas de Paula e Alfredo Caetano Munhõs de promoverem donativos para a construção da mesma. O engenheiro Gottob Wielland foi encarregado da organização da planta e do orçamento que somou 4:895\$250rs.<sup>47</sup>

Ao dar o seu parecer sobre a saúde pública na capital, o Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, em 1878, diz que o cemitério da cidade está colocado em lugar elevado e seco mas, se apresentava vantagens, por outro lado tinha graves inconvenientes.

<sup>45</sup>PARANÁ. Governo. 1865 (Fleury). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná o Doutor André Augusto de Padua Fleury na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura em 21 de março de 1865. Curityba, Typ.Lopes, 1865. p.47.

<sup>46</sup>Ibid.

<sup>47</sup>PARANÁ. Governo. 1870 (Carvalho), p.77-8.

Primeiro, estava muito próximo da cidade; quanto à natureza do solo, era argiloso, o que na opinião dos higienistas retarda a decomposição cadavérica; as sepulturas eram abertas sem método nem regras, de sorte que a maior parte não tinha a profundidade necessária. Ele aponta ainda a falta de arborização, não apenas para embelezar o local, como para efetuar a drenagem do solo.<sup>48</sup>

Com o aumento de pessoas não católicas na Província, a Câmara Municipal de Paranaguá recebeu a doação de um terreno feita pelo cônego Gregório José Lopes Nunes, para o estabelecimento de um cemitério protestante, através do seguinte ofício:

*Sendo este porto comercial, é o principal da Província, a onde aportão muitos estrangeiros, além d'outros que estão estabelecidos nesta Cid.<sup>e</sup> e freguezia de diferentes credos irreligiosos, e não sendo permitido que quando estes falleção terem ingreço nos nossos Cemiterios, e não se tendo ate o prezente destino de lugar bem separado dos nossos, para aquelles corpos, que infelizmente ainda forão cegos e renitentes no erro sejam sepultados, lembro-me de offerecer á Ill.<sup>ma</sup> Camara Municipal vinte braças de terra quadradas, propriedade minha, situadas quase em frente desta Cidade, sendo aceita a minha offerta, V.S.<sup>as</sup> ate o ultimo deste mez, me destinarão o dia para ese demarcar, o lugar e pagar o Documento de Pósse.*

*Deos Guarde a V.S.<sup>as</sup>  
Cid.<sup>e</sup> de Paranaguá 21 de Abril de 1864.<sup>49</sup>*

<sup>48</sup>ALBUQUERQUE, A.C.P.C. Saude publica. Dezenove de Dezembro, Curityba, 19 dez.1878. n.1949, p.2-3.

<sup>49</sup>NOVAES, G.J.L. Correspondência, 21 abr.1864, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1864, v.7, p.69.



A 20 de junho do mesmo ano, a Câmara Municipal de Paranaguá apresentou ao governo um ofício onde dizia de seu receio quanto ao estabelecimento de um cemitério protestante na Província:

*Tem duvida a dicta Camara em aceitar-o pelo fim para que é dado, visto julgar-se não autorizada a faser tães estabelecimentos, entendendo que dar-se-hia nisso offensa á Lei Fundamental do Estado, que estabeleceu como Religião nossa a Catholica Apostolica Romana, só tolêra as outras com culto domestico ou particular em casas sem fôrma exterior de templo (Artºs 5º e 179§5º da Constituição Política do Império, Artº 191 do Cod. Criminal).<sup>50</sup>*

No entanto, a Constituição Imperial não especificava culto ou religião no seu capítulo sobre cemitérios, nem a Constituição do Bispado condenava o enterro dos não católicos; pelo contrário, considerava obra de misericórdia o enterro dos mortos, sem distinção de credo.

Em relatório de 1867, o presidente Polidoro Cezar Burlamaque, referindo-se ao cemitério protestante alemão diz:

*Em deferimento a representação dirigida a S. M. o Imperador pela comissão encarregada das obras deste cemiterio, expediu o Ministerio da Agricultura o Aviso de 17 de Janeiro findo, autorizando-me a despendar, por conta de verba Terras publicas e colonisação a quantia de 1:160\$000 com a construcção do muro*

<sup>50</sup> GUIMARÃES, L. Correspondência, 20 jun. 1864, Curitiba. In: OFFICIOS, 1864, v.12, p.80.

*de pedra, que deve cercar o dito cemitério.*<sup>51</sup>

Determinou-se ainda à Tesouraria da Fazenda o pagamento da quantia em três prestações iguais de dois em dois meses, e que a inspeção e fiscalização da obra fosse feita pelo engenheiro da Província, para não haver excesso de gastos além do orçamento dado pelo governo.

O Ministério do Império, como solução ao problema dos cemitérios protestantes, enviou uma circular a todos os governos provinciais, em 27 de abril de 1870, onde se destaca:

*... de ordem de Sua Magestade o Imperador re-  
commenda a V.Ex. que tome as necessarias pro-  
videncias para que, nos cemiterios que d'ora  
em diante se estabelecerem nessa provincia,  
se reserve sempre espaço para o enterramento  
daquelles a quem a igreja não concede sepul-  
tura em sagrado.*<sup>52</sup>

O presidente da Província, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em relatório do mesmo ano, condena o costume de se fazer na Província cemitérios a custa do governo em todas as paróquias, e a concessão gratuita

<sup>51</sup>PARANÁ. Governo. 1867 (Burlamaque). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da Provincia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba, Typ.Lopes, 1867. p.73.

<sup>52</sup>BRASIL. Ministério do Império. Resolução imperial de 20 de abril de 1870. Dezenove de Dezembro, Curityba, 2 jul.1870. n.1110, p.1.

de sepulturas independentemente das condições financeiras dos indivíduos. Os pobres deveriam ser enterrados gratuitamente, mas os demais deveriam pagar uma taxa. Sugeria que os cemitérios ficassem sob a responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, e que o saldo da renda dos sepultamentos fosse destinado aos enfermos ali tratados, formando-se, assim, um fundo de auxílio para o seu patrimônio.

*Nas paróchias em que não houverem casas de misericórdia, a renda dos cemiterios será aplicada às despesas da fabrica, guisamentos, compra de paramentos e reparos das matrizes, prestando os fabriqueiros contas annualmente do emprego desses dinheiros no juizo da provedoria.*<sup>53</sup>

Os ofícios fúnebres na capital ficavam a serviço de particulares. A partir da lei nº 431, sancionada em 24 de abril de 1875, pelo presidente Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, os mesmos passaram aos cuidados da Santa Casa de Misericórdia, conforme determinava o artigo primeiro daquela lei:

*Art.1º - Fica o governo da provincia autorizado a conceder á santa casa de misericórdia desta cidade, o privilegio, por 10 annos, para o estabelecimento de uma empresa de locação de carros funerarios nesta capital.*<sup>54</sup>

<sup>53</sup>PARANÁ. Governo. 1870 (Carvalho), p.78.

<sup>54</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ.Paranaense, 1875. v.22, p.43.

Decorridos dez anos desta determinação governamental, isto é, em 1885, os senhores Francisco Borges Martins da Cunha e Gabriel Choriol fundaram a primeira empresa funerária na Província, anunciando os seus serviços, preços, tabela e especificações no jornal Dezenove de Dezembro. A casa localizava-se na rua Direita, nº 35 e seu funcionamento iniciou a 1º de outubro do mesmo ano. Além de se ocuparem dos caixões tanto para adultos como para crianças, responsabilizavam-se também pela arrumação de salas mortuárias, dos serviços de igrejas e dos carros fúnebres.<sup>55</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, as populações, tanto da Europa como da Corte, passaram a se preocupar com as vantagens e desvantagens da cremação de cadáveres. Algumas teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelos acadêmicos de medicina abordavam este tema. Na tese do Dr. Carlos Adalberto de Campos Loudares, natural de Minas Gerais, há o seguinte comentário sobre cremação no Brasil:

*Até agora temos visto o desenvolvimento que tem tido a propaganda da cremação nos principaes paizes do mundo; resta-nos examinar o estado da questão entre nós!*

*A cremação não é desconhecida da totalidade dos brasileiros; ella foi mais de uma vez empregada no exercito em acção na campanha do Paraguay; e os bahianos em 1850 (?) por*

<sup>55</sup>CUNHA, F.B.M. & CHORIOL, G. Empresa Funeraria. Dezenove de Dezembro, Curityba, 6 set.1885. n.196, p. 3. Ver anexo.

*ocasião da epidemia do cholera, também incinerarão alguns cadáveres.*<sup>56</sup>

O autor aponta, ainda, a existência de estudiosos sobre o assunto, indica uma bibliografia brasileira sobre o tema a partir de 1879, além de arrolar, uma sociedade de cremação presidida pelo Dr. Domingos Freire no Rio de Janeiro. Os resultados obtidos nos estudos sobre os micro-organismos da febre amarela existentes no solo dos cemitérios do Rio de Janeiro, em 1883, fizeram com que o Sr. Leão Velloso, então Ministro do Império, ordenasse a construção de um forno na região de Jurujuba para cremação de todos os indivíduos falecidos de febre amarela no hospital de Santa Izabel. O forno foi construído com a verba *socorros públicos*, somando a quantia de treze contos de réis.<sup>57</sup> Deveria ser usado apenas nas ocasiões epidêmicas, com indigentes. As pessoas abastadas, conseqüentemente, seriam sepultadas nos cemitérios.<sup>58</sup> O autor da tese considerava esta decisão do Sr. Leão Velloso muito precipitada e arbitrária, contrária aos princípios e costumes de nossa população.

Numa revisão dos enfoques aqui tratados pode-se concluir que os sepultamentos a princípio eram feitos

<sup>56</sup>LOUDARES, C.A.C. Da cremação de cadáveres. Rio de Janeiro, Typ.de J.D. de Oliveira, 1883. p.61.

<sup>57</sup>Ibid., p.63.

<sup>58</sup>Ibid., p.67.

no interior das igrejas sem respeito aos princípios básicos de saúde e higiene. Aos brancos e aos católicos era dado o privilégio do sepultamento eclesiástico, o que não ocorria com os negros e os não católicos.

Só a partir da instalação do governo provincial é que a população foi se conscientizando da necessidade da construção de cemitérios por questões de higiene. Coube ao governo provincial e às Câmaras Municipais incentivar e destinar verbas para a construção dos mesmos sendo, muitas vezes, edificadas em locais impróprios, sem planejamento, sem previsão do espaço físico e de caráter provisório. No final do período ainda algumas localidades não contavam com o seu cemitério.

Nas últimas décadas do século XIX surgiu na Europa uma corrente partidária da cremação de cadáveres. Embora no Brasil algumas pessoas se interessassem pelo assunto, no Paraná não se tem notícia de tal prática.

Os sepultamentos revestiam-se de um misticismo religioso, cabendo à igreja o registro do óbito e às autoridades competentes a *carta de enterro*.

### 3.3. SANEAMENTO

A conservação da saúde pública sempre recebeu

atenção dos governos provinciais, os quais procuravam propiciar melhoramentos em benefício do bem-estar da população. Pode-se assegurar que os problemas relativos à água, esgoto, dessecação de pântanos e águas paradas receberam investimentos do governo à medida que se tornava necessário resolvê-los segundo perspectivas contemporâneas.

### 3.3.1. Abastecimento de água

O abastecimento de água potável era feito através de poços construídos em propriedades particulares e também publicamente, através de chafarizes e rios.

Em 1857, o engenheiro da Província Frederico Hegréville foi encarregado pelo governo de proceder exames e estudos preliminares para verificação da possibilidade de melhorar e aumentar o abastecimento de água potável na capital, tornando mais abundantes os chafarizes existentes e construindo outros em locais apropriados.<sup>1</sup>

Para cuidar das fontes e logradouros públicos existia a *polícia das fontes*, constituída por fiscais autorizados para o controle e manutenção do asseio e

<sup>1</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 8 abr.1857. n.2, p.3.

ordem pública nesses locais. De acordo com o decreto nº 44, de 18 de março de 1858, era atributo da polícia das fontes:

*Art.115 - É prohibido lavar roupa e qualquer outro objecto dentro dos muros da fonte chamada-de-beber onde se acham as torneiras.*

*Ao contraventor multa de quatro mil réis.*

*É porem permittido lavar roupa dentro do tanque que para esse effeito foi construido.*

*Art.116 - É prohibido introduzir cavallo nos ádros dos chafarizes.*

*Ao contraventor multa de quatro mil réis.*

*Art.117 - A carroça que for á fonte encher d'agua as pipas ficará postada no lugar designado pelo fiscal, e sera cheia a barris.*

*Ao contraventor multa de quatro mil réis.*

*Art.118 - É prohibido conservar fogo e fazer bariellas dentro do telheiro da fonte, bem como depositar cinza, e outros objectos do trafico das lavadeiras senão nos logares designados pelo fiscal.*

*Ao contraventor multa de dois mil réis.*

*Art.119 - Dentro dos tanques das fontes e de outros, construidos pela camara ou por particulares para lavagem de roupa e outros objectos do uso domestico, ninguem poderá lavar nem dar de beber a animaes.*

*Ao contraventor multa de seis mil réis.*

*Art.120 - Quem damnificar os chafarizes ou nelles depositar objectos que prejudiquem o asseio, será multado em seis mil réis.*

*Art.121 - A porta do telheiro da fonte de cima se fechará todos os dias ao anoitecer e assim ficará durante a noite; devendo o fiscal providenciar para que seja aberta ao amanhecer do dia seguinte.<sup>2</sup>*

Um dos chafarizes mais importantes da capital e mais freqüentado, inaugurado num clima de festa, foi o chafariz do largo do Murici, ou do largo do Zacarias.

<sup>2</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decreto n.44 de 18 de março de 1858: capítulo IX - Polícia das fontes. Dezenove de Dezembro, Curityba, 24 nov.1858. n.68, p.1.



No dia 8 de setembro de 1871, sob a proteção da Padroeira de Curitiba, ali correu água pela primeira vez, sendo na ocasião entregue ao público. Tornou-se um ponto muito procurado pelos aguadeiros que comercializavam a água potável vendida em pipas.<sup>3</sup>

Mas a eficiência policial e o respeito ao logradouro público por parte de certos elementos da população nem sempre foram atendidos. Em artigo publicado no jornal Dezenove de Dezembro, um munícipe queixasse da falta de zelo dispensado ao chafariz do largo do Zacarias, dizendo:

*Causa dô ver o modo porque se cura de zelar da mais importante caixa d'agua, que abastece esta capital. Referimo-nos a do chafariz do largo do Zacarias. Essa caixa, que demora proximo ao hospital de misericordia, que não se conserva fechada recebe sempre, pelos alicerces do massiço em que se acha o carneiro, parte de immundicias que junto se acham. Alem disso ahi faz-se toda a sorte de abusos, pois ha quem se sirva do logar que accumula a agua que do deposito sahe para tomar banho. Outras vezes chega a perversidade a ahi fazer deposito de excremento. Ha dias vimos partes de animaes mortos, talvez de peste, ahi depositadas. Ora, se essas aguas de fôra do massiço empregnão-se nas paredes deste, não ha duvida que a do chafariz vem a ser nociva à saude. Com estas linhas, que desejamos sejam publicadas, esperamos a remoção do mal ou a extinção do abuso, procurando-se conhecer, tão atrozmente, concorre para que a salubridade publica seja alterada. Na quadra calida que atravessamos pode isso trazer enfermidades; que virão flagellar a popula-*

<sup>3</sup>LEÃO, A.E. Indice alphabetico paranaense. Curityba, Impressora Paranaense, 1934. p.60.

*ção sempre exposta ao mau instinto de um de seus membros.*<sup>4</sup>

Sucessivas reclamações da população persistiram, abordando a perversidade do fato, a poluição da água e exigindo medidas do governo, o que só se realizou a 26 de dezembro, quando a caixa d'água foi completamente fechada.<sup>5</sup>

Durante o governo do presidente Adolpho Lamenha Lins, vários estudos foram feitos quanto ao abastecimento de água potável na capital. Os chafarizes que até então existiam eram alimentados por escassos olhos d'água, que tendiam a diminuir à medida que as matas das colinas dos arredores eram destruídas. Devido a isso, o governo incumbiu o engenheiro Gottob Wielland de estudar a questão, apresentando à presidência, como conclusão de seus trabalhos, duas alternativas a serem exploradas, ou seja, dois mananciais de água corrente que se prestariam a derivações para o abastecimento de Curitiba - um o do rio Barigui, o outro o do rio Belém.

*A canalisação do rio Barigui, pela distancia em que se acha do centro da cidade e pelos accidentes topographicos que della o separam exigiria despesas collossaes com obras im-*

<sup>4</sup>LIMPEZA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 12 dez. 1877. n.1865, p.3.

<sup>5</sup>CAIXA d'água. Dezenove de Dezembro, Curityba, 26 dez.1877. n.1869, p.3.

*portantes avultando entre ellas um extenso tunel; por esse motivo preferiu-se o rio Belém.*<sup>6</sup>

Segundo projeto do engenheiro Wielland, a água derivaria do tanque do Taborda, a 5 km de distância do largo da Matriz. Junto ao tanque, seria construído um reservatório concreto até o nível da água, com quatro compartimentos, destinado à filtração. Um sistema de tubos determinaria a entrada da água nos quatro compartimentos, a qual, depois de atravessar a camada filtrante composta de areia, cascalho e pedra britada, seguiria pelo encanamento geral até o reservatório de distribuição. Intersectada por um conjunto de válvulas, a água, por pressão própria, atravessaria o filtro de baixo para cima, limpando-o do lodo e matérias estranhas.

O encanamento geral, desde o reservatório de filtração até o da distribuição, na rua do Saldanha, compunha-se de tubos de barro de 0,20 m de diâmetro, assentados no leito da estrada do Assungui. Nos pontos elevados, o encanamento teria registros de ar ou ventosas; nas depressões, seriam estabelecidos registros de *limpa*. A altura do reservatório filtrante em rela-

<sup>6</sup>PARANÁ. Governo. 1877 (Lins). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da Província o Excellen-tissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ.Lopes, 1877. p.138.

ção ao da distribuição seria de seis metros, inferior portanto, à pressão atmosférica. Do reservatório da distribuição partiria um encanamento destinado a alimentar um chafariz *monumental* no largo da Matriz e encanamentos-ramais distribuiriam água por doze torneiras colocadas nas diferentes esquinas. Este encanamento poderia abastecer a capital com 1.071.360 litros diários.

As obras de todo o projeto foram orçadas em 99:000\$000rs, soma muito alta para os cofres provinciais, o que impediu a sua execução.

Em 1878, o Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque faz uma análise das condições de salubridade da capital da Província e ao colocar o problema da água menciona a insuficiência de fontes de água potável, pois até então havia apenas dois chafarizes:

*Uma das condições hygienicas de primeira necessidade em qualquer cidade é um volume d'agua sufficiente para os gastos da população. Felizmente temos grande abundancia della; entretanto, acho pouco o numero de fontes de agua potavel, pois que se houver uma secca as duas que aqui existem não chegarão para o consumo. Estas estão situadas: uma no largo do Conselheiro Zacarias e a outra em uma praça, que existe entre a rua do Riachuelo e a estrada da Graciosa.<sup>7</sup>*

Acrescenta o autor que a fonte no largo do Conselheiro

<sup>7</sup>ALBUQUERQUE, A.C.P.C. Saude publica. Dezenove de Dezembro, Curityba, 19 dez.1878. n.1949, p.2-3.

Zacarias era a mais procurada e considerada de melhor qualidade, do que discordava. Suas águas provinham de um depósito situado em terreno baixo, úmido e fofo, tendo na sua frente banhados e passando a poucos metros de distância um riacho confluyente ao rio Ivo, freqüentado por grande número de lavadeiras. Se o terreno sobre o qual se assentava o depósito de água era fofo e muito poroso, não era de se admirar que por ele se infiltrassem as águas sujas e carregadas de matérias orgânicas que forçosamente alterariam as águas existentes no reservatório. Este reservatório era alimentado pelas águas de uma lagoa, situada ao lado do novo hospital da Santa Casa de Misericórdia, a qual era estagnada e imprópria. Contudo, enquanto esta água fosse consumida, era necessário a manutenção do mais rigoroso asseio na lagoa, vetando-se a lavagem de roupas, a permanência de pessoas ou animais no local e também obstando-se os despojos de toda espécie.

Em 1879, a população sentiu os efeitos da seca registrada na Província, com a redução da água dos chafarizes que alimentavam a capital, e isto levou a exploração dos aguadeiros.

*Vai sendo bastante sensível a falta d'agua, em consequência na secca que vamos atravessando. Reclamamos sobre o abuso de, em tempo de secca, consentir-se que duas ou tres pipas se abasteçam no chafariz da melhor agua que possuímos, com prejuizo dos consumidores, que são obrigados ou a satisfazerem os pre-*

*ços exigidos pelos vendilhões ou então procurarem os poços mais distante por se achar exhausto o chafariz.*<sup>8</sup>

O aumento populacional da capital causado pelo grande contingente de imigrantes europeus nos últimos anos do período provincial determinou a ampliação da rede de abastecimento de água. O governo da Província, de acordo com a lei nº 563, de 28 de março de 1880, contratou o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes para efetuar os estudos necessários para a realização de um projeto destinado ao abastecimento de água potável à população da capital. O contrato não previa ônus algum para a Província, apenas prometia a concessão de privilégio para a realização da empresa, caso tais estudos fossem aprovados.<sup>9</sup>

Só em 22 de novembro de 1882 é que o engenheiro J. R. Antunes apresentou os resultados dos estudos feitos para a rede de abastecimento de água, com um orçamento de 880:000\$000rs, o qual, segundo o presidente Carlos Augusto de Carvalho, era inviável naquele momento:

<sup>8</sup>FALTA d'agua. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 maio 1879. n.1970, p.3.

<sup>9</sup>PARANÁ. Governo. 1881 (Pedrosa). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª legislatura no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo presidente da Província o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa. Curityba, Typ.Perseverança, 1881. p.97-8. (continua)

(continuação do rodapé 9)

Esse contrato tinha o teor seguinte:

"Aos 28 do mez de Agosto de 1880, nesta secção do contencioso do thesouro provincial, onde se achava o procurador fiscal respectivo, Ignacio Alves Corrêa Carneiro, comigo Manoel Claudino de Andrade e Silva, collaborador servindo de escripturario do mesmo contencioso, compareceu o Dr. Joaquim Rodrigues Antunes e por elle foi dito que, pretendendo realisar de accordo com o governo da provincia o abastecimento d'agua potavel á cidade de Curityba, vinha contratar os estudos necessarios á canalisação dessa agua e as respectivas obras de arte essenciaes, determinando o logar e dimensão dos depositos, bem como a qualidade e capacidade dos tubos, de conformidade com o officio do Exm. Snr. Dr. presidente da provincia a 24 do corrente e nos termos da lei n.563 de 28 de Março do mesmo anno, tudo sob as clausulas seguintes:

- 1<sup>a</sup> O contratante obriga-se a proceder a medição e analyse dos mananciaes escolhidos para o abastecimento d'agua.
- 2<sup>a</sup> A levantar a planta geral da zona em que se acharem os mananciaes, com indicação de represas, canaes de derivação até a caixa ou caixas de recepção e depuração e encanamento até a caixa de distribuição, com córte e perfis necessários.
- 3<sup>a</sup> A realisar o projecto da caixa ou caixas de depuração com a planta e córtes precisos; bem como o da caixa de distribuição, cuja capacidade deverá estar de accordo com abastecimento d'agua necessario a uma população de 20,000 almas, na razão do consumo diario de 250 litros por pessoa, com plantas, córtes, etc.
- 4<sup>a</sup> A levantar o perfil longitudinal dos canaes de derivação até a caixa de recepção e do terreno escolhido para o encanamento até a caixa de distribuição; bem como a planta geral da cidade com indicação dos morros e seu nivelamento e mais no da distribuição onde serão indicados os pontos escolhidos para as fontes publicas e a collocação de registros para o serviço de irrigação da cidade e extincção de incendios.
- 5<sup>a</sup> A apresentar um memorial onde, em vista das circumstancias topographicas de terreno,

*o abastecimento de agua potavel é um serviço de natureza municipal, não devendo o governo provincial chamal-o a si.*

*A camara municipal, restaurado o seu credito, poderá com vantagem emprehender trabalhos mais modestos dos que os apresentados. É uma necessidade indeclinavel.*<sup>10</sup>

Na sessão da Câmara Municipal de Curitiba, de 14 de março de 1885, nova proposta foi aceita para o abastecimento de água potável na capital, desta vez

(continuação do rodapé 9)

se fundamente a preferencia de applicação ou aqueductos livres ou de encanamento.

6<sup>a</sup> A fazer um calculo do diametro e espessura dos tubos, caso seja adoptado o encanamento sob pressão.

7<sup>a</sup> Fica concedido ao contratante o prazo de um anno para a conclusão e apresentação desses estudos, - ficando-lhe, outrosim, facultadas as indispensaveis informações e dados que dependam das diversas autoridades e repartições publicas desta provincia.

8<sup>a</sup> Finalmente, realizados esses estudos, fica garantido ao contratante o privilegio de que trata a referida lei, salva a hypothese de apparecer quem offereça maiores vantagens á provincia que, neste caso, indemnizará por si ou pelo novo contratante as despesas effectuadas pelo actual concessionario.

E como foram aceitas essas condições, lavrou-se o presente contrato em que, assignaram o respectivo procurador fiscal e contratante. E eu, Manoel Claudino de Andrade e Silva, o escrevi: - Ignacio Alves Corrêa Carneiro. - Bacharel Joaquim Rodrigues Antunes. (Estava uma estampilha de 200rs, competentemente mutisada). - Confere - Ignacio Carneiro."

<sup>10</sup> PARANÁ. Governo. 1883 (Carvalho). Relatorio que ao Exm. Snr. commendador Antonio Alves de Araujo 1<sup>o</sup> vicepresidente da Província do Paraná apresentou o Exm. Snr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração em 26 de maio de 1883. Curityba, Typ. Perseverança, 1884. p.77.



sob a responsabilidade do engenheiro civil Fernando Mattos.<sup>11</sup> A posterior assinatura de contrato com o referido engenheiro provocou polêmica por parte da população, que não concordava com os termos e concessões aceitas pelo governo.<sup>12</sup> Cerca de dois meses após, devido aos protestos e debates suscitados entre a população e o engenheiro Fernando de Mattos, a Câmara Municipal houve por bem não mais aprovar a postura proposta pelo engenheiro e a reabrir concorrência com o seguinte edital:

*Não tendo sido aprovado, pelo governo da província, a postura relativa ao estabelecimento da empresa de abastecimento de agua potavel d'esta capital, contractada com o engenheiro civil Fernando de Mattos;*

*- A camara municipal desta cidade, chama novamente concurrentes para o serviço, nos termos do art.6º da lei 792 de 19 de Outubro de 1884, abaixo transcripto:*

*"A camara municipal da capital fica autorizada a contractar o abastecimento d'agua potavel para a capital, garantindo juros até 6% sobre capital não superior à 400:000\$000; mas não fará executar sem que este seja aprovado pela Assemblêa Provincial."*

*Recebe propostas em cartas fechadas nesta secretaria até o dia 10 de Abril do corrente anno.*

*E para constar lavrou-se o presente edital. Secretaria da camara municipal de Curitiba, 10 de Fevereiro de 1887. - O presidente, Ildefonso Pereira Correia - O secretario Bernardino de F.Saldanha. (Até 10 de Abril).<sup>13</sup>*

<sup>11</sup>ABASTECIMENTO d'agua. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 17 mar.1885. n.62, p.2.

<sup>12</sup>MATTOS, F. Abastecimento d'agua. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 7 dez.1886. n.236, p.3.

<sup>13</sup>CORREIA, I.P. & SALDANHA, B.F. Editaes. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 14 fev.1887. n.36, p.3(A).

Até o término do período provincial nenhuma obra, visando o abastecimento de água potável na Capital, foi posta em prática, nem conclusões da apuração da concorrência de 1887, pela Câmara Municipal, chegaram a ser oficializadas.

### 3.3.2. Esgoto

Além disso, a construção de poços e de latrinas ou fossas negras continuaram sem o cumprimento das exigências necessárias estabelecidas pelas regras de higiene. A partir de 1880 houve um verdadeiro interesse na Província em relação ao problema. Até então, os poços artesianos particulares eram construídos sem método, muitos em terrenos baixos, pouco distantes das fossas. Os dejetos eram lançados nos rios, matas e em latrinas construídas nos fundos dos quintais, carentes dos devidos cuidados higiênicos.

O sistema de latrinas empregado na Província foi abominado pelo Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho:

*Não ha casa onde não exista pelo menos uma. Nella fazem o despejo durante annos e pelo que anteriormente já expendemos, dá logar esse costume á molestias provenientes da putrefacção das materias fecaes que se tornam focos de miasmas. Quantos pés cubicos de miasmas (se por ventura se os podesse medir)*

*não despenderiam esses fôcos, disseminadas de casa em casa, durante um certo espaço de tempo? A essas causas de miasmas devemos acrescentar as esterqueiras, que, formadas de substancias organicas de toda a classe em decomposição, devem para as necessidades da agricultura ser permittidas no campo, mas no centro da população é um erro grave, que inconscientemente comettem os que, para terem plantas e fructos viçosos, compromettem a sua saude e vida.*<sup>14</sup>

O médico Dr. Albuquerque sugere a proibição de tais práticas, recomendando que as matérias fecais e as águas servidas sejam tiradas diariamente das casas e levadas a grande distância. Outra opção por ele apresentada seria obrigar os moradores das casas a desinfetar diariamente as latrinas e os locais de despejo com desinfetantes recomendados para tal fim.

Em junho de 1883, o vice-presidente da Província, atendendo às solicitações da Câmara Municipal de Curitiba, deliberou aprovar provisoriamente a postura relativa a latrinas, deliberação essa que constava de doze artigos, com as especificações seguintes:

- a) - proibindo o uso de fossas abertas para depósito de materiais fecais no quadro urbano e vetando o uso de canos destinados ao esgoto das refinarias para os rios e banhados;
- b) - obrigando os proprietários do quadro urbano a cons-

<sup>14</sup>ALBUQUERQUE, A.C.P.C. Saude publica. Dezenove de Dezembro, Curityba, 12 dez.1878. n.1948, p.3.

truir um aparelho do sistema divisor de *Freycinet*, cujo padrão a Câmara forneceria com o respectivo desinfetante;

- c) - determinando um prazo de seis meses para a construção dos referidos aparelhos. Após este prazo, uma comissão da Câmara, juntamente com o fiscal de higiene, procederia visitas domiciliares de inspeção, ficando os moradores sujeitos à multa no caso do não cumprimento. O transporte desses aparelhos para a limpeza seria feito em datas pré-estabelecidas, por tabela de ruas, das 7 às 9 e das 18 às 21 horas, por carretas apropriadas, para locais previamente estabelecidos.<sup>15</sup>

Dois anos após a aprovação prévia dessas posturas, surge uma *Empresa Sanitária* na Província, destinada à construção de latrinas sob a direção do Dr. Carlos Westermann e Adolpho Lindmann.

*Empresa sanitaria.*

*Os Srs. proprietarios ou locatarios que desejarem ter construidas pela empresa sanitaria as fossas latrinas de conformidade com o contracto celebrado entre a camara municipal e os emperezarios, que se obrigaram a construir estas fossas de metro cubico ao preço de 35\$000 ou proporcionalmente, são avisados, e pede-se, de fazer esta declaração no escriptorio da empresa, rua da Imperatriz n.51, das 11 as 2 horas da tarde até o dia 15 de*

<sup>15</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 30 jun.1883. n.38, p.2.

*Agosto do anno corrente.  
A empresa não se responsabilisa por estas  
construcções se forem feitos os pedidos de-  
pois da data indicada.  
Curityba, 15 de Junho de 1886.*<sup>16</sup>

Pelo decreto nº 875, de 27 de dezembro de 1886, o presidente bacharel Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho aprovou a seguinte resolução para a capital, em seu artigo primeiro:

*Art.1º - Os proprietarios de predios urbanos são obrigados a ter promptos, dentro do prazo de 60 dias, subsequentes ao aviso da empresa encarregada da limpeza das latrinas, as fossas convenientemente ladrilhadas e cimentadas, em cada casa que possuírem, sob pena de multa de 20\$000rs. repetida tantas vezes quantas forem as reincidencias as quaes se darão sempre que, depois de novo aviso, houver decorrido novamente o prazo estabelecido n'este artigo.*<sup>17</sup>

Este sistema de limpeza, feito pela *Empresa Sanitária* estava longe de cumprir os fins aos quais era destinado, o que gerou insatisfação e reclamações por parte da população, que incansavelmente expressava seus protestos em artigos nos periódicos da época. Os proprietários alegavam que a empresa visava apenas os lucros financeiros e não a salubridade pública, porque eles se viam obrigados a pagar as taxas e impostos mesmo

<sup>16</sup>EMPRESA Sanitaria. Dezenove de Dezembro, Curityba, 16 jun.1886. n.133, p.3.

<sup>17</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Collecção das leis e decretos da Província do Paraná em 1886. Coritiba, Typ. da Penitenciaria, 1887. p.33.

quando o serviço não era executado, ficando ainda sujeitos às multas. Além disso, o material indispensável usado para a execução do serviço nem sempre funcionava como determinava o contrato: os tubos utilizados para a limpeza das fossas não eram impermeáveis nas junções, propiciando exalações pútridas. A população reclamava ainda da presença de estranhos nas residências em horas inoportunas e denunciava a existência de fossas abertas nas propriedades dos colonos, usadas para depósito das matérias fecais retiradas das casas, atitude que violava completamente as normas higiênicas do regulamento.

*Grande parte das fossas feitas segundo as determinações da camara, acham-se completamente obstruídas, com grande prejuizo para os proprietarios dos predios, e mesmo para a saude publica, visto que a Empresa não trata de limpá-las.*<sup>18</sup>

Em agosto de 1887, o contrato da Empresa sofreu retificações.<sup>19</sup>

Em sessão de 16 de julho de 1888 da Câmara Municipal de Curitiba, foi substituído o contrato do Dr. Carlos Westermann pelo do Dr. Boaventura F. Clapp para a limpeza das fossas. De acordo com o novo contrato, que entraria em vigor a partir de janeiro do ano se-

<sup>18</sup>EMPRESA Sanitaria. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 jun.1887. n.112, p.2.

<sup>19</sup>EMPRESA Sanitaria. Dezenove de Dezembro, Curityba, 11 ago.1887. n.126, p.1.

guinte, reduzia-se o preço da limpeza e beneficiava-se também as casas com fossas, desde que fosse paga uma indenização mensal.<sup>20</sup>

O Sr. B. F. Clapp teve o cuidado de divulgar através de um folheto as posturas da Câmara Municipal da Capital sobre a limpeza da cidade e sobre a execução do respectivo contrato, esclarecendo as vantagens do sistema em português, italiano e alemão. Este folheto foi distribuído em todas as casas da cidade no intuito de informar a população dos direitos e deveres da empresa, dos proprietários e dos locatários a fim de que todos pudessem contribuir para o bom andamento do serviço.<sup>21</sup>

### 3.3.3. Dessecamento dos Pântanos

Outro problema na Província era o da presença de pântanos e águas estagnadas ao redor dos centros populosos como Paranaguá, Antonina, Morretes, Curitiba e outras localidades.

Em setembro de 1855, o Dr. Murici envia um ofício à presidência, por ocasião das medidas a serem tomadas para prevenir o cólera-morbus que ameaçava as

<sup>20</sup>EMPRESA Sanitaria. Dezenove de Dezembro, Curityba, 17 jul.1888. n.53, p.2.

<sup>21</sup>EMPRESA Sanitaria. Dezenove de Dezembro, Curityba, 1º dez.1888. n.131, p.1.

Províncias do norte, solicitando a dessecação de banhados como o meio higiênico mais favorável à salubridade pública, especificando os métodos adequados de procedimento no caso de terrenos lodosos.

*O foco de miasmas, que se cria nos logares onde se desecção os pantanos, pela putrefacção das lamas expostas aos ardentes raios do sol, torna-se quasi sempre mais funestos, do que pode ser a conservação dos dictos pantanos. Ora, se a commissão tractando de dar esgoto ás aguas estagnadas, tractar também de immediatamente aterrar esses logares com terra sêcca, e não esperar que o sol venha praticar esse serviço expondo assim a população aos riscos de tão grande fôco de putridos miasmas, bem resolverá.*<sup>22</sup>

O decreto de 18 de março de 1858, assinado durante a presidência do Sr. Francisco Liberato de Mattos, em seu capítulo sobre o esgotamento de pântanos e águas infectadas, determina:

*Art.14 Aquelle que no interior da cidade conservar agua estagnada, será obrigado a dessecal-a no praso de vinte dias, depois da intimação do fiscal.*

*Ao contraventor multa de doze mil réis.*

*Art.15 O que de qualquer modo tapar, estreitar ou fizer despejos nas vallas publicas, que dão esgoto ás aguas da cidade, será multado em dez mil réis, é obrigado a remover os embaraços a sua custa. O que não tiver meios soffrerá oito dias de cadeia e neste caso o fiscal mandará fazer taes remoções a custa da camara.*

*Art.16 Fica prohibido dar esgoto ás aguas*

<sup>22</sup>MURICI, J.C. Correspondência, 26 set.1855, Curitiba. In: OFFÍCIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Provincia do Paraná, 1855. v. 7, p.177.



*pluvias das áreas ou quintaes de uns para outros vizinhos.*

*Ao contraventor multa de vinte mil réis.*

*Art.17 Ninguém dará esgoto às águas das áreas e quintaes dos prédios urbanos por cano inferior à calçada da rua.*

*Pena de vinte mil réis de multa, e desfazer o cano à sua custa.*

*Art.18 O que lançar águas infectas, lixos ou imundices no quintal, área ou cano de sua propriedade, que aliás devem ser conservados bem limpos, será multado em vinte mil réis.<sup>23</sup>*

Mas estas medidas higiênicas não eram atendidas na íntegra pela população, havendo sempre reclamações do governo provincial aos munícipes. Em abril de 1867, a autoridade competente solicita, através de um ofício, o parecer do engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho sobre as obras necessárias para o melhoramento das condições higiênicas da capital.<sup>24</sup>

As condições de salubridade e higiene nas cidades no final do século XIX tornaram-se foco das preocupações dos governos, dos médicos e naturalistas, tanto que em 1873, o assunto é proposto como um dos temas de debate no IIIº Congresso Médico, realizado em Viena, de 2 a 10 de setembro do mesmo ano.<sup>25</sup>

Na capital, atribuiu-se o mau estado sanitário

<sup>23</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decreto n.44 de 18 de março de 1858. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 3 nov. 1858. n.62, p.1-2.

<sup>24</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 01 maio 1867. n.783, p.3-4.

<sup>25</sup>CONGRESSO medico. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 28 jun.1873. n.1415, p.3.

ã presença dos pântanos que circundavam a cidade, prejudicando a saúde pública e sugeria-se o seu dessecação com a simples abertura de valas até os rios Ivo e Belém que atravessavam a cidade.<sup>26</sup> Em 1876, a Câmara Municipal determinou a dessecação de alguns banhados de Curitiba, como medida extremamente necessária para livrar-se dos flagelos que atormentavam a higiene pública.<sup>27</sup>

O presidente Adolpho Lamenha Lins, em seu relatório apresentado à Assembléia Provincial, cita como uma das causas da deficiência sanitária os referidos charcos:

*... grandes pantanos que a cercam principalmente formados pelos rios Ivo e Belem, cujos leitos obstruídos quasi sempre, são depositos de materias organicas em decomposição,...*<sup>28</sup>

O Dr. Pedrosa nomeou, em 1880, uma comissão composta dos engenheiros Francisco Antonio Monteiro Tourinho, Francisco Clementino de Santiago Dantas e Bernardino Borman para examinar o terreno em que se asentava a capital e suas circunvizinhanças, a fim de

<sup>26</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 14 ago.1875. n.1632, p.1.

<sup>27</sup>BANHADOS. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 26 jul. 1876. n.1727, p.3.

<sup>28</sup>PARANÁ. Governo. 1876 (Lins). Relatorio apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba, Typ.Lopes, 1876. p.9.

propor os meios mais convenientes para dessecação-lo.

*De ha muito que se faz sentir semelhante medida e presentemente torna-se de urgente necessidade leval-a a effeito, pois, Curityba, desenvolve-se extraordinariamente e a sua população, que cada vez mais condensa-se, terá de soffrer muito, com as enfermidades que infallivelmente devem provir da humidade do solo em que nos achamos collocados. As consequências dessa humidade já são bastante sensíveis e manifestas á vista dos repetidos e sempre fataes casos de febre typhoyde, bronchites, croup e algumas outras molestias e maiores proporções tomarão para o fucturo, si desde já não for tomada qualquer providencia tendente a sanear esta florescente e importante cidade.<sup>29</sup>*

O relatório apresentado pela comissão em 30 de novembro do mesmo ano, lamentava a impossibilidade de realização de todos os estudos necessários, mas apresentava um projeto para o dessecamento da capital de acordo com as condições financeiras da Província e da municipalidade. Esclarecia ainda que a cidade de Curitiba, embora estivesse acerca de 900 m de altitude, podia ser considerada como edificada em um terreno baixo, devido à filtração subterrânea e ao escoamento superficial das águas pluviais, fato que provocava, em grande parte, a umidade do solo, uma das causas das enfermidades. As filtrações subterrâneas eram pouco profundas, isso devido a uma camada argilosa onde se conservavam as águas pluviais por muito tempo à espera

<sup>29</sup>SANEAMENTO da capital. Dezenove de Dezembro, Curityba, 13 nov.1880. n.2094, p.3.

de evaporação. A comissão apontava uma dupla causa para a umidade da capital: uma, a natureza pouco permeável do sub-solo, outra, a declividade quase nula dos talvegues dos rios Ivo e Belém.<sup>30</sup> A respeito dos rios Ivo e Belém, um artigo no jornal *Dezenove de Dezembro*, sob o título *Hygiene publica*, comentava suas condições paludosas:

*O rio "Ivo", por estar situado no centro da cidade, mereceu chamar a atenção do sr. presidente da província, quem indicou á camara municipal á conveniencia de proceder immediatamente a sua limpeza, etc. etc.*

*O rio "Belem", que não teve a sorte de nascer em lugar tão aristocratico como seu companheiro, está escapando as vistas de s. ex., da camara municipal, e muito particularmente, do illm. sr. vereador encarregado de inspecionar essa parte da cidade.*

*Desde a ponte situada no Boulevard 2 de Julho, até o tanque do sr. Bittencourt, o referido rio "Belem" é muito estreito e sinuoso, de modo que permanentemente alaga os terrenos que estão situados em suas margens n'uma grande extensão, do que resulta ficarem convertidos em brejos de aguas estagnadas, que com os residuos vegetaes que, alli se acumulam, e, a favor dos fortes calores do verão, convertem se em focus de febres malignas, paludosas e intermittentes, pondo em verdadeiro risco as boas condições hygienicas que deve ter a cidade.*

*Essa parte da cidade, pois, é um perigo que ameaça a saude publica, e é urgente necessidade, que a autoridade competente proceda com o maior empenho, a seu saneamento.*<sup>31</sup>

Em 1886, figurava como um dos melhoramentos mu-

<sup>30</sup>PARANÁ. Governo. 1881 (Pedrosa), p.22-7.

<sup>31</sup>HYGIENE publica. Dezenove de Dezembro, Curityba, 27 dez.1885. n.286, p.3.

nicipais da capital, a transformação do extenso charco em que se alargava o rio Belém, em *parque público*, destinado à recreação da população.

*De mais com esse aformoseamento lucrou immediata e immensamente a hygiene publica, substituindo, como ficou, um foco de infecção, um centro de miasmas pestilenciaes por logradouro, o mais apropriado possível à saúde geral, pela condensação de vegetação, e escoamento rápido, bem dirigido e regular das aguas.*<sup>32</sup>

Esta medida de saneamento foi a solução para o problema do principal pântano no centro da cidade, objeto de posteriores melhoramentos como arborização, canalização, etc., em prol da salubridade pública.

Em conclusão o sistema de saneamento básico na Província do Paraná pode ser considerado precário não só pela falta de recursos, como pela pouca atenção dispensada pela população para o assunto.

O abastecimento público de água potável, em Curitiba, limitava-se a dois chafarizes, os quais nem sempre mantinham o padrão de higiene e asseio exigido pelas autoridades competentes. O governo, para solucionar o problema do abastecimento de água da capital, contratava engenheiros especializados para projetar e

<sup>32</sup>PARANÁ. Governo. 1886 (Taunay). Exposição com que S.Ex. o Sr.Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay passou a administração da Provincia do Paraná ao Exm<sup>o</sup> Snr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho 1<sup>o</sup> vice-presidente a 3 de maio de 1886. Curitiba, Gazeta Paranaense, 1886. p.81.

orçar novos sistemas, os quais nunca foram postos em prática, sob a alegação de falta de verba disponível para tal.

Os poços, as latrinas e as fossas negras, até 1880, eram construídas sem método. A partir desta data, o governo provincial decidiu deliberar as posturas específicas para a construção e manutenção destes particulares. Também incentivou a implantação de um novo sistema de latrinas que foi executado a princípio pela *Empresa Sanitária*.

O dessecamento de pântanos e charcos localizados na periferia dos centros populosos tornou-se necessário, por serem estes considerados focos infecciosos e insalubres pelos médicos e autoridades sanitárias. Encarados com maior rigor, tais locais, em alguns casos, foram transformados em logradouros públicos, o que vinha a favorecer a salubridade ambiental.

### 3.4. RECURSOS MÉDICOS

#### 3.4.1. Profissionais e Práticos

Os profissionais que exerciam a medicina no Brasil, desde os primeiros tempos até o início do século

XIX, eram denominados *físicos ou licenciados, cirurgiões-barbeiros, cirurgiões-aprovados e cirurgiões-examinados*.

Os médicos, propriamente ditos, eram formados em escolas européias. Em número reduzido, estes formados ocupavam os cargos de físicos na corte e alguns poucos estabeleciam-se nas principais cidades, vilas e sedes de capitanias.

Os cirurgiões-barbeiros eram habilitados ou aprovados em Portugal ou no Brasil, após exame perante autoridades sanitárias para exercer apenas a cirurgia. Na verdade, não ficavam circunscritos apenas a essa atividade, pois devido às circunstâncias de carência de profissionais, exerciam todos os aspectos da medicina.

Os barbeiros submetiam-se a exames perante as autoridades sanitárias para praticar os atos de sangria, sarjação, deitar ventosas e extrair dentes. Mais numerosos, estes eram encontrados nos diversos centros povoados, freguesias e vilas.

Como o contingente de profissionais habilitados era reduzido e o território muito vasto, juntavam-se a esses no exercício da medicina, os boticários e seus aprendizes, os aprendizes de barbeiros e de cirurgiões-barbeiros, os curandeiros, os entendidos, os curiosos e outros mais.

A fiscalização do exercício profissional e do comércio de drogas no Brasil efetuou-se, a princípio, através dos delegados ou comissários do físico-mor e do cirurgião-mor do Reino. Esta situação persistiu até 1782, quando o governo de D. Maria I de Portugal criou a junta do Protomedicato, com sede em Lisboa, mantendo também delegados no Brasil. Estes delegados eram encarregados de examinar os candidatos às *cartas de exame*, exigidas para o exercício legal da profissão de cirurgião-barbeiro e para a de barbeiro. Eram incumbidos ainda de cassar diplomas e licenças, inspecionar as boticas, interferir nos preços das drogas, visitar hospitais, preconizar medidas de defesa sanitária em tempos epidêmicos e fiscalizar o exercício da medicina pelos físicos, cirurgiões-barbeiros e parteiras. Seus atos eram estabelecidos através de regulamentos, avisos e alvarás periodicamente expedidos pela Metrôpole.<sup>1</sup>

No Paraná, antes do período provincial, as licenças para o exercício da profissão foram expedidas pelas respectivas Câmaras Municipais às pessoas de respeito ou às que apresentassem *carta de cirurgião ou atestado de exame*. Estas licenças, concedidas pela Câmara, eram de caráter temporário, podendo ser canceladas caso ficasse provado que o licenciado não pos-

<sup>1</sup>SANTOS FILHO, L. Historia geral da medicina brasileira. São Paulo, Hucitec, 1977. v.1, p.64.



suía competência suficiente para curar ou cujo comportamento desse margem a comentários.

*Em exemplo frizante das prerrogativas que tinha a Câmara na fiscalização e controle do exercício da medicina, é o de André Francisco Coimbra que depois de ter recebido autorização para exercitar o ofício de Surgião (Sic) teve sua licença cassada afim de que não curasse pessoa alguma, nem vendesse medicamentos alguns compostos por sua mão...<sup>2</sup>*

O edital régio de 22 de dezembro de 1798, que regulamentava a profissão de cirurgiões-práticos na Metrópole e nas colônias, anulou todas as licenças expedidas pelas Câmaras Municipais até então. Todas elas deveriam ser reexaminadas pelos delegados do físico-mor do Reino. Segundo Julio Moreira, tal determinação não parece ter sido obedecida, e os cirurgiões continuaram a exercer sua arte sem intervenções.

No final do século XVIII e princípios do XIX, a medicina e a cirurgia eram ensinadas separadamente, com programas específicos, nas faculdades européias e, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Após o término do curso e a realização dos exames, exigiam-se algumas formalidades para que o recém-formado exercesse sua profissão, como a *carta de examinação*.

Os programas dos cursos eram tidos como extensos:

<sup>2</sup>MOREIRA, J. Historia da medicina do Paraná: 1654-1822. Curitiba, Associação Médica do Paraná, 1953. p. 44.

*No Rio de Janeiro, no começo do século XIX, existiam aulas de Cirurgia para formar hábil Cirurgião, sendo preciso cinco anos: no primeiro ano estuda-se Anatomia, Química e Farmacêutica; no segundo ano, o mesmo estudo com Fisiologia; no terceiro ano Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica; no quarto ano Instruções Cirúrgicas de manhã, e de tarde Lições e Prática da Arte Obstétrica; no quinto ano prática de Medicina de manhã, e de tarde assistência às lições do quarto ano e à Obstetrícia. Aos que sendo aprovados plenamente em todos os anos, quizerem de novo frequentar o quarto e quinto anos, conceder-lhes a graduação de Formado em Cirurgia.<sup>3</sup>*

Na Província, os diplomas e cartas eram obtidos mediante o pagamento de quantias pré-estabelecidas, como as determinadas pelo decreto imperial nº 4356, de 24 de abril de 1869, em seus artigos seguintes:

*§55 Carta de doutor ou bacharel, de pharmaceuticos e de approvação no curso do instituto commercial da côrte ..... 10U000.  
 §57 Parteira, dentista e sangrador.. 2U000.  
 §58 Apostilla em cartas ou diplomas de doutor em medicina ou cirurgia, de pharmaceutico e outros obtidos em escolas estrangeiras: O mesmo que pagariam os titulos, se fossem passados pelas academias do imperio.<sup>4</sup>*

Um dos registros mais antigos sobre a maneira de proceder dos profissionais médicos e das pessoas dedicadas à cura das doenças data de 1768. Foi encontrado na Capela de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa, de-

<sup>3</sup>MOREIRA, p.45.

<sup>4</sup>BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.4.356 de 24 de abril de 1869. Dezenove de Dezembro, Curityba, 21 jul.1869. n.1012, p.1.

pois Vila Antonina. Tal registro consta no Livro das Pastorais e foi deixado pelos vigários capitulares de São Paulo que freqüentemente visitavam a vila. Nele encontram-se as normas determinadas para o exercício da profissão, as quais estabeleciam íntima relação entre as doenças da alma e as do corpo:

*É sabido que muitas vêzes procedem as moléstias do corpo, do estado da Alma enferma quando pecada, do que se percebe um importante desengano de que para sarar, temo corpo necessidade de que primeiro, a Alma se cure.*

*Pelo que exorto e admoesto a todos em Jesus Cristo para que no princípio das doenças se disponham para o sacramento da penitência, preparando para receber com igual e maior diligência que poem para a saúde, que importa menos que a incomparável Salvação que se vai buscar na Eternidade, verdadeira e inteira confissão; e conformando-me com a Decretal do Papa Inocência Terceiro, no Concílio Lateranense, e com a Bula Apostólica de Pio Quinto e irrefragável disposição de direito, mando a todos os Médicos e Cirurgiões e igualmente aos Barbeiros e mais pessoas que curam neste Bispado, inda sendo mulheres sob pena de excomunhão maior, ipso facto, incorrendo na multa de cinquenta cruzados para as obras pias e meirinho, aquêles que visitando doentes, que estejam de cama, antes que lhes apliquem medicinas para o corpo, tratarão primeiro dos remédios da Alma, admoestando-as a que antes de tudo confessem verdadeiramente todos os pecados para, recuperada a saúde espiritual, se prenda mais saudavelmente aos remédios corporais, certificando-as com resolução cristã, que não se conformando, ainda que a doença não seja de perigo, os não podem visitar e curar, por lhes ser proibido por direito; e no segundo dia os tornarão com a mesma eficácia admoestar, e se no terceiro lhe não constar que estão confessados, ao que lhes foi concedido tempo para isto pelo confessor (a quem encarrego da consciência da prorrogação) os não visitem mais debaixo das*

*referidas penas cominadas, na conformidade dos sobreditos Decretos do Santíssimo Padre.*<sup>5</sup>

Durante o período provincial, observa-se uma preocupação em relação à legalidade do exercício da medicina, confirmado pelos decretos e leis tanto do ministério do Império como das diversas Câmaras Municipais. O artigo nº 75 da lei nº 77, de 2 de julho e da lei nº 79, de 11 de outubro de 1862, submetia o exercício da medicina ou da farmácia a uma habilitação perante a Câmara Municipal, exigindo, além disso, conhecimentos da lei geral e do regulamento de higiene que estabelecia as regras para tal exercício.<sup>6</sup> O capítulo VI do decreto imperial nº 8387, de 19 de janeiro de 1882, manda observar um regulamento anexo para o serviço da saúde pública e especifica as determinações para o exercício da medicina por médicos, cirurgiões e farmacêuticos, dentistas e parteiras, sejam eles formados em escolas estrangeiras ou nacionais. Estabelece, ainda, as formalidades exigidas pela junta central de higiene pública na Corte e nas Províncias, a obrigatoriedade de se aviar receitas em português e por extenso, a punição dos infratores com multas, etc. Em seu artigo nº 53, refere-se às parteiras dizendo:

<sup>5</sup>MOREIRA, p.35-6.

<sup>6</sup>BRASIL. Governo Geral. Ministério dos Negócios do Império em 21 de outubro de 1862. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 nov.1862. n.331, p.1.

*... no exercicio de sua profissao, limitar-se-hao a prestar os cuidados indispensaveis as parturientes e aos recém-nascidos nos partos naturaes. Em caso de dystocia ou parto laborioso deverao sem demora reclamar a presença do medico, e, até que este se apresente, empregarão tão somente os meios conhecidos para se prevenir qualquer accidente que possa comprometter a vida da parturiente e a do feto.*<sup>7</sup>

O registro mais antigo sobre parteiras no Paraná, data de 1745 e refere-se à Dona Luísa da Cunha, através de uma petição da Câmara Municipal de Curitiba.<sup>8</sup>

Os recursos médicos da Província eram muito escassos, provocando o seguinte comentário do presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, em seu relatório:

*Os habitantes da capital, quando atacados de molestia grave e superior á capacidade dos experientes, tem por unico recurso o medico do corpo de guarnição fixa e os medicamentos do hospital militar. Os das povoações do centro nem esse recurso possuem, arranjam-se como podem, e nem por isso a mortalidade resente-se de semelhante falta.*<sup>9</sup>

Mais adiante, justifica o baixo índice de mortalidade

<sup>7</sup>DANTAS, M.P.S. Regulamento a que se refere o decreto n.8.387 desta data (Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1882). Dezenove de Dezembro, Curityba, 01 mar.1882, n. 16, p.1.

<sup>8</sup>MOREIRA, p.97.

<sup>9</sup>PARANÁ. Governo. 1857 (Carvalhaes). Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Província do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba, Typ.Lopes, 1857. p.41.

não pela ausência de moléstias, mas pela insignificância das povoações no interior, excluindo-se a capital.

*O certo é que os médicos, que por aqui apparecem, não parão, ou, se parão, mudão logo de profissão, sem que se possa achar para isso outro motivo alem da maravilhosa salubridade deste clima.*<sup>10</sup>

Os facultativos que se estabeleciam na Província e permaneciam fiéis à sua profissão eram apenas os que possuíam um cargo público, como médico da cadeia, médico do município, médico do corpo fixo da guarnição do exército, inspetor de saúde do porto de Paranaguá e inspetor de hygiene pública. Os profissionais particulares não fixavam residência, passando a percorrer os diversos povoados e vilas das diferentes Províncias onde ficavam por tempo determinado, geralmente fazendo-se anunciar por reclames e propagandas.

*Medico Dentista Francez.*

*O Dr. C.C. Barroiu, formado em medicina pela faculdade de Paris, se demora ainda algum tempo na cidade de Paranaguá, afim de concluir os tratamentos que tem nesta mesma cidade, e em breve se dirigirá à villa de Morretes e cidades de Antonina e Curityba, onde se achará a disposição de todas as pessoas que precisarem de seu mister; bem como a collocação de dentaduras com base de ouro, ou de vulcanite etc, e tudo o que diz respeito a prothese, medicina e cirurgia dentaria e bucal. Prevenindo o respeitavel publico que a longa prática de já 26 annos no imperio offerece uma garantia segura, assevera que sem-*

<sup>10</sup>PARANÁ. Governo. 1857 (Carvalhaes), p.42.

*pre se esforçou para merecer nunca foi desmentida.*<sup>11</sup>

*Oculista.*

*Acha-se entre nós o sr. dr. Antonio Lara, medico oculista, o qual, como já noticiamos, vem exercer por algum tempo a sua profissão nesta capital.*

*Temos as mais lisongeiras informações a respeito dos conhecimentos scientificos deste cavalheiro, e acreditamos que s.s. não terá razão de arrepender-se da visita que veio fazer ao Paraná.*

*São esses os nossos desejos.*<sup>12</sup>

Em 1861, era a seguinte a tabela cobrada pelos médicos Bonilha, Murici, Rocha e Cabussú para o tratamento de doentes internados em sua casa de saúde:

*Cada doente pagará por dia 6\$000  
Sendo escravo ..... 3\$000  
O doente pagando a quantia que lhe é marcada tem direito à cama, dieta, medicamentos, serviço interno, e visita diaria de um ou de todos os medicos, quando a gravidade da molestia o exigir.  
Logo que o numero dos doentes que pagam exceder a cinco, a casa recebera por sua conta um pobre, e assim por diante na razão de cinco por um.  
As operações serão pagas mediante um ajuste previo com o operador preferido, e não entram na despesa ordinaria.  
O doente poderá escolher o medico que lhe aprouver para dirigir o seu tratamento.  
Desde as 8 horas da manhã até às 9 da noite os chamados, a qualquer dos medicos, serão endereçados à - Casa de Saude.  
Visitas no domicilio do enfermo dentro da cidade das 5 horas da manhã às 10 da noite*

<sup>11</sup>MEDICO dentista francez. Dezenove de Dezembro, Curityba, 9 jan.1869. n.957, p.4.

<sup>12</sup>OCULISTA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 29 jan. 1886. n.23, p.2.

*5\$000: das 10 da noite às da manhã 8\$000.  
Consultas 5\$000.  
Propostas e viagens para fóra da cidade se-  
rão tratadas com antecedencia.<sup>13</sup>*

Em 3 de abril de 1868, a Assembléia Legislativa Provincial decretou que os médicos remunerados pelas Câmaras Municipais da capital e Paranaguã passariam a ter o ordenado de 300\$000.<sup>14</sup>

Na Província, a partir de 1886, o órgão responsável pela fiscalização do exercício legal da medicina e seus facultativos e das condições de higiene pública era a Inspetoria de Higiene. À presidência da instituição cabia a nomeação dos *delegados de higiene* a ela filiados. Por ato de 2 de julho de 1886, o presidente Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho nomeou alguns delegados de higiene para as seguintes localidades, a saber:

Paranaguã - Dr. Henrique Imbassahy.

Antonina - Dr. José Justino de Mello.

Campo Largo - Dr. Francisco Alexandre Guedes  
Chagas.

Lapa - Dr. Manoel Pedro dos Santos Lima.

Ponta Grossa - Dr. Joaquim de Paula Xavier.

<sup>13</sup>A CASA de Saude dos doutores Bonilha, Murici, Rocha e Cabussú. Dezenove de Dezembro, Curityba, 20 abr. 1861. n.317, p.4.

<sup>14</sup>PARANÁ. Assembléia Provincial. 31.sessão em 3 de abril de 1868. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 ago. 1868. n.917, p.1.



Palmas - Dr. Ismael Rocha.

O inspetor de higiene, Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, de Curitiba, justificava a não indicação ao governo de delegados para as outras cidades e vilas por falta de profissionais nelas residentes.<sup>15</sup>

Em julho de 1889, o então inspetor de higiene, Dr. Trajano Joaquim dos Reis, publica no jornal Dezenove de Dezembro uma lista oficial dos médicos e farmacêuticos matriculados, considerados os únicos que poderiam exercer as suas profissões na Província:\*

*Médicos:*

*Dr. Francisco Alexandre Guedes Chagas.*  
 " *Victor Ferreira do Amaral e Silva.*  
 " *José Justino de Mello.*  
 " *Joaquim de Paula Xavier.*  
 " *Antonio Francisco de Almeida Mello.*  
 " *Henrique Imbassahy.*  
 " *José Joaquim Rodrigues de St.'Anna.*  
 " *João de Menezes Doria.*  
 " *Trajano Joaquim dos Reis.*  
 " *José Gomes do Amaral.*  
 " *Jorge Meyer.*  
 " *Manoel Ricardo Alves da Fonseca.*  
 " *Manoel Pedro dos Santos Lima.*  
 " *Antonio Carlos Pires de C. e Albuquerque.*  
 " *José do Rego Raposo.*  
 " *João Evangelista Espindola.*  
 " *Antonio Evaristo Bacellar.*

<sup>15</sup> PARANÁ. Governo. 1886 (Faria Sobrinho). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 30 de outubro de 1887 (sic) pelo presidente da Província o Exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba, Typ.da Gazeta Paranaense, 1886. p.4.

\* A população da Província do Paraná em 1890 era de 249.491 sendo 19 o número de médicos, assim havia 13.131 hab/médico.

Fonte: IBGE.

" Arthur Espiridião de Carv<sup>o</sup> Chaves.  
 " Pedro Ribeiro Morine.

*Pharmaceuticos.*  
 Zacharias Caetano Coelho do Amaral.  
 Cypriano Marques de Sousa.  
 Joaquim Antonio Pereira Alves.  
 Francisco Carvalho de Oliveira.  
 Arthur Victor de Sá.  
 Carlos Augusto Stellfeld.  
 João Francisco Corrêa de Oliveira.  
 Antonio Dias Baptista.  
 José Ricardo Pereira Pitta.  
 Francisco Jeronymo Per<sup>a</sup> Pinto Requião.  
 Olympio Westphalen.  
 Armando Rodrigues Pereira da Cunha.  
 José Joaquim Marques de Sousa.  
 Alfredo Marques de Campos.  
 Izidoro Pereira de Azevedo.  
 Carlos Luiz de Magalhães.  
 João de Almeida Barbosa.  
 Manoel Antonio Gandra.<sup>16</sup>

O problema dos charlatães, curandeiros, curiosos e entendidos que exerciam a medicina sempre foi uma constante na Província, principalmente devido à falta de facultativos legais em várias de suas regiões. Em 1855, o subdelegado de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira Alves, envia um ofício à presidência denunciando a presença de um curandeiro ali estabelecido.

*Havendo a Camara Municipal d'esta Cidade suspendido a tolerancia aos curandeiros, por se têr apresentado á ella, legalmente habilitado pela Academia Medica do Brazil o Professor D<sup>o</sup>r Theodoro Reichert, não obstante, o curandeiro Guilherme Krebs continua a exercer a medicina, a despeito não só das ordens legaes, como em menos cabo as Leis; e, che-*

<sup>16</sup>INSPETORIA de hygiene da Provincia do Paraná. Dezenove de Dezembro, Curityba, 17 jul.1889. n.63, p.3.

*gando ao meu conhecimento por queixa do proprio D<sup>o</sup>r Theodoro, pedindo a cessação deste abuzo, e cumprimento das Leis, ...*<sup>17</sup>

Os médicos, tanto os nacionais como os estrangeiros, que não portassem a carta de examinação, nem a autorização concedida pelas Câmaras Municipais, eram considerados charlatães. O próprio presidente Zacarias de Gões e Vasconcelos, em seu relatório de 1855, esclarece que na Província só havia três médicos em condições legais de exercer sua profissão, ou seja, os doutores Faivre, José Francisco Corrêa e José Candido da Silva Murici.

*Afora esses tres individuos, não consta-me que haja mais pessoa alguma autorisada legalmente a curar: são os que por ahi recebem, medicos nacionaes ou estrangeiros, que ainda não satisfizerão as clausulas da legislação do paiz, para pôderem usar de sua arte, ou verdadeiros charlatães, que, abusando da credulidade publica, vão sacrificando aquelles que depositão fé na sua sabedoria, adquirida sem trabalho nas faceis indicações de mestres, as vezes tão sabios como elles, depois de terem, uns e outros, dado ao publico, em outras profissões menos arduas, provas inequivocas de sua ineptidão.*<sup>18</sup>

Durante todo o período provincial, muitos casos

<sup>17</sup>ALVES, M.A.P. Correspondência, 9 set.1855, Paranguá. In: OFFÍCIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Província do Paraná, 1855. v.7, p.214.

<sup>18</sup>PARANÁ. Governo. 1855 (Vasconcellos). Relatório do presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Gões e Vasconcellos na abertura da Assembléa Legislativa Provinvial em 8 de fevereiro de 1855. Curityba, Typ.Lopes, 1855. p.40-1.

de charlatanismo foram registrados, sobretudo em períodos epidêmicos. Um dos fatos mais curiosos noticiados pelo jornal Dezenove de Dezembro refere-se a um curandeiro em São Lourenço, distrito de Rio Negro, denunciado, em 1864, pela população local nos seguintes termos:

*Serã conveniente que um individuo, intitulado - Americano - que mergulhando lá de uma das provincias do norte do imperio, aqui surgissem, descalço e com as roupas estragadas, com diploma de medico, cure por sua conta e risco?*

*Sr. Dr. chefe de policia, digne-se de olhar para a freguezia do Rio Negro, onde se faz tudo sem receio da justiça, &c ...*<sup>19</sup>

Nas publicações seguintes, o jornal comunica a prisão do curandeiro e seu envio ao delegado da vila do Príncipe. Ele dizia-se natural dos Estados Unidos, com o nome de Arnton B. Estonolom, e foi solto após ter assinado um termo no sentido de interromper suas práticas curativas. No caso de infração do termo assinado, o delegado procederia na forma da lei.

Em Curitiba, o mesmo ocorreu com o Sr. Benedito, em 1864, autor de *curas maravilhosas*. No ano de 1874, sofreram advertências o tenente honorário Felisberto Manoel da Cunha e Benedito Antonio de Chaves, este morador no quarteirão do Bututiatuvinha, onde tinha

<sup>19</sup>CURANDEIRO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 18 jun. 1864. n.495, p.4.

sua casa de *saúde*, freqüentada por grande número de pessoas *ignorantes*.<sup>20</sup>

Com o aparecimento do espiritismo, no final do século XIX, tem-se algumas referências à prática espírita na cura de doenças.

*Chamamos a atenção da autoridade competente para os curandeiros espiritas e quejandos especuladores da ingenuidade popular.*<sup>21</sup>

### 3.4.2. Farmacêuticos e Boticas

A profissão de farmacêutico era exercida, a princípio, pelos boticários que se submetiam a exames, na corte, perante uma comissão de saúde, para a obtenção da *carta de examinação*. Para exercer o ofício, instalavam uma botica ou farmácia e contratavam um auxiliar ou aprendiz de boticário.

O ensino farmacêutico foi criado, no Império, apenas em meados do século XIX e os diplomas eram conferidos aos alunos aprovados pelas escolas de farmácia instituídas pelas Assembléias Legislativas Provinciais,

<sup>20</sup>CURANDEIROS. Dezenove de Dezembro, Curityba, 04 nov.1874. n.1552, p.4.

<sup>21</sup>NOTICIÁRIO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 jan. 1884. n.19, p.3.

segundo o decreto nº 3072, de 27 de maio de 1882.<sup>22</sup>

Só aos farmacêuticos habilitados legalmente cabia o direito de abrir boticas. Em 1873, a licença para abrir uma botica, na corte, custava 35\$000rs.<sup>23</sup> As boticas deveriam estar sempre bem providas de drogas, vasilhames, instrumentos, utensílios e livros, de acordo com as determinações da junta central de higiene da corte. Para o preparo dos medicamentos, seguiam a farmacopéia francesa até se ter uma farmacopéia brasileira.

*Art.59 - Os pharmaceuticos terão um livro destinado a registrar as receitas aviadas, a transcreverão textualmente as mesmas receitas nos rotulos que devem acompanhar os medicamentos fornecidos; as vasilhas ou os envoltórios, que os contiverem, serão lacrados e marcados com o nome e logar de residencia do pharmaceutico; nos rotulos indicar-se-ha com toda a clareza o nome do medico, o modo de administração dos remedios e o seu uso interno ou externo, havendo rotulo especial para os de uso externo.*<sup>24</sup>

Aos farmacêuticos, era vedada a venda de medicamentos sem as respectivas receitas, norma freqüentemente infringida. Não era também permitido que se al-

<sup>22</sup>BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.3.072 de 27 de maio de 1882. Dezenove de Dezembro, Curityba, 21 jun.1882. n.47, p.1.

<sup>23</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 12 jun.1872. n.1309, p.2.

<sup>24</sup>REGULAMENTO a que se refere o decreto n.8.387 desta data. Dezenove de Dezembro, Curityba, 4 mar.1882. n.17, p.1.

terassem as fórmulas ou substituíssem os medicamentos prescritos. Considerava-se ilícito o exercício simultâneo da medicina e da farmácia, e os infratores ficavam sujeitos a multas determinadas pelo ministério do Império.

Na Província sempre foi limitado o número de boticas disponíveis para o atendimento ao público. Em Curitiba, a primeira farmácia destinada ao público foi a *botica allemã* do farmacêutico Augusto Stellfeld. Para o fim do período provincial, surgiram outras farmácias não só na capital como em Paranaguá. O governo, por sua vez mantinha farmácias para o atendimento interno dos estabelecimentos públicos, como a farmácia militar e as das Santas Casas de Misericórdia, nas quais era proibida a venda dos medicamentos.

As posturas das Câmaras Municipais quanto à venda de remédios e drogas determinavam:

*Art.71 O boticario, que vender remedio corruptos, ou já deteriorados pelo tempo, incorrerá na multa de 30\$000 e na perda de drogas que serão inutilisadas immediatamente.*

*Art.72 O boticario, que vender remedios sem receita de profissional, será multado em 10\$000, salvo se o remedio fôr de natureza innocentissima.*

*Art.73 É absolutamente prohibido a venda de drogas ou substancias venenosas a escravos ou pessoas desconhecidas e suspeitas, ainda que em doses miudas: os contraventores serão multados em 30\$000.*

*Art.77 Nenhum individuo poderá vender em publico ou em particular qualquer substancia venenosa, sob pena de 30\$000 de mul-*

ta.<sup>25</sup>

O primeiro laboratório farmacêutico na Província data de 1885, sendo anunciado ao público no jornal Dezenove de Dezembro com o seguinte artigo:

*Laboratorio Pharmaceutico - Francisco Carvalho D'Oliveira, pharmaceutico pela faculdade de medicina da cõrte, participa á distincta classe medica e ao publico desta provincia que acaba de abrir nesta capital, a sua pharmacia, onde se encontrará um completo sortimento de medicamentos novos, cuja manipulação será feita com toda a presteza e segundo os preceitos da arte. Encarrega-se de analyses chimicas e toxicologicas. Travessa de Pedro II n.4.*<sup>26</sup>

Nos surtos epidêmicos, era comum o envio de ambulâncias com os medicamentos necessários e as diretrizes indicativas para o tratamento às localidades do interior ou àquelas carentes de facultativos para o atendimento da população.

No período colonial, os remédios mais necessários eram acomodados em caixas de madeira conhecidas como *caixas de botica*. Tanto os jesuítas como os bandeirantes e os navios as carregavam para utilizar os medicamentos em qualquer eventualidade. Durante o período provincial, usavam-se carroções para o transpor-

<sup>25</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Lei n.79 de 11 de julho de 1861. In: \_\_\_\_\_. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curitiba, Typ.do Correio Official, 1861. v. 8, p.68-9.

<sup>26</sup>LABORATORIO pharmaceutico. Dezenove de Dezembro, Curityba, 29 set.1885. n.214, p.4.



te dos medicamentos às localidades necessitadas. Em 1856, quando do surgimento da varíola no quarteirão do Cupim, em São José dos Pinhais, o Dr. Murici solicitou ao governo a seguinte lista de medicamentos para compor uma ambulância a ser enviada para lá:

*Relação dos medicamentos pedidos, para o tratamento da variola no Quarteirão do Cupim.*  
 Olio de ricino ..... uma garrafa  
 Olio de amendoas doces ..... duas onças  
 Sinhaça ..... duas libras  
 Sementes de mostarda ..... uma libra  
 Althea ..... doze onças  
 Tartaro curetico ..... duas oitavas  
 Espirito de Mindore ..... uma onça  
 Quina em pó ..... duas onças  
 Sulfato de magnesia ..... uma libra .  
 Turtura de opio ..... meia onça  
 Alcacos ..... uma libra  
 Flores de sabugueiro ..... uma libra  
 Pommada mercurial ..... duas onças  
 Agua de Labarraque ..... uma garrafa  
 Cupim 23 de Dezembro de 1856.  
 Dr. José Candido da S<sup>a</sup> Murici.<sup>27</sup>

### 3.4.3. Inspetoria de Saúde do Porto de Paranaguã

O cargo de provedor de saúde do porto de Paranaguã era um dos recursos médicos mais atuantes na Província. Este cargo existia desde o século XVII, com o objetivo de policiamento sanitário nos principais portos do Império. Cabia ao provedor de saúde fiscalizar

<sup>27</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 23 dez.1856, Cupim. In: OFFICIOS, 1856, v.10, p.374.

os navios atracados no porto, fazendo visitas de saúde no sentido de impedir o desembarque de doentes suspeitos com a finalidade de prevenir epidemias. As embarcações chegadas deveriam fornecer o *certificado ou carta de saúde*, e se obrigavam a colocar em *quarentena* os passageiros e tripulantes enfermos. As quarentenas eram cumpridas a bordo ou no lazareto da ilha das Cobras, na baía de Paranaguá.

Em 1855, o ministério do Império recomendava a todas as Províncias que não permitissem que as embarcações zarpassem dos portos sem que antes tomassem conhecimento, através das *cartas de saúde*, das medidas sanitárias exigidas. De acordo com o artigo nº 28, do decreto nº 268, de 29 de janeiro de 1843, todos os navios vindos de portos estrangeiros deveriam exhibir a referida *carta de saúde*. E pelo artigo nº 24, ficariam sujeitas à quarentena caso tivessem feito escala em portos contaminados. Estas determinações vigoravam também para as embarcações nacionais.

No entanto, o fato de portarem a carta limpa de saúde não isentava a tripulação e os passageiros de serem colocados em observação ou quarentena se durante a viagem tivesse havido algum caso de moléstia contagiosa ou se o navio tivesse se comunicado com outro porto ou embarcação afetada.<sup>28</sup>

<sup>28</sup>O DEZENOVE de Dezembro. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 21 nov.1855. n.34, p.3.

Através do decreto nº 2409, de 27 de abril de 1859, o ministério do Império revogava o regulamento de 1843 e determinava outras normas para a inspeção de saúde dos portos. Os artigos relacionados abaixo ilustram as alterações decretadas para as visitas sanitárias:

*Art. 7º Todas as embarcações nacionaes ou estrangeiras, mercantes, ou de guerra são sujeitas á visita sanitaria.*

*Art. 8º Para a visita sanitaria haverá um escaler tripolado por seis remadores e um patrão.*

*Este escaler estacionará no Rio de Janeiro na fortaleza de Willegaignon, e nas provincias no logar que for marcado pelo respectivo presidente.*

*Art. 9º No tempo de epidemia haverá tambem na corte e nos portos em que parecer necessario, um vapor para o serviço sanitario.*

*Art. 10º Logo que qualquer navio ancorar, o ajudante que estiver de serviço se dirigirá para bordo, acompanhado de dois guardas, e procederá á visita sanitaria.*

*Art. 11º Dará começo á visita exigindo as seguintes informações:*

*Donde vem?*

*Traz carta limpa de saude?*

*Quantos dias de viagem?*

*Qual o estado de saude á bordo no dia da partida?*

*Houve molestia á bordo durante a viagem, e de que natureza?*

*Morreu alguém durante a viagem, e de que molestia?*

*Communicou com algum navio ou porto?*

*Que carga traz?*

*O nome de navio e sua lotação?*

*Precisa de algum socorro medico?*<sup>29</sup>

Caso as informações obtidas fossem satisfatórias, o

<sup>29</sup>GOVERNO da Provincia. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 14 set.1859. n.151, p.2.

inspetor dava o *Visto* na carta de saúde. Se reinasse alguma epidemia, porém, o exame do pessoal, das câmaras, beliches, roupas sujas, água potável, vasilhas, alimentos, porão, carga e tudo mais que fosse possível deveria ser rigorosamente feito. Se esse exame acusasse doentes de moléstias pestilenciais, os mesmos deveriam ser imediatamente conduzidos ao hospital marítimo ou ao lazareto.


As moléstias consideradas pestilenciais eram o colera-morbus, a febre amarela e a peste do Oriente ou varíola. Os navios que portassem tais doenças ou procedessem de portos infectados deveriam, ao entrar nos portos, trazer içada no mastro grande uma bandeira vermelha com um - S - branco.<sup>30</sup>

As cartas de saúde para portos estrangeiros eram pagas aos consulados e tinham validade para as autoridades do Império apenas por 48 horas. Para revalidá-las, bastava o *Visto* do qual nada se cobrava. Para os navios de cabotagem, normalmente bastava um simples bilhete, mas em ocasiões epidêmicas deveriam portar também carta de saúde.<sup>31</sup> As referidas cartas eram impressas e fornecidas pelo governo imperial, como o mo-

<sup>30</sup>BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.2.409 de 27 de abril de 1859. Dezenove de Dezembro, Curityba, 17 set.1859. n.152, p.1.

<sup>31</sup>BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.2.409 de 27 de abril de 1859. Dezenove de Dezembro, Curityba, 21 set.1859. n.153, p.1-2.

delo que se segue.<sup>32</sup>

<b>CARTA DE SAUDE N.º</b>		 <b>IMPERIO DO BRAZIL</b> <b>SERVIÇO SANITARIO DO PORTO</b> <i>Carta de saude</i>	
Navio.	Entrada de.... no	Parte deste porto com destino a..... embarcação N.º..... abaixo indicada	
Bandeira.	dia... as... horas da		
Commandante.	com passageiros.	Nome do navio. Bandeira. Commandante Toneladas Carga Equipagem Passageiros.	
Tonellada.	Demorou-se neste		
Carga.	porto.... dias...horas.	Estado de bordo. » da equipagem. » dos passageiros.	
Equipagem.			
Passageiros.		DOENTES :  ROMES { MOLESTIAS {	
Estado sanitario do porto ..		CERTIFICAMOS QUE :  o estado sanitario do navio o » da equipagem » dos passageiros é.....; e que entre elles ha..... doentes	
Estado sanitario da cidade...			
Porto de...., aos ... de.... de ... 188		ROMES DOS PASSA- GEIROS DOENTES { MOLESTIAS {  Certificamos tambem que o estado sanitario deste porto é.....; porque..... reyna.....febra amarella cholera-morbus. peste Estado sanitario da cidade.....	
O SECRETARIO			
Porto de..... aos..... de..... de 18		O SECRETARIO                      Sella da                      O INSPECTOR Inspectora	
Entregue no dia.... de.... ás...horas da....			

<sup>32</sup>BRAZIL. Leis, decretos, etc. Decreto n.8.866 de 10 de fevereiro de 1883. Dezenove de Dezembro, Curityba, 7 mar.1883. n.17, p.1.

Caso a embarcação chegasse ao porto sem portar a carta em questão, ficaria sujeita à multa cobrada pela Inspetoria de Saúde, multa esta estipulada pelo governo imperial.

Em 1887, o então inspetor de saúde do porto de Paranaguá, Dr. José Justino de Mello, reclama do estado em que se encontrava a Inspetoria:

*É lastimavel o estado desta repartição, não encontrando eu nella archivo ou documento algum onde podesse beber informações e dados para a confecção deste trabalho, devido a desidia absoluta do ex-guarda que servia de Secretario, e a falta de uma sala ou escriptorio. Para obter isso e poder regularisar o serviço, não tenho cessado de fazer pedidos e reclamações; sendo infelizmente baldados os meus esforços.*<sup>33</sup>

Os recursos médicos provinciais de maneira geral caracterizavam-se pela escassez de facultativos médicos e farmacêuticos especializados. Era uma preocupação permanente do governo provincial e das Câmaras Municipais a fiscalização quanto a legalidade do exercício da profissão. Mesmo assim, paralelo à medicina científica atuava o charlatanismo, principalmente durante os períodos epidêmicos. O policiamento sanitário

<sup>33</sup>PARANÁ. Governo. 1887 (Albuquerque) (Relatorio. Curitiba, 1887) p.116.

do porto de Paranaguá cabia à *Inspetoria de Saúde*, órgão este que desempenhou importante papel de vigilante da saúde no porto.

Se o número de médicos e farmacêuticos licenciados, residentes na capital, era pequeno, mais restrito ainda era no interior. Curiosamente, a mortalidade podia ser considerada baixa, não só pela salubridade do clima, como pela dispersão da população. Em consequência, muitos médicos freqüentavam a Província de passagem, não chegando a fixar residência.

### 3.5. NOSOCÔMIOS PROVINCIAIS

Proporcionalmente à população, o número de estabelecimentos destinados ao atendimento hospitalar na Província do Paraná era muito reduzido, o que é justificável para a época, não só pela falta de verbas dos cofres públicos, como também pela ausência de profissionais especializados. Estes estabelecimentos restringiam-se ao litoral e à capital da Província, ficando a população do interior sem recursos nessa área. Com a imigração européia e o conseqüente aumento da população, problemas surgiram no tocante à falta de leitos, de espaço físico, de medicamentos, fato que

anteriormente só ocorria em períodos epidêmicos. Os nosocômios provinciais limitavam-se a lazaretos, enfermarias, hospitais provisórios, asilos, clínicas particulares e sobretudo às Santas Casas de Misericórdia. Quanto a Santa Casa de Misericórdia da capital, a sua documentação específica foi queimada em 1964, motivo por que não consta da referenciação correspondente.

### 3.5.1. Lazaretos

Com o aparecimento do cólera-morbus nas populações costeiras do norte do Brasil, o governo imperial incentivou a construção de lazaretos nos mais diversos pontos do Império. Assim, em 1855, foi nomeado o então provedor interino de saúde do porto, Dr. Theodoro Reichert, membro da comissão que trataria da fundação da casa e lazareto de Paranaguá. O ministério do Império especificava que deveria situar-se em:

*... alguma das bahias do littoral deste município um lugar apropriado para ancoradouro dos navios, que se houverem de pôr em quarentena ou observação, o qual deverá ser próximo ao lugar que se designar para desembarque de pessoas sãs...*<sup>1</sup>

A princípio instalou-se um hospital provisório

<sup>1</sup>GOVERNO da Provincia. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 3 out.1855. n.27, p.3.



na ilha das Cobras, localizada na baía de Paranaguá. De acordo com o regulamento geral para o hospital da ilha das Cobras, este era destinado ao atendimento de pessoas com doenças contagiosas procedentes de portos estrangeiros e nacionais. Fazia parte do seu corpo de funcionários um médico e o provedor de saúde, um enfermeiro e dois criados.<sup>2</sup>

A 30 de agosto de 1855, constava do inventário do hospital provisório da ilha das Cobras, os seguintes objetos: oito camas, cinco cobertores, oito travesseiros, oito esteiras, oito toalhas, uma rede, uma banheira, duas gamelas, vários panos para a enfermaria e cozinha, uma seringa de goma elástica, um crucifixo, seis camisas para homem, um caixão com fechadura, oito garfos, cinco facas, duas escarradeiras de louça, três escarradeiras de madeira, cinco urinois, cinco tampas de urinois, sete canecas, dois castiçais, dois potes para água, uma chaleira de ferro, uma panela e uma tampa de ferro, três panelas de barro, três vasilhas de barro para cozimento, dois tortos de barro, uma bacia, um bule de louça, um açucareiro, uma manteigueira, cinco tigelas, seis pratos, cinco pires, uma colher de pau, uma caixinha de lamparina e quatro gar-

<sup>2</sup>REGULAMENTO geral para o hospital da ilha das Cobras, s.d. In: OFFICIOS, 1855. v.6, p.283.

rafas vazias.<sup>3</sup>

Em princípios de setembro, a presidência deu início a que se reunisse na ilha das Cobras, no lugar indicado pela comissão de saúde, os materiais destinados à construção do lazareto, nomeando como administrador da obra Francisco José Pinheiro,<sup>4</sup> o qual enviou a seguinte planta para o então presidente Henrique de Beuarepaire Rohan:

*Na planta que me foi entregue para a obra do Hospital na Ilha das Cobras na Bahia d'esta Cidade dá o edificio com 50 palmos defrente sobre 40 defundo, dividido em 2 lances sendo um ao sul com 25 palmos defrente e os 40 defundo, e os outros 25 ao norte devididos em duas saletas de 20 palmos defundo cada uma, assim se deu principio a esta obra.<sup>5</sup>*

O relatório presidencial de 1856 informa que a construção do lazareto na parte oriental da ilha das Cobras, com a finalidade de receber os passageiros e tripulações dos navios em quarentena se achava pronto desde 5 de janeiro do mesmo ano. A obra foi financiada pelo ministério do Império, importando na quantia de 3:484\$160rs, ficando a guarda do edifício a cargo de José Francisco de Abrantes, morador da ilha, mediante

<sup>3</sup>MELLO, R.F.O. & REICHERT. Inventario dos objetos existentes no Hospital Provisorio, 13 jun.1855, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1855. v.6, p.336.

<sup>4</sup>GOVERNO da Provincia. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 31 out.1855. n.31, p.1.

<sup>5</sup>PINHEIRO, F.J. Correspondência, 26 set.1855, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1855. v.7, p.95.

gratificação.<sup>6</sup>

Em 1857, o cidadão José Pereira Malheiros, proprietário da ilha onde se achava estabelecido o lazareto, pediu à presidência que lhe fosse indenizada a referida ilha, pois a presença do lazareto tornava inaproveitável sua propriedade. A compra da ilha das Cobras pelo governo só se deu no ano seguinte, por ocasião do aparecimento da febre amarela em Paranaguá, importando em 1:500\$000.<sup>7</sup>

O presidente José Francisco Cardoso, em seu relatório de 1860, refere-se ao lastimável estado em que se encontrava o prédio destinado ao lazareto e solicitava ao governo imperial melhoramentos do edifício.<sup>8</sup> No ano seguinte, os reparos foram autorizados pelo ministério imperial. Durante todo o período provincial, foi necessária a solicitação de verbas tanto para a reconstrução e conservação do prédio como para a com-

<sup>6</sup>PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan). Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ.Lopes, 1856. p.10.

<sup>7</sup>PARANÁ. Governo. 1859 (Leal). Relatorio do estado da Província do Paraná apresentado ao presidente o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Doutor José Francisco Cardoso pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província. Curityba, Typ.Lopes, 1859. p.9.

<sup>8</sup>PARANÁ. Governo. 1860 (Cardoso). Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1º de março de 1860. Curityba, Typ.Lopes, 1860. p.20-1.

pra de utensílios, objetos, medicamentos e pagamentos de ordenados aos funcionários.

Em novembro de 1868, um tufão passou pela ilha danificando toda a cobertura do edifício que servia de lazareto. A Inspetoria de Saúde Pública do porto tornou público o fato em edital, através do jornal *Dezenove de Dezembro*, no qual abria concorrência para se proceder aos necessários reparos.

*Inspectoria de Saude Publica*

*Convido as pessoas que quizerem incumbir-se dos concertos á fazer-se no edificio do lazareto da ilha das Cobras (porto de Paranaquã) para que apresentem suas propostas n' esta inspectoría, rua da Ordem, n.14, até o dia 17 do corrente mez; devendo ser escolhido quem maiores vantagens offerecer aos interesses da fazenda nacional.*

*Para conhecimento das condições do contracto a passar, e das obras a fazer, os pretendentes podem dirigir-se a esta inspectoría todos os dias do meio dia em diante. Paranaquã, 3 de Fevereiro de 1869. - O inspector de saude, Dr. A. Bousquet.<sup>9</sup>*

Em ofício de junho do mesmo ano, o inspetor de saúde de Paranaguã informava à presidência que o contrato havia sido efetivado e devidamente selado, com o termo de responsabilidade do fiador e as certidões negativas de hipoteca dos prédios oferecidos como garantia.<sup>10</sup>

<sup>9</sup>BOUSQUET, A. *Inspectoria de Saude Publica. Dezenove de Dezembro*, Curityba, 13 fev.1869. n.967, p.4.

<sup>10</sup>GOVERNO Provincial. *Dezenove de Dezembro*, Curityba, 24 jul.1869. n.1013, p.3.

Este estabelecimento cumpriu a função a que se destinava durante todo período provincial, procurando manter sempre a limpeza, asseio e a ordem.

Tem-se notícia de que, por ocasião da epidemia de varíola em 1855, foi mandado construir em Guaratuba um lazareto, no lugar denominado Morretes, o qual foi orçado em 200\$000rs.<sup>11</sup> Mas, após esta data, não se fez mais referência ao tal lazareto, que provavelmente deixou de funcionar.

### 3.5.2. Enfermaria Militar

A enfermaria militar destinava-se ao atendimento das tropas militares e seus familiares. Era mantida e sustentada pelos cofres públicos, tanto o imperial como o provincial.

Em Paranaguá, os praças do destacamento ali estabelecidos eram tratados e atendidos pela Santa Casa de Misericórdia. Só em 1864, é que o presidente André Augusto de Padua Fleury encarregou o Dr. Alexandre Bousquet de montar uma enfermaria no próprio quartel do destacamento, autorizando-o a despendar a pequena quantia de 100\$000rs. As despesas com o tratamento dos enfermos corriam por conta do cofre geral quando as

<sup>11</sup>PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan), p.11.

praças eram de linha, e pelo provincial quando eram de polícia. O Dr. Bousquet ofereceu-se para dirigir gratuitamente a referida enfermaria.<sup>12</sup>

Na capital da Província, por portaria do governo em dezembro de 1855, foi autorizada a criação de uma enfermaria militar com quatro leitos para o tratamento dos praças enfermos do destacamento de força policial. O local para a instalação da enfermaria foi escolhido pelo comandante do destacamento. Segundo descrição fornecida pelo jornal Dezenove de Dezembro, as casas que serviam de quartel e hospital ao corpo fixo da Província assim se dividiam:

*Um grande sobrado com duas frentes de 137 e 60 palmos, vastas accomodações no pavimento, assoalhado nos altos, 9 salas sendo duas de 37 e 20 palmos, e 7 de 27 e 20 palmos; 2 corredores baixo e alto de 133 palmos, bem proporcionados em largura; todo este edificio é envidraçado, e com cosinha em pateo fechado. Mais 4 casas terreas, sendo 3 de 60 e 40 palmos, e uma linda casinha que forma o quadro do recinto.*<sup>13</sup>

Mas a enfermaria militar provincial não se estabeleceu no quartel, vindo a funcionar anexa à Santa Casa de Misericórdia,

*Na casa de Misericórdia funciona a Enfermaria Militar d'esta Província.  
Não reúne as proporções indispensaveis para*

<sup>12</sup>PARANÁ. Governo. 1864 (Carmo). Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. André Augusto de Padua Fleury no dia 18 de novembro de 1864. Curityba, Typ.Lopes, 1864. p.18.

<sup>13</sup>ATENÇÃO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 30 out. 1858. n.61, p.4.

*tal fim, nem considerando a capacidade, nem as condições hygienicas.*

*Falta-lhe espaço nos compartimentos que tem, e faltão-lhe outros como sejam sala para operações, autopsia e para enfermaria de moléstias contagiosas.*<sup>14</sup>

Conforme relatório sobre a enfermaria militar, apresentado à presidência pelo seu encarregado Dr. José Candido da Silva Murici, em agosto de 1865, o corpo médico e administrativo compunha-se dos seguintes elementos:

*Pessoal Medico*

*Compõe-se de 2 Cirurgião (sic) e Doutor Jayme Alvaro Guimarães que é um bom auxiliar.*

*Um Enfermeiro-mór segundo sargento João Pedro Olintto, o qual accumula as funções de amanuense, e quasi que as de Fiel do Agente pela incapacidade dos sargentos da Guarda Nacional, que sendo mudados todos os mezes pouco tempo tem para se orientarem convenientemente no serviço.*

*Um Enfermeiro que tambem é mudado todos os mezes com grave damno do serviço medico.*

*Pessoal administrativo*

*É composto do commandante do destacamento Capitão Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes.*

*Do Agente Joaquim Dias Tavares nomeado por ordem de V.Ex.<sup>a</sup> Do Fiel do Agente que é sargento. Do Amanuense, que é o Enfermeiro-mór.*

*Ha mais um cozinheiro e dous serventes.*<sup>15</sup>

Fazia parte da enfermaria militar uma botica com um farmacêutico responsável, contratado pelo exér-

<sup>14</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 9 ago.1865, Enfermaria Militar do Paraná. In: OFFÍCIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Provincia do Paraná, 1865, v.15, p.250.

<sup>15</sup>Ibid., p.251.

cito e encarregado do preparo e manipulação dos medicamentos necessários. Os praças da companhia policial, tratados na enfermaria eram indenizados pela agência com parte dos seus vencimentos, uma quantia correspondente ao que ali deixavam os soldados de linha.<sup>16</sup>

Por aviso imperial do Ministério da Guerra, datado de 6 de novembro de 1868, a presidência foi autorizada a mandar fechar a enfermaria, porque, por ocasião da guerra do Paraguai, o corpo de 1<sup>a</sup> linha do exército não permanecia na capital.<sup>17</sup>

Após o término da guerra, novamente a enfermaria militar voltou a funcionar em alguns compartimentos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, por não haver um prédio que oferecesse melhores condições. O presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho fala sobre as más condições de funcionamento da enfermaria:

*Não sendo, porém, boas as accommodações para o tratamento das mesmas praças, por ser o dito hospital mal situado, humido e pouco ventilado, carecendo enfim das condições hygienicas para um estabelecimento dessa ordem,*

<sup>16</sup>PARANÁ. Governo. 1867 (Burlamaque). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da Provincia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba, Typ.Lopes, 1867. p.23.

<sup>17</sup>PARANÁ. Governo. 1860 (Fonseca). Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excellentissimo ex-presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typ.Lopes, 1860. p.26-7.



*determinei por isso que fosse a enfermaria militar transferida para o novo estabelecimento da mesma Santa Casa, que felizmente dentro de poucos dias vae ser inaugurado e para onde deverá ser removido o antigo hospital.*<sup>18</sup>

Em 1883, a enfermaria militar passou a funcionar num prédio particular na rua Aquidaban. O estabelecimento não possuía todas as condições higiênicas desejáveis, pois não se destinava à enfermaria. Mesmo assim, como a Província não dispunha de condições financeiras para a construção de um lugar especificamente destinado para tal fim, a presidência aprovou o funcionamento da enfermaria no referido edifício. O número de doentes cresceu com a vinda do 3º regimento de artilharia para a guarnição da Província, mas a enfermaria mantinha uma estatística lisonjeira, como demonstra o movimento de 1º de janeiro a 31 de agosto de 1883:

Existiam → 3	Saíram → 330
Entraram → 347	Faleceu → 1
Total → 350	Existem → 19

Numa das salas da enfermaria, funcionava a far-

<sup>18</sup>PARANÁ. Governo. 1880 (Dantas Filho). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo presidente da Província o Exmo. Snr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curitiba, Typ:Perseverança, 1880. p.13.

mácia militar, que aviava receitas para os enfermos ali internados, bem como, para os militares e suas famílias.

*Esta sala foi dividida em duas por uma parede de taboas, servindo uma para guardar os medicamentos e drogas, que se achavam devidamente acondicionados no respectivo vasilhame, e a outra situada na parte posterior, para os utensílios e laboratório.*<sup>19</sup>

### 3.5.3. Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá

A fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá tem a sua origem ligada à Sociedade Patriótica dos Defensores da Independência e Liberdade Constitucional e à Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões.

*A Sociedade Patriótica dos Defensores da Independência e Liberdade Constitucional instalou-se em Paranaguá a 9 de outubro de 1831 com objetivo de consolidar a política favorável à instituição do Segundo Império e decidida a lutar em favor da soberania na-*

<sup>19</sup>PARANÁ. Governo. 1883 (Bello). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 15ª legislatura no dia 1º de outubro de 1883 pelo presidente da Província o Exmo. Snr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. Curityba, Typ. Perseverança, 1883. p.48.

*cional*.<sup>20</sup> Desde sua instituição, seus estatutos previam a criação de um *hospital*, tão logo fosse possível. Dois anos após a sua criação, decidiu-se em Assembléia destinar o dinheiro em caixa à compra de remédios e ao sustento de alguns pobres.

Com a definição da situação política do Império, o objetivo primordial da sociedade foi posto em segundo plano, voltando-se assim à filantropia. Em 26 de Julho de 1835, o sócio comendador, Manoel Francisco Correia Junior, apresentou perante o Conselho da Sociedade Patriótica uma proposta que alterava radicalmente suas finalidades, no intuito de transformá-la em Irmandade de Misericórdia, a qual manteria uma Santa Casa. A proposta do comendador Correia Junior foi a seguinte:

*- Senhores - O desejo de ser util à minha pátria, moveu me a que promovesse com toda a energia e patriotismo a criação desta Sociedade o que felismente consegui em tempos calamitôzos, e que huma restauração aborregida ou huma perfeita Oligarchia ameaçava o nosso sólo, depois do gloriozo dia 7 de Abril, porrem hoje graças a Providência não ha que temer estes rezultados, e mesmo por estar convencido de que, quando a patria exija de novo nós assoçiaremos, para debellar o espirito da intriga, e da tirania, ou d'anarchia que por ventura haja de apparecer em nosso abençoado Brazil, e que o mesmo Juramento que prestamos na occasião de nossa entrada, será sempre aquillo que nos guiará em toda a occa-*

<sup>20</sup>MOREIRA, J. Historia da Santa Casa de Misericordia de Paranaguá (fundação). Separata de Revista Médica do Paraná, 12(4/6):155-62, jul./dez.1953.

zião que a patria reclame. - Convencido portanto, dos verdadeiros sentimentos patrióticos, que animão esta Soçiedade; e do espirito de Caridade que proffessão todos os Soçios, apreso-me a offereçer-vos a seguinte proposta fundada na mais verdadeira philantropia, e mesmo em harmonia com os Artigos 13, e 25 dos Estatutos que nos regem. Oxalã que o acçeiteis com interesse que o caso exige, e eu tomo - Proposta em harmonia com os Artigos 13, e 25 dos Estatutos que nos regem, e de que indiquei em Secção de 10 de Maio - Proponho -

1º Que esta Soçiedade seja convertida em Irmandade da Mizericordia, passando aos Soçios as instrucções sujeitas a pagarem as annuaes que forem marcadas pelos novos Estatutos; (depois de approvados competentemente) e não a entrada, pois que para ella será applicada a Caixa que existe afim de fazer fundo a mesma Irmandade.

2º Logo que seja approvada esta proposta confrº o artigo 13 dos Estatutos, se haja de nomear huma Commissão afim de compor o novo Estatuto do Compromisso da Irmandade, a qual depois de approvado pela Soçiedade, se deverá pedir a approvação do Prelado, e d'Assembléa Provincial afim de gozar a Irmandade dos Beneficios, da Lei Provincial de 23 de Março do corrente anno.

3º Que se escolha hua Capella que sirva de Centro á Irmandade até que nos seja conçedido: e nós possamos construir a do Collegio, visto que por ora não será possivel.

4º Que fiquem no vigor os Estatutos que nos regem até que o novo seja definitivamente approvado pelas auctoridades competentes.

5º Finalmente que se continue a soccorrer os enfermos indigentes da mesma forma que se tem praticado; e a Caza continue a existir pela mesma maneira; ou melhor forma que possa ser enquanto se não crear o hospital, que se pretende; em Paranaguã em Secção da Soçiedade - P. e D. da I.ª L.C. - 26 de Julho de 1835 - Manoel Francisco Corr<sup>a</sup> J<sup>or</sup>.<sup>21</sup>

O conselho aceitou quase integralmente a pro-

<sup>21</sup>SANTOS, A.V. Memoria historica, chronologia, topographica e descriptiva da cidade de Paranaguã e seu municipio. Curitiba, Museu Paranaense, 1951. v.1, p.267.

posta, com exceção do artigo nº 4. Na sessão de 5 de outubro de 1835, seus membros decidiram seguir o modelo proposto pelos estatutos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e para redigir o novo regulamento foi nomeada uma comissão composta por quatro padres: Pe. Salgado, Pe. Lima, Pe. Vicente e Pe. Pinheiro.<sup>22</sup>

A 6 de dezembro do mesmo ano, foram aprovados os Estatutos pela Irmandade, que enviou cópias ao Bispado Diocesano e à Assembléia Legislativa Provincial, para a devida ratificação. Nessa mesma data, o sócio João Antonio dos Santos doou a imagem de Nossa Senhora da Conceição que passou a ser a padroeira da irmandade.<sup>23</sup>

Em sessão de 9 de outubro de 1836, foi lida a provisão do Bispado e o Compromisso da Irmandade, assim como a lei provincial que autorizava a possuir bens de raiz até a quantia de 40.000\$000rs. Elegeu-se, na ocasião, para vogais interinos, os irmãos Correia Junior, Manoel Antonio Guimarães e Joaquim Americo, marcando-se a eleição da mesa para 7 de dezembro, conforme determinava o compromisso.<sup>24</sup>

No dia marcado, procedeu-se à eleição da primeira mesa da Irmandade, na Capela do Senhor Bom Jesus,

<sup>22</sup>LEÃO, E.A. Dicionário histórico e geográfico do Paraná. Curitiba, Graph.Paranaense, 1926. v.4, p.2052.

<sup>23</sup>MOREIRA, p.5.

<sup>24</sup>LEÃO, v.4, p.2052.

assim constituída:

Provedor - Tenente-coronel Manoel Francisco Correia

Escrivão - Major Bento Antônio da Costa

Tesoureiro - Comendador Manoel Antonio Guimarães

Procurador - Vicente Ferreira Pinheiro

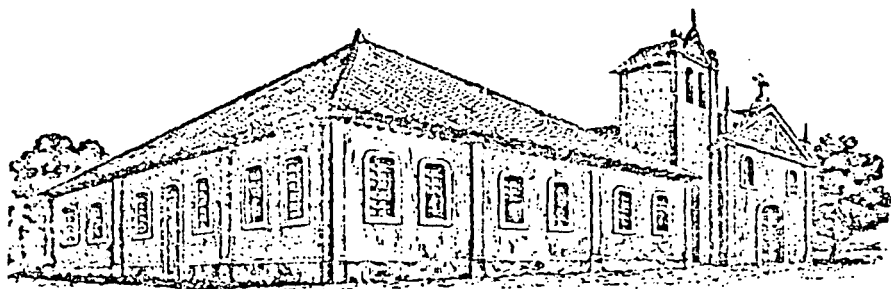
Mordomo do Hospital - Capitão João Manoel da Cunha

Mordomo dos Presos - Alferes Manoel Inácio Simas.

A mesa foi solenemente declarada instalada a 8 de dezembro. Três dias depois, a primeira diretoria tomou posse.

Como primeira providência deu-se início à organização do hospital. A escolha do local recaiu sobre a casa do sócio Manoel Francisco Correia, localizada na rua da Boa Vista, por ser espaçosa e satisfazer as necessidades hospitalares de acomodação dos doentes e da botica. Esta residência foi alugada a 120\$000rs anuais.

Nesta época teve início, também, a construção do hospital no terreno contíguo à pequena Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, construída entre 1710 e 1712. A planta do prédio destinado ao hospital previa um pavimento, mas sua conclusão não foi possível no tempo determinado por falta de verba. O hospital começou, então a funcionar no prédio ainda em constru-



Fonte: MOREIRA, J. Historia da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá (fundação). Separata de Revista Médica do Paraná, 12 (7):155-62, jul./dez. 1953.

ção.<sup>25</sup>

Antonio Vieira dos Santos descreve a planta do hospital em 1850:

*O Hospital da Santa Casa de Misericórdia foi confeccionado junto à Capella do Senhor Bom Jesus dos Perdõens. Sua frente he de çem palmos, fronteando, com o frontispício da Capella, e de fundos setenta para o lado da rua da misericórdia. Na face que olha para o lago do mesmo nome, tem 6 janellas de peitoril; e para a rua da Misericórdia 1 porta principal da entrada desde Edefiçio. Suas divisões interiôres são - Hua grande sãlla onde se fazem as Secções da Irmandade que occupa duas janellas da frente. Tem mais hua hospedaria com hua janella, outra hospedaria maior, que tem duas janellas, e nesta cãbem dez enfermos, e na esquina hua Sãlla com outra janella a cada lado, e que serve de Botica. Entre estas sãllas as divide hum Corredor desde a entrada ate ao fundo para a parte da Capella do Bom Jesus de 8 palmos de largo. No lado do fundo tem hua sãlla e Alcôva, onde mōrão os Enfermeiros, e tres sãllas, que sêrvem de Enfermãrias de mulheres; e despejos do Serviço do hospital. Em hum*

<sup>25</sup>MOREIRA, p.5-6.

*grande puchado de continuação do mesmo Edefiço, tem Quartos de Serviço, dispensas na caza e cozinha.*<sup>26</sup>

Alguns anos depois de sua construção, o prédio do hospital foi aumentado para o lado da rua da Misericórdia, ficando com cento e cinquenta palmos de frente.<sup>27</sup>

Quando o Paraná foi elevado à Província, o único estabelecimento de caridade existente era o da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá que cumpriu a finalidade a que se propunha.<sup>28</sup>

*Este pio estabelecimento continúa a prestar, na orbita de ser modicos recursos, protecção aos desvalidos que batem às suas portas implorando lenitivo aos seus males. Graças aos esforços e constante dedicação da irmandade, o hospital funciona com regularidade, tendo sido melhorado o seu estado interno com a aquisição de algumas camas de ferro que substituíram as de madeira que alli existiam desde a data da installação da casa. Carece de concertos o edificio onde assenta o hospital. Ao zelo de alguns irmãos deve-se o facto de não se ter elle desabado, e de se achar em estado que permite o tratamento dos enfermos.*<sup>29</sup>

<sup>26</sup>SANTOS, v.2, p.145-6.

<sup>27</sup>MOREIRA, p.7.

<sup>28</sup>PARANÁ. Governo. 1854 (Vasconcellos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ.Paranaense, 1854. p.42-3.

<sup>29</sup>PARANÁ. Governo. 1868 (Araujo). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná pelo presidente bacharel José Feliciano Horta de Araujo no dia 15 de fevereiro de 1868. Curityba, Typ. Lopes, 1868. p.13-4.



O problema financeiro enfrentado pela Irmandade da Santa Casa era mais grave e mais antigo, já que vinha desde 1852, época anterior ao período provincial. Vinte anos após sua instituição, a Irmandade contava com os seguintes bens de raiz:

*1ª Uma casa onde se achava estabelecido o hospital, com quintal de cerca de pau-a-pique, e sapatas de pedra.*

*2ª Uma casa, na rua do Campo, doada pelo falecido, Manoel Gomes dos Santos.<sup>30</sup>*

A principal fonte de renda da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá era a contribuição de caridade a que estavam sujeitas as embarcações aportadas no porto e respectivas tripulações, de acordo com o seu regulamento, desde 1836.

Para fazer face ao déficit sempre crescente a que se via sujeita a Santa Casa, a própria Irmandade sugeriu ao governo provincial que se estendesse a obrigatoriedade da contribuição caritativa às embarcações de navegação fluvial e aos vapores. Através da alfândega, arrecadava-se também o imposto de 1\$000rs sobre *pipa de líquidos espirituosos* e 5\$000rs sobre cada dúzia de garrafas do mesmo.

*Para fazer face ao deficit, que apresentam annualmente os orçamentos dessa tão útil instituição, propõe a respectiva mesa o estabelecimento de uma modica imposição sobre*

<sup>30</sup> PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan), p.64-5.

*diversos generos nacionaes exportados para os portos do imperio, a saber: de 20rs. sobre alqueire de arroz, 5 réis por peça de bêta, 20 réis em arroba de herva mate, 20 réis em arroba de garras de couro, 5 réis por duzia de ripas, 40 réis por cada cento de achas de lenha, e 40 réis por duzia de taboado, e calcula, pela exportação dos annos anteriores, que o producto de taes imposições não excederia de 40000 annuaes.<sup>31</sup>*

Com o aumento da verba, ficaria a Santa Casa habilitada a prover as diversas necessidades em que se encontrava, como fazer reparações, providenciar novas acomodações, comprar remédios, renovar a roupa do hospital, criar uma enfermaria para alienados, entre outras.

Em 1858, concedeu-se a isenção da décima urbana aos estabelecimentos de caridade.<sup>32</sup> A Irmandade, na ocasião, contava com a receita ordinária que compreendia as esmolas do público, as cobranças pela alfândega de impostos e com uma receita extraordinária que constava do juro de três apólices da dívida pública concedidas pelo governo provincial. No entanto, estas verbas não eram devidamente fornecidas, embora fossem de-

<sup>31</sup>PARANÁ. Governo. 1857 (Carvalhaes). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Provincia do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba, Typ.Lopes, 1857. p.38.

<sup>32</sup>PARANÁ. Governo. 1858 (Mattos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1858. Curityba, Typ.Lopes, 1858. p.20-1.

terminadas pela Assemblêia Legislativa Provincial, pela falta de honorários dos cofres públicos.

*Não é muito lisongeiro o estado deste estabelecimento.*

*Seus rendimentos são taes que difficilmente comportam os compromissos que tem a satisfazer.*

*A quantia de cinco contos de reis votada por esta assemblêa em o anno passado não pode ser entregue á respectiva irmandade, pelo que não se deram começo a algumas obras de que carece o hospital.<sup>33</sup>*

Em fevereiro de 1862, a Santa Casa de Misericórdia foi envolvida num escândalo, pois as duas enfermeiras que ali serviam praticavam a prostituição no próprio estabelecimento. Todas as medidas tomadas foram inúteis, até que elas mesmas se demitiram, mas o prestígio do estabelecimento já estava abalado. Em ofício ao presidente Gomes Nogueira, o juiz de capelas da Irmandade comunica:

*Levo ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> que fui forçado a suspender a mesa da S<sup>a</sup> Casa de Misericórdia d'esta Cidade pelos abusos, e immoralidades de alguns Irmãos comettidos dentro do proprio edifficio.*

*O caso é o seguinte -*

*Servem de Enfermeiras no Hospital da S<sup>a</sup> Casa duas Mulheres, contra todos os preceittos da boa moral, e do Regimento interno da casa: o Provedor, Escrivão, Procurador e mais empre-*

<sup>33</sup>PARANÁ. Governo. 1873 (Guimarães). Relatorio com que o Exm. Sr. vice-presidente da Provincia coronel Manoel Antonio Guimarães abriu a 2<sup>a</sup> sessão da 10<sup>a</sup> legislatura da Assemblêa Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873. Curityba, Typ.Lopes, 1873. p.9.

*gados, (e Irmãos de mesa) não querendo pactuar com os actos de prostituição que ali si praticavão todos os dias, e todas as noites, propuserão a mesa a demissão d'aquellas mulheres p<sup>a</sup> serem substituidas por um homem casado que viva decente com sua mulher conforme é a lettra do Regimento da caça, porem em resposta tiveram uma negativa acompanhada de ameaças: continuarão os escandalos, fui chamado na qualidade de Juiz de Capellas p<sup>a</sup> tomar conhecimento do facto.<sup>34</sup>*

Em abril do mesmo ano, o provedor da Santa Casa comunica à presidência, através de um ofício, que a moralidade estava sendo vigiada no hospital, não apresentando mais problemas.<sup>35</sup>

O governo provincial, em 1877, concedeu à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia o privilégio por dez anos, para o estabelecimento no prazo de um ano de uma empresa de carros fúnebres em Paranaguá,<sup>36</sup> o que foi legalizado pela lei nº 493, de 16 de abril de 1877, que determinava em seu artigo primeiro:

*Fica o governo da provincia autorizado a conceder á santa casa de misericordia da cidade de Paranaguá privilegio por 10 annos, para o estabelecimento de uma empreza de locação de carros funerarios nessa cidade.<sup>37</sup>*

<sup>34</sup>NUNES, J.R. Correspondência, 26 fev.1862, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1862. v.5, p.74.

<sup>35</sup>CORREIA, J.C. Correspondência, 4 abr.1862, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1862. v.8, p.214.

<sup>36</sup>CHAVES, J.L.V. Correspondência, 13 abr.1877, Secretaria da Assembléa do Paraná. In: OFFICIOS, 1877. v.7, p.113.

<sup>37</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ.Paranaense, 1877. v.24, p.85.

O movimento de doentes internados na Santa Casa de Paranaguá sempre teve o maior índice de freqüência em relação aos outros hospitais provinciais, devido ao movimento do porto e do grande contingente populacional ali desembarcado.

O quadro abaixo, cujos dados foram retirados dos ofícios e dos relatórios de presidentes da Província, pode melhor esclarecer a situação, para o período de quinze anos, compreendido entre 1861 a 1876. Os anos falhos devem-se à ausência de informações que eram prestadas pelos próprios provedores da Santa Casa em seus relatórios enviados à presidência.

Movimento	1861	1862	1863	1864	1865	1867	1868	1869	1871	1872	1873	1875	1876
Do ano anterior	3	5	--	11	3	8	8	11	4	7	10	8	5
Entraram	65	57	89	46	71	66	77	97	94	88	80	137	159
Saíram	49	39	--	47	55	55	67	86	75	69	68	124	129
Faleceram	14	13	16	6	13	11	7	18	16	16	14	15	24
Existem	5	10	--	4	5	8	11	4	7	10	8	5	11
Total	68	62	89	57	73	74	85	108	98	95	90	145	164

O aumento da freqüência nos últimos anos deveu-se a imigração européia, pois os imigrantes, ao chegar,

socorriam-se primeiramente na Santa Casa de Paranaguã. Somente depois de medicados, é que dirigiam-se aos locais de destino e fixavam-se em núcleos coloniais.

#### 3.5.4. Santa Casa de Misericórdia de Curitiba

Em 1852, a sociedade *Fraternidade Curitybana* existente desde 1843, constituiu-se numa sociedade filantrópica denominada *Irmandade de Misericórdia da Cidade de Curityba*, com a principal finalidade de socorrer indigentes e desvalidos. Foi instalada num prédio, situado na praça Matriz, doado em testamento pelo Revdo. Padre Antonio Teixeira Camello.

Segundo o compromisso da Irmandade aprovado em 9 de junho de 1852, em São Paulo, mediante um pagamento de 1\$760rs em selo, tanto homens como mulheres poderiam se associar, desde que fossem pessoas livres, com mais de vinte anos de idade, e tivessem *boa consciência e fama*, isentos de toda a infâmia de fato e de direito, tementes a Deus, caritativos e dispendo de meios honestos de subsistência.

No caso de falecimento de algum sócio, a Irmandade procederia conforme o compromisso, acompanhando o seu corpo à sepultura. Se algum irmão ficasse miserável ou enfermo, a instituição forneceria uma mesada

proporcional aos benefícios e serviços a ela prestados, além de proporcionar tratamento gratuito no hospital. De acordo com o artigo nº 5 do compromisso, em suas disposições 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup>, determinava-se:

*§1º Fallecendo qualquer irmão a irmandade lhe mandará fazer os signaes funebres do estylo, prestará o esquife da Santa Casa, acompanhará seu corpo á sepultura, e mandará dizer oito missas por sua alma: porem quando o irmão que fallecer tiver sido provedor mandará dizer doze.*

*§2º Se cahir algum irmão em pobreza, ou enfermidade, será soccorrido com uma meza da compativel com os fundos da Santa Casa, em proporção dos serviços e beneficios que tiver feito, e será curado no hospital gratuitamente.<sup>38</sup>*

As insígnias da Irmandade da Misericórdia eram as seguintes:

*Em lugar da cruz, tinha a Irmandade um estandarte, a que denominavam painel, tendo estampado de um de seus lados a imagem de N. Senhora da Conceição, padroeira da Santa Casa, e do outro lado a imagem de S. Francisco de Paula (Art. 19, §5º do Compromisso da Irmandade).*

*Os irmãos dessa Irmandade usavam de uma opa preta com camurça da mesma côr, tendo sobre o peito esquerdo um coração carmesin-sobreposta uma cruz verde; o Provedor tinha por insígnia, uma vara preta (Art. 19 e seus §§).<sup>39</sup>*

Com a ameaça da invasão do cólera-morbus, que

<sup>38</sup>SANTA Casa de Misericordia. Dezenove de Dezembro, Curityba, 14 jan.1863. n.346, p.4.

<sup>39</sup>NEGRÃO, F.P. Memoria da Santa Casa de Misericordia de Curityba: 1842-1932. Curityba, Graph.Paranaense, 1933. p.4.

já flagelava as Províncias do norte, a presidência apressou-se em tomar medidas no sentido de prevenir o mal. Assim, uma comissão composta de dez membros reuniu-se em 19 de agosto de 1855 na casa do chefe de polícia, Dr. José Antonio Vaz de Carvalho para estabelecer as providências necessárias. Os componentes da comissão eram: Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira, Coronel Joaquim Jose Pinto Bandeira, Major Ignácio José de Moraes, Francisco Januario da Gama Cerqueira, Dr. Augusto Lobo de Moura, Phelipe Sarty, Tenente-Coronel Caetano José Munhoz, Major Benedicto Enéas de Paula, Tenente Coronel Dr. Henrique de Beaurepaire Rohan e Dr. Murici.

Em relatório apresentado ao governo provincial, a 12 de setembro do mesmo ano, incluía-se a necessidade do estabelecimento de hospitais de caridade não só na capital como em Paranaguá e Antonina.

Em 7 de novembro de 1855, a loja maçônica *Canadura de Curitiba* resolveu ofertar à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia o prédio de seu Templo, na Rua Direita, com todos os seus móveis, bens e numerários, para patrimônio e sede do novo hospital, o que foi aceito em sessão do dia 10 do mesmo mês.

*Consta-nos que os respeitáveis irmãos de uma loja maç. desta cidade, que ha muito tempo não trabalha, se reunirão hoje em sessão para a dissolverem e fazerem doação da casa,*



*bens moveis que possue, dinheiro e dividas activas ao novo hospital da Santa Casa, que se vae crear.*<sup>40</sup>

A eleição da mesa da Santa Casa de Misericórdia foi realizada em 7 de dezembro de 1855, ficando assim constituída:

*Provedor - Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira.  
Escrivão - Dr. Francisco Januario da Gama Cerqueira.  
Thesoureiro - Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães.  
Procurador - Major Ignacio José de Moraes.  
Mordomos - Commendador Joaquim José Pinto  
Bandeira e dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu.*<sup>41</sup>

Todos os membros tomaram posse no dia 16, na Capela de São Francisco de Paula, assumindo o compromisso por um ano.

O artigo nº 21 do compromisso da Irmandade especifica as pessoas passíveis de atendimento no hospital de caridade:

*§Unico. Serão recebidos no hospital, e tratados com desvelo e caridade:*

*1º Os irmãos pobres.*

*2º Todos os pobres e mendigos.*

*3º Todas as mais pessoas que quizerem ser tratadas e curadas pela Santa Casa. Estas serão admitidas havendo proporções para isso, e entre elles serão preferidos os escravos que pertencerem a família dos irmãos, pagando por*

<sup>40</sup>DEO Gratias. Dezenove de Dezembro, Curityba, 7 nov. 1855. n.32, p.2.

<sup>41</sup>NEGRÃO, p.8.

*dia o que for estabelecido no regimento.*<sup>42</sup>

Em relatório de janeiro de 1857, o presidente comunica ter entregue a quantia destinada pela verba anual à Santa Casa, dela descontando a importância da despesa feita com melhoramentos. Ele justifica o adiamento da criação da enfermaria de alienados em função de escolha de local mais apropriado para a finalidade. Caberia ao engenheiro Hégréville apresentar a planta da obra a ser executada.

*O local em que se acha o hospital da Santa Casa não me parece conveniente a um estabelecimento deste genero: conviria, pois, construir outro, em que ficassem mais attendidas as condições hygienicas; porem isso traz despesas, que não comportão as forças da irmandade sem auxilio dos cofres publicos e da philantropia particular.*<sup>43</sup>

Em ofício de 21 de abril do mesmo ano, o Provedor da Irmandade da Misericórdia comunica à presidência a criação da enfermaria para os alienados:

*Achando-se promptificados os commodos que se mandou preparar no hospital da santa casa para os alienados existentes na cadeia da capital, ordeno nesta data ao chefe de policia que os faça transferir para o mencionado hospital, aonde serão guardados por uma sentinella fornecida pela guarda da cadeia.*<sup>44</sup>

<sup>42</sup>SANTA Casa..., p.4.

<sup>43</sup>PARANÁ. Governo. 1857 (Carvalhaes), p.39.

<sup>44</sup>GOVERNO da Provincia. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 18 jul.1857. n.24, p.2.

Nesta ocasião, foram transferidos três alienados para o prédio construído nos fundos do hospital.

A Assembléia Provincial autorizou a Irmandade a possuir bens de raiz até a quantia de 20:000\$000rs. Em 1858, o patrimônio compreendia os seguintes bens:

- em dinheiro ..... 923\$950rs
- em vales ..... 1.283\$900rs
- casa doada pelo vigário Antonio Teixeira  
Camelo ..... 3.500\$000rs
- muros de pedra no rio do Campo..450\$000rs.<sup>45</sup>

Nos anos seguintes, a Irmandade atravessou um período de completa desorganização, prestando quase nenhum serviço à comunidade e conservando-se no abandono devido ao pouco zelo das mesas administrativas. O desinteresse dos irmãos era notório: nem se quer compareciam às reuniões ou apresentavam relatórios.<sup>46</sup> A situação é comentada pelo presidente José Francisco Cardoso, em seu relatório de 1860:

*A propria casa, onde cumpria funcionar, se vae estragando por falta de quem se encarregue de zelal-a, apresentando fendas produzidas pelas aguas e outros estragos não menos notaveis.*

*Os utensis, com que a caridade dos Curitybanos doou este estabelecimento ao fundar-se a irmandade de que fallo em 1855, se não em grande parte deteriorando, sendo que a pro-*

<sup>45</sup>LEÃO, v.4, p.2048-9.

<sup>46</sup>PARANÁ. Governo. 1859 (Mattos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859. Curityba, Typ.Lopes, 1859. p.12.

*pria botica foi, por ordem de um dos meus antecessores, entregue ao pharmaceutico Stellfeld, que até ao presente não a indemnizou do respectivo custo, obrigando-me d'est'arte á expedição de ordens á thesouraria, que aguarda informações do digno provedor, para chamar aquelle pharmaceutico á contas.*<sup>47</sup>

Segundo o Dr. Gomes Nogueira, em 1861, o hospital da Santa Casa transformou-se radicalmente, mostrando-se uma instituição contrária às finalidades propostas quando da sua criação.<sup>48</sup> A própria mesa da irmandade funcionava irregularmente porque havia caducado. Várias tentativas se fizeram no intuito de proceder-se à nova eleição, o que só foi possível a 6 de janeiro de 1863. Além dos problemas internos quanto à organização das mesas administrativas e quanto à falta de interesse dos irmãos, a Irmandade lutava com a ausência de verbas para o atendimento e manutenção do hospital. Vários artigos foram publicados no jornal Dezenove de Dezembro, no sentido de despertar a atenção da população para os problemas que a instituição enfrentava.

*Convidamos a todos os habitantes desta capital para tomarem parte neste pio estabelecimento na qualidade de irmãos.*

<sup>47</sup> PARANÁ. Governo. 1860 (Cardoso), p.51.

<sup>48</sup> PARANÁ. Governo. 1861 (Nogueira). Falla com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira installou a segunda sessão da quarta legislatura da Assembléa Provincial da Provincia do Paraná. Curitiba, Typ. do Correio Official, 1861. p.3.

*Senhoras e homens devem todos concorrer para sustentaculo de uma instituição tão util, tão necessaria, e tão santa.*<sup>49</sup>

Em 1863, o ator José Maria Leal Ferreira cedeu parte da renda que lhe coube pela apresentação de uma peça teatral para a Santa Casa, justificando a finalidade humanitária do estabelecimento. A peça teatral realizou-se a 6 de novembro na Sociedade Sete de Setembro e o camarote foi taxado em 6\$000rs.<sup>50</sup>

Em relatório de 1867, o presidente esclarece que nos três últimos anos não fora possível reunir a Irmandade para proceder à eleição da mesa como determinava o compromisso, devido à indiferença dos irmãos. Um particular, desejando prestar contas dos aluguéis de uma casa em que morava, conseguiu, a muito custo, reunir alguns deles. Compareceu número suficiente, mas nem assim as contas foram prestadas. Aproveitando a oportunidade, o provedor de então convidou os irmãos presentes a elegerem a nova mesa administrativa. Elegeram a mesa, os funcionários e, como provedor, o Dr. José Candido da Silva Murici. Oito dias após a eleição, expirado o prazo marcado pelo compromisso da Irmandade para a posse da nova mesa, juntamente com a prestação

<sup>49</sup>SANTA Casa de Misericórdia. Dezenove de Dezembro, Curityba, 24 jan.1863. n.349, p.4.

<sup>50</sup>CASA de Caridade. Dezenove de Dezembro, Curityba, 4 nov.1863. n.430, p.3.

de contas da anterior, a única pessoa a comparecer foi o provedor eleito. Por esta razão ninguém foi empossado e a situação caótica continuou. O presidente Polidoro Cezar Burlamaque lamenta o fato diante da Assembléia Legislativa Provincial:

*É lamentavel, Senhores, que a indifferença publica vá matando de esterilidade uma instituição eminentemente caridosa, merecedora da animação e auxilio de todos os corações bem formados.*

*Esta capital, mostrando-se surda e quasi insensivel aos gritos dos miseros enfermos, que vagam por ahi por essas ruas, cobertos de andrajões, famintos de pão, e mal sustendo os passos vacillantes, ou jazem prostados em duros leitos de dor, desabrigados do tempo, esquecidos dos homens-dã o documento mais triste contra sua civilisação, contra a philantropia de seus habitantes, e lavra a condemnação de seus sentimentos religiosos, porque esquece estas palavras de Evangelho: - urbi charitas, ibi Deus est.*

*Mas, não: espero que a santa casa restabelecer-se-ha ao sopro vivificante de caridade publica, e que os irmãos da confraria, voltando a si da lethargia, que os inebria, tratarão de collocar a irmandade na altura de sua divina missão.*<sup>51</sup>

Em seu relatório de 19 de fevereiro de 1868, o presidente Horta Barbosa justifica a necessidade de construção de um novo edifício para funcionar como hospital da Santa Casa de Misericórdia da Capital, em local mais apropriado e com proporções maiores do que o existente na época. O encarregado de providenciar um lugar mais conveniente foi o Dr. Murici; o qual deter-

<sup>51</sup>PARANÁ. Governo. 1867 (Burlamaque), p.38.

minou que se aplicassem nas obras a quantia de 1:000\$000rs na aceitação do compromisso, mais a soma de 4:000\$000rs de acordo com a verba orçamentária.<sup>52</sup>

No entanto, foi no governo do Dr. Antonio Augusto da Fonseca que as obras do novo hospital foram iniciadas, com a solenidade de estilo e o lançamento da pedra fundamental, no dia 8 de março de 1868. Os irmãos praticamente não contribuíram para o início das obras, as quais ficaram quase que exclusivamente às expensas da Província.<sup>53</sup>

O jornal Dezenove de Dezembro, em artigo sobre o novo hospital, descreve a solenidade que marca a fundação do mesmo:

*Teve logar no dia 8 do corrente às 5 horas da tarde a collocação da primeira pedra para um novo hospital da irmandade de misericórdia, cuja fundação deve-se ao cuidado do digno provedor o Sr. Dr. Murici, e mais mesários.*

*Foi uma festa, a que não faltaram grande numero de senhoras e cavalheiros dos mais graduados da sociedade curitybana, para realce e brilhantismo da solemnidade iniciadora do facto importante na historia da philantropia. Com um altar, flores, musica, damas e senhores, soldados, povo, e foguetes não pode deixar de haver festa, quando com menos as ha. ... Em cima do altar estava a pedra fundamental do novo edificio na qual se lia esta inscripção:*

<sup>52</sup>PARANÁ. Governo. 1868 (Araujo), p.13.

<sup>53</sup>PARANÁ. Governo. 1869 (Fonseca). Relatorio com que o Exm. Sr. presidente da Provincia Dr. Antonio Augusto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 8ª legislatura da Assembléa Legislativa do Paraná no dia 6 de abril de 1869. Curityba, Typ.Lopes, 1869. p.28-9.

FUNDADO, SENDO PRESIDENTE DA PROVINCIA O EXM.SR.DR.J.F.H.D'ARAUJO, PELO PROVEDOR DR. J.C. DA S. MURICI DE ACCORDO COM OS MESARIOS EM 8 DE MARÇO DE 1868.

Ao pé estavam salvas de prata, uma contendo a colher, outra o martello, outra a trolha, e em outras duas achavam-se dous vasos de vidro um com varias moedas de prata e de cobre de valores e padrões diversos, e outro com um exemplar do Dezenove de Dezembro daquelle dia e um manuscripto historiando em poucas palavras os factos notaveis da irmandade fundadora do hospital, e algumas noticias da nossa actualidade.

... Finda a benção o Sr. provedor entregou as salvas aos irmãos mesários, sendo a pedra carregada pelos Exms. Srs. presidente da provincia e d'assemblêa na frente, no meio pelos Exms. Srs. Dr. juiz de direito e vigario da igreja e vara, e apôs pelos Exms. Srs. 1 vice presidente da assemblêa e Dr. chefe de policia, seguindo todos ao lugar destinado. Então S.Ex. o Sr. presidente depositou no receptaculo do fundamento o vaso que continha o manuscripto e o Dezenove de Dezembro, e o Sr. presidente d'assemblêa o vaso das moedas; depois do que varias pessoas depozeram cartões de visita, deixando o Sr. provedor um com seu retrato photographico.

O Sr. provedor offereceu a S.Ex. o Sr. presidente a argamassa de cal, que, sendo posta por S.Ex. no fundamento e por outras pessoas gradas; recebeu a pedra na qual depois de S. Ex. bateram as tres pancadas usuaes com o martello que fora tambem offerecido pelo Sr. provedor. Durante a cerimonia tocava a musica e subiam ao ar innumerous foguetes, e terminada ella passaram as pessoas presentes a assignar a acta dessa tarde que deve ficar gravada na memoria da presente geração...<sup>54</sup>

Com o passar dos anos, o custo da obra foi se elevando devido ao encarecimento dos materiais e da própria mão-de-obra. A presidência, diante dos gastos,

<sup>54</sup>NOVO hospital. Dezenove de Dezembro, Curityba, 11 mar.1868. n.871, p.3-4.



passou a considerar sobre o incentivo da caridade e do patriotismo dos povos, solicitando a ajuda da irmandade através de contribuições para a construção do hospital. Alegava o governo que a caridade não era um sentimento como outro qualquer, que pode nutrir-se de si mesmo, e que os hospitais, sendo obras de misericórdia, deveriam contar com a caridade de todos. Justifica também, novamente, a necessidade de construção do novo hospital face ao aumento progressivo da população.

*Os serviços que actualmente presta aos desvalidos, principalmente aos emigrantes que, accommettidos de enfermidades graves, destituídos de meios e sem família, procuram o hospital de caridade, onde encontram allivio a seus soffrimentos reccommendam-a a vossa protecção.*

*Concedendo-a, como o tendes feito, continuareis a prestar um assignalado serviço aos desgraçados, victimas dos rigores da sorte e á colonisação de que tanto carecemos para dar á provincia os braços instantemente reclamados pelas suas frondosas matas e magnificos campos na maior parte incultos.*<sup>55</sup>

Em 1872, o novo hospital estava com suas obras muito adiantadas, importando a sua construção até aquela data em 36:000\$000rs, ficando a conclusão das obras calculadas em 48:334\$880rs. Nos gastos feitos, a Pro-

<sup>55</sup>PARANÁ. Governo. 1872 (Lisboa). Relatorio com que o Exm. Sr. pres. Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 10<sup>a</sup> legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872. Curityba, Typ.Lopes, 1872. p.72-4.

víncia havia contribuído com 35:000\$000rs, quase o custo total da obra.<sup>56</sup>

No dia 9 de agosto de 1873, realizou-se, com a presença do presidente da Província e demais pessoas gradas, o levantamento da cumeeira do edifício em construção. Segundo descrição no jornal Dezenove de Dezembro a planta do edifício era a seguinte:

*A planta do edificio representa um oblongo aberto no fundo. O corpo principal tem 36m de frente e 8 de fundo, e as duas alas 15m de comprimento por 6.6 de largura. A altura total é de 11m.*

*Entra-se por um vestibulo de 4.4 de largo sobre 14m de comprido. A porta principal achase no avant-corps do vestibulo, a parte oposta tambem saliente é destinada a escada. Uma enfermaria de 15.8 de comprimento sobre 5.2 de largura do lado direito corresponde com outra de 11.6 e uma sala para o enfermeiro do lado esquerdo.*

*Dous corredores de 2.2 de largura dão para as alas. Na do lado esquerdo achase a botica e duas salas, o deposito dos cadaveres, a escada que desce para a cosinha e o elevador que serve para fazer subir a comida ao 1º e 2º andares. Na ala direita encontram-se 5 compartimentos para alienados e uma prisão para 4 ou 5 camas.*

*Todas as janellas nesta ala são guarneçadas com grades de ferro, embutidas em pedra de cantaria. O segundo andar contem duas enfermarias grandes de 15.8 respectivo 11.8 de comprido, um quarto para o enfermeiro e no avant-corps a capella. Cada uma das alas tem neste andar 4 salas para diferentes misteres.*

*As paredes exteriores elevam-se 1.2 acima do terceiro pavimento, e por este meio tornou-se aproveitavel todo o espaço debaixo do telhado, que fica no corpo principal dividido em 6 salas e outras tantas alcovas para*

<sup>56</sup> NEGRÃO, p.12.

*guarda-roupas e arrecadação, e 6 janellas que deitam para a frente do edificio. Uma pequena sala no frontão é destinada a collocação d'um relogio. As quatro enfermarias grandes tem espaço para 58 camas. Em caso de necessidade pode-se montar 80 camas em todo edificio.*

*A cosinha é subterranea em meia altura; tem d'um lado a despensa, quarto para o cosinheiro, deposito de lenha etc.*

*Nella se acha um poço com uma bomba que fornece agua a um deposito no terceiro andar, d'onde é distribuida por todas as enfermarias. As latrinas são collocadas em cada andar nas extremidades dos corredores entre os conductores de fumaça das estufas, e são convenientemente ventiladas.*

*A ventilação do edificio se effectua espontaneamente pelo vestibulo, que directamente communica com os corredores, que se estendem ao longo das paredes do fundo, cujas janellas lhe dão luz e ar. As enfermarias podem ainda ventilar-se por uma corrente de ar na altura do assoalho, onde se acham aberturas em baixo das janellas.*

*Até o segundo pavimento as paredes são construidas de pedra e cal, dahi para cima de tijolo e as paredes interiores de frontal de tijolo.*

*O edificio na sua architectura apresenta o estylo moderno; tem torrinhhas em todos os cantos e no frontal, um relogio e duas cam-pas.*

*Acima destas entre duas torrinhhas, que arremataram o frontal, se ergue a estatua da Caridade, cujo pedestal é de 15m sobre o chão. Cinco hastes de conductores ligadas entre si por fios de arame; elevam-se sobre a cumieira, para evitar descargas electricas nas agulhas das torrinhhas.<sup>57</sup>*

O irmão Antonio José Rodriguez doou uma estátua da Caridade medindo 1,50 m de altura, a qual foi colocada no centro do torreão do frontispício do novo hos-

<sup>57</sup>HOSPITAL de Caridade. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 13 ago.1873. n.1428, p.3.

pital da Misericórdia.

O relatório apresentado à presidência pelo provedor Dr. Murici justifica a elevação das diárias dos operários com a alta do material de construção e esclarece outros detalhes da obra: para a execução do reboco, contratou-se o pedreiro Decio de Mesquita, considerado um dos melhores em Curitiba e para a fiscalização dos trabalhos, o mestre de obras Frederico Werneck. O serviço de carpintaria ficou aos cuidados do alemão Augusto Strauber.

Enquanto o novo estabelecimento da Santa Casa estava sendo construído, o hospital funcionou numa casa que fora acrescida de uma sala, aumento insuficiente para acolher todos os enfermos que a ela recorriam. Por falta de acomodações, não recebiam mulheres nem alienados. A roupa e os objetos utilizados encontravam-se danificados pelo uso e pelo tempo. O pessoal do hospital reduzia-se a duas pessoas: um enfermeiro, Laurentino José da Silva, que acumulava as funções administrativas e recebia 40\$000rs mensais e uma enfermeira, Marcolina, ex-demente que se propusera a servir no hospital gratuitamente por um ano.<sup>58</sup>

Em sessão da Câmara Municipal de 4 de outubro de 1873, resolveu-se denominar de *Largo do Murici* a área situada em frente ao novo hospital, em reconheci-

<sup>58</sup>NEGRÃO, p.13.

mento aos relevantes serviços prestados pelo digno provedor Dr. José Candido da Silva Murici.<sup>59</sup>

Em 1874, a Irmandade da Misericórdia se viu ameaçada com um decreto, que felizmente não chegou a ser sancionado, o qual propunha em seu artigo segundo a encampação do hospital pelo governo provincial:

*Art.2º Ficarã elle, (o hospital) desde já, pertencendo à provincia que indemnizará a irmandade da santa casa de misericórdia das quantias sahidas dos seus cofres e empregados no edificio.*<sup>60</sup>

A atitude da Assembléia Legislativa Provincial baseava-se nos gastos feitos pelo governo, os quais somavam 60:000\$000rs até aquela data, sabendo-se que para a conclusão do edifício era necessário o emprego de mais recursos.

Várias contribuições e donativos ofertados pela população foram revertidos em benefício do Hospital de Caridade. Em 1874, foram oferecidos os pára-raios e catorze isoladores de vidro pelo Conselheiro Guilherme Schuck de Capanema; a escada principal, com projeto e orçamento, pelo engenheiro Wielland.<sup>61</sup> O artista Palmiro Bragazzi ofereceu um espetáculo em benefício da

<sup>59</sup>LARGO do Murici. Dezenove de Dezembro, Curityba, 8 out.1873. n.1444, p.4.

<sup>60</sup>ABRANCHES, F. Governo Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 15 abr.1874. n.1496, p.3.

<sup>61</sup>NEGRÃO, p.18.

Santa Casa.<sup>62</sup> Em 1875, a Companhia Brasileira doou a renda de um de seus espetáculos.<sup>63</sup> A Assembléia Provincial, em sessão de 19 de fevereiro de 1876, apresentou um projeto concedendo à Irmandade da Misericórdia da Capital a renda de duas loterias.<sup>64</sup> O açougue *Luso Brasileiro* ofereceu o corte de uma rês para ser aproveitado pela Santa Casa.<sup>65</sup> A imagem de Nossa Senhora da Piedade, padroeira do hospital, foi mandada vir da Bahia pelo Dr. Diogo Rodrigo de Vasconcellos, para ser ofertada à Irmandade.

Em seu relatório de 1877, o presidente Adolpho Lamenha Lins fala sobre o esgotamento da capacidade de atendimento do hospital:

*O numero dos doentes que procuram o hospital cresce de dia em dia, tanto que por vezes falta absolutamente espaço no edificio para acolhel-os.*

*E se já o numero de enfermos excede a capacidade do estabelecimento de caridade, o que não succederá daqui a algum tempo, quando a população augmenta de um modo espantoso com a introdução continuada de milhares de imigrantes, pobres em sua maior parte, só contando com os seus braços para o trabalho e*

<sup>62</sup>A PEDIDO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 20 maio 1874. n.1506, p.4.

<sup>63</sup>BENEFICIO a Misericórdia. Dezenove de Dezembro, Curityba, 6 nov.1875. n.1654, p.4.

<sup>64</sup>HOSPITAL de Caridade. Dezenove de Dezembro, Curityba, 26 fev.1876. n.1686, p.3.

<sup>65</sup>ESMOLAS. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 abr. 1876. n.1701, p.3-4.

*com a nossa philantropia sempre que qualquer molestia lhes roube o vigor preciso?*<sup>66</sup>

O recurso apontado para a situação era a conclusão do novo hospital. As obras eram impulsionadas não só pelos cofres e verbas provinciais como pelo desvelo dos irmãos e pelas esmolas dadas em caixas colocadas em vários locais da cidade. Além disso, alguns operários se resignavam a trabalhar na construção recebendo seus salários só quando houvesse fundos.

*Como se pode calcular, esta receita é inteiramente insuficiente para ocorrer às despesas imprescindíveis, que a irmandade tem de fazer com a compra de medicamentos, com as dietas, lavagem de roupa, luzes e aceio do hospital, com a desinfecção do mesmo, com o salario dos empregados, objectos de expediente e finalmente com a alimentação e vestuario dos alienados.*<sup>67</sup>

O aumento progressivo da população da capital contribuiu também para o aumento das pessoas pobres dependentes dos benefícios hospitalares da Santa Casa, sobretudo os imigrantes. Assim, em abril de 1879, foi

<sup>66</sup>PARANÁ. Governo. 1877 (Lins). Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da Província o Excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ.Lopes, 1877. p.46-7.

<sup>67</sup>PARANÁ. Governo. 1878 (Oliveira Junior). Relatorio com que o Excellentissimo Senhor presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Província ao 1º vice-presidente o Excellentissimo Senhor conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de fevereiro de 1878. Curityba, Typ.Lopes, 1878. p.73.

aberta concorrência através de edital, para o término do novo edifício.

*De ordem do Sr.Dr. provedor da Santa Casa de Misericórdia desta capital, faço sciente para conhecimento dos interessados que está aberta a concorrência para a continuação das obras de pedreiro e carpinteiro do novo hospital.*

*Curityba, 21 de Abril de 1879 - O procurador, Joaquim A.G. de Menezes.*<sup>68</sup>

Em 1879, concluiu-se a capelinha do hospital, que ficava no interior do próprio edifício, recebendo acabamento em ricas madeiras da Província.<sup>69</sup> Contíguo ao edifício do hospital, construía-se um acessório, considerado indispensável, o necrotério da Santa Casa.<sup>70</sup>

Após doze anos de construção, o novo hospital da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, foi inaugurado a 22 de maio de 1880, contando com a presença de sua magestade, o Imperador D. Pedro II, sua comitiva, autoridades, grande número de pessoas gradas e do povo. A solenidade de inauguração teve início ao meio dia, com a chegada de D. Pedro II e sua comitiva, e a

<sup>68</sup>SANTA Casa de Misericórdia. Dezenove de Dezembro, Curityba, 24 abr.1879. n.1966, p.4.

<sup>69</sup>PARANÁ. Governo. 1879 (Menezes). Relatorio com que o Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da Provincia ao primeiro vice-presidente Exm<sup>o</sup> Snr. conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, no dia 31 de março de 1879. Curityba, Typ.Perseverança, 1879. p.37-8.

<sup>70</sup>PARANÁ. Governo. 1880 (Dantas Filho), p.33.



execução do Hino Nacional pelas bandas da polícia e do Sr. João Scheleder. Celebrando-se missa cantada na capela do hospital, assistida pelo Imperador e por várias autoridades, a destacar entre elas: o ministro da agricultura; o presidente da Província; o chefe de polícia; o conselheiro Jesuino Marcondes; o deputado geral; Dr. Alves de Araujo; Dr. Pizarro, sub-diretor do museu nacional; senhoras, vereadores, o mordomo e o médico do Imperador, o provedor e muitos irmãos da Santa Casa.



Ao término da missa, todos passaram para o salão de inauguração a oeste da capela, artisticamente decorado com um retrato em tamanho natural de S.M. o Imperador, além de quadros, escudos e inscrições latinas como as seguintes:

*Imperator, flagrans sancto patriae amore,  
aegri, in nomine charitatis sacro, te pro-  
clamano.*

*Caridosa Brasiliae Imperatrix, sub conspec-  
tum et proesidium tuum, valent infirmi.*

*Salve, alma charitas, regina orbis pulchra.  
Nulla sublimior charitate virtus.*

*Salve sacra sine labe Domus; sanctarum aula  
legum.*

*Veneranda beneficentia aedes, te Christi amo-  
re alit Deus.*

Sobre a porta principal, estava embutida na pa-  
rede uma pedra de mármore com os seguintes dizeres:

*INAUGURADO A 22 DE MAIO DE 1880, NA AUGUSTA  
PRESENÇA DE SUAS Magestades Imperiaes, SENDO  
PRES. DA PRO. O EXM. SR. DR. MANUEL PINTO DE  
SOUZA DANTAS FILHO E PROVEDOR O ILLM. SR. DR.  
ANTONIO CARLOS PIRES DE CARVALHO E ALBUQUER-  
QUE.<sup>71</sup>*

Encerrou-se a solenidade com o pronunciamento  
do discurso do provedor da Irmandade e com a assinatu-  
ra da ata, registrando os acontecimentos.<sup>72</sup>

A transferência do hospital para o novo edifí-  
cio, de vasta acomodações, trouxe aumento de despesas  
para a irmandade, como exemplifica a demonstração da  
receita do ano compromissal de 1880-1881:

A receita mensal provinha de:

- aluguel de casas ..... 95\$000rs

<sup>71</sup>HOSPITAL de Caridade. Dezenove de Dezembro, Curi-  
tyba, 29 maio 1880. n.2050, p.3.

<sup>72</sup>NEGRÃO, p.20-3, ver anexo.

- juros de apólices .....	100\$000rs
- auxílio da Província .....	250\$000rs
- subsídios da municipalidade .....	40\$000rs
- anuais e jôias .....	36\$000rs
- esmolas a bolsa .....	30\$000rs

T o t a l :      554\$000rs

Anualmente, a receita não excedia a 6:610\$000rs e a despesa elevava-se a 995\$000rs mensais e 11:940\$000rs anuais, ocasionando um déficit anual de 5:328\$000rs.<sup>73</sup>

O equilíbrio da balança orçamentária da Santa Casa era uma necessidade para impedir o fechamento do hospital, o que por sua vez poderia afugentar os imigrantes da Província. O provedor, como solução, resolveu apelar para a cooperação do governo imperial remetendo, através da presidência, um ofício ao Ministério da Agricultura, encarregado da saúde e da colonização.

O Ministério, em aviso de 7 de novembro de 1880, declarou que os colonos estrangeiros residentes na capital e seus arrabaldes faziam parte da população de núcleos coloniais emancipados. Assim, deveriam ser equiparados aos demais habitantes da Província, com

<sup>73</sup>PARANÁ. Governo. 1881 (Pedrosa). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª legislatura no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo presidente da Província o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa. Curityba, Typ. Perseverança, 1881. p.60-2.

direito a socorro público somente em casos de epidemias ou outros análogos. Portanto, a Santa Casa nada mais deveria esperar de auxílio do governo central. O recurso foi voltar-se para o auxílio provincial, que elevou a subvenção anual de 3:000\$000rs destinada ao tratamento dos pobres para 6:000\$000rs até o final do período provincial.

Para o fornecimento da alimentação ao hospital, abria-se concorrência pública e constava o fornecimento de:

*... assucar refinado de 1 qualidade kilo, dito de 2 idem, dito, dito de 3 idem, arroz litro, araruta killo, bolachas americanas idem, biscoitos idem, chá idem, café moído idem, carne verde idem, dita secca idem, erva matte idem, farinha de mandioca superior litro, dita de trigo killo, dita de mandioca idem, gallinha uma, goiabada killo, gelêa idem, leite garrafa, lenha (carrada) uma, manteiga killo, marmellada idem, ovos duzia, pães de 140 grammas um, peixe killo, roscas de 125 grammas uma, sal litro, toucinho killo, vinho do Porto superior garrafa, dito branco Lisboa idem, vellas de sebo uma.<sup>74</sup>*

No sentido de estender a caridade à população, o provedor, em 1881, estabeleceu um consultório no hospital, onde examinava os pobres que prescindiam de internamento. Os medicamentos eram fornecidos gratui-

<sup>74</sup>MENEZES, J.A.G. Santa Casa de Misericórdia da capital. Dezenove de Dezembro, Curityba, 23 abr.1881. n.2133, p.4.

tamente pela farmácia do hospital.<sup>75</sup>

Em 1884, contava a Santa Casa com os seguintes funcionários, percebendo respectivamente os salários anuais abaixo relacionados:

1 médico - prestando serviços gratuitamente.	
1 administrador .....	660\$000rs
1 farmacêutico .....	720\$000rs
1 enfermeiro .....	360\$000rs
2 serventes .....	240\$000rs (cada um)
1 cozinheiro .....	540\$000rs

Em dezembro do mesmo ano, o hospital da Santa Casa de Misericórdia da Capital foi visitado pela princesa Izabel e pelo Conde d'EU, fato registrado em ata.<sup>76</sup>

Pela lei nº 431, de 24 de abril de 1875, ficou a Irmandade autorizada a manter uma empresa funerária por dez anos, na Capital, conforme seu artigo primeiro:

*Art.1º Fica o governo da provincia autorisado a conceder á santa casa de misericordia desta cidade, o privilegio, por 10 annos, pa-*

<sup>75</sup>PARANÁ. Governo. 1882 (Carvalho). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da installação da 1ª sessão da 15ª legislatura no dia 1º de outubro de 1882 pelo presidente da Provincia o Exm Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Curityba, Typ. Perseverança, 1882. p.118-9.

<sup>76</sup>NEGRÃO, p.23-4, ver anexo.

*ra o estabelecimento de uma empresa de locação de carros funerários nesta capital.*<sup>77</sup>

O movimento do hospital nos primeiros anos era reduzido: em 1858, foram tratados 5 enfermos dos quais faleceram dois. Em 1869, o número de enfermos ali tratados chegava a 21 e em 1875 ainda não chegava a 100. Só a partir de 1876, com o aumento da imigração é que a procura ao hospital de caridade foi aumentando progressivamente. Neste ano de 1876, a enfermaria registrou a frequência de 96 doentes.

O total dos enfermos hospitalizados até a mudança para o novo prédio ainda em construção não incluía os indivíduos que só tinham procurado o hospital para obter socorros mais urgentes ou para simplesmente medicação e posterior convalescença em suas próprias casas. Não incluía também os praças do corpo policial, nem os presos que eram tratados nas prisões. Em 1876, foram realizadas 35 cirurgias das quais 5 consideradas *alta cirurgia*.<sup>78</sup> Para o ano de 1883-4, existiam no hospital 371 doentes dos quais faleceram 24. Sobre o índice de mortalidade, o provedor, Dr. Antonio Pires, comenta:

<sup>77</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Lei n.431 de 24 de abril de 1875. In: \_\_\_\_\_. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ.Paranaense, 1875. v. 22, p.43-4.

<sup>78</sup>NEGRÃO, p.14.

*Nesta estatística o numero de obitos está na razão de menos de 8% o que constitue mui li-songeiro rezultado, se attendermos que alguns doentes entrão para o hospital já moribundos, outros a elle recorrem depois de haverem esgotado em suas casas todos os meios de tratamento, e finalmente se a confrontarmos com a dos hospitaes da Corte, Bahia e outras provincias, onde a mortalidade regula de 12 a 15%.<sup>79</sup>*

- Foram provedores da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, durante o período provincial os senhores:

1. Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira (1854)
2. Dr. Augusto de Moura (1855)
3. Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira (1856)
4. Padre João de Abreu Sã Sottomaior (1859)
5. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães (1859)

Sem dados para o período de 1858 e de 1860-5.

6. Dr. José Candido da Silva Murici (1866-79)
7. Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque  
(1879-87)
8. José Fernandes Loureiro (1887-89).<sup>80</sup>

<sup>79</sup>PARANÁ. Governo. 1884 [Machado d'Oliveira]. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado d'Oliveira presidente da Provincia, por occasião da abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 16<sup>a</sup> legislatura, no dia 15 de setembro de 1884. Curityba, Typ. Perseverança, 1884. p.43-4.

<sup>80</sup>NEGRÃO, p.36.

### 3.5.5. Santa Casa de Misericórdia de Antonina

A Irmandade de Misericórdia de Antonina, fundada em 14 de agosto de 1875, funcionou apenas por algum tempo, interrompendo suas atividades por vários motivos, entre eles a ausência de seu provedor e fundador Dr. José Justino de Mello.

No entanto, em 8 de dezembro de 1879, a Irmandade foi restaurada, os irmãos reuniram-se para reorganizá-la, procederam a eleição que elegeu o Dr. Mello como provedor e este deu início às obras do hospital de caridade no largo do Saivá.<sup>81</sup>

Para executar tal obra, o provedor solicitou ajuda da presidência, a qual foi dada através do imposto de vários produtos. Em 1882, a renda da Irmandade advinha de anuidades dos irmãos na razão de 2\$000rs, esmolas, o imposto marítimo sobre alguns produtos e o imposto municipal sobre sabão e velas importadas.<sup>82</sup> Não possuindo bens de patrimônio, a enfermaria da Irmandade funcionava num prédio alugado, sob a direção do Dr. Mello que gratuitamente atendia aos pobres ali recolhidos.

O movimento de enfermos durante 1882, de janeiro até setembro, foi de 23 doentes hospitalizados, dos

<sup>81</sup>LEÃO, v.4, p.2048.

<sup>82</sup>PARANÁ. Governo. 1882 (Carvalho), p.119-20.



quais faleceram cinco.<sup>83</sup>

Segundo Ermelino Agostinho de Leão, a existência da Irmandade da Santa Casa de Antonina teve existência efêmera.

### 3.5.6. Outras Instituições Assistenciais

As várias presidências, durante todo período provincial, demonstraram interesse no auxílio e socorro dos enfermos pobres, dos órfãos, dos cegos, surdos e mudos, dos paraplégicos, dos alienados mentais e de toda a população durante os surtos epidêmicos.

Para as ocasiões em que a população se via ameaçada com a presença ou mesmo ficava assustada com a notícia de algum mal reinante em uma das Províncias vizinhas, rapidamente formavam-se comissões sanitárias de saúde e os cordões de isolamento encarregados de tomar todas as providências necessárias de modo a prevenir o flagelo. Uma das principais medidas tomadas nestas ocasiões era a instalação dos *hospitais provisórios* e *Lazaretos*, em modestas casas ou chácaras afastadas da população, com instalações e material precário e improvisado, onde se mantinha uma assistência mé-

<sup>83</sup>NEGRÃO, p.16.

dica que dispensava os cuidados necessários fornecendo os medicamentos, mas principalmente, mantendo o isolamento. Uma dessas ocasiões foi em 1887, com o aparecimento da varíola em Morretes. O governo determinou que se tomassem as medidas necessárias, entre elas a organização de acomodações para os doentes num lazareto e numa chácara. Em seu relatório, o presidente Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, especifica as providências tomadas:

*A illustre comissão sanitaria de Morretes, composta dos Srs. presidente da camara, Icilio Orlandini, juiz municipal Romulo, Anselmo Gonçalves Ribeiro, Ricardo de S. Dias Negrão e do delegado de policia Luiz Ventura Rodrigues, que fez executar as medidas preventivas, contribuiu efficazmente para o desaparecimento do mal epidemico. Perfeitamente accomodados os doentes e nada faltando para o seu regular tratamento, segui as prescripções indicadas pela sciencia, sem que obtivesse resultado. ... Tanto o Lazareto como a chacara foram cuidadosamente desinfectados e os enfermeiros conservaram-se incommunicaveis por cinco dias.*<sup>84</sup>

A população contava também com os serviços prestados pelo vacinador provincial e pelos comissários municipais e paroquiais, os quais se encarregavam e se responsabilizavam perante o Instituto Vacínico da corte, pela vacinação e revacinação anti-variólica, em toda Província.

<sup>84</sup> PARANÁ. Governo. 1887 (Albuquerque). (Relatorio. Curitiba, 1887). p.18.

Em 1857, sugere o presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, em seu relatório apresentado aos membros da Assembléia Legislativa Provincial, a criação de asilos gratuitos para órfãos pobres de ambos os sexos, dentro do mesmo espírito de moral da sociedade que inspirava a fundação das Santas Casas de Misericórdia:

*... a mesma caridade que nos leva à criação de hospitaes, em que os necessitados achem remédio e alívio aos males do corpo, exige também o estabelecimento de asilos, em que a orfandade desvalida ache na educação, instrução e aprendizagem de officios uteis, infallivel preservativo contra os males da alma.*<sup>85</sup>

Os alienados mentais da Província eram tratados pelas Irmandades das Santas Casas de Misericórdia, mas quando estas não possuíam as acomodações necessárias, os doentes ficavam instalados nas prisões municipais ou eram enviados à corte para serem tratados no hospício D. Pedro II do Rio de Janeiro, como ilustra a requisição imperial de outubro de 1879:

*A requisição do Exm. Sr. Dr. Chefe de policia, e por instancias do Exm. Sr. Dr. presidente da provincia, foi ordenado pelo Exm. ministerio do imperio, que seguissem para o Rio de Janeiro com direcção ao hospicio de Pedro 2º, sete alienados que achavam recolhidos na cadeia desta capital, e que no dia 16 do corrente partiram para Antonina e em-*

<sup>85</sup>PARANÁ. Governo. 1857 (Carvalhaes), p.40.

*barcarem no primeiro vapor esperado do Sul.*<sup>86</sup>

Os surdos-mudos também eram enviados à corte para serem educados e tratados no *Instituto dos Surdos-Mudos* do Rio de Janeiro. Este Instituto recebia os deficientes de todas as Províncias; em 1873, contava com um número superior a dois mil internos. O governo imperial praticamente mantinha a instituição, fornecendo alimentação, medicamentos, educação e tudo o mais que se fizesse necessário.<sup>87</sup>

No Paraná, tem-se notícia, através de um ofício datado de dezembro de 1869 e dirigido à presidência do juiz de paz Antonio Jacintho Nobrega, da existência de onze surdos-mudos e um cego apenas na freguesia do Assungui, conforme demonstra o quadro da página 176.<sup>88</sup>

Em 1884, a presidência comunica seu compromisso de manter uma escola de surdos-mudos na capital:

*S. Ex. o Sr. Dr. presidente da provincia acaba de prestar mais um relevante serviço à instrução publica da provincia, subvencionando uma escola para o ensino de surdos-mudos, que os ha muito na provincia e mesmo nesta capital; vai reger essa escola a Sra. D. Elvira Loyola Pinho, sufficientemente habilitada para esse serviço; a escola funcio-*

<sup>86</sup>ALIENADOS. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 out. 1879. n.1996, p.4.

<sup>87</sup>CORTES, M.F. Instituto dos Surdos Mudos: relatório do Comissario do Governo. Dezenove de Dezembro, Curityba, 5 jul.1873. n.1417, p.2.

<sup>88</sup>NOBREGA, A.J. Correspondência, 25 dez.1869, Assunguy. In: OFFICIOS, 1869. v.21, p.12-3.

*Mapa dos escravos de cor existentes no Dist. de São Paulo de São Paulo*

<i>Número</i>	<i>Nomes</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Natural</i>	<i>Cor</i>	<i>Profissão</i>	<i>Alunos</i>	<i>Alunos</i>	<i>Alunos</i>	<i>Alunos</i>	<i>Quartirão</i>
1	Francisco de Maria Ant.	30	2	Natur.	Pardo		Muito	Muito			Santa Cruz.
2	Joaquim f. de Almeida	25	"	"	"	Lavador	"	"	"	"	"
3	José de Deus	40	"	"	"		"	"	"	"	"
4	Maria f. de M. Lorrain	12	"	"	"		"	"	"	"	Nishirimbay
5	Manoel de Fortunato f.	18	"	"	"		"	"	"	"	Canto Gallo.
6	Antônia f. de Almeida	14	"	"	"		"	"	"	"	"
7	Floriano	60	C	"	"	Lavador	"	"	"	"	"
8	Anna B. de	30	S	"	"		"	"	"	"	Reiunha
2	Manoel	28	"	"	"	"	"	"	"	"	"
10	José de Aguiar	50	C	"	"		"	"	"	"	"
11	Felisa de Aguiar Cardoso	40	S	"	"		"	"	"	"	Colônia.
12	Maria	25	"	"	Pardo		"	"	"	"	Colônia

*São Paulo 25 de Dezembro de 1862.*

*Antônio Jacinto de Aguiar, Juiz de Paz*

*narã á rua do Aquidaban.*<sup>89</sup>

A escola recebia, conforme anunciava publicamente, pensionistas e meio-pensionistas de ambos os sexos, especificando a idade de 7 a 14 anos para os meninos e de 7 a 20 anos para as meninas.<sup>90</sup>

Muito deixou a desejar o período provincial quanto aos recursos hospitalares de atendimento à população. Dentre as principais instituições destaca-se o lazareto do porto de Paranaguá, localizado na ilha das Cobras, destinado ao atendimento de isolamentos e quarentenas de tripulantes que desembarcavam no porto de Paranaguá portando doenças contagiosas. Além do lazareto, o governo mantinha a enfermaria militar, que atendia especificamente as tropas militares e seus familiares, limitando com isto o seu campo de atuação. As Santas Casas de Misericórdia de Paranaguá e da Capital, foram as mais importantes instituições filantrópicas. O maior problema com que contavam estas instituições era a falta de recursos financeiros para a construção, manutenção e pagamento de seus funcionários. O governo provincial pouco contribuía no sentido de atenuar o déficit da balança orçamentária dos noso-

<sup>89</sup>ESCOLA de Surdos Mudos. Dezenove de Dezembro, Curityba, 5 abr.1884. n.83, p.3.

<sup>90</sup>ESCOLA de Surdos Mudos em Curityba. Dezenove de Dezembro, Curityba, 17 maio 1884. n.117, p.4.

cômios, destinando apenas pequenas verbas, mais precisamente em períodos epidêmicos. A maior contribuição no entanto foi dada para a construção do novo prédio da Santa Casa de Misericórdia da Capital. Para melhor elucidar o problema financeiro, com que se deparavam os nosocômios, pode-se verificar o orçamento provincial e mais particularmente as verbas reservadas à saúde pública no período compreendido entre 1858-73.

Orçamentos da Província do Paraná

<u>Exercício</u>	<u>Total despesa</u>	<u>Com saúde pública</u>	<u>quantia</u>
1858-1859	415:158\$490	Para continuação do hospital dos lázaros	4:000\$000
		Auxílio aos hospitais de caridade da Província	2:000\$000
1859-1860	268:189\$000	Auxílio aos hospitais de caridade	2:000\$000
1860-1861	262:763\$000	Auxílio aos hospitais de caridade de Paranaguá e Curitiba	2:000\$000
1861-1862	331:978\$500	idem	3:000\$000
1862-1863	329:382\$547	idem	2:000\$000
1863-1864	260:593\$083	idem	2:000\$000
1864-1865	305:952\$868	não há especificação, devendo ser a mesma quantia	
1865-1866	247:929\$747	Hospital de caridade da capital	1:000\$000
		Para o de Paranaguá	1:000\$000

1866-1867	234:000\$594	Hospital da capital e de Paranaguá	2:000\$000
1867-1868	225:211\$560	idem	2:000\$000
1868-1869	278:127\$399	À Câmara Municipal da capital para ser aplicado ao esgoto dos banhados que cercam a cidade e outras medidas de salubridade pública e construção de calçadas	3:285\$000
		Ao hospital de caridade de Paranaguá para o concerto do edifício	2:000\$000
		Para o da capital e obra nova do mesmo	2:000\$000
1869-1870	497:653\$570	Para as obras do hospital novo da misericórdia da capital conforme a lei deste ano, do saldo do mesmo exercício findo	10:000\$000
1870-1871	622:554\$431	Para as obras do hospital da capital	10:000\$000
		Para as obras do hospital de Paranaguá	4:000\$000
1871-1872	713:400\$027	Para as obras do hospital da capital	10:000\$000
		Para as obras do hospital de Paranaguá	5:000\$000
		Para as obras do hospital de Castro	2:000\$000
1872-1873	621:965\$409	Para as obras do hospital novo da capital	10:000\$000



*Idem do de mise-  
ricórdia de Para-  
naguã*

3:000\$000

---

O exercício era contado de 1º de julho a 30 de junho.<sup>91</sup>

A Província também contou com outras instituições assistenciais de menor importância, como a Santa Casa de Misericórdia de Antonina, que atuou por tempo limitado, os orfanatos e escolas e hospitais provisórios que entravam em funcionamento durante os períodos epidêmicos quando fosse necessária a sua atuação.

Os nosocômios limitavam-se ao litoral e à capital, ficando o interior da Província desprovido de recursos hospitalares.

<sup>91</sup>CARDOSO, J.A. Essai d'utilisation des listes electorales dans l'étude de la population du Paraná, (Brésil) vers 1870. Paris, 1977. p.45-6.

## 4. A VARÍOLA: ASPECTOS MÉDICOS E SURTOS EPIDÊMICOS

### 4.1. DEFINIÇÃO

A varíola, também conhecida por *bexiga*, era considerada uma das moléstias pestilenciais mais aterrorizantes, juntamente com o cólera-mórbus e a febre amarela, durante o Império.

Importada da Ásia e da Europa, a varíola grassou no Brasil desde sua colonização sendo erradicada apenas em meados do século XX.

A varíola ou bexiga era definida por Pedro Luiz Chernovicz, autor do *Diccionario de Medicina Popular*, usado como um guia prático de medicina pelos médicos brasileiros, nos seguintes termos:

... uma erupção geral de borbulhas pelo corpo, que se convertem em grandes pustulas redondas e purulentas; acabam pela dessecção e deixam nodoas vermelhas, às quaes succedem cicatrizes mais ou menos apparentes.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>CHERNOVICZ, P.L.N. Diccionario de medicina popular. Paris, A.Roger & F.Chernovicz, 1890. v.1, p.325.

Chernovicz distinguia duas espécies de varíolas, classificadas em benignas ou discretas, e graves ou confluentes, também conhecidas como pele de lixa e olho de polvo. Nas primeiras as pústulas são mais ou menos numerosas, mas isoladas umas das outras. Nas segundas, são tão numerosas que em alguns lugares confundem umas com as outras.

A varíola benigna manifesta-se com calafrios seguidos de temperatura, náuseas, sede, perda de apetite, dores de cabeça, cansaço e por vezes acompanhada de delírio. Principia a erupção no quarto dia, inicialmente no rosto, alastrando-se depois pelo pescoço, peito e membros. As borbulhas que levantam na pele são avermelhadas e dolorosas, provocando reações específicas como o entumecimento do rosto, inchaço das pálpebras, pés e mãos.

*Ao terceiro ou quarto dia, contados do principio da erupção, setimo ou oitavo da data da molestia, as pustulas do rosto começam a empallidecer, a branquear na ponta, a serosidade que ellas contêm torna-se purulenta, fazem-se depois amarellas, e deixam sahir o pus.<sup>2</sup>*

Este fenómeno ocorre com as outras partes do corpo. Só no décimo primeiro dia, aproximadamente, é que o rosto desincha, as pústulas secam formando crostas que caem no décimo quarto ou décimo quinto dia. A

<sup>2</sup>CHERNOVICZ, p.326.

proporção que as nódosas vão desaparecendo, deixam em seu lugar pequenas cicatrizes, havendo também bexigas que não deixam sinais.

Na varíola grave ou confluyente todos os sintomas apresentam-se com maior intensidade:

*A febre persiste durante todo o curso da molestia; as borbulhas são tão multiplicadas e tão conchegadas, que ás vezes é difficil ver os interstícios; no rosto parecem formar uma só pustula com superficie desigual. Depois da erupção, não diminue a violencia dos symptomas; quasi sempre, pelo contrario, a febre augmenta. As crostas, quando cahem, deixam cicatrizes que desfiguram os mais bellos semblantes.*<sup>3</sup>

A bexiga chamada *olho de polvo*, assim que aparece torna-se chata no centro assemelhando-se a um umbigo. A *pele de lixa* desenvolve-se principalmente no rosto, deixando a pele áspera e enrugada parecendo-se com a pele de peixe.

A varíola benigna, quando isenta de delírio, disenteria e outros contratempos dura de 14 a 21 dias. A varíola *olho de polvo* e *pele de lixa* sempre têm um fim funesto, provocado pela violência da inflamação. Quando a morte não acontece deixa vestígios como a perda da visão, deformidade, surdez, e males desse porte. O perigo é extremo quando as pústulas em vez de pús, contêm serosidade ou sangue negro. Neste caso é conhecida

<sup>3</sup>CHERNOVICZ, p.326.

como bexiga preta, negra ou hemorrágica.

A medicina do século XIX pouco sabia sobre o *micrôbio-gerador* da doença. Os primeiros estudos a respeito foram feitos pelo médico francês Hippolyto Bernheim, que descobriu na linfa de uma pústula variólica um micrococcus em tudo semelhante ao da linfa vacínica, embora um pouco mais grosso.<sup>4</sup> Jayme Reis, em sua tese, descreve o sangue dos variolosos dizendo que:

*O sangue dos variolosos é cheio de bacterias como é todo o sangue nas molestias septicæ graves.*

*As bacterias são corpos organicos, infusorios, mycrophytas, especie de alga, de filamentos delgadissimos, tesos, cylindricos, de 4 a 12 millesimos desde millimetro, sem movimento espontaneo e que se propagam por segmentos e que se dissolvem nos liquidos em que se examinam.*<sup>5</sup>

A variola é contagiosa em todos os seus períodos, e a sua transmissão é feita diretamente pelo ar infectado penetrando pelas vias respiratórias; e, indiretamente, através do contato com objetos pertencentes ao foco varioloso.<sup>6</sup>

*Ha fazendeiro que pretende preservar-se da variola trancando a porteira do seu terreiro. Ora, um famulo que elle manda á povoação*

<sup>4</sup>REIS, J.D. Das principaes endemias e epidemias de Curityba. Rio de Janeiro, Typ.Ribeiro, Macedo, 1898. p.172.

<sup>5</sup>BERTOLDI. Vaccina, variola e varioloide. Dezenove de Dezembro, Curityba, 29 nov.1873. n.1458. p.3.

<sup>6</sup>REIS, p.172.

*volta com o miasma na roupa e empesta-lhe a casa. Como ninguém nella é vaccinado, a mortalidade é espantosa.*<sup>7</sup>

A varíola é uma das moléstias infecciosas que menos respeita a influência do meio exterior. Sua incidência é maior no inverno e menor no verão.

*A imunidade natural é quasi sempre hereditaria e a adquirida é também capaz de transmittir-se por herança.*<sup>8</sup> A mãe transmite a varíola ao feto, conservando assim a criança imune à doença, e a vacinação neste caso é improfícua. Por ser uma doença exantemática, predispõe ao aborto, mas nem sempre o fato ocorre.<sup>9</sup> A predisposição natural para a bexiga varia conforme a idade: a criança no útero materno tem muita, e, às vezes, nasce com pústulas sem a mãe ter tido a moléstia. No recém-nascido, a predisposição é quase nenhuma. Tanto a criança como o adulto são muito vulneráveis. A faixa etária menos propensa à doença é a velhice.<sup>10</sup>

Sobre a imunidade da vacina observou-se, nas estatísticas de um hospital de variolosos, que os doentes não vacinados morriam de varíola na proporção de 50 por 100; os mal vacinados de 26 por 100; e os bem

<sup>7</sup>BERTOLDI, p.3.

<sup>8</sup>RAMOS, J.C. Considerações elementares acerca da varíola e o seu diagnostico precoce. Salvador, Litho-Typ.Almeida, 1903. p.7.

<sup>9</sup>REIS, p.172.

<sup>10</sup>BERTOLDI, p.3.

vacinados de 2,3 por 100.<sup>11</sup>

A melhor profilaxia é a vacinação seguida da re-vacinação. Cuidados médicos especiais eram dispensados durante a erupção e supuração das pústulas, além da dieta alimentar do doente.

*O café o chá, o guaraná, o assucar, o vinho, os alcoolicos, o chocolate de cacão, o coco do Perú, bem que não alimentam, são uteis ao doente, porque, impedindo a desnutrição, tornam menos necessarios os alimentos isto é, conservam o organismo, que pouco se nutre, com a maior somma possivel de forças vitales. Quem não conhece estes principios não está em dia com a moderna physiologia, pertencente ao passado.*<sup>12</sup>

#### 4.2. VARÍOLA NO BRASIL

A varíola foi uma das doenças que provocou o maior índice de mortalidade no Brasil, nos primeiros séculos. É tida por diversos autores, como uma das principais causas da extinção de grande número de índios no país. Os cronistas, em seus relatos, mencionam que os primeiros colonizadores, às vezes propositadamente, provocavam a epidemia de varíola nos aldeamentos indígenas, para rapidamente exterminá-los. Os na-

<sup>11</sup>RAMOS, p.6.

<sup>12</sup>VACCINA, varíola e varioloide. Dezenove de Dezembro, Curityba, 3 dez.1873: n.1459, p.2-3.

tivos eram desprovidos de imunidade e contraíam o mal com maior facilidade, não demonstrando resistência à doença e fatalmente sucumbindo.

A varíola foi importada da Europa e da África onde era endêmica. No Brasil, incidia sobre a população em periódicos surtos epidêmicos, alguns dos quais dizimando grande número de pessoas. A primeira grande epidemia, concordam os autores, ocorreu em 1563. A respeito os padres jesuítas em suas cartas informam da chegada de uma nau com *bexiguentos* na Bahia, em 1561, mas a epidemia só atingiu seu ápice em 1563. O surto epidêmico foi chamado de *açoite do Senhor*, pelo padre Leornado do Valle. Em outras cartas jesuíticas, também há referência sobre a moléstia:

*Umas varíolas ou bexigas, tão asquerosas e hediondas que não havia quem as pudesse suportar com a grande fetidez que delas saía, e por essa causa morriam muitos ao desamparo comidos dos vermes que das chagas das bexigas nasciam e se engendravam em seus corpos, em tanta abundância e tão grandes, que causavam um grande horror e espanto a quem os via.*<sup>1</sup>

*Os indígenas, assustados, ficaram com um fantástico temor da varíola..., eles abandonavam os irmãos e companheiros atacados e fugiam espavoridos, dando grandes voltas pelas matas, para despistar o demônio da varíola.*<sup>2</sup>

<sup>1</sup>CARTAS Jesuíticas (1500-68). In: SANTOS FILHO, L.C. História geral da medicina brasileira. São Paulo, Hucitec, 1977. v.1, p.157.

<sup>2</sup>SANTOS FILHO, v.1, p.158.



As reincidências do flagelo sempre foram comuns em todo território brasileiro, fazendo muitas vítimas, não só pela falta de medidas preventivas, mas sobretudo pelos contatos feitos nos portos com navios infectados. Só a partir do século XVIII é que as autoridades passaram a adotar medidas mais severas como a *quarentena* nos portos, mas esta medida nem sempre foi cumprida.

#### 4.3. VARÍOLA NO PARANÁ

Tem-se notícia que Paranaguá se viu invadida pelo flagelo da varíola em 1694, e que o mesmo mal reapareceu no ano seguinte.<sup>1</sup>

Em correspondência oficial dirigida a Lisboa, em 1775, o Capitão General Dom Luiz de Souza referiu-se aos *muitos gastos feitos em os hospitais com a nova soldadesca, em que se atearam as bexigas*.<sup>2</sup>

Grandes gastos foram feitos no ano de 1802 com o atendimento dos vaiolosos em Paranaguá, num total de 12\$985.<sup>3</sup> O flagelo se estendeu para Antonina e na fre-

<sup>1</sup>MOREIRA, J.E. História da medicina do Paraná:1654-1822. Curitiba, Associação Médica, 1953. p.60.

<sup>2</sup>SA, M.A.M.O. Documentos para a história do Paraná: 1923. In: MOREIRA, p.60.

<sup>3</sup>DOCUMENTOS inéditos dos arquivos históricos de Lisboa. In: MOREIRA, p.60.

guesia de Morretes até começo de 1803. Foi necessário que a Câmara Municipal de Paranaguá providenciasse o isolamento para que a epidemia não se alastrasse.<sup>4</sup>

Desde então, a varíola passou a aparecer em Paranaguá de tempos em tempos, mas com menor índice de mortalidade,

*... pois mal apenas vem de fora, mandam retirar os doentes longe da povoação para se curarem, e assim esta epidemia não tem progresso e quasi todo o povo, isto é, os naturais nenhum não tem tido bexigas e são contados aquêles que têm tido, e êles têm tanto medo dêste mal que apenas qualquer adoece, isto é, os do paízz, e quasi a maior parte dêles morrem por serem muito apreensivos e vanzáticos.*<sup>5</sup>

Nos anos de 1817 e 1818, o flagelo em destaque atingiu a população da vila de Curitiba e ceifou algumas vidas.<sup>6</sup>

Em 1838, a população curitibana se viu novamente atacada pelas bexigas, o que foi possível observar através da *causa-mortis* dos registros de óbitos para a paróquia de Curitiba. Dos 198 óbitos para o período compreendido entre junho e dezembro, 52 casos eram de

<sup>4</sup>MOREIRA, p.61.

<sup>5</sup>SANTOS, A.V. Copiadores de cartas:1802-1818. In: MOREIRA, p.61.

<sup>6</sup>SAINT'HILAIRE, A. Voyage dans l'interieur du Brésil: voyage dans les provinces de Saint Paul et de Sainte-Catherine. Paris, Bertrand, 1851. p.129.

varíola.<sup>7</sup>

*Hã noticias tradicionaes de que em tempos passados, quando a Provincia ainda era comarca da de S. Paulo, grassou aqui a mesma molestia, mas causando grande devastação, porém não se pode asseverar que fosse isso só devido a violencia ou mau character do mal, pois que se conta muita cousa sobre a incuria no tratamento regular, e abandono dos affectados pelo receio do contagio, e até sobre a tão brutal, quão desgraçada lembrança d'alguem, que entendeo sem a menor precaução dever inocular o pus das pustulas naturaes, com o falso fundamento de preservar assim do mal aos inoculados, pela mesma rasão do preservativo da vaccina. E esta é a rasão por que grande parte da gente da Provincia ate hoje tem horror a vaccina!*<sup>8</sup>

A primeira epidemia registrada durante o período provincial data de 1855 e perdurou até o começo de 1857. Apareceu na vila de Guaratuba, procedente da Freguesia de Itajaí, da Província de Santa Catarina, através de uma canoa de cabotagem, que trazia gêneros.<sup>9</sup> Quando a presidência teve notícia, designou imediatamente o provedor de saúde de Paranaguá, Dr. Angelo Christiano Reye para que seguisse para aquela vila com o fim de atender aos afetados. Mas não foi grave a

<sup>7</sup>KUBO, E.M. Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850. Curitiba, 1974. p.58. Tese. Mestrado. Universidade Federal do Paraná.

<sup>8</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 01 dez.1861, Curitiba. In: OFFICIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Província do Paraná, 1861. v. 22, p.10.

<sup>9</sup>MIRANDA, F.A. et alii. Correspondência, 8 jan.1855, Guaratuba. In: OFFICIOS, 1855. v.1, p.91.

ocorrência, pois a moléstia não progrediu, e quando o provedor chegou o último enfermo achava-se em convalescença. Em Guaratuba, nesta ocasião, foi mandado construir pela Câmara Municipal um pequeno lazareto a fim de atender aos variolosos no lugar denominado Morretes, importando no gasto da quantia de 200\$000rs.<sup>10</sup>

Novamente a população litorânea se viu ameaçada com a chegada de um barco no porto de Paranaguá que foi posto em quarentena por terem aparecido casos de bexiga a bordo. Os encarregados de saúde foram mobilizados no intuito de evitar a invasão do flagelo, ou ao menos minorar os estragos que pudesse vir a fazer. Em 1855, reinava o mal em São Luiz do Maranhão, onde ceifou grande número de vidas.<sup>11</sup> O vacinador provincial, em nota oficial, fazia um apelo à solicitude das autoridades e ao bom senso da população.

*Não ha mesmo muito tempo que a Curityba vio grande copia de seus habitantes succumbir com esta cruel enfermidade; é pois mister que nos acautelemos emquanto é isso possivel, e que não deixemos para amanhã o emprego tardio de meios e providencias, que tomadas hoje, poderão, se não evitar o mal, ao menos annullar os seus effeitos, tornando-o quasi innocente.*<sup>12</sup>

<sup>10</sup>PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Lopes, 1856. p.14.

<sup>11</sup>AS BEXIGAS em Paranaguá. Dezenove de Dezembro, Curityba, 8 ago.1855. n.19, p.2.

<sup>12</sup>Ibid.

Em 1856, a epidemia reapareceu na vila de Guaratuba com a chegada do Patacho *Vigilante*, vindo do Rio de Janeiro com um varioloso a bordo. Assim que chegou, desembarcou e curou-se em sua casa. Logo manifestaram-se mais dois casos na vila.<sup>13</sup>

O relatório apresentado pelo Dr. José Candido da Silva Murici sobre o estado sanitário da Província, afirma que em dezembro de 1856 apareceu a varíola no distrito de São José dos Pinhais, e pouco depois em Morretes.<sup>14</sup>

Em São José dos Pinhais a epidemia passou a difundir-se no quarteirão do Cupim,<sup>15</sup> e perdurou até fevereiro de 1857.<sup>16</sup> O governo apoiou todas as medidas tomadas pelo médico provincial, as quais consistiam no fornecimento de medicamentos, roupa de cama e de pessoal vacinado ou que já tivesse tido as bexigas para o transporte de enfermos. Em cada quarteirão em que se manifestasse a doença a ordem era estabelecer-se uma enfermaria para o tratamento das vítimas. O restante da população deveria manter-se isolada, ao abrigo do

<sup>13</sup>MIRANDA, F.A. Correspondência, 7 jan.1856, Guaratuba. In: OFFÍCIOS, 1856. v.1, p.85.

<sup>14</sup>MURICI, 1861, v.22, p.2-10.

<sup>15</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 14 jan.1857. n.42, p.3.

<sup>16</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 10 jun.1857. n.14, p.2.

contágio.<sup>17</sup> O Ministério do Império dispensou a verba de 2\$rs para a compra de duas garrafas de vinho branco, para o tratamento dos bexiguentos.<sup>18</sup> A epidemia cessou em São José dos Pinhais sem deixar vítimas, devido ao zelo e cuidado do Dr. José Candido da Silva Murici.<sup>19</sup>

Na época em que reinou a varíola em Morretes, também grassou o sarampo, fazendo vítimas fatais.<sup>20</sup> O mal das bexigas foi transportado de São José dos Pinhais na pessoa do Sr. José Rodriguez Costa, pois acometeu sete pessoas de sua família e três de outras. Alguns variolosos encontravam-se em estado grave, e destes, uma escrava veio a falecer. O problema consistia no enterramento que deveria ser feito fora da povoação, e o cemitério que ali havia ficava no centro, ao lado da igreja matriz.<sup>21</sup> Em Morretes, ninguém se dispôs a cuidar dos variolosos, e não se encontravam enfermeiros na população. Só a Maçonaria é que pôde acomodar os enfermos. Nem a vacinação como medida profilática teve êxito, devido à presença de um Curandeiro

<sup>17</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 11 fev.1857. n.46, p.4.

<sup>18</sup>GOVERNO Provincial, 1857. n.14, p.2.

<sup>19</sup>BRANCO, F.P.C. et alii. Correspondência, 27 jan. 1857, São José dos Pinhais. In: OFFICIOS, 1857. v.1, p.136.

<sup>20</sup>MURICI, 1861, v.22, p.10.

<sup>21</sup>NOBREGA, F.A.C. Correspondência, 1º fev.1857, Morretes. In: OFFICIOS, 1857. v.2, p.286.

que não a aconselhava.<sup>22</sup>

Em julho de 1856, quando passou pela Província o 2º Batalhão de Artilharia seguindo para Mato Grosso, apareceu em Antonina um *praça* varioloso. Mas o mal não se propagou.<sup>23</sup> Medidas foram tomadas com o fim de evitar a propagação da varíola. Organizaram-se comissões de saúde, encarregadas de observar e tratar os afetados.<sup>24</sup>

Em janeiro de 1857, foi informada a presidência da presença de bexigas em um passageiro vindo da Corte, a bordo do patacho *caçador* em Paranaguá.<sup>25</sup> Surgiram mais dois casos em terra; não progredindo, porém, a doença logo se extinguiu.<sup>26</sup> Desde fevereiro de 1857, e por todo ano seguinte, nenhum caso de varíola que fosse comunicado oficialmente às autoridades competentes surgiu, embora o Jornal Dezenove de Dezembro mencionasse os estragos provocados pela presença da varíola em São Paulo.<sup>27</sup>

A chegada da escuna hamburgueza *Fanny*, no porto

<sup>22</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 8 fev.1857, Morretes. In: OFFICIOS, 1857. v.2, p.128.

<sup>23</sup>MURICI, 1861, v.22, p.11.

<sup>24</sup>REYE, A.C. Correspondência, 12 abr.1856, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1856. v.4, p.10.

<sup>25</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 8 abr.1857. n.2, p.2.

<sup>26</sup>ALVES, J.A.P. Correspondência, 11 fev.1857, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1857. v.2, p.137.

<sup>27</sup>O DEZENOVE de Dezembro. Dezenove de Dezembro, Curityba, 14 ago.1858. n.39, p.3.

de Paranaguá, em julho de 1859, provocou sérios receios, pois havia alguns marinheiros variolosos a bordo. Estes foram imediatamente recolhidos à quarentena no lazareto da Ilha das Cobras, na baía de Paranaguá, pelo provedor de saúde do porto, e nele receberam o devido tratamento.<sup>28</sup>

Posteriormente a este fato, adoeceram ainda um *praça*, da guarnição fixa do porto de Paranaguá, e um marinheiro do brigue inglês *Ruthenia*, vindo do Rio de Janeiro.<sup>29</sup> O presidente da Província, Dr. José Francisco Cardoso, em seu relatório de Março de 1860, referindo-se ao lazareto de Paranaguá diz:

*O lastimoso estado do lazareto obstou de serem ali tratados os ultimos enfermos; mas ao governo imperial representei no sentido da construção do predio.*<sup>30</sup>

Diante de tal problema o *praça* foi tratado com toda cautela que o caso exigia no próprio Quartel da Guarnição,<sup>31</sup> e o marinheiro doente permaneceu a bordo. A tripulação desembarcou na ilha para cumprir a quaren-

<sup>28</sup>BOUSQUET, A. Correspondência, 24 ago.1859. Paranaguá. In: OFFÍCIOS, 1859. v.9, p.7 e 14.

<sup>29</sup>PARANÁ. Governo. 1860 (Cardoso). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 4<sup>a</sup> legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1<sup>o</sup> de março de 1860. Curitiba, Typ.Lopes, 1860. p.20.

<sup>30</sup>Ibid., p.21.

<sup>31</sup>PINHEIRO, J.F. Correspondência, 27 jan.1869, Paranaguá. In: OFFÍCIOS, 1869, v.1, p.264.



tena.<sup>32</sup> Nenhuma vítima fatal registrou-se graças aos cuidados e providências tomadas com precisão.

A epidemia registrada principalmente nos anos de 1863 e 1864, foi a que atingiu maiores proporções durante o período provincial: estendeu-se até 1867, com o constante aparecimento de casos esporádicos. Em noticiário publicado no Jornal Dezenove de Dezembro, e extraído da *Revista Commercial de Santos*, lê-se:

*A terrível epidemia das bexigas que ha quasi um anno reina nesta cidade (Santos) e já tantas victimas tem feito, ainda não quer deixar-nos. Invadiu a capital e muitas povoações desta provincia (São Paulo), e segundo noticiam os ultimos jornaes, hoje também flagella as provincias do Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, e algumas das provincias do norte do Imperio. Mas não somente no Brasil, tambem na Europa ultimamente se tem observado o reaparecimento mais frequente da hedionda molestia e seu desenvolvimento teimoso em character maligno.*<sup>33</sup>

Em Paranaguá, no ano de 1863, segundo relatos médicos do Dr. Olegário Cesar Cabussú, fundeu por volta de 1º de março, nas águas do porto, um iate procedente de Laguna, Província de Santa Catarina. O iate estava carregado de farinha e milho. A bordo, no porão, havia dois indivíduos afetados de varíola. Nem o médico encarregado da visita do porto, nem o seu se-

<sup>32</sup>BOUSQUET, A. Correspondência, 1º fev.1860, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1860. v.3, p.85-6.

<sup>33</sup>A EPIDEMIA reinante das bexigas. Dezenove de Dezembro, Curityba, 26 set.1863. n.419, p.3-4.

cretário, responsável pela vistoria na sua ausência, procederam a um exame minucioso, ou mesmo visitaram o iate, para indagar a *carta limpa de saúde*, e proceder na forma da lei, no caso de haver doente de moléstia contagiosa a bordo. Houve livre comunicação da tripulação com as pessoas em terra que auxiliaram no descarregamento do iate. Todos estes indivíduos vieram a adoecer de varíolas discretas, o que dificultou o diagnóstico imediato da doença.

Os meios para abrigar a população do contágio consistiam em, primeiramente, isolar os doentes, e em segundo lugar, destruir a aptidão para contrair a doença. O primeiro método não foi posto em prática e o segundo exigia uma longa e rigorosa vacinação.<sup>34</sup> Com a falta da vacina, substituiu-se a linfa vacínica pelo pus de um varioloso, o que provocou a variolização nas pessoas inoculadas. No seu relatório, o Dr. Alexandre Bousquet, médico municipal de Paranaguá, diz textualmente:

*O pus vaccínico do commissariato d'esta cidade era inactivo como quasi sempre acontece; o nosso vaccinador, instado pela população para subministrar-lhe hum preservativo contra a propagação possivel das bexigas, de que tinha ja havido alguns casos, teve a infeliz lembrança de substituiro pús variólico de hum de seus doentes, ao pus vaccínico qe faltava e o inoculou em varias crianças, nos Domingos 8 e 15 de Março; as cousas estavam n'esse estado quando desembarquei segunda-feira 16 de Março.*

<sup>34</sup>CABUSSU, O.C. Correspondência, 23 abr.1863, Curitiba. In: OFFICIOS, 1863. v.9, p.93-6.

*... Encontrei n'esse dia e nos seguintes varias crianças (em tudo 15) com febre, delirio, vomituras, cephalgia, etc.etc. symptomas que attribui logo aos effeitos da vaccinação; tive porem em breve de mudar de diagnostico e de reconhecer com toda a evidencia os prodrômos de uma febre eruptiva variollica; os pais ou senhores affiançarão-me todos, que a causa foi a inoculação do pús das bexigas. Todos esses doentes ficarão com saude; nenhum athê hoje perrigou: infelizmente desde então augmentou o número de casos de variola, e ... entre elles existem dois casos de variola confluentes... Consta-me que 10 fôrão os casos anteriores à inoculação variollica, e 20 à 25 os posteriores.<sup>35</sup>*

Embora as experiências demonstrassem que a varíola inoculada era menos perigosa do que quando produzida pelo contágio, nada justificava o procedimento do vacinador de Paranaguã.

Foram muitos os casos de bexigas confluentes, e, a princípio, pouco ou nenhuma medida sanitária preventiva foi tomada. A população pobre sofreu excepcionalmente, e poucas pessoas abastadas foram afetadas.<sup>36</sup> Isto deve ser atribuído às infecções sífilíticas e às boubas anteriores às bexigas, normalmente endêmicas nas classes pobres da população.<sup>37</sup> Em Paranaguã, até os presos foram acometidos pelo flagelo da varíola, que

<sup>35</sup>BOUSQUET, A. Correspondência, 4 abr.1863, Paranaguã. In: OFFICIOS, 1863. v.9, p.94-5.

<sup>36</sup>BOUSQUET, A. Relatório médico: Paranaguã, 16 de março até 31 de dezembro de 1863, 2 jan.1864, Paranaguã. In: OFFICIOS, 1864. v.1, p.64.

<sup>37</sup>BOUSQUET, A. Correspondência, 27 jul.1863, Paranaguã. In: OFFICIOS, 1863. v.14, p.16.

fez algumas vítimas fatais.<sup>38</sup>

Os indigentes foram socorridos pela Câmara Municipal de Paranaguá, que dispendeu verba e pôs à disposição uma chácara oferecida gratuitamente pelo Sr. Presidente da Câmara, fornecendo pouso, alimentos e enfermeiros aos pobres que não podiam ser atendidos no hospital provisório.<sup>39</sup>

O obituário apresentado na clínica urbana do Dr. Alexandre Bousquet registrava 5% de óbitos; no hospital provisório, o obituário elevava-se a 8%. Esta porcentagem era considerada por ele, moderada em tempos de epidemia, e foi causada também pelo recolhimento, no hospital, de pessoas absolutamente indigentes:

*... cujo temperamento foi, antes, profundamente deteriorado pela má alimentação, pelos poucos ou nenhuns cuidados hygienicos; pessoas enfim sem energia, ichtyophagas, e que, pelo pauperismo de seu sangue, pelo seu estado lymphático e morbido, parecem ser, de ante mão, votadas á huma morte certa, zombando dos recursos da medicina, para elles impotente...*<sup>40</sup>

Além do hospital provisório, mantido pela Câmara Municipal de Paranaguá para o tratamento dos variolosos, havia a enfermaria das prisões, o quartel do destacamento, a clínica particular do Dr. Alexandre Bousquet

<sup>38</sup>BOUSQUET, A. Correspondência, 23 jul.1863, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1863. v.14, p.15.

<sup>39</sup>BOUSQUET, 1863, v.14, p.16.

<sup>40</sup>BOUSQUET, 1864, v.1, p.64.

e a Clínica do Dr. Ricardo Augusto da Silva Rego. O lazareto da ilha das Cobras, local altamente recomendado para o tratamento de doenças infecto-contagiosas, não pôde ser utilizado por achar-se em quase total abandono.<sup>41</sup>

As principais medidas higiênicas tomadas durante o período epidêmico para obstar o desenvolvimento da varíola foram: a) evitou-se a lavagem de roupa de bexiguento na mesma fonte onde era lavada a roupa dos outros habitantes;<sup>42</sup> b) restringiu-se o contato diário entre os negociantes, donos de vendas e de armazéns que tivessem variolosos em suas casas com o público, pois se assim não se fizesse os comerciantes serviriam de elemento condutor para a propagação da enfermidade. Por sugestão médica, essas comunicações contínuas com o público deveriam ser impedidas, através do fechamento temporário dos armazéns, lojas e vendas daqueles que tivessem variolosos em suas casas; c) obrigou-se a todos os habitantes da cidade a caiar e desinfetar suas casas, limpar seus quintais e deles expulsar os porcos e outras criações imundas, além de fechar os poços infectos;<sup>43</sup> d) sugeriu-se ao governo a vacinação pela subdelegacia de Polícia, para toda po-

<sup>41</sup>PINTO, C.S. et alii. Correspondência, 8 abr.1863, Paranaguá. In: OFFÍCIOS, v.8, p.27.

<sup>42</sup>BOUSQUET, 1863, v.14, p.16.

<sup>43</sup>Ibid., p.20.

pulação da cidade, do subúrbio e das povoações vizinhas.<sup>44</sup>

Quando a epidemia estava desaparecendo, reapareceu com caráter maligno e assustador no quarteirão do Ribeirão, a três léguas distante de Paranaguá.<sup>45</sup> Nova verba foi destinada ao socorro da população e ao tratamento dos indigentes, com o apoio do Ministério Imperial.

A Câmara Municipal de Paranaguá enviou uma comissão composta de vereadores, além do médico, para ir ao local e tomar as medidas necessárias. O estado do bairro e dos pobres afetados de varíola era lamentável, existindo famílias inteiras acometidas; a penúria era geral. Diante das circunstâncias, foi estabelecido um hospital provisório em uma casa alugada no próprio bairro, com o fim de concentrar todos os pobres afetados. Supriu-se a casa dos objetos indispensáveis e contratou-se enfermeiro e outros empregados necessários. Para o inspetor do bairro foi enviada uma ambulância com os remédios exigidos pelo médico encarregado do tratamento dos doentes, assim como víveres e mantimentos necessários à dieta dos bexiguentos. Para se

<sup>44</sup>COSTA, R.J. Correspondência, 9 out.1863, Paranaguá. In: OFFÍCIOS, 1864. v.1, p.86.

<sup>45</sup>PARANÁ. Governo. 1864 (Silva). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná pelo 1º vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª sessão da 6ª legislatura em 21 de fevereiro de 1864. Curityba, Typ.Lopes, 1864. p.15.

estabelecer uma comunicação direta entre o Inspetor do Ribeirão e o Dr. Alexandre Bousquet de Paranaguá, foi alugado um cavalo. Com a aquiescência do Cônego Gregório José Lopes Nunes, vigário da igreja local, designou-se naquele bairro um lugar provisório para os enterramentos dos variolosos, preparando-se igualmente o meio de condução para esse ponto.<sup>46</sup>

O número oficial de variolosos tratados no bairro do Ribeirão, em suas próprias casas, durante 1864 foi de 63, sendo que apenas 20 foram os tratados no hospital provisório ali estabelecido, constatando-se 7% de óbitos no total.<sup>47</sup>

O relatório apresentado à presidência pelo Dr. Alexandre Bousquet salienta os efeitos da influência lunar no reaparecimento epidêmico:

*Tenho constatado a realidade da grande influencia lunar sobre as epidemias; - Já em Hespanha, quando medico do hospital central de cholêricos, em Sevilha, tinha notado a recrudescencia da molestia, coincidindo com certas phases da lûa; - em Portugal, no Porto, como medico do hospital de Variolicos, em Massarellos, convenci-me ainda da veracidade d'esse phenômeno; - Aqui enfim, há 11 mezes que constantemente reapparece a variola com certas phases da lûa, depois de ter quasi cessado anteriormente. - Essa opinião minha, aliás partilhada por Nab, Webster, phisico Americano; pelo Dr. Schnurrer, em cuja obra, tão notavel achão-se citados: Joubert, Chenot*

<sup>46</sup>PINTO, C.S. Correspondência, 30 jan.1864, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1864. v.1, p.91-3.

<sup>47</sup>BOUSQUET, A. Relatório, 31 dez.1864, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1864. v.18, p.54-9.

*e Jackson, como partidarios d'essa incontestavel influencia lunar.*<sup>48</sup>

Geograficamente o flagelo da varíola atingiu outras povoações, além de Paranaguá, desde 1863.

A varíola, que grassou desde o começo daquele ano não cessou, apesar da estação fria e das medidas preventivas empregadas.<sup>49</sup> Espalhou-se pelas povoações vizinhas, tanto que no dia 5 de abril do mesmo ano, noticiou-se o aparecimento da varíola na vila de Morretes. Segundo as informações obtidas, um indivíduo afetado, saído de Paranaguá no período de incubação, chegou a Barreiros onde morava, e ali achando-se doente e sem recursos, voltou a Paranaguá para tratar-se. Depois de restabelecido, tornou a Barreiros onde havia transmitido o mal a cinco pessoas de sua família. Felizmente, a sua casa era afastada da Vila e inteiramente separada das demais residências do povoado.<sup>50</sup> Vários casos manifestaram-se após este acontecimento. O Delegado de Polícia de Morretes, Ricardo José da Costa Gusmão, prontamente tomou medidas preventivas, evitando o contato dos variolosos com a população através do recolhimento dos bexigentos na chácara do Capitão Antonio Ricardo, distante da vila umas 300 léguas. Con-

<sup>48</sup>BOUSQUET, 1864, v.1, p.66.

<sup>49</sup>BOUSQUET, 1863, v.14, p.16.

<sup>50</sup>BOUSQUET, 1863, v.9, p.93.



tratou também duas mulheres para o tratamento dos doentes e um *camarada* encarregado do serviço externo, sem comunicação com os da casa.<sup>51</sup> Só em 12 de janeiro de 1864, é que a epidemia de varíola foi declarada extinta em Morretes.<sup>52</sup>

Em Antonina, a Câmara Municipal aprovou medidas sanitárias para prevenir a invasão das bexigas, com o apoio e auxílio do governo provincial.<sup>53</sup> Providenciou uma chácara, com todas as condições higiênicas, fora do perímetro urbano, para evitar-se o contágio.<sup>54</sup> Na vila de Guaratuba, a presidência foi informada de apenas um caso, registrado em fins de 1863, ficando a subdelegacia encarregada de providenciar as medidas necessárias.<sup>55</sup>

Na colônia *Superaguy*, no litoral, manifestaram-se casos de varíola. O Dr. Bousquet, de Paranaguá, enviou para lá alguns medicamentos e um relatório explicativo do tratamento dos doentes. A varíola

<sup>51</sup>GUIMARAENS, R.J.C. Correspondência, 3 dez. 1863, Morretes. In: OFFÍCIOS, 1863. v.21, p.196.

<sup>52</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 3 fev.1864. n.456, p.2-3.

<sup>53</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 25 jun.1863. n.392, p.1.

<sup>54</sup>FARIA, A.J. Correspondência, 18 jul.1863, Antonina. In: OFFÍCIOS, 1863. v.14, p.62. CORREA, F.F. Correspondência, 22 jul.1863, Antonina. In: OFFÍCIOS, 1863. v.14, p.111.

<sup>55</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 25 nov.1863. n.436, p.2.

foi transmitida por pessoas da colônia que haviam estado em Paranaguá. O agente da colônia, Dr. Durieu, informou mais tarde que foram seis os indivíduos afetados, mas não registrou-se nenhum caso fatal.<sup>56</sup>

A população de Rio Negro, cidade próxima a Curitiba, também ficou alarmada com o surgimento da varíola, vitimando algumas pessoas. O agente transmissor da doença foi uma pessoa que estivera na vila de Morretes. Solicitou-se ao governo provincial a presença do 1º cirurgião do Corpo de Saúde, o Dr. Murici, para socorrer os afetados.<sup>57</sup>

Alguns casos de varíola também manifestaram-se em Castro, onde a Câmara Municipal tomou medidas para socorrer e atender os pobres. O governo enviou para lá receituário e guia de conduta para a cura dos enfermos.<sup>58</sup>

A seis léguas do município de São José dos Pinhais, no lugar denominado Ambrosios, registraram-se ocorrências de varíola, devido à comunicação com pessoas da cidade de São Francisco, da Província de Santa Catarina.<sup>59</sup> O governo providenciou o isolamento dos

<sup>56</sup>BOUSQUET, 1863, v.14, p.19.

<sup>57</sup>SALUBRIDADE publica. Dezenove de Dezembro, Curityba, 28 fev.1863. n.359, p.3.

<sup>58</sup>NOTICIARIO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 18 abr. 1863. n.373, p.3.

<sup>59</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 10 jan.1864, Curitiba. In: OFFICIOS, 1864. v.1, p.262.

afetados enviando receituário, medicamentos fornecidos pelo farmacêutico Augusto Stellfeld e autorização para as despesas necessárias, por intermédio do subdelegado da agência dos Ambrósios.<sup>60</sup> No entanto a varíola ali reinou até janeiro de 1864, lamentando a presidência não ter enviado um médico para o atendimento dos bexiguentos, pois não havia nenhum disponível na capital.<sup>61</sup>

Nos mais diversos pontos da Província, manifestaram-se casos de varíola, tanto epidêmica como esporadicamente. No entanto, a localidade que mais sofreu com o aterrador flagelo foi Paranaguá, que, durante 1863, registrou oficialmente 695 casos, dos quais 85 óbitos, 598 curados e 12 com convalescência prolongada até o ano seguinte.<sup>62</sup> O índice de mortalidade chegou a 12,6%. Mas estes dados estatísticos referem-se só aos habitantes da zona urbana que recorreram às clínicas médicas e ao hospital provisório; não incluem os afetados e vítimas em seus arrabaldes.<sup>63</sup> Tanto nos subúrbios como na cidade havia muitos curandeiros com *clínicas*. O Dr. Alexandre Bousquet comenta o inconveniente destes curandeiros, como sendo irremediável em tempo epidêmico, pois na classe baixa quem tinha um doen-

<sup>60</sup>PARANÁ. Governo. 1864 (Silva), p.15.

<sup>61</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, °Curitiba, 27 jan.1864. n.454, p.2.

<sup>62</sup>PARANÁ. Governo. 1864 (Silva), p.15.

<sup>63</sup>PINTO, C.S. Correspondência, 17 maio 1863, Paranaguá. In: OFFÍCIOS, 1863. v.10, p.64.

te de bexiga, tratava dos demais, sem chamar o médico, apenas com o auxílio dos curandeiros. As despesas para o atendimento dos bexiguentos em Paranaguá chegaram a 2:328\$680rs, sob a responsabilidade da presidência e do Ministério do Império, no exercício vigente de 1863-4.<sup>64</sup>

Com o aumento da intensidade da epidemia de varíola em Paranaguá, as autoridades médicas locais passaram a se preocupar com os enterramentos. Vários cadáveres de variolosos ficavam horas e horas insepultos no cemitério, por falta de covas ou de quem as fizesse. A recrudescência da doença começou a ser atribuída às *emanações morfélicas* isto é, ao micróbio causador da doença trazido pelos constantes ventos, à população.<sup>65</sup>

No ano de 1863, em Paranaguá, além da varíola manifestaram-se outras doenças, como a febre biliosa, as disenterias e a coqueluche. A varíola do começo do ano praticamente multiplicou a afecção endêmica, o que o Dr. Alexandre Bousquet, em relatório médico, justificou com o axioma do médico e sociólogo francês Louis René Villermé, dizendo que a aparição de uma epidemia torna menos freqüente as afecções esporádicas e endêmicas, mas as que nesse tempo se observam apresentam

<sup>64</sup>BARROS, L.A.M. Correspondência, 26 dez.1863, Paranaguá. In: OFFÍCIOS, 1863. v.21, p.96.

<sup>65</sup>BOUSQUET, 1863, v.14, p.21.

sempre alguns dos caracteres da epidemia reinante.<sup>66</sup>

Em 1864, medidas foram tomadas para que os variolosos, vindos principalmente de Santa Catarina, não transitassem na baía de Paranaguá, para não propagar o flagelo à população.<sup>67</sup> Só na ilha da Cotinga, na baía de Paranaguá, foram 9 os afetados de varíola discreta.<sup>68</sup>

No ano de 1865, apresentaram-se na Província onze casos isolados de bexiga, sendo um único fatal. Manifestou-se a doença em passageiros da escuna inglesa *Onward*, do vapor *D. Affonso* e dos brigues *Pedro II* e *Alfredo*, procedentes do Rio de Janeiro. O capitão do vapor *D. Affonso*, ocultou a bordo enfermos variolosos, mas depois de descobertos, o capitão foi multado de acordo com a lei.<sup>69</sup> O vacinador provincial receoso de novo surto epidêmico no litoral, sugeriu a vacinação e revacinação para toda população.<sup>70</sup>

Em 1866-7 a varíola surgiu na freguesia da Pal-

<sup>66</sup>BOUSQUET, 1864, v.1, p.62-3.

<sup>67</sup>PARANÁ. Governo. 1865 (Araujo). Relatorio com que o Exm. Sr. vice-presidente da Província Dr. Manoel Alves de Araujo passou a administração ao Exm. Sr. presidente Dr. André Augusto de Padua Fleury no dia 16 de agosto de 1865. Curitiba, Typ.Lopes, 1865. p.9.

<sup>68</sup>BOUSQUET, A. Correspondência, 18 set.1864, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1864. v.15, p.17.

<sup>69</sup>REGO, R.A.S. Correspondência, 6 jul.1865, Paranaguá. In: OFFICIOS, v.14, p.187.

<sup>70</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 9 fev.1865, Curitiba. In: OFFICIOS, 1865. v.1, p.111.

meira, assustando a população, em consequência do falecimento de algumas pessoas afetadas.<sup>71</sup> Na capital também manifestou-se o flagelo variólico, em casos esporádicos.<sup>72</sup>

Num período de cinco anos entre 1868 a 1872 inclusive, os presidentes de Província regozijavam-se em seus relatórios pelo fato de não haver manifestação do flagelo da varíola em território paranaense.

A epidemia de varíola que grassou em diversas Províncias no ano de 1872 só se manifestou no Paraná no ano seguinte, particularmente na cidade da Lapa, na Capital, no porto de Antonina e na freguesia do Iguassú, sendo esta última localidade o lugar onde o flagelo desenvolveu-se com maior intensidade.<sup>73</sup>

Na fala imperial de 15 de setembro de 1873 à Assembléia Geral Legislativa, D. Pedro II refere-se ao estado sanitário dizendo não ser ainda satisfatório, pelo mal que a varíola e outras moléstias estavam cau-

<sup>71</sup>PARANÁ. Governo. 1867 (Burlamaque). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da Provincia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba, Typ.Lopes, 1867. p.38.

<sup>72</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 9 abr.1866, Curitiba. In: OFFICIOS, 1866. v.6, p.163.

<sup>73</sup>PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches). Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 11<sup>a</sup> legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874. Curityba, Typ. Lopes, 1874. p.10.

sando à população de algumas localidades.<sup>74</sup>

Na Lapa, sucumbiu um escravo, recém chegado da corte. Imediatamente, a Câmara Municipal e demais autoridades locais solicitaram providências ao presidente da Província, para prevenir o desenvolvimento do contágio.<sup>75</sup> *O que felizmente não succedeu em consequencia das providencias dadas, no intuito de asphyxiar o mal em seu nascedouro.*<sup>76</sup> Determinou-se, sem demora, a remessa do pus vacínico, cabendo à municipalidade encarregar-se das demais providências.

Na capital, foram afetados dois *praças* do Esquadrão da Cavalaria de Linha e oito indivíduos residentes no lugar denominado *Sítio do Mato*. A população ficou alarmada e os boatos a respeito da doença proliferaram.<sup>77</sup> Por ato presidencial foram incumbidos do tratamento dos doentes o Dr. José Candido da Silva Murici, e o Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque.<sup>78</sup> A Câmara Municipal também tomou importantes medidas para evitar a propagação do mal, transportando para fora da cidade os indivíduos afetados e mandando

<sup>74</sup>PARLAMENTO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 24 set. 1873. n.1440, p.1.

<sup>75</sup>VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 15 out. 1873. n.1446, p.3.

<sup>76</sup>PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches), p.10.

<sup>77</sup>VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 25 out. 1873. n.1449, p.3.

<sup>78</sup>PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches), p.10.

proceder medidas preventivas com as seguintes instruções:

*A camara municipal, tendo sciencia de que acaba de manifestar-se um caso de variola em uma praça de linha ultimamente chegada da côrte, - convida os habitantes desta capital a tomarem as precauções hygienicas que se fazem mister para evitar o desenvolvimento entre nós da fatal epidemia.*

*A camara, velando, como lhe incumbe, pela salubridade publica, pede a todos os moradores da cidade e seus suburbios que façam cáiar suas casas, interna e externamente, procedendo a uma rigorosa limpeza em seus terreiros e quintaes, de modo a preservar-nos do mal, que, com a falta de asseio, pôde mais facilmente propagar-se.*

*Uma commissão medica procederá em breve a um minucioso exame em todas as casas de negocio, e a uma visita domiciliaria em todas as habitações, para verificar se foram tomadas as precauções indicadas, e ordenar as demais medidas que a hygiene aconselhar.*

*Os habitantes desta capital não olvidem essas medidas, tranquillisem-se, não deixando-se tomar de panico, quasi sempre motivado por boatos infundados ou exagerados, que imprudentes espalham para aterrar osmeticulosos.<sup>79</sup>*

No porto de Antonina chegou em novembro de 1873 o vapor *Tajapurús* com um varioloso a bordo. O bexiguento foi, por ordem da presidência, removido para o lazareto da ilha das Cobras, que encontrava-se recuperado, oferecendo condições satisfatórias de uso, por falta de local apropriado para o tratamento naquela cidade. Apesar dos socorros veio a falecer.<sup>80</sup>

<sup>79</sup>VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 29 out. 1873. n.1450, p.3.

<sup>80</sup>VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 5 nov. 1873. n.1451, p.3.



Na freguesia do Iguassú, a epidemia das bexigas permaneceu até janeiro de 1874, fazendo muitas vítimas. Para atender a população foi nomeada uma comissão sanitária, autorizada pelo governo a despender a verba de 1:000\$000rs com o tratamento dos variolosos. Também seguiu para o local o farmacêutico Antonio Augusto Teixeira de Freitas com uma ambulância de medicamentos.

Diante das providências tomadas, extinguiu-se o mal, sem se alastrar para outras localidades, e sem o cortejo de calamidades que tanto a população receava. Para cobrir as despesas, o presidente provincial abriu, sob sua responsabilidade, um crédito de 5:000\$000rs que foi aprovado em 13 de fevereiro de 1874, por aviso do Ministério do Império.<sup>81</sup>

No Jornal Dezenove de Dezembro, foi publicado um artigo a respeito da epidemia na freguesia do Iguassú, onde um morador agradece a solicitude do governo no atendimento aos afetados de varíolas e participa o número de vítimas registradas no local.

*A Pedido:*

*Sr. redactor. - Como morador da freguezia do Iguassú e em nome dos habitantes daquela localidade não posso deixar de vir pela imprensa agradecer ao distincto administrador da provincia o Exm. Sr. Dr. Frederico Abranches o auxilio que com tanta promptidão e interesse prestou aos indigentes atacados pelas bexigas; e podemos assegurar que, a não serem as acertadas medidas tomadas por S.Ex., o*

<sup>81</sup>PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches), p.10.

*terrível flagello teria tomado proporções enormes e assolado a população, que se achava completamente balda de recursos, quando appareceu a epidemia. Hoje felizmente, das 75 pessoas atacadas do mal, acham-se em convalescença 39, tendo fallecido 36. Freguezia do Iguassu, 10 de Janeiro de 1874. - Manoel Fabricio de Godoy.*<sup>82</sup>

Quanto ao número de indivíduos atacados de varíola, segundo informações oficiais de um membro da Comissão Sanitária, foi de 75, dos quais 40 se restabeleceram e 35 foram vítimas.<sup>83</sup>

A 12 de setembro de 1874, o Imperador D. Pedro II, ao encerrar na Corte a 3ª sessão da 15ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa, diz terem desaparecido as alterações de estado sanitária em quase todos os pontos onde grassavam a varíola e outras enfermidades.<sup>84</sup> No ano seguinte, nenhuma epidemia foi registrada na Província, embora se alastrasse com intensidade a varíola em São Paulo.<sup>85</sup> Apenas ocorreu um caso esporádico de bexiga em Paranaguá, em um soldado, passageiro do vapor *Itajahy*, que logo restabeleceu-

<sup>82</sup>GODOY, M.F. A pedido. Dezenove de Dezembro, Curityba, 21 jan.1874. n.1473, p.4.

<sup>83</sup>PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches), p.10.

<sup>84</sup>PEDRO II, imperador do Brasil. Falla. Dezenove de Dezembro, Curityba, 30 set.1874. n.1542, p.1.

<sup>85</sup>A PEDIDO. Dezenove de Dezembro, Curityba, 14 ago. 1875. n.1632, p.1.

se.<sup>86</sup>

No ano de 1876, o estado de salubridade pública na Província não foi tão lisongeiro, manifestando-se a epidemia de varíola a partir de setembro nos municípios de Tibagi e Ponta Grossa, causada pela chegada de um indivíduo vindo de São Paulo portando a doença.<sup>87</sup>

Para Tibagi, deslocou-se, imediatamente o Dr. José Justino de Mello com uma ambulância de medicamentos, a fim de prestar serviços médicos aos indigentes. Também foi autorizada a respectiva Câmara Municipal a fazer as despesas necessárias para os socorros à população pobre. Rapidamente a epidemia se extinguiu naquele município. Reconhecidos ao governo, alguns membros da comunidade, em nome do povo de Tibagi, agradeceram publicamente no Jornal Dezenove de Dezembro, o desvelo com que foram tratados durante a manifestação da varíola:

*Tributo de Gratidão:*

*Os abaixo assignados em nome do povo Tibagyano, vem por meio deste publico testemunho de gratidão, agradecer cordialmente ao Exm. governo provincial os recursos medicos e pe-*

<sup>86</sup>PARANÁ. Governo. 1876 (Lins). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba, Typ.Lopes, 1876. p.8.

<sup>87</sup>PARANÁ. Governo. 1877 (Lins) Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba, Typ.Lopes, 1877. p.24-5.

*cuniaros com que por sua alta philantropia e caridade, socorreu aos habitantes deste municipio na grave infecção variolica, cujos valiosos recursos attenuaram infinitamente a mofina que em breve consumia uma população avultada!*

*Agradecem igualmente ao Illm. Sr. Dr. José Justino de Mello, muito digno enviado do Exm. Sr. presidente da provincia, a parte activa que tomou no desempenho de tão ardua tarefa, em um lugar que abandonado pela melhor parte de habitantes achou só o pranto e a miseria!...*

*Seus trabalhos medicos gratuitos aos pobres em varias enfermidades, sua solicitude e zelo para com os bexiguentos, sua caridade e maneiras civis, são dotes que muito o recomendam a quem deveras se compadece da sorte dos infelizes.*

*Aceite pois o meritissimo Dr. as nossas sinceras sympathias e alta consideração.*

*Tibagy, 18 de Dezembro de 1876.*

*José Manoel da Silva - Vigario. Pedro Del-Gaudio. - Ernesto Pinto Martins. - Salvador Baptista Ribeiro. - Gustavo da Cunha Lessa. - Zeferino Alves de Castro Machado.<sup>88</sup>*

No município de Ponta Grossa, o mal das bexigas não se desenvolveu, limitando-se a um único caso. A comissão sanitária nomeada tomou as medidas higiênicas ao seu alcance, obtendo resultado.<sup>89</sup>

Na colônia militar do Jataí e no aldeamento São Pedro de Alcântara, em fevereiro de 1877, a varíola atacou principalmente os índios que ali habitavam. Graças aos esforços do diretor da colônia, do frei Timotheo e do cidadão Telêmaco Borba, conseguiu-se con-

<sup>88</sup>SILVA. J.M. et alii. A pedido: tributo de gratidão. Dezenove de Dezembro, Curityba, 3 jan.1877. n.1770, p.3.

<sup>89</sup>PARANÁ. Governo. 1877. (Lins), p.24-5.

trolar a epidemia que não tomou o caráter assustador que prometia.<sup>90</sup>

Como medida preventiva, foram enviadas lâminas de pus vacínico a diferentes pontos do interior, encarregando-se diversos cidadãos de propagar este preservativo com proveito.<sup>91</sup>

No segundo semestre de 1878, deram-se apenas alguns casos esporádicos de varíola no litoral, em tripulantes de embarcações procedentes do Rio de Janeiro, onde o flagelo variólico reinava epidemicamente.<sup>92</sup> Desde então, o flagelo da varíola só voltou a se fazer presente no litoral paranaense durante os três últimos meses de 1882 a maio de 1883. Boatos a respeito do aparecimento da varíola surgiram em Antonina, mas a moléstia só manifestou-se na colônia América de Morretes em fins de outubro.<sup>93</sup> A presidência encarregou o médico Dr. Antonio de Azevedo Monteiro da criação de um lazareto para o tratamento dos doentes a fim de evitar o desenvolvimento da moléstia. Freqüentaram o lazareto doze doentes, dos quais vieram a falecer quatro, os oito restantes obtendo alta. Mas segundo informações prestadas pelo Chefe de polícia do termo de Morretes,

<sup>90</sup>PARANÁ. Governo. 1877 (Lins), p.25.

<sup>91</sup>Ibid., p.26.

<sup>92</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 3 out.1878. n.1938, p.2.

<sup>93</sup>SAUDE publica. Dezenove de Dezembro, Curityba, 27 set.1882. n.73, p.3.

faleceu um varioloso antes de ser internado no lazareto.<sup>94</sup> Os resultados obtidos foram apresentados à presidência através de um ofício do Dr. Monteiro, abaixo transcrito:

*Morretes, 18 de Dezembro de 1882. - Illm. e Exm. Snr - Tenho a honra de remetter a V Ex o mappa do movimento do lazareto de variolosos da cidade de Morretes, pelo qual verá V. Ex. que apenas tivemos doze doentes dos quaes, infelizmente, falleceram quatro. Uma vez encarregado da commissão sanitaria, cuidei de collocar o lazareto nas melhores condições hygienicas e providenciei, auxiliado pelo Snr. delegado de policia, no sentido de evitar, o mais possivel, o contacto dos variolosos com a população da cidade, conseguindo sem difficuldade conduzir todos os doentes para o lazareto. Com o fim de obstar a propagação do mal tenho praticado a vaccina tanto neste como no municipio do Porto de Cima. O primeiro doente contrahi o virus variolico no municipio de Paranaguá por se ter demorado algumas horas em uma casa onde havia essa enfermidade e propagou aqui ás pessoas que lhe deram hospitalidade e aos visinhos. Estou convencido da extincção da epidemia e fecho o lazareto, dando alta aos ultimos doentes hoje. Deus guarde a V. Ex. Illm. e Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, M.D. presidente da provincia. - Dr. Antonio de Azevedo Monteiro.<sup>95</sup>*

<sup>94</sup>VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 20 dez. 1882. n.96, p.3.

<sup>95</sup>PARANÁ. Governo. 1883 (Carvalho). Relatorio que ao Exm. Snr. commendador Antonio Alves de Araújo 1º vicepresidente da Provincia do Paraná apresentou o Exm. Snr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração em 26 de maio de 1883. Curityba, Typ.Perseverança, 1884. p.143.

# MAPPA do movimento do lazareto de variolosos em Morretes.

De 11 de Novembro a 18 de Dezembro de 1882.

N	NOMES	IDADE	ESTADO	NACIONALIDADE	ENTRADA.	OBSERVAÇÕES.
1	Antonio Ricardo da Costa	39	Solteiro	Brazro	27 de Outubro	Alta a 18 de Novembro
2	João Sebastião Rodrigues	40	Casado	"	11 de Novembro	Falleceu a 17 de "
3	João Pinto	50	Solteiro	"	13 " "	Alta a 25 de "
4	Raymundo da Silva	15	"	"	12 " "	Alta a 22 de "
5	Antonio Gonchafalski	21	"	Polaco	24 " "	Alta a 7 de Dezembro
6	Antonio Rosa Cardozo	25	"	Brazro	26 " "	Falleceu a 9 de "
7	Maria Cordeiro	8	"	"	Idem	Alta a 18 de "
8	Alcinda da Costa Silva	18	Casado	"	Idem	Alta a 18 de "
9	Lidia Maria Josephina	28	"	"	Idem	Falleceu a 3 de "
10	Maria Rosa	9	"	"	Idem	Alta a 18 de "
11	Manoel Vicente	8	"	"	1.º de Dezembro	Alta a 18 de "
12	Augusto Guimarães	40	Solteiro	"	Idem	Falleceu a 10 de "

96

Manifestou-se igual epidemia no município de Paranaguá, onde foi ordenado o recolhimento dos afetados ao lazareto daquela cidade, sob os cuidados médicos do Dr. Leocádio Corrêa,<sup>97</sup> que declarou extinta a epidemia de varíola em 12 de janeiro de 1883.<sup>98</sup>

No mês de junho do mesmo ano, chegaram alguns *praças* afetados de bexigas em Antonina e em Porto de Cima,<sup>99</sup> causando o aparecimento da moléstia até o mês de dezembro.<sup>100</sup>

<sup>96</sup>PARANÁ. Governo. 1883 (Carvalho), p.143.

<sup>97</sup>Ibid., p.109.

<sup>98</sup>VARIOLA em Paranaguá. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 13 jan.1883. n.3, p.4.

<sup>99</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 27 jun.1883. n.40, p.3.

<sup>100</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 9 jan.1884. n.8, p.1-2.

Para os anos seguintes, observa-se através dos noticiários publicados no Jornal Dezenove de Dezembro, a marcha da varíola, que, em julho de 1884, grassava com intensidade no Rio da Prata, em Entre Rios e na República Argentina.<sup>101</sup> D. Pedro II, em fala imperial de 8 de março de 1885, diz ter a varíola manifestado-se em várias localidades das Províncias do Amazonas, Pará, Pernambuco e Alagoas.<sup>102</sup> Em dezembro de 1886, o Dr. Westphalen, na Assembléia Provincial do Paraná, chamou a atenção do inspetor de higiene para o perigo de que os ameaçava com a presença da varíola em Santos, exigindo medidas preventivas a fim de evitar-se o contágio ou propagação do mal na Província.<sup>103</sup> Diante de tal possibilidade, foram nomeadas comissões sanitárias em Paranaguá, Antonina, Morretes e em Porto de Cima.

Em Morretes, a princípio, foram constatados dois casos de varíola em membros de uma família recém-chegada da Corte. Prontamente solicitou-se, por determinação presidencial, em 27 de dezembro de 1886, a presença do Dr. José do Rego Raposo para socorrer os afetados. O médico permaneceu na cidade de Morretes até o dia 8 de janeiro, embora o presidente o liberasse da

<sup>101</sup>TEM graça. Dezenove de Dezembro, Curityba, 26 jul. 1884. n.175, p.3.

<sup>102</sup>PEDRO II, Imperador do Brasil. Falla. Dezenove de Dezembro, Curityba, 10 mar.1885. n.56, p.1.

<sup>103</sup>A VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 27 dez. 1886. n.250, p.2.



função no dia 5 do corrente. No dia 9 do mesmo mês, veio a falecer um dos variolosos, o mesmo se dando nos dias 13, 14 e 15. Assim, dos cinco casos registrados, quatro faleceram, salvando-se apenas um menino de 3 anos. Ciente da situação, a presidência envia a Morretes o Dr. Viriato de Cerqueira Caldas que nada pôde fazer, regressando no dia 18 de janeiro, depois de ter combinado com a Comissão Sanitária o local e as instruções necessárias às primeiras prescrições, e para que dessem continuidade à prevenção do aparecimento do mal variólico.<sup>104</sup>

Os variolosos foram atendidos fora da cidade, em um lazareto e em uma chácara, lugares que ofereciam condições eficientes para a acomodação dos doentes, além de enfermeiros que se mantinham incomunicáveis com a população.<sup>105</sup>

No entanto, houve muitas mortes e após tais ocorrências, a população de Morretes passou a protestar as suas vítimas da varíola, publicando artigos relativos ao incidente no Jornal Dezenove de Dezembro, como o que se segue:

*Ao governo da provincia cabe a maior respon-*

<sup>104</sup>PARANÁ. Governo. 1887 (Faria Sobrinho). Relatorio apresentado a Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1887 pelo presidente da Provincia o Exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba, Gazeta Paranaense, 1887. p.18-9.

<sup>105</sup>Ibid.

sabilidade pelo fallecimento dos tres vario-  
 losos que estavam no lazareto, por ter feito  
 retirar o medico, quando a commissão sanita-  
 ria em telegramma dissera-lhe ser necessaria  
 a permanencia do medico, visto ter appareci-  
 do mais um caso: este telegramma ficou sem  
 resposta, mas o presidente telegraphou ao  
 medico declarando finda a sua commissão, con-  
 vindo notar que o medico tinha feito sentir  
 ao presidente que dos 2 variolosos um estava  
 bom e o outro estava soffrendo uma forte  
 diarrhêa e era prudente não abandonal-os.  
 A resposta de S.Ex. foi: desde hontem está  
 finda a sua commissão.

A consequencia foi a morte do doente.  
 A commissão á vista desta occorrenciã, para  
 salvar sua responsabilidade pediu ao presi-  
 dente sua demissão; talvez este procedimento  
 da commissão foi o que aconselhou a S. Ex.  
 mandar o Dr. Caldas, infelizmente já tarde!  
 A commissão cumprio o seu dever auxiliou os  
 medicos no que poud e se mais não fez foi  
 porque não poud.

Considera-se extincta a epidemia, mas por  
 preço bem caro, - vida das victimas, que tal-  
 vez podessem salvar-se, si não fosse a au-  
 sencia do medico, motivada pela inexplicavel  
 e menos justificavel precipitação do gover-  
 no.<sup>106</sup>

Circunstancialmente, a comissão sanitária de  
 Morretes, composta pelo Sr. Icilio Orlandini, Romulo  
 José Pereira, Luiz Ventura Rodrigues, Ricardo de Souza  
 Dias Negrão e Anselmo Gonçalves Ribeiro, em 31 de ja-  
 neiro de 1887, apresentou um relatório de suas ativi-  
 dades à presidência. Neste relatório, esclarecem o  
 ocorrido, afirmando que no dia 5 de janeiro o médico,  
 Dr. Raposo, participara-lhes que a presidência havia  
 declarado finda a comissão, mas que, não obstante, ele

<sup>106</sup>A VARIOLA em Morretes. Dezenove de Dezembro, Cu-  
 rityba, 19 jan.1887. n.14, p.2.

se demoraria mais dois dias por atenção à população. A comissão, no entanto, não cessou de solicitar ao governo a permanência do médico. Sendo imparcial, a presidência, em 7 de janeiro respondeu que o governo julgara, por ora, dispensável o médico. Outros casos surgiram neste ínterim, e foram prontamente notificados à presidência, que no dia 8 decidiu pela permanência do médico, mas este já havia seguido para a Capital. Então agravou-se o estado de alguns variolosos, e a Câmara Municipal, para minorar o pânico que aumentava, mandou distribuir alcatrão e ácido fênico à população, para ser utilizado como desinfetante.

Só no dia 10 chegou o Dr. Viriato Caldas, assumindo imediatamente a direção do lazareto. Com todo desvelo e assiduidade procurou incansavelmente aliviar o sofrimento dos enfermos. Contudo, foram infrutíferos tantos esforços e cuidados, redundando no falecimento dos doentes.

Como medida profilática, procedeu a comissão com o auxílio do Dr. Caldas, visitas a todas as casas e terreiros da cidade, aconselhando a limpeza; inspecionou as vendas, fazendo inutilizar os gêneros em más condições de consumo.<sup>107</sup>

Quanto aos enterramentos dos variolosos, o vigário de Morretes protestou contra o ato desumano de

<sup>107</sup>PARANÁ. Governo. 1887 (Faria Sobrinho), p.20-1.

terem sido sepultados num *quintal*.<sup>108</sup> Mas a comissão sanitária alegou não terem sido feitos em *quintal*, mas em terrenos abertos e a grande distância do local onde faleceram. Tal procedimento fora aconselhado pelos médicos que ali estiveram, os quais haviam determinado o não deslocamento dos variolosos falecidos para fora da cidade, percorrendo as ruas da povoação e haviam proibido o seu sepultamento em cemitérios públicos.<sup>109</sup>

A partir do mês de fevereiro de 1887, novamente irrompe a varíola em vários pontos da Província, importada por imigrantes italianos recém-chegados em Paranaguá. A epidemia das bexigas reinava em Santos e Ilha Grande, de onde vieram os imigrantes. A bordo do vapor faleceram alguns passageiros vítimas do flagelo, e a Inspetoria do Porto nenhuma medida tomou com o fim de isolar os portadores da moléstia.

A população, revoltada, passou a atacar o governo, acusando a ineficiência do Inspetor de Saúde do porto de Paranaguá por ter ignorado a existência da varíola. Um munícipe da Capital publica no Jornal Dezenove de Dezembro um artigo sobre a varíola e o governo, nos seguintes termos:

*Pela Gazeta de 9 (de Março) vem o Sr. agente*

<sup>108</sup>MORRETES. Dezenove de Dezembro, Curityba, 18 jan. 1887. n.13, p.3.

<sup>109</sup>PARANÁ. Governo. 1887 (Faria Sobrinho), p.21-2.

*official de colonização, segundo diz, restabelecer a verdade sobre o apparecimento da variola nesta cidade.*

*Melhor teria andado o Sr agente se tivesse se conservado calado e a cuidar do seu officio. O governo, mais interessado que S.S. neste negocio, devia tel-o aconselhado a isso; porque, quanto mais se discutir o assumpto, mais claro ficará o imperdoavel descuido e a falta de zelo com que se procedeu a respeito.*

*Não ha duvida que a variola se manifestou em varios pontos deste municipio. Isto já foi declarado officialmente. Como fez ella a sua aspparição? Se, como é publico, foi importada por immigrantes italianos entrados em Paranaguá em principio do mez passado, não é claro que houve falta de zelo, de cuidado pela saude publica em consentir-se que esses immigrantes seguissem ao seu destino, sem a mais elementar medida de precaução?*

*Não sabiam os encarregados desse serviço que na cidade de Santos e na Ilha Grande tem reinado a variola? Não sabiam que a bordo do vapor que chegou em principio do mez passado a Paranaguá trazendo immigrantes, falleceram algumas pessoas dessa molestia?*

*Essa ignorancia é justamente o que censuramos, porque versa sobre factos que estão no dominio do publico.*

*Nega o Sr. agente que tivesse sido recolhido a hospedaria de immigrantes desta cidade imigrante algum com signaes no rosto de variola.*

*Não foi isso o que affirmamos.*

*Dissemos que dalli sahiram individuos que traziam no rosto, os signaes da enfermidade ainda não perfeitamente curada. Isto continuamos a affirmar.<sup>110</sup>*

Em Curitiba, a Câmara Municipal providenciou as medidas necessárias quanto ao tratamento dos bexiguentos, aconselhando a vacinação e revacinação em larga escala, além de estabelecer enfermarias especiais afas-

<sup>110</sup>A VARIOLA e o governo. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 12 mar.1887. n.59, p.3.

tadas do centro da população, fazendo desinfecções e evitando a comunicação por meio do cordão sanitário.<sup>111</sup> No quarteirão de Umbarã, distrito da capital, surgiram dois casos, entre imigrantes recém-chegados. E no *Canguiry*, durante o mês de março, também houve casos entre imigrantes, com alastramento entre a população, atingindo treze pessoas, das quais duas vieram a falecer.

No litoral, em Antonina, ocorreu um caso fatal, a 7 de abril, vitimando um passageiro vindo da Corte no paquete *Rio de Janeiro*. Em Morretes, novos casos se deram, o mesmo ocorrendo em Paranaguá.<sup>112</sup>

Com as sucessivas entradas de imigrantes italianos e polacos, oriundos de portos infectados de varíola, para se estabelecerem em diversas localidades paranaenses, a tendência foi de aumentar o número de casos na Província, devido à negligência das autoridades sanitárias em evitar o contágio entre o contingente populacional recém-chegado e os habitantes locais. Assim sendo, a varíola novamente manifestou-se na Província, em janeiro de 1889, numa hospedaria de imigrantes em Campo Largo.<sup>113</sup> Os bexiguentos foram atendidos pelo Dr. Guedes Chagas, que não registrou um só

<sup>111</sup> PARANÁ. Governo. 1888 (Faria Sobrinho). (Relatório. Curityba, 1888). p.12.

<sup>112</sup> Ibid., p.11.

<sup>113</sup> VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 31 jan. 1889. n.9, p.2.

caso fatal. Solicitou-se ao governo que ali fosse estabelecido um lazareto, distante da cidade, como medida sanitária preventiva.<sup>114</sup>

No mesmo mês de janeiro, nas proximidades da vila de São José dos Pinhais, o Sr. Manoel Alves Maçaneiro, ao regressar de São Paulo, sentiu-se acometido de uma erupção na pele, acompanhada de febre e dor de cabeça. Tratou-se com homeopatia, mas a 19 do corrente manifestaram-se todos os sintomas da varíola. O Inspetor de Higiene do local, ciente do problema, não tomou providências imediatas. Apenas o Chefe de Polícia enviou alguns *praças* de polícia a fim de isolar a casa do enfermo.<sup>115</sup>

Como consequência a varíola propagou-se em São José dos Pinhais, fazendo onze enfermos, cinco vítimas fatais. A população solicitava ao governo o envio de um médico para atender os bexiguentos, pois na época havia na capital quatro médicos militares e cinco médicos civis.<sup>116</sup> O médico, porém, depois de designado pelo governo só se dirigiu à vila no mês de março, logo retornando, não por ter sido debelado o flagelo, mas por determinação do Inspetor de Higiene, com a ale-

<sup>114</sup>A VARIOLA em Campo Largo. Dezenove de Dezembro, Curityba, 16 fev.1889. n.13, p.1.

<sup>115</sup>VARIOLA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 23 jan. 1889. n.7, p.1.

<sup>116</sup>A VARIOLA em São José dos Pinhais. Dezenove de Dezembro, Curityba, 13 fev.1889. n.12, p.1.

gação de falta de verba. Os enfermos foram alojados em um lazareto que ficava isolado 4 km da vila, e o Chefe de Polícia manteve permanente o cordão sanitário. A população de São José dos Pinhais ficou magoada com estas atitudes do governo, pois viu-se exposta ao contágio da varíola.<sup>117</sup>

Segundo o Dr. Jayme Dormund dos Reis, em outubro de 1889, chegou a Curitiba um contingente de soldados de infantaria, saídos do Rio de Janeiro, de um quartel onde havia varíola. Ao chegar, instalaram-se em uma casa que abrigava também colonos polacos recém-chegados. Foi o suficiente para que o mal se desenvolvesse, apesar de todas as providências tomadas no sentido de isolar os primeiros atacados.

Esta epidemia durou de 7 de outubro de 1889, data do primeiro caso, até outubro de 1891, vitimando um total de 2011 pessoas, não vacinadas, com um índice de mortalidade de 15%. As mais prejudicadas foram as crianças menores de seis anos, registrando-se 160 casos, com 80% de mortalidade, quase todos filhos de polacos.<sup>118</sup> Consta que a varíola espalhou-se após ter-se manifestado o sarampão entre os indivíduos da população.<sup>119</sup>

<sup>117</sup>A VARIOLA em São José dos Pinhais. Dezenove de Dezembro, Curityba, 14 mar.1889. n.20, p.1-2.

<sup>118</sup>REIS, J.D. Das principais endemias e epidemias de Curityba. Rio de Janeiro. Typ.Ribeiro, Macedo, 1898.p.169.

<sup>119</sup>Ibid., p.170.



Durante a epidemia de 1889 a 1891, em Curitiba, os médicos observaram que a intensidade da erupção não correspondia à gravidade do primeiro período. Constataram ainda que os variolosos podiam, sem grande inconveniente, suportar as variações climáticas. Sobre este particular, comenta o Dr. Trajano Reis:

*...indivíduos que atacados de delirio furioso saíam campo fôra em noites invernosas, sendo a temperatura de 0', e outros que expunham-se à chuva do mar sempre acompanhada em Curityba de baixa temperatura, apenas apresentavam leve erupção, tinham varioloide; outros que não tinham grave periodo prodromico vinham a fallecer da variola confluyente. Durante o inverno, quando as geadas eram constantes e o frio intenso, muitos variolosos foram encontrados em casas inteiramente desabrigadas, soffrendo os rigores da estação, como se expostos ao tempo estivessem, já no periodo de dessecção, em excellentes condições geraes.*<sup>120</sup>

Em dezembro de 1889, a varíola desenvolveu-se extraordinariamente em Morretes, tendo sido necessárias medidas prontas e decisivas do governo para obstar o mal.<sup>121</sup>

As incidências de varíola no Paraná provincial de acordo com as localidades podem ser observadas numa visão geral no quadro que se segue: concentrando os períodos epidêmicos, registrando os casos esporádicos e

<sup>120</sup>REIS, p.171.

<sup>121</sup>VARIOLA em Morretes. Dezenove de Dezembro, Curityba, 4 dez.1889. n.181, p.2.

LOCALIDADES	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	
PROVÍNCIA												II I																									
LITORAL																																					
NÁVIO NO PORTO				I																			I														
GUARATUBA			2								I																										
PARANAGUA				2						895 83	63 4																										
ANTONINA				I																																	
MORRETES			10 I																																		
SUPERAGUI										6																											
PORTO DE CIMA																																					
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS																																					
CURITIBA																																					
CASTRO																																					
RIO NEGRO																																					
PALMEIRA																																					
LAPA																																					
IGUAÇU																																					
PONTA GROSSA																																					
TIBAGI																																					
JATAÍ																																					
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA																																					
CAMPO LARGO																																					

- ☐ OCORRÊNCIA DE VARÍOLA COM N.º DESCONHECIDO DE CASOS  
☐ N.º NÚMERO DE CASOS REGISTRADOS  
☐ N.º/O NÚMERO DE CASOS/ÓBITOS

os índices de mortalidade. Donde se conclue que os períodos de surtos epidêmicos registrados foram cinco, ou sejam, entre 1855-9 (cinco anos); 1863-7 (cinco anos); 1872-8 (sete anos); 1882-3 (dois anos); e 1886-9 (quatro anos).

Embora o período de maior incidência tenha ocorrido nos anos de 1863 e 1864 em Paranaguá, totalizando 695 e 63 casos respectivamente; o maior índice de mortalidade fica reservado para o ano de 1875 em Iguassu, com 47%, e para o ano de 1889 em São José dos Pinhais, com 45%; excetuando-se os casos de 1/1.

As populações litorâneas se viam ameaçadas com maior freqüência pelo flagelo variólico do que as populações do interior da Província, devido sobretudo, a variável do porto de Paranaguá. A julgar por este mapa, mais uma vez os Campos Gerais se apresentam como região menos atingida pelas epidemias, com apenas a ocorrência das crises de 1873-7 e de 1863-7 atingindo Castro e Palmeira.

Observa-se no entanto que a maioria dos surtos, ou mesmo nos casos esporádicos de varíola, não se registram óbitos, o que é de se estranhar ao se tratar de doença tão aterradora. De acordo com a Organização Mundial da Saúde o índice de letalidade da *varíola clássica* é de 30%.

*As epidemias benignas de varíola são de even-*

*tualidade transitoria, aggravadas para logo, conforme seus typos clinicos seculares, mas uma lethallidade tão fraca, no tempo e no espaço, não pôde ser aceita como um facto eventual.*<sup>122</sup>

Considerando o baixo índice de mortalidade de varíola, apresentado na Província do Paraná, questões podem ser levantadas, como:

1º) Os dados e registros oficiais são omissos, ora por descuido das autoridades competentes, ora para não elevar os índices e com isso alarmar a população;

2º) A própria população escondia os seus doentes por ser a varíola considerada uma doença pestilencial, tratando os variolosos com práticas caseiras;

3º) Não se tratar de varíola em sua forma clássica, e sim do *alastrim*, doença que muito se assemelha a varíola e que na época não era ainda conhecida como entidade mórbida. A primeira descrição médica do *alastrim* se dá no início do século XX. Resta saber se o *alastrim* não havia penetrado no Paraná durante o século XIX, ou se era ele que agia quando da ocorrência de numerosos casos tidos por varíola em sua forma atenuada, mas com baixíssimo índice de mortalidade.

A *varíola mitigada*, *milk-pox*, *amaas* denominavam

<sup>122</sup>REVISTA MEDICA DE S.Paulo, São Paulo, 1912. v.15, p.229.

o *alastrim* que era o

*...nome popular de uma affecção visinha a varíola e muito espalhada nos sertões bahianos onde assim a denominavam para significar a sua peculiar qualidade de se alastrar com a maior e intensa facilidade.*<sup>123</sup>

O índice de letalidade do *alastrim* segundo a Organização Mundial da Saúde é inferior a 5%. Para o doutor Victor do Amaral em artigo na revista médica *Gazeta Clínica*, ao falar sobre o *alastrim* diz:

*A mortalidade é insignificante, devendo alguns casos fataes correr por conta, mais da falta de hygiene e tratamento medico que da gravidade da molestia.*<sup>124</sup>

Tal afirmativa foi compartilhada por outros médicos paranaenses, de sua época, como o Dr. Nilo Cairo, o Dr. João Cândido, o Dr. Miguel Santiago, o Dr. Petit Carneiro e outros mais.

<sup>123</sup>FREITAS, O. Alastrim. In: \_\_\_\_\_. Revista médica de S. Paulo, São Paulo, 1912. v.15, p.378.

<sup>124</sup>O ALASTRIM no Paraná. Gazeta Clínica. S. Paulo, 1911. v.9, p.76.

## 5. A LUTA CONTRA A VARÍOLA

### 5.1. MEDIDAS PREVENTIVAS

As primitivas providências tomadas pela Câmara Municipal de Paranaguá no sentido de proteger e defender a população portuária contra as epidemias frequentes de varíola foram curiosas.

*Em 1694 eram postas em prática rigorosas medidas para impedir a entrada na baía de Paranaguá de navios ou outras quaisquer embarcações que fossem portadoras de bexiguentos, tendo a Câmara fornecido um mil réis de pólvora e chumbo para guardar o caminho do mar das bexigas.<sup>1</sup>*

Esta medida vigorou por algum tempo, e trouxe bons resultados até 1721, quando da estada do Ouvidor Geral da Capitania de São Paulo, o Dr. Rafael Pires Pardinho que fez algumas modificações provendo:

*...que os Juizes e oficiais da Câmara se in-*

<sup>1</sup>MOREIRA, J.E. História da medicina do Paraná:1654-1822. Curitiba, Associação Médica do Paraná, 1953. p.31.

*formassem com toda a individualização se nas embarcações que entrarem neste Pôrto (Paranaguá), vêm algumas doenças contagiosas, ou de terras onde as haja, e para que se não comuniquem a estes visinhos, obrigarão a dita embarcação, que vá com toda a fazenda (mercadoria, carga) e gente, que trouxer, estar quarenta dias em parte conveniente, que para isso lhe nomearão, onde lhe mandarão todo o necessário para as suas necessidades, e vedarão que nenhuma pessoa do povo vá lá com êles; e as fazendas que trouxerem, andarão ao sol ao menos quarenta dias, e para que melhor se possa prover esta matéria, não entrarão no Furado e Rio desta Vila para dentro, as embarcações que trouxerem doenças.<sup>2</sup>*

O conselho da vila de Antonina, a 5 de dezembro de 1802, de acordo com o capitão-mor, resolveu estabelecer o isolamento dos bexiguentos para que a epidemia não se alastrasse mais.<sup>3</sup> Nesta ocasião, a epidemia manifestou-se por toda costa e provavelmente também nas povoações de serra-acima.

Em comunicação feita pelo capitão Joaquim José Gonçalves Moutinho, de Morretes, à Câmara Municipal de Antonina diz:

*...que a falta de legítimas providências para impedir o grassamento da presente epidemia, de que se vê este povo atacado, eu tenho feito quanto posso fazer ao bem público, mas como faltam algumas circunstâncias para melhor êxito da Caridade Cristã, pedi auxílio da Câmara para os mais necessitados po-*

<sup>2</sup>SA, M.A.M.O. Documentos para a história do Paraná: 1923. In: MOREIRA, p.31-2.

<sup>3</sup>LEÃO, E.A. Fatos e homens de Antonina: 1915. In: MOREIRA, p.33.

*bres que forem atacados dêsse terrível mal.*<sup>4</sup>

Durante as epidemias registradas em todo período provincial, normalmente o governo limitava-se a determinar o isolamento dos bexiguentos em chácaras, lazaretos, enfermarias e hospitais, onde pudessem ser socorridos por médicos, enfermeiros e pessoas vacinadas ou que tivessem tido um primeiro contágio com a doença, até que os doentes se restabelecessem da enfermidade. O governo fornecia ainda a alimentação, medicamentos e roupa de cama. À população cabia cair e desinfetar as casas, limpar os quintais e as criações de animais, fechar os poços infectos. Nem sempre a quarentena, como medida sanitária, era cumprida ou mesmo determinada nos portos. As Câmaras Municipais, ordinariamente, montavam uma comissão de saúde local, ou estabeleciam um cordão sanitário com o fim de preservar a população do contágio do mal e atender no que fosse necessário. Mas a medida mais acertada, sem dúvida, era a vacinação e revacinação, porque era o meio mais seguro de poupar a população.

Em 1877, o provedor de saúde provincial, em seu relatório apresentado ao presidente da Província, menciona as causas a que ele atribui as moléstias que comumente apareciam nas diferentes localidades paranaen-

<sup>4</sup>MOREIRA, p.33.



ses: - a permanência de pântanos nas proximidades dos centros populosos, e a falta geral de asseio público, com preterição das medidas aconselhadas pela higiene para o saneamento das cidades. Face a tais alegações, a Câmara Municipal da Capital, prontamente iniciou o dessecamento dos pântanos que cercavam a cidade.<sup>5</sup>

A *Junta Central de Hygiene Pública* da corte, composta pelo Barão do Lavradio, Conselheiro Dr. Manoel Pacheco da Silva, Conselheiro Dr. Continentino, Dr. João Baptista dos Santos, Dr. Luiz Bandeira de Gouvêa e o secretário Dr. Pedro Affonso de Carvalho, em 25 de setembro de 1878, publicamente, através de artigos nos jornais do Império, aconselhava o povo sobre as medidas higiênicas que deveriam ser adotadas em casos de iminência de uma epidemia ou durante a sua marcha. As medidas constituíam um alerta à população, durante as épocas epidêmicas, pois o governo Imperial precisava contar com o apoio de todos os habitantes para manter a salubridade pública. Neste sentido, a Junta expõe as cautelas a serem adotadas, dividindo-as em preventivas e ocasionais, como a seguir estão discriminadas:

#### Medidas preventivas:

<sup>5</sup>PARANÁ. Governo. 1877 (Lins). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ.Lopes, 1877. p.24-5.

- conservar o asseio das habitações, varrendo-as diariamente e ventilando-se.
- lavá-las uma ou duas vezes por semana, com água simples ou sabão.
- remover do seu interior tudo que pudesse viciar o ar direta ou indiretamente.
- evitar a acumulação de aves e animais domésticos nos quintais, e também as matérias em decomposição como águas servidas, resíduos vegetais ou animais.
- lavar e desinfetar diariamente as latrinas e mictórios com água pura ou *água phenicada*.
- caiar as paredes, mesmo do interior dos edifícios, quando estiverem sujas ou úmidas.
- evitar aglomeração de pessoas, sobretudo à noite.
- dormir no aposento mais espaçoso, tendo o cuidado de remover dele a roupa suja.
- resguardar o corpo da umidade e das variações atmosféricas, usando roupas adequadas ao clima.
- tomar banhos gerais simples ou alcalinos, mornos ou frios e nunca depois das refeições.
- a alimentação deveria ser substancial e de fácil digestão.
- evitar o excesso de precauções pelo terror que a epi-

demia inspira.

- deitar-se em horas convenientes.
- não dormir ao sereno, e com roupas suadas.
- os carroceiros da limpeza e os operários das obras de esgoto deveriam ao menos lavar os braços e as pernas e trocar de roupas.
- abandonar como morada, os cubículos, quartos sobre estrebarias ou estábulos, cortiços, algumas estalagens e quartos úmidos.
- evitar aqueles cuja profissão obriga à exposição aos raios solares.
- não se entregar a excessos de qualquer natureza.

#### Medidas ocasionais:

- aos primeiros sinais de qualquer indisposição recorrer aos cuidados médicos.
- fugir de todos os conselhos indicados pela especulação, assim como dos meios propostos por esta, como capazes de prevenir a moléstia.
- isolar o doente impedindo, se possível, as visitas.
- manter a maior ventilação possível no aposento, e remover dele os excretos e roupas suadas ou sujas, tanto do leito como do doente.
- desinfetar os excretos, por meio de água fenicada ou

cloruretada, lançada sobre eles.

- expor as roupas dos doentes em lugar bem ventilado e desinfetá-las mergulhando em água quente com potassa.
- remover os doentes para enfermarias e hospitais.
- evitar a demora nas salas mortuárias dos cadáveres de moléstias contagiosas.
- evitar o acompanhamento do féretro ao cemitério.
- fazer desinfecções rigorosas nas habitações depois de removido o doente.

Observação:

- o agente principal da extinção da varíola é a vacinação e revacinação.<sup>6</sup>

Em 1882, devido ao aparecimento de alguns casos de varíola nas povoações costeiras, o presidente da Província adverte as Câmaras Municipais, especificando as medidas preventivas e higiênicas a serem adotadas. Os meios preventivos para obstar a varíola resumiam-se na vacinação e revacinação de 10 em 10 anos. Quanto às medidas higiênicas que deveriam ser tomadas pelo governo em épocas epidêmicas consistiam em:

<sup>6</sup>LAVRADIO, barão et alii. Conselho ao povo sobre as medidas hygienicas que deve adotar nos casos da immi-nencia de uma epidemia, ou durante a sua marcha. Deze-nove de Dezembro, Curityba, 31 out.1878. n.1942, p.2-3.

- estabelecer enfermarias de varioloso em lugares elevados e afastados dos centros habitados; - isolar os variolosos de outros doentes para evitar o contágio; - estabelecer quarentenas e cordões sanitários; - dessecar os pântanos, tanto os de água doce como os de salgada; - velar pelo asseio dos mercados, examinando cuidadosamente os gêneros alimentícios e líquidos; - promover o asseio e limpeza das fontes e logradouros públicos; - promover a tranqüilidade moral dos cidadãos; - no tempo quente, cuidar da irrigação das ruas e praças, mantendo-as limpas.

Além dessas, deveriam ser observados pelo povo preceitos como: - evitar o contato com os variolosos e pessoas que os tratavam; - acautelar-se contra o frio e as variações de temperatura; - evitar os excessos físicos e intelectuais, as vigílias e tudo que pudesse causar fortes impressões morais tais como paixões violentas, medo, tristeza, cólera, etc.; - habitar lugares altos e ventilados; fazer uso moderado de vinho, conhaque e bebidas *espirituosas*, contanto que sejam de boa qualidade; - ter o cuidado de regularizar as evacuações alvíneas.<sup>7</sup>

No decurso da epidemia de 1889 a 1891, em Curitiba, conta o Dr. Jayme Dormund dos Reis, que o pes-

<sup>7</sup>SAUDE publica. Dezenove de Dezembro, Curityba, 23 set.1882. n.72, p.3.

soal de serviço do hospital de isolamento da capital manteve-se incomunicável com os habitantes da cidade. Os variolosos só tiveram alta depois de muitos banhos, a fim de limpar o corpo das crostas. As crostas eram incineradas, e as águas dos banhos depois de receberem uma solução de *sulphureto de potassio ou de sublimado corrosivo à dous por mil, ou de xylol*, eram fervidas durante duas horas e misturadas a leite e cal antes de enterradas. O cabelo dos doentes era sempre cortado à escovinha, e as crostas do couro cabeludo untadas, assim como toda cabeça, com vaselina boricada, ou *xylolada*. As roupas de cama e do corpo eram mudadas após cada banho como medida antiséptica. Após o doente ter alta e fazer escrupuloso asseio corporal, vestia roupa desinfetada, em compartimentos apropriados, sem comunicação com o hospital.<sup>8</sup>

Os enterramentos de variolosos falecidos eram feitos fora do recinto da cidade, normalmente à noite, quando o movimento das ruas era menor. O transporte era feito pelos próprios enfermeiros que cuidavam dos bexiguentos, indivíduos vacinados ou que já tivessem contraído a doença. Em algumas posturas das Câmaras Municipais da Província encontravam-se disposições concernentes a enterramentos de falecidos de doenças con-

<sup>8</sup>REIS, J.D. Das principaes endemias e epidemias de Curityba. Rio de Janeiro, Typ. Ribeiro, Macedo, 1898. p.180-1.

tagiosas, como consta no regulamento da Câmara Municipal da Lapa, para o ano de 1876, nos artigos relativos a inumação de cadáveres mortos por doenças contagiosas.

*Art.5º Nenhum corpo será conservado insepulto por mais de 36 horas nem sepultado antes de 24 horas, salvo mostrando putrefacção ou tendo o fallecimento sido de molestia contagiosa ou epidemica. Pena 5U de multa.*

*Art.6º O cadaver, de individuo que houver morrido de molestia contagiosa ou epidemica, deve ser conduzido com todas as cautelas, para não corromper o ar ambiente. Pena 5U de multa.<sup>9</sup>*

## 5.2. MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS À VARÍOLA

A terapêutica empregada no Brasil para o tratamento das varíolas, como não podia deixar de ser, era das mais inoperantes e mesmo contraproducentes, pois não existia remédio para o mal, como até hoje acontece. Só se salvaram os mais resistentes ou possuidores de anti-corpos adquiridos no trato, no convívio com os doentes, ou em um primeiro contágio.<sup>1</sup>

Para socorrer os índios, os jesuítas empregavam o tratamento clássico na época, o qual consistia em

<sup>9</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 28 out.1876. n.1752, p.1.

<sup>1</sup>SANTOS FILHO, L.C. História geral da medicina brasileira. São Paulo, Hucitec, 1977. v.1, p.162.

sangrar, abrir as vesículas e pústulas com as pontas das tesouras, lavar as chagas e tirar os bichos e gusanos que ferviam em seus corpos como formigas em formigueiros.<sup>2</sup>

*Os físicos e cirurgiões, do século XVI ao XIX, empregaram purgas, sangrias e clisteres até o momento da rebentação das pústulas. No mais, aguardente, vinho e outros estimulantes, água de rosas, drogas e infusões as mais diversas, além de unções das pústulas e crostas com vinagre, azeite e óleos. A ineficácia da terapêutica acarretou a experimentação de múltiplas e despropositadas indicações.*

*Com o fito de provocar a erupção e de evitar tanto quanto possível os acidentes provocados pelo seu retardamento, ou então, pelo aparecimento de pústulas nas mucosas e em certos órgãos..., o dr. João Alves de Moura, médico no Rio de Janeiro, mandava friccionar a pele com óleo extraído do corpo de lagartos brancos.<sup>3</sup>*

Segundo o Dr. Lycurgo Santos Filho, a dieta observada para os variolosos era a mesma de todas as doenças, ou seja, canja, arroz, feijão, farinha e marmelada.<sup>4</sup>

As técnicas de tratamento da varíola no Paraná eram praticamente idênticas às desenvolvidas em outras localidades nacionais e estrangeiras, o que pode ser observado nos diversos artigos referentes ao assunto

<sup>2</sup>CARTAS jesuíticas (1500-68). In: SANTOS FILHO, p. 162.

<sup>3</sup>SANTOS FILHO, p.162-3.

<sup>4</sup>Ibid., p.163.



publicados no Jornal Dezenove de Dezembro, e nos relatórios médicos.

O Dr. Bousquet, quando da epidemia das bexigas em Paranaguá, no ano de 1863, diz, em relatório médico, que empregava nas varíolas benignas o método expectante, combinado com algumas diminutas doses de ipecacuanha e com rigorosos preceitos higiênicos. As fricções mercuriais sobre a pele, os laxantes, as bebidas acidulantes e a beladona em casos graves. Na varíola confluyente, a quina unida ao vinho Generoso, o éter fosforado e raras vezes os sais mercuriais internamente.<sup>5</sup>

A conselho médico do Dr. Bertoldi de São Paulo, algumas outras precauções e cuidados deveriam ser tomados no tratamento aos variolosos. Se o enfermo sofresse muito calor na pele, deveria colocar um pouco de folha de tabaco na água do banho, não havendo perigo de tontura, porque a pele inflamada nada absorveria. Se ao sair do banho, porém, o doente sentisse arrepio de frio, era sinal de que a infusão de tabaco era forte demais. Quando o rosto se apresentava muito afogueado, inchado ou dolorido, pressupondo uma erupção abundante que deixaria cicatrizes, ele aconselhava a

<sup>5</sup>BOUSQUET, A. Relatório medico: Paranaguá, 16 de março até 31 de dezembro de 1863, 2 jan.1864, Paranaguá. In: OFFICIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Província do Paraná, 1864. v.1, p.64.

aplicação de uma máscara de emplastro de Vigo ou uma mistura de glicerina e água aplicada na pele com um paninho umedecido. Sobre este, outro de seda com a finalidade de diminuir a evaporação e conservar a epiderme úmida.

Ao secar a varíola, um grande prurido leva os doentes a coçarem as crostas com as unhas, provocando o surgimento de cicatrizes. Para moderar este prurido, aconselhava a untar o rosto com o seguinte preparado:

*ceroto simples: - uma onça  
bromureto de potassa: - dous escropulos  
camphoras: - seis grãos.<sup>6</sup>*

No Jornal Dezenove de Dezembro, lê-se que, em Havana, utilizou-se para combater a epidemia das bexigas, a receita que segue, produzindo bons resultados:

*Ao primeiro symptoma da febre, um vomitivo purgante de Le-Roy.  
Segundo dia: um purgante do mesmo. Quando começa a erupção, agua de ceco (se não ha afecção de peito) quanta se appetite. Em lugar de usar de agua de quina para tirar as bolhas, toma-se meia de acido muriatico n'uma libra de agua.<sup>7</sup>*

Na Bolívia, o Dr. Velard aconselhava um bom remédio empregado em seu país: depois de um purgativo de

<sup>6</sup>BERTOLDI. Vaccina, variola e varioloide. Dezenove de Dezembro, Curityba, 6 dez.1873. n.1460, p.2-3.

<sup>7</sup>CURA das bexigas. Dezenove de Dezembro, Curityba, 29 jun.1867. n.800, p.3.

sais ingleses, uma solução de cremor de tártaro de 30 gramas por 1.000 de água, tomada aos cálices.<sup>8</sup>

Já o Dr. José Gões de Siqueira, na publicação *O Paiz*, do Rio de Janeiro, afirmava que o melhor tratamento de varíola estava na *medicação por meio do sulfureto de calcio, hydroferro-cynato, de quina aconitina e acido salicylico*. Alegava ser este método empregado desde a epidemia de 1882, obtendo-se ótimos resultados.<sup>9</sup>

Um dos mais sugestivos tratamentos publicados no Dezenove de Dezembro, era extraído da folha italiana *Popolo Italiano*, o qual sugeria para combate à epidemia, a aplicação sobre o peito do enfermo de um pedaço de papel engomado sobre o qual tinha-se escrito a seguinte frase:

*Detém-te... o coração de Jesus está comnosco.*

Acrescenta o artigo textualmente:

*Estamos mesmo vendo a variola apparecer trai-doramente sobre um individuo, e depois de ter atravessado o frak, a camisa e a camisola, parar a vista do papel engommado e recuar dizendo com seus botões:*

*- Aqui não tenho que fazer: o coração de Jesus esta com elle!.*

*Ah! é preciso advertir que o inventor deste remedio prodigioso é um padre.*

<sup>8</sup>CONTRA a bexiga. Dezenove de Dezembro, Curityba, 3 ago.1887. n.124, p.2.

<sup>9</sup>TRATAMENTO de variola. Dezenove de Dezembro, Curityba, 14 ago.1887. n.127, p.1.

*E advertamos mais que este ecclesiastico pediu privilegio para os seus papeis, que vende por dez réis cada exemplar. Parece-nos tão boa esta industria que não podemos resistir ao desejo de a propagar. Neste intuito, elaboramos o seguinte prospecto:*

REMEDIO INFALLIVEL, APOSTOLICO E

ROMANO, CONTRA A

VARIOLA A PANACEA DOS FIEIS

DEZ REIS.

*Deposito em todas as sacristias de certa ordem. Em se comprando 150 panacêas ha direito a exigir uma gratis. Cinco milhões 528 812 curas. Mais vinte e sete do que a Revaleci-sêre Du Barry.*

*Possuimos já as seguintes certidões:*

*"Cura n. 325,829. - Senhor, usei, com grande proveito a sua panacêa dos fieis; v.s. não pôde imaginar a careta que a variola fez quando reparou que o coração de Jesus estava comigo. Partiu como um raio, indo cahir n'uma estrumeira proxima.*

*Queira mandar-me outra duzia de panacêas. - Fulano da Costa." ...*

*Instrucções para o uso dos papeis. - Mal que a epidemia se declarar em um bairro, compram-se 150 panacêas. Basta uma só para afugentar a variola; as 149 restantes são para obstar ao contagio.*

*Pega-se em um dos papeis com a mão esquerda, humedece-se o lado engommado, e applicando-se na bôca do estomago, repetem-se três vezes estas santas palavras:*

*- Santo Deus! é impossível que haja gente tão parva?*

*Observações importantes. - Vinte e quatro horas antes da operação, deve ter-se vaccinado o paciente.*

*Para evitar-se falsificação deve exigir-se nos papeis o retrato do autor.*

*Aos que duvidarem da efficacia do nosso producto, devemos advertir que o nosso papel se usa com excellente exito contra as correntes de ar nas janellas, que carecem de vidros. A experiencia o demonstra. - O inventor, X.<sup>10</sup>*

<sup>10</sup> NÃO mais hexigas!!! Dezenove de Dezembro, Curityba, 8 jan.1873. n.1367, p.2.

Muitos outros remédios e métodos terapêuticos se somam a estes demonstrados anteriormente. No entanto, nenhum deles obtém os resultados almejados, ou seja, preservar contra a varíola. Sem dúvida, a única medida profilática consistia e consiste na vacinação e revacinação da população, que quando não pode deter o flagelo, ao menos pode minorar os seus efeitos malignos.

### 5.3. HISTÓRICO DA VACINA ANTI-VARIÓLICA

Os antigos, para eliminar o terrível flagelo da varíola, que chegava a dizimar populações inteiras, valiam-se da inoculação do próprio vírus variólico. Este processo, no entanto, era fatal e não poderia sustentar-se perante um exame crítico dos resultados alcançados. Não se pode preservar um indivíduo de uma moléstia, inoculando-lhe o vírus da mesma.

A humanidade só evoluiu deste conceito de vacina com os descobrimentos de Jenner, tornados públicos em 1798, através do opúsculo *Inquiry into the causes and effects of the variolae vaccinae*. Neste trabalho, ele analisa as causas e efeitos da vacina anti-variólica.

Foi na Inglaterra, no condado de Glowcester, onde notou-se, desde longa data, que as vacas leiteiras eram acometidas, em tempos úmidos, de certa erupção vesiculosa nos úberes e as pessoas encarregadas de ordenhá-las ficavam infeccionadas das mesmas vesículas nas mãos, e quando a varíola visitava a população, estas pessoas eram poupadas. Este fato ficou despercebido na população, sendo observado por Eduardo Jenner, o primeiro a examiná-lo cientificamente.

Jenner, quando estudante de medicina em Sodbury, aos vinte anos, ouviu falar da imunidade adquirida contra a varíola através de uma moléstia das vacas, denominada *cow-pox*. Tratava-se de um conhecimento popular. Ao voltar para sua terra natal - Berkeley - Jenner elaborou uma série de experiências, verificando que um certo número de indivíduos resistiam à ação do vírus variólico. Veio a saber depois que estes eram ordenhadores de vacas, tendo acidentalmente sido inoculados pelo *cow-pox*, através do contato direto com a vaca.

*São á principio, diz elle, pequenos pontos vermelhos, comparaveis ás pequenas ampôllas que produz a queimadura, e que chegam logo ao estado de suppuração. Mais communmente as manchas apparecem sobre as articulações dos dedos, assim como em suas extremidades; porém quaesquer que sejam as partes affectadas, estas suppurações superficiaes têm uma fôrma circular, cujo bôrdo é mais elevado que o centro e de uma côr um pouco azulada. A ab-*

*sorção tem lugar então, e manifesta-se tumores sob as axillas; o systema é affectado: o pulso torna-se mais vivo; o doente experimenta alternativamente calafrios e calor, que são acompanhados de um mau estar geral e de dor nos lombos e nos membros, cephalalgia e vomitos: o doente cahe mesmo em delirio. Estes symptomas, que varião em seu grão de violencia, desde um dia até tres ou quatro, deixão em seguida sobre as mãos ulceras que, pela sensibilidade das partes que occupão, são mui dolorosas, lentas de curar-se e tornão-se muitas vezes phagedenicas.<sup>1</sup>*

Estas primeiras observações de Jenner datam de 1795, e se prolongaram por mais algumas investigações minuciosas, até constatar-se finalmente, que o *cow-pox* preservava da varíola. Era preciso, porém, provar o mecanismo subjacente a tais observações, pois nem mesmo o *cow-pox* era ainda conhecido de Jenner em 1787. Na época, ele atribuía ao *grease dos cavallos* a transmissão da doença às vacas.

Manoel da Matta Leite de Araujo, em sua tese sobre a referida vacina, diz textualmente que Jenner, a 14 de maio de 1796, tomou o precioso vírus sobre as mãos da jovem vaqueira - Sarah Nelmes - infectada pela vaca de seu patrão, e o inseriu, por duas incisões superficiais, no braço do menino James Phipps, de oito anos. Três dias depois, as picadas se cobriram de pequenos botões, e a vacina deste menino serviu para va-

<sup>1</sup> ARAUJO, M.M.L. Da vacinação e revaccinação. Rio de Janeiro, Typ.Souza, 1874. p.7.

cinar muitas outras crianças.<sup>2</sup> Finalmente, estava descoberta a vacina! Por mais dois anos, continuou ele com suas experiências, todas bem sucedidas, mas só em novembro de 1798 tornou pública a sua descoberta: a virtude anti-variólica do *cow-pox*.

A princípio, sua teoria não foi aceita. No entanto, as experiências passaram a ser realizadas por outros médicos. Em Londres, quarenta médicos reuniram-se para estudar o caso e, em 1798, acabaram por declarar no *Physical and medical Journal* a validade e eficiência da vacina. Neste mesmo ano, fundou-se o Instituto Vacínico de Londres, e a prática da vacina rapidamente espalhou-se na Grã-Bretanha.

O parlamento inglês reconheceu os trabalhos de Jenner, e decretou uma homenagem nacional doando-lhe grande soma em dinheiro (500.000 francos). Tornou-se a vacina oficialmente adotada e generalizada em sua aplicação, através da prescrição de penalidades a todo aquele que deixasse de submeter seu filho à devida aplicação.

O estrato da lei inglesa sobre a vacina (15 e 17 Victoria, cap. 100), diz:

*1º É obrigado para cada pai ou mãe ter seu filho vaccinado nos tres primeiros mezes de vida, quer pelo vaccinador do districto parochial em que nasceu a creança, quer pelo*

<sup>2</sup>ARAÚJO, p.8.



*medico da familia, que deverão mandar examinar-o pelo vaccinador, no oitavo dia depois da vaccinação, para obter um certificado de boa vaccina.*

*Na falta do cumprimento deste artigo os pais, tutor ou ama serão punidos com a multa de 20 shillings.*

*2º No caso de incapacidade temporaria de sofrer a inoculação da vaccina, deve-se obter um attestado e renovar-o todos os dois meses, sob pena da mesma multa.*

*3º Um attestado é igualmente necessario para aquelles que, depois de repetidas entativas, são reconhecidos não susceptiveis de serem bem vaccinadas.<sup>3</sup>*

Por toda Europa se estendeu o uso e a prática da vacina. Na França, no ano de 1800, o Duque de Laroche-foucault-liancourt, assistindo às vacinações na Inglaterra, entusiasmou-se pela idéia. Ao regressar ao seu país, propôs imediatamente uma subscrição para a propagação da vacina.<sup>4</sup> Os subscritores reuniram-se em assemblêia na Escola de Medicina e fundaram um *Comité* responsável pela vacinação, que mais tarde foi incorporado pela Academia de Medicina. Sua finalidade específica era:

*Repetir as experiencias dos medicos inglezes, tentar novas, multiplicar as contraprovas, fornecer vaccina á França inteira e às nações estrangeiras, fazer nascer e sustentar a confiança em um methodo novo, aggredido desde o seu apparecimento pela ignorancia e má fé: eis o que fez o Comité central de modo á merecer a recompensa publica.<sup>5</sup>*

<sup>3</sup>ARAÚJO, p.13.

<sup>4</sup>Ibid., p.14.

<sup>5</sup>Ibid., p.16.

Logo, este estabelecimento tornou-se um centro de prática da inoculação da vacina, congregando médicos empenhados nas pesquisas, estabelecendo uma correspondência ativa e um contato regular com os portadores de fluido vacínico.

Em Portugal, a vacina só foi introduzida em 1804, pelo Dr. Bento Joaquim de Lemos, a mando do Príncipe Regente D. João, que desejava vacinar seus filhos.<sup>6</sup> Mas só em 1812, é que a Academia Real das Ciências de Lisboa:

*...persuadida do poder anti-variolooso da vacina, e não podendo ser insensível á multiplicidade de obitos e de deformidades, que as frequentes epidemias das Bexigas causão em Portugal, por se não ter generalisado bastantemente neste Paiz o uso daquelle preservativo: seguindo o seu Instituto, que é cooperar, quanto cabe nas suas faculdades para o progresso das Sciencias e do bem publico, resolveu fazer huma Instituição Vaccinica; nomeando huma Commisão, a qual, pondo nesta Capital o antidoto das Bexigas gratuito, e ao mais facil alcance de todos os seus habitantes, que quizerem precaver esta temivel enfermidade, procure também fazer chegar ao conhecimento, e gozo deste beneficio da Providencia ao menos instruido, e mais remoto habitante das Provincias deste Reino; e ao mesmo tempo faça e collija as experiencias e observações, que possão servir para bem se apreciar a efficacia deste preservativo, para se aperfeiçoar o seu uso, e para illustrarem todas as questões concernentes a elle.*<sup>7</sup>

Em 1800, a vacina foi introduzida em Viena, pe-

<sup>6</sup>ARAÚJO, p.19.

<sup>7</sup>Ibid., p.20.

lo *Conselheiro Ferro*, que a recebeu de Londres. E o governo logo a tornou obrigatória, criando lugares próprios à vacinação.<sup>8</sup>

Na Itália, a vacina ficou conhecida pelo Dr. Marshall, e o Papa Pio VII decretou que todo cidadão romano, não vacinado, era inábil para os empregos públicos, salientando com esta medida a obrigatoriedade da vacina.

Nos demais países da Europa, e mesmo nos da Ásia e das Américas a prática da vacina foi sendo pouco a pouco difundida e tornando-se obrigatória a toda população. Os países organizaram comissões, institutos vacínicos e equipes médicas para atender eficientemente a população. Casos houve de países em que a vacina era ministrada à força, como na Rússia. A este respeito, lê-se no *Diário do Rio de Janeiro* de 22 de maio de 1795 a seguinte notícia:

*O governo russo procede para com os povos da Asia, como um pai com seus filhos; quer dizer, applica-lhes os elementos de civilização á força bruta. Quer queirão quer não, os subditos do Czar têm de acceitar qualquer inovação.*

*É também verdade que nos paizes que se considerão os mais civilizados, as medidas empregadas para beneficiar o povo não têm ás vezes senão um resultado, muito demorado, e ás vezes inefficaz, em razão dessa liberdade que algumas vezes é prejudicial.*

*Comtudo entre o modo de applicar a civilização á maneira russa e essa de que fallamos,*

<sup>8</sup> ARAUJO, p.23.

*existe um meio termo que seria proprio e humano.*

*Na Asia central houve ha pouco um tumulto promovido pelo modo violento com que a autoridade faz inocular o preservatico das beixigas.*

*Um medico do governo, acompanhado por uma força de cossacos, invade as povoações umas depois das outras e apoderando-se dos homens, mulheres e crianças, inocula-lhes o vírus vaccínico sem para isso consultar a vontade dessas pessoas. Em Chosen aterrados os habitantes pela presença da tropa e suppondo que aquellas picaduras enigmáticas erão uma marca para que lhes punhão para os transportar depois para a Russia amotinarão-se cahindo sobre os cossacos e matando dous delles; acudirão, porém, mais forças russas, executarão dous dos principaes promotores do motim, sendo os outros nove deportados para a Siberia e dez pôstos fôra do paiz.<sup>9</sup>*

Na América, a vacina foi utilizada pela primeira vez em 1800, nos EUA, durante o governo do Presidente Jefferson. No Chile, em 1806, pelo Dr. Manoel Grajalas que a importou da Europa e, em janeiro de 1830, fundou um Instituto Vacínico para o atendimento da população. No Brasil, a vacina jenneriana só foi introduzida em 1804, na Bahia, assunto esse que será tratado em item específico.

#### 5.4. ORIGEM DA VACINA E VÍRUS VACÍNICO

Para Jenner, o *cow-pox* era originário do cava-

<sup>9</sup>DIARIO do Rio de Janeiro, 22 maio 1795. In: ARAUJO, p.26.

lo, e não da vaca. Isto devido à influência de uma moléstia especial, chamada *grease, shore-heels, mal de talon, caux-aux-jambes*, e que para nós seria a *moléstia da ranilha, água das pernas*.<sup>1</sup> Neste processo, é o homem o intermediário da transmissão do cavalo à vaca, porque, pelas observações, constatou-se ser mais frequente o *cow-pox* nos condados onde os encarregados de tratar dos cavalos se ocupavam também de ordenhar as vacas.

Do ponto de vista doutrinal, Jenner acreditava que todos os animais possuíam uma doença, que era a varíola, própria a cada espécie. Tal posição era tida como improvável por seus contemporâneos, uma vez que o homem não possuía este vírus inato. Este problema só foi novamente abordado em Riumes, no ano de 1863, pelo Dr. Depaul, face a uma epidemia de *greas* nos cavalos, e defendida por ele do seguinte modo:

*As pustulas..., da variola do cavallo apparecem às vezes em grande quantidade sobre a ranilha, junta e canon('): depois, a inflamação se propaga ao tecido cellular subcutaneo e produz um engurgitamento que augmenta ainda pelo roçado da palha mais ou menos dura em que se deita. Então, até um certo ponto, ha um conjuncto de symptomas que simula a "água das pernas", ou o que Jenner denomina "shore-heels".*

*(') - Um dos musculos da perna do cavallo.*<sup>2</sup>

<sup>1</sup> ARAUJO, M.M.L. Da vaccinação e revaccinação. Rio de Janeiro, Typ.Souza, 1874. p.27.

<sup>2</sup> Ibid., p.34.

Estudos mais apurados continuaram a ser efetuados, concluindo-se que a vacina humana provém igualmente do *horse-pox* como do *cow-pox*, por ser idêntica a sua evolução e as suas propriedades.

Procurou-se produzir o *cow-pox* através da inoculação da varíola na vaca. E conseguiu-se obter, desta forma, uma erupção no animal, a qual, transmitida depois ao homem, não era a vacina, mas sim a vacina inoculada. Pois o produto conhecido como vacina tinha uma origem animal, e o vírus varioloso provinha do homem. Concebia-se perfeitamente que o vírus podia ser transmitido dos animais ao homem e reciprocamente, conservando o seu caráter; não se podia, porém, conceber uma doença idêntica, surgindo espontaneamente tanto no homem como nos animais.

Mas o que se pode notar, através destas pesquisas, é que naqueles indivíduos que já obtiveram a varíola em incubação, o vírus vacínico operava efeitos benéficos. No entanto, o vírus varioloso inoculado na vaca nunca se transformava em vírus vacínico. Concluiu-se, pois, que a vacina e a varíola eram duas manifestações distintas, não se podendo transformar uma na outra.

No artigo publicado em 21 de setembro de 1867, no jornal o Dezenove de Dezembro, em Curitiba, o Dr. Danet expõe seu parecer sobre a vacina em França, con-

cluindo que, de suas investigações nas 45.000 lancetas, em 8.500 indivíduos, pôde estudar paralelamente os efeitos da vacina da vaca para com o homem e de braço a braço, obtendo alguns resultados interessantes:

- 1º) a varíola e a vacina são duas *moléstias* diferentes;
- 2º) a vacina não predispõe à moléstia alguma;
- 3º) a vacina e a varíola perdem, depois de certo tempo, suas propriedades anti-variólicas.<sup>3</sup>

## VÍRUS VACÍNICO

A reação produzida no homem através da inoculação do *horse-pox* e do *cow-pox* denominava-se *vacina*. Nos pontos de inoculação do vírus vacínico

*...sobrevem pustulas vesiculosas, argentinas, largas, achatadas, multiloculares, deprimidas no centro, cercadas de uma areola inflamatória, dando lugar à uma crústa escura que começa a se formar no decimo dia, para cahir do vigesimo ao vigesimo quinto.*<sup>4</sup>

Sob a ação da vacina, preserva-se o indivíduo da ação contagiosa da varíola ou ao menos modifica-se-lhe os

<sup>3</sup>A VACCINA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 21 set. 1867. n.823, p.4.

<sup>4</sup>ARAUJO, p.43.

efeitos. A vacina, essencialmente contagiosa, caracteriza no desenvolvimento da pústula a evolução da doença, apresentando suas fases distintas, ou sejam: inoculação, erupção, supuração e desecamento.

Por vezes, em lugar da verdadeira vacina, com poderes imunizantes, fazia-se uso de uma falsa vacina, que não preservava da varíola. Esta vacina alterada apresentava as etapas de desenvolvimento do botão vacinal de maneira diversa daquelas da verdadeira vacina.<sup>5</sup>

O fluido ou linfa, elemento responsável pela vacina, é encontrado nas células da pústula vacínica. Este elemento apresenta inúmeras propriedades químicas, mas o calor e a luz o decompõem. E para a sua conservação, empregavam-se fios, crustas, lancetas, lâminas de vidro ou tubos capilares. No Brasil, só se fazia uso dos três últimos meios.

Jenner, em seu tempo, recolhia o fluido vacínico em *fios*. Estes eram aplicados sobre pústulas abertas com o fim de impregná-los com o vírus. Depois de secados ao ar, podiam ser colocados em cartas e enviados para os lugares mais distantes. Só que, para serem utilizados, tornava-se necessário vacinar por incisão. Este inconveniente foi suficiente para se abandonar tal processo.

<sup>5</sup>ARAÚJO, p.47-52. Ver anexo.



A utilização de crustas vacinais era o método mais simples, porém o menos seguro. Consistia na conservação das crustas envolvendo-as em várias camadas de clara de ovo, para preservar do contato do ar, e por último era impermeabilizada com uma camada de verniz ou resina. Em um artigo publicado no *Propagador dos Conhecimentos Uteis*, em 1836, lê-se o seguinte sobre o processo de conservação destas crustas:

*Consiste este modo em conservar as crústas vaccinaes de maneira que fiquem preservadas completamente do contacto do ar, cobrindo-as de muitas camadas de clara d'ovo, deixando-se seccar uma para dar-se outra, devendo a ultima ser de verniz ou de qualquer tintura resinosa; e muitos se servem ordinariamente do balsamo do commendador. Nas experiencias comparativas, que ha pouco se fizeram com as crústas que, havia mais de quinze annos, se tinham assim preparado, reconheceo o Dr. Rigal, que em perfeição e efficacia os resultados erão infinitamente superiores, não só aos das crústas ordinárias não preparadas de que actualmente se servem os vaccinadores, como tambem aos resultados do virus conservado em laminas de vidro.*

*É tambem por meio das crústas preparadas que o Sr. Limouzin Lamothe tem quasi sempre operado nas muitas vaccinações que faz todos os annos, e ellas hão sempre dado resultados satisfactorios no desenvolvimento dos botões, marcha da doença, identidade do virus.*

*Agora que um facto tão importante está provado, não hesitamos em aconselhar aos pais e as mãis que extraihão, preparem e conservem as crústas vaccinaes do seu primogenito, para applical-as depois á vaccinação dos outros filhos -, que guardem de este modo nas familias as crústas que dellas trazem origem, para transmittil-as por inoculação á cada um de seus membros, e perpetuar este virus como por successão. Não duvidamos que as familias, assim interessadas em transmittir*

*ã seus descendentes um vírus emanado de seu próprio sangue, se empenharão em pôr em practica estes conselhos que achão em harmonia com a confiança que ellas naturalmente hão de ter em vaccinações, cujos bons resultados podem afiançar com segurança pois que, ainda mesmo fazendo abstracção das razões expeditas, o amor paternal e a prudencia sós converterião taes conselhos em rigoroso dever. Quanto às familias que tiverem razões, para suspeitar algum vicio em seus humores, não lhes será difficil obter crústas assim preparadas e provenientes de familias que tenham uma constituição mais sã. Desta maneira, os motivos de repugnancia, de alteração e outros que era costume allegar, já não poderão servir de obstaculo ao progresso da vaccina, nem de pretexto para se rejeitar ou mesmo desprezar practica tão salutar, e abandonar deshumanamente as creanças aos terriveis estragos de uma das mais horrendas molestias.<sup>6</sup>*

Segundo Bryce, o inventor do processo das crustas, as vantagens deste seriam várias:

- 1º) não seria preciso colher o fluido em tempo determinado;
- 2º) obter-se-iam de poucas crustas, grande quantidade de vírus;
- 3º) as verdadeiras crustas conservavam uma força ainda mais ativa do que o fluido fresco.

Havia, no entanto, um grande inconveniente no processo: a escolha das crustas, porque era necessário ter certeza de que elas fossem provenientes da pústula

<sup>6</sup>PROPAGADOR dos conhecimentos uteis:1836, n.3-4. In: ARAUJO, p.57-8.

original e não das subseqüentes, formadas após a queda accidental da primeira. Isso porque as substitutas não possuíam as mesmas propriedades da original.

A *lanceta*, quando levada à pústula, também conservava o vírus em sua ponta, porém só por dois dias, no máximo. Ultrapassado este período de tempo, a ponta se oxidava e o vírus perdia suas qualidades.

As *lâminas* eram pequenas superfícies de vidro, de um a dois centímetros quadrados, onde o vírus era colocado. Depois de seco, juntavam-se as lâminas aos pares, por meio de cera. Para conservá-las da ação da luz, eram envolvidas em uma lâmina de estanho, chumbo, bexiga de boi molhada, ou simplesmente eram embrulhadas em papel escuro.



Fig. 883. — Lanceta para vaccinar.

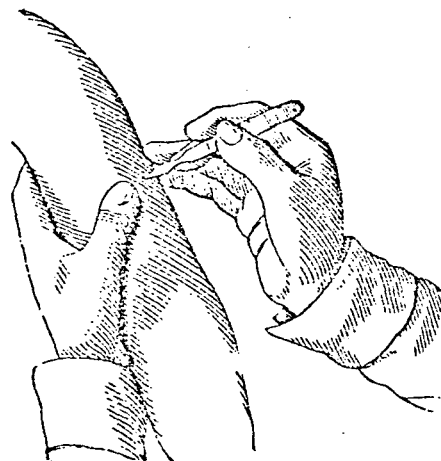


Fig. 884. — Maneira de vaccinar.

Fonte: CHERNOVICZ, P.L.N. Diccionario de medicina popular. Paris, A.Roger & F.Chernovicz, 1890. v.2, p. 1173.

No Brasil, os *tubos capilares* de vidro passaram a ser a prática mais usada.

*Estes pequenos tubos têm seis linhas de comprimento e são capillares nas suas extremidades: para encher-os de vírus, dão-se diferentes picadas nas pustulas, e chegam-se sucessivamente as gottas à extremidade a mais aguda destes tubos, em que o fluido se introduz em razão da capillaridade; quando falta uma linha para encher-os, fecham-se as duas aberturas aproximando-as de uma luz, e cobrem-se depois com lacre.*

*Para transportal-os sem perigo de quebra, collocam-se em canudos de pennas cheios de farelos e fechados com cera. O fluido assim guardado conserva todas as propriedades por muitos mezes, e até annos. Para se o empregar, quebrão-se as duas extremidades do tubo, colloca-se uma sobre uma lamina de vidro, o fundo de um pires, de um calix, a unha do pollegar ou mesmo a lanceta, e a outra sobre os labios, sopra-se brandamente e depois que se acha de todo esvasiado o tubo, inocula-se o vírus.<sup>7</sup>*

Existia ainda o tubo de Fiard que consistia em tubos capilares de oito centímetros, com um mecanismo próprio para eliminar o contato do lábio sobre o tubo e para melhor retirar o fluido.

## 5.5. VACINAÇÃO E REVACINAÇÃO

Vacinação é a operação por meio da qual se

<sup>7</sup>PROPAGADOR, p.59.

transmite o vírus vacínico ao homem. A vacinação é *humana*, quando se faz de homem a homem e, *animal*, quando se faz diretamente da vaca ou do cavalo ao homem.

A vacina pode ser aplicada em quase todas as partes do corpo indistintamente. Escolhiam-se, porém, os braços por ser mais cômoda a aplicação, conforme o que reafirma o Dr. Macedo Coimbra em sua tese inaugural, em 1839, dizendo:

*He sempre, ou ao menos ordinariamente a parte superior, e externa do braço sobre a inserção inferior do musculo deltoide, o lugar escolhido para vaccinar-se, porque além da commodidade, que offerece, é pouco exposto aos toques e movimentos, e á ser coçado pelas creanças; de mais disso, as cicatrizes ahí restantes são occultas pelos vestidos, e as senhoras não soffrem pejo em patenteal-as.*<sup>1</sup>

Para esta operação, não utilizavam instrumentos especiais. Podia-se empregar desde o alfinete, agulha, canivete, até a lanceta que era geralmente a mais utilizada. Os processos de vacinação eram três: o vesicatório, o das incisões e o das picadas, sendo este último o mais difundido no Brasil.

O processo *vesicatório* foi utilizado em 1812 pelo Dr. Manoel Porfiro de Souza, no Algarve, para evitar o medo que inspirava a lanceta:

<sup>1</sup>ARAUJO, M.M.L. Da vacinação e revaccinação. Rio de Janeiro, Typ. Souza, 1874. p.63.

*Applico diz elle, em cada braço, e no proprio sitio hum bocadinho de massa caustica da grandeza da cabeça de hum alfinete ordinario, dou sufficiente tempo á levantarem-se as correspondentes vesículas; tiro a cutícula, limpo a humidade, e sobre o solido vivo patente ponho o virus vaccínico secco, ou verde.<sup>2</sup>*

O processo das *incisões* consistia em fazer uma incisão com a lanceta cheia de vírus vacínico, de três a quatro milímetros. No caso dos vírus estarem conservados em fios, introduzia-se na incisão quantidade sufficiente deles, applicando-se em cima, para segurar, uma tira de esparadrapo ou um *parche de emplastro adesivo*.

O processo das *picadas* é o mais simples.

*...o operador segura com a mão esquerda o braço do individuo de modo á atesar a pelle da parte superior e extrema do membro, com a mão direita sustenta a lanceta cheia de virus, enterra a ponta na epiderme obliquamente de cima para baixo em uma extensão de um á dois millimetros. Feito isto, a retira brandamente em sentido contrario áquelle em que foi introduzida. Durante a operação, duas cousas são indispensaveis ao successo do methodo: atesar a pelle afim de que os labios da ferida, fechando-se retenhão o virus; e conservar o instrumento com a ponta para baixo, afim de que o virus não reflua para a base da lamina, em lugar de se insinuar na chaga.<sup>3</sup>*

O número de picadas depende do operador. Normalmente, faziam-se três em cada braço, deixando-se o

<sup>2</sup>ARAUJO, p.64.

<sup>3</sup>Ibid.

espaço de dois centímetros entre uma e outra.

Quanto à idade ideal para a vacinação, não havia determinação específica, podendo-se fazê-la em qualquer período da vida. Durante os três primeiros meses de vida, não era aconselhada, a não ser em épocas epidêmicas. O estado de saúde não impedia o desenvolvimento da vacina. E recomendava-se a vacinação na primavera, por ser a estação mais uniforme, como também a época em que mais se desenvolvia o *cow-pox*. O excessivo frio ou calor perturbam a evolução da vacina: o calor apressa e o frio retarda. Contudo, em épocas epidêmicas, não se levava em conta as condições climáticas. O insucesso da vacina era atribuído à rigidez da pele nos adultos, sobretudo nos velhos e negros; à flacidez desta nas crianças; à falta de asseio e à oxidação da lanceta; ao excessivo calor ou ao frio; à ação direta dos raios do sol e ao sangramento após a inoculação do vírus. Através da observação, constatou-se que quando o paciente usava a pomada de enxofre, a vacina não surtia efeito.<sup>4</sup>

Não era preciso preparar os indivíduos para a vacinação, mas a conselho do Instituto Vacínico deveriam ser feitas ligeiras fricções (com a mão) no local a ser vacinado; e no caso de escravos, o local deveria ser previamente lavado devido ao pouco asseio dessa

<sup>4</sup>ARAÚJO, p.69.

faixa da população.

Durante a evolução da vacina, nenhum tratamento havia. Recomendavam-se, porém, alguns preceitos:

*...deve-se evitar as indigestões e constipações, que não hajão complicações, coçar a pustula ou roçar-a com a roupa, para o que torna-se preciso que as mangas sejam assaz largas, ou abertas, ou atadas com fitas. Se houver notavel grão de inflamação, causando grande incommodo local, deve-se banhar repetidas vezes a parte com infusão tepida de flôr de sabugueiro levemente acidulada com bom vinagre, ou, melhor ainda, applicar-se cataplasmas emolliente.<sup>5</sup>*

Variolização era um método empregado antes da existência da vacina jenneriana e que consistia na inoculação da crosta ou pus de uma varíola benigna, com o fim de proteger contra uma varíola grave. Era, porém, feita sem critérios, e acontecia muitas vezes que em lugar de provocar uma varíola benigna ou discreta, ocasionava uma varíola mortal. Desta forma, a variolização era tida como perigosa, não só por causar prejuízos advindos da inoculação variólica, mas também por transmitir outras enfermidades, tais como a tuberculose e a sífilis. Isto quando a vacina era feita de braço a braço, ou quando a novilha fornecedora do *cow-pox* era portadora da tuberculose, ou ainda, quando não havia o devido asseio desinfetando-se a agulha após cada inoculação.

<sup>5</sup>ARAÚJO, p.70.



Tendo a vaca predisposição à tuberculose, fazia-se necessário um exame rigoroso para atestar a boa saúde do animal, antes da inoculação. Para evitar tal problema, procurou-se inocular cabras com a vacina de novilhas ou com a humana, porque elas são refratárias à tuberculose. Concluiu-se que o produto da inoculação da vacina caprina evolui do mesmo modo que a da vaca, desenvolvendo todas as etapas da vacina verdadeira, isto é: inoculação, erupção, supuração e desecamento.<sup>6</sup>

### REVACINAÇÃO

Após a descoberta da vacina, acreditava-se que ela preservava o indivíduo para sempre. Às vezes, porém, acontecia da varíola manifestar-se anos depois, em indivíduos vacinados. Pensou-se, então, que se tratava da falsa vacina, ou de *segundas varíolas*.

As pesquisas revelaram que não era possível fixar um limite à duração da imunidade, pois esta variava de indivíduo para indivíduo. Os médicos não chegaram a determinar qual seria o momento oportuno para a revacinação; uns a recomendavam de cinco em cinco, outros, de dez em dez anos. Aconselhava-se no entanto, a revacinação durante períodos epidêmicos, para minorar

<sup>6</sup>REIS, J.D. Das principaes endemias e epidemias de Curityba. Rio de Janeiro, Typ. Ribeiro, Macedo, 1898. p.178.

os efeitos da doença, já que ela conferia um certo grau de imunidade. A revacinação era tida como totalmente isenta de perigos, podendo ser praticada em todas as idades.

## 5.6. VACINA NO BRASIL E NO PARANÁ

### 5.6.1. Vacina no Brasil

Após a descoberta da vacina anti-variólica, Portugal se interessou pelo problema e passou a adotá-la nas Capitanias brasileiras. A primeira vacinação de que se tem notícia no Brasil data de 1798, realizada no Rio de Janeiro pelo cirurgião-mor do Primeiro Regimento de Milícias do Rio de Janeiro, Francisco Mendes Ribeiro. Obtendo ótimos resultados, ele vacinou um total de 477 pessoas, de ambos os sexos, e de idades variando entre 21 a 50 anos.<sup>1</sup> No entanto, o povo mostrou-se temeroso à novidade. Na verdade, neste período, Francisco Mendes Ribeiro praticava a variolização, a inoculação do pus da varíola, e não a vacina jenneriana, com a *linfa vacínica*, do úbere das vacas.

Tem-se notícia que, *em 1730, mais ou menos, um*

<sup>1</sup>SANTOS FILHO, L.C. História geral da medicina brasileira. São Paulo. Hucitec, 1977. v.1, p.270.

*certo carmelita, conforme narrou La Condamine, tentara, na região amazônica, a imunização inoculando pus de variolosos em selvagens ainda não contaminados, obtendo a eclosão da doença sob forma atenuada, benigna.*<sup>2</sup>

No Brasil, já se sabia que os sobreviventes da varíola dificilmente a contrairiam novamente. Assim sendo, uma das medidas de policiamento sanitário, recomendava que só as pessoas que houvessem tido a varíola deveriam cuidar dos bexiguentos.

Em 1804, o brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Oliveira e Horta, marquês de Barbacena, e os mercadores da Bahia patrocinaram a viagem a Lisboa a sete jovens negros escravos, encarregados de trazer o pus vacínico. Acompanhou o grupo o cirurgião Manuel Moreira da Rosa, que recebeu em Lisboa as devidas instruções do cirurgião-mor Teodoro Ferreira de Aguiar. Os negros foram inoculados um a um. De braço a braço, técnica esta que consistia na retirada de pus do botão vacinal, para com ele obter-se novas vacinas, durante a viagem de regresso a Salvador na Bahia, chegando em dezembro de 1804. Após o desembarque, foram vacinados o brigadeiro Brant Pontes, seu filho e outros habitantes.<sup>3</sup>

Instalou-se na Bahia uma repartição para a distribuição da vacina em uma das salas do palácio do governo, sob a direção do Dr. José Avelino Barbosa e do

<sup>2</sup>SANTOS FILHO, p.270.

<sup>3</sup>Ibid., p.271-2.

cirurgião-mor Francisco Rodrigues Nunes.

No Rio de Janeiro, sede do vice-reinado do Brasil, também foi introduzida a vacina, nesta mesma época.<sup>4</sup> Fundou-se o Instituto Vacínico da corte, baseado no Instituto Vacínico de Londres, com a finalidade de fornecer o pus vacínico a todas as Províncias do Brasil, além de dar toda a orientação necessária aos vacinadores provinciais.

#### 5.6.2. Vacina no Paranã

A vacina, a partir de 1804, teve a sua prática difundida nas principais povoações do Brasil.

*Em 1805, os governadores de algumas capitâ-  
nias tornaram obrigatória a vacinação. O de  
São Paulo, Antônio José de Franca a Horta,  
ordenou aos capitães-mores das vilas que reu-  
nissem no edifício da Câmara, ou da Matriz,  
os chefes de família, com todos os parentes,  
agregados e escravos, para se deixarem vaci-  
nar. Os desobedientes seriam multados e pre-  
sos à ordem do governador, obtendo a liber-  
dade apenas após a inoculação, na cadeia.*<sup>5</sup>

Desta sorte, o governo não pretendia apenas a divulgação da vacina, mas também a sua aplicação compulsória.

<sup>4</sup>ARAÚJO, M.M.L. Da vacinação e revaccinação. Rio de Janeiro, Typ.Souza, 1874. p.109.

<sup>5</sup>SANTOS FILHO, p.272.

Segundo relatos de Antonio Vieira dos Santos,

*1805 - o General da Capitania Antonio Jozé de França e Horta, mandou de S.<sup>m</sup> Paulo a Paranaguá hum Ajudante de Cirurgia com o pus vacçínico para innocular as bexigas, em todo o povo; e foi esta a primeira vez, que este novo methodo appareço e com effeito se poz em execução vacçinando-se a maior parte do povo, obrigados pelas ordens das auctoridades locaes, e do General da Capitania; tanto as pessoas adultas, como menores, que inda não tivessem das naturaes.*<sup>6</sup>

Mas só em 26 de janeiro de 1820, é que a vacinação anti-variólica se fez realizar mediante um planejamento abrangendo as Capitancias de São Paulo, Rio Grande de São Pedro do Sul e Minas.<sup>7</sup> Em Curitiba, o primeiro registro documentando o recebimento do *pus vacínico*, na Câmara Municipal, data de 1829.<sup>8</sup>

Novamente, a 18 de abril de 1831, a Câmara Municipal de Curitiba recebeu o *pus vacínico*, estabelecendo na sessão de 20 de abril a necessidade da divulgação da vacina:

*...Que se officiasse ao Juiz de Paz do Município para faserem xegar gente para serem vacinados nesta Villa pelo senhor vereador Franco, que se offereceu voluntariamente, na Fre-*

<sup>6</sup>SANTOS, A.V. Memoria historica chronologica, topographica e descriptiva da cidade de Paranaguá e seu município:1850. Curitiba, Museu Paranaense, 1951. v.1, p.374.

<sup>7</sup>DOCUMENTOS interessantes:1815-22. São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1902. v.36, p.98-100.

<sup>8</sup>CURITIBA. Câmara Municipal. Quarta sessão ordinária de 23 de março de 1829. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 42:54, 1929.

*guesia de São José pello senhor vereador Leitão, no Campo Largo pello senhor Capitan Vericimo Antonio e nas Freguezias ao arbítrio dos mesmos Juizes de Paz escolherem quem possa promover a mencionada vacina.*<sup>9</sup>

Em 7 de julho do mesmo ano, o próprio senhor Leitão declarou a ineficiência das vacinas que aplicara na freguesia de São José: *...as vacinas de que se tinha em cumbido na Freguezia de São José não tinha tido efeito o dito puz.*<sup>10</sup>

A estes resultados se aliam dois fatores importantes: um a inoperância e negligência dos vacinadores; outro, a ignorância e falta de cooperação da população.

Na legislação imperial, desde 17 de agosto de 1846, o art. 41 do regulamento nº 406 prevê posturas necessárias para remediar o mal das bexigas, mediante a prática de penas adequadas à obrigatoriedade da vacina.

No relatório do presidente de Província, o conselheiro Zacarias de Gões e Vasconcelos, em 1854, faz menção à vacina, na seguinte citação:

<sup>9</sup>CURITIBA. Câmara Municipal. Sétima sessão ordinária. Presidência do Senhor Guimaraens de 20 de abril de 1831. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 42: 13, 1929.

<sup>10</sup>CURITIBA. Câmara Municipal. Quarta sessão ordinária. Presidência do Senhor Guimaraens de 7 de junho de 1831. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 42: 25, 1929.

*O instituto vaccinico de Londres, que á quasi 50 annos empenha-se em extirpar a bexiga por meio da vaccina, exaltava, á pouco, o seu merito, de hum modo tão novo quanto verdadeiro, dizendo:*

*A exposição da industria de todas as nações prendeo a attenção universal, e fez da Inglaterra o passeio do mundo civilisado. Grandes e gloriosos forão os resultados de tão poderoso estímulo, e a belleza, exhibida aos milhares, atravessando o palácio de crystal, dava, em silencio, testemunho de um facto, talvez, nessa occasião, de ninguém advertido, isto he, a excellencia do instituto vaccinico. Em verdade, se elle não fora, tantos milhares de seres humanos já mais poderiam reunir-se sem se tornarem em subido grão repulsivos pela fealdade de faces marcadas, olhos cegos, e outros indicios dos horrores associados á bexiga, de sorte que os trabalhos do instituto prepararão huma parte da belleza da mais bella exhibição que se ha visto na superficie da terra.*

*Entretanto, senhores, se a vaccina recommenda-se pela belleza, que preserva, e senões, que evita no rosto humano, muito mais util torna-se pelas vidas que conserva, e, debaixo deste ponto de vista, he de hum valor incalculavel em hum paiz como o nosso, onde a população he tão rara.<sup>11</sup>*

No Paraná, o primeiro vacinador provincial nomeado foi o Dr. José Candido da Silva Murici, por determinação do Instituto Vacínico do Império. Exigia-se, para este cargo, pessoas idôneas, encarregadas da propagação da vacina por toda Província. O cargo de vacinador perdurou por quase todo período provincial, e só em 1886 foi criado o de *delegado de hygiene*, en-

<sup>11</sup>PARANÁ. Governo. 1854 (Vasconcellos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná o conselheiro Zaccarias de Goes e Vasconcellos na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba, Typ.Lopes, 1854. p.39.

carregado não apenas da vacina, mas de todas as condições de saúde e bem-estar da população. Antes da criação do referido cargo de delegado de higiene, era atributo do vacinador provincial nomear indivíduos aptos a servirem na Província como comissários municipais e paroquiais nas diversas localidades, desenvolvendo sua função gratuitamente. Tinham a obrigação de prestar relatórios periódicos ao presidente da Província, ao inspetor geral do Instituto Vacínico, aos vacinadores municipais e paroquiais; comprar livros, papéis, lâminas de vidro para guardar o fluído e chumbo para envolvê-las. Nos livros, deveria constar: nome, filiação, idade, estado e condição do vacinado, dados estes tomados no ato da vacinação.<sup>12</sup>

A manutenção do serviço de vacina dependia do auxílio de pessoas que gratuitamente se dedicassem a ele. Porque, apesar da Assembléia ter criado um amanuense para estes comissários, o governo não cumpria, para não onerar mais a Província, com a despesa de 300 mil réis, já que estavam numa fase de decadência das rendas provinciais.<sup>13</sup> A situação do comissário vacina-

<sup>12</sup>REGULAMENTO. In: PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná. Curitiba, Typ.Paranaense, 1863. v.10, p.37-9. Ver anexo.

<sup>13</sup>PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Província do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2<sup>a</sup> sessão da 5<sup>a</sup> legislatura em 15 de fevereiro de 1863. Curitiba, Typ.Lopes, 1863. p.89.



dor era considerada ridícula, uma verba decretada mais para o expediente da repartição do que um ordenado para quem se responsabilizasse oficialmente pelo serviço.<sup>14</sup> Diante de tal situação, o Dr. José Candido da Silva Murici, em ofício dirigido à presidência, mostra-se contra as posturas que impunham penas aos vacinadores por suas omissões, alegando a falta de remuneração como justa causa para o não pagamento de multas.<sup>15</sup>

A dificuldade em se conseguir vacinadores idôneos, pela inteligência e pelo zelo, tornava-se maior por não lhes serem atribuídas nem vantagens pecuniárias nem honrosas. No relatório presidencial de 1863, o vacinador *affirma terem-se recusado dous cidadãos em Guaratuba ao encargo de vaccinadores parochiaes por não ser estipendiado*.<sup>16</sup> Além da imperícia com que era feito este serviço, só se conseguia contar com o auxílio de pessoas incompetentes. Assim nunca se chegaria a obter o sucesso a que se pretendia.<sup>17</sup> A este respeito, comenta o vacinador provincial em seu relatório:

<sup>14</sup> PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches). Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 11<sup>a</sup> legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874. Curitiba, Typ.Lopes, 1874. p.11.

<sup>15</sup> MURICI, J.C.S. Correspondência, 17 jan.1862, Curitiba. In: OFFICIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Província do Paraná, 1861.v.2, p.1-4.

<sup>16</sup> PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira), p.20.

<sup>17</sup> Ibid.

*Esta indolencia tem, a meu ver, duas fontes: a nomeação de negociantes ou pessoas atarefadas em misteres inteiramente diversos, cujo trabalho é o pão quotidiano e a gratuidade do encargo.*

*A policia, a instrução publica e todos quantos ramos do serviço publico exigem pessoal gratuito, soffrem os mesmos empecilhos, a mesma negação, a mesma indifferença, a mesma apathia e até a mesma repugnancia da parte de quem recebe titulos para exercer os respectivos cargos.*

*Os serviços prestados á vaccinação publica são pela lei considerados relevantes; mas nem isso incende maior amor ao trabalho, momentaneo e aparentemente não retribuido.*

*É um mal inherente a todos os paizes novos de população disseminada; porque não ha continua diffusão e communicação de idéas, nem exemplos em tal numero, que se não percam nas dilatadas regiões, que tem de percorrer. Perdem as idéas a força no longo trajecto, como os corpos arremçados ao ar a vão perdendo pela distancia vencida para mais longe do centro da terra, e pelo atrito atmospherico. O alvo muito afastado só pode ser levemente tocado por balas já frias e inoffensivas.*

*Estas causas são, infelizmente, reaes.<sup>18</sup>*

A vastidão do território da Província, a sua população dispersa, as longas distâncias entre os povoados e circunscrições vacínicas são apontadas como causas da ineficiência do serviço vacínico.<sup>19</sup> Foi solicitado à presidência a determinação da extensão e limites de cada uma das povoações da Província, até onde

<sup>18</sup>PARANÁ. Governo. 1866 (Leão). Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao presidente o Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque pelo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 5 de novembro de 1866. Curityba, Typ. Lopes, 1867. p.12.

<sup>19</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 10 jan.1864, Curitiba. In: OFFICIOS, 1864. v.1, p.256.

deveria estender-se a ação administrativa dos funcionários da vacina. Nos locais onde não havia ainda o serviço da vacina, foi proposta a nomeação de vacinadores especiais.<sup>20</sup> Em 1865, a Província toda contava com o auxílio de vinte e sete comissários vacinadores municipais e paroquiais, como demonstra o Quadro I.<sup>21</sup>

Frequentemente, havia a falta do pus vacínico, que era enviado do Instituto Vacínico da corte. No relatório presidencial de 1857, apresentado pelo Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes, consta que:

*Na impossibilidade de imputar o mau estado deste ramo de serviço á desmazelo do vacinador provincial, de cuja inesgotavel actividade e incançavel zelo sou eu o primeiro a dar consciencioso testemunho, devo crer na informação, que me dá, de que nem resposta recebe aos multiplicados pedidos de fluido vaccínico, que tem dirigido ao respectivo instituto.*<sup>22</sup>

Mesmo quando a Província se via ameaçada pelo flagelo da varíola, nem sempre os pedidos de remessa de algumas lâminas de pus vacínico eram atendidos, havendo sempre entre o pedido e a entrega do pus uma grande de-

<sup>20</sup>MURICI, 1861, v.2, p.1-4.

<sup>21</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 20 jan.1865, Comissariado Provincial de Vaccina do Paraná. In: OFFÍCIOS, 1865. v.2, p.16.

<sup>22</sup>PARANÁ. Governo. 1857 (Carvalhaes). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Província do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba, Typ.Lopes, 1857. p.43-4.

Quadro I

Municípios	Commissarios	Localidades	Formação	Observações
Capital	D. José Candido da S. M. M.	Capital	24 de Abril de 1864	Commissario provincial
	Candido Carneiro Lobo	Recal. Lobo	11 de Novembro de 1861	
	Domna Lina S. L. S.	Conquero	23 de Novembro de 1861	
	Franc. P. de A. M. G. G.	Corpo P. G.	21 de Novembro de 1864	
	Domna Lina S. L. S.	Corpo P. G.	10 de Outubro de 1864	
	Domna Lina S. L. S.	Corpo P. G.	11 de Novembro de 1861	
S. J. de S. J.	Domna Lina S. L. S.	Corpo P. G.	21 de Novembro de 1864	
	Domna Lina S. L. S.	Corpo P. G.	21 de Novembro de 1864	
Morrotes	D. Pedro Botelho da Silva	Morrotes	21 de Novembro de 1864	
	João Eli Marques	Corte de Coroa	5 de Novembro de 1861	
Antonia	D. Manoel José de Souza	Antonia	20 de Agosto de 1865	
Cunha	Antonio José de S. L.	Cunha	24 de Abril de 1864	
	João P. de S.	Cun. S. L.	22 de Novembro de 1861	
Santa Rosa	D. Adalberto P. P. Baptista	Santa Rosa	21 de Novembro de 1864	
	Luiz das P. Baptista	Bonchas	24 de Agosto de 1862	
	Guilherme P. Baptista	Santa Rosa	11 de Novembro de 1861	
	Pedro Zaccarini	Castro	21 de Novembro de 1864	
Castro	P. de S.	Castro	21 de Novembro de 1864	
	Luiz das P. Baptista	Castro	21 de Novembro de 1864	
	João P. de S.	Castro	21 de Novembro de 1864	
	F. L. Baptista	Castro	21 de Novembro de 1864	
	João P. de S.	Castro	21 de Novembro de 1864	
	João P. de S.	Castro	21 de Novembro de 1864	
Guarapuava	Guarapuava	Guarapuava	21 de Novembro de 1864	
	Pedro P. de S.	Guarapuava	21 de Novembro de 1864	

Commissario Provincial de Vacina de Paraná, 20 de Janeiro de 1865.

Dr. José Candido da S. M. M.

Commissario Provincial

mora.<sup>23</sup>

Em aviso recebido pelo Comissário Vacinador, foi solicitado através do Ministério do Império e da Academia Imperial de Medicina que se procedesse às *necessárias diligências para se obter a vaccina originaria da vacca (cow-pox)*, dando conta a esta presidência do resultado que colher.<sup>24</sup> Por vezes se fazia notória a falta do pus vacínico, até mesmo no Instituto Vacínico da corte, o qual passava a solicitar a matéria prima nas Províncias, principalmente nas regiões de criação, como em São Pedro do Rio Grande do Sul.

Ao vacinador provincial era enviada pelo Instituto Vacínico, uma caixinha contendo pares de lâminas e tubos capilares com a vacina, às vezes de procedência inglesa,<sup>25</sup> e ocasionalmente acompanhavam tubos capilares vazios para serem usados na extração e conservação do pus vacínico empregado.<sup>26</sup> Estas lâminas e tubos deveriam ser distribuídos pelas Câmaras dos diferentes pontos da Província.

Também havia um intercâmbio de lâminas de pus vacínico entre as diferentes Províncias, como foi o

<sup>23</sup>GOVERNO da Província. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 3 out. 1855. n.27, p.1.

<sup>24</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 11 jan.1871. n.1165, p.3.

<sup>25</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 15 fev.1882. n.12, p.1.

<sup>26</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 29 nov.1873. n.1458, p.1.

caso do envio de duas lâminas a Paranaguá pelo comissário vacinador da Província de Santa Catarina.<sup>27</sup> Por iniciativa de particulares, que mandavam buscar a vacina no Rio de Janeiro, comercializava-se o produto,<sup>28</sup> principalmente em épocas epidêmicas.

Durante todo período provincial, tornaram-se comuns as reclamações prestadas pelo comissário vacinador quanto à ineficiência e estagnação do pus vacínico. Deteriorização esta atribuída à influência das condições atmosféricas, como também à umidade e ao calor.<sup>29</sup>

A falta de uma instituição regularmente montada para o serviço da vacina dava margem a que particulares aplicassem e utilizassem o agente imunizador inadequadamente:<sup>30</sup> *A inoculação praticada por curiosos, sem que se renove o pus vaccínico, cuja necessidade é actualmente incontestavel, ha de originar muitos males e fornecer provas á ignorancia contra a vaccinação.*<sup>31</sup>

Pelo regulamento de 10 de fevereiro de 1863, a

<sup>27</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 2 fev.1859. n.87, p.1.

<sup>28</sup>COSTA, R.J. Correspondência, 9 out.1863, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1864. v.1, p.86.

<sup>29</sup>PARANÁ. Governo. 1864 (Silva). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Província do Paraná pelo 1º vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª sessão da 6ª legislatura em 21 de fevereiro de 1864. Curityba, Typ.Lopes, 1864. p.17.

<sup>30</sup>MURICI, 1864, v.1, p.254-63.

<sup>31</sup>PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira), p.20.

vacinação deveria ser realizada aos domingos, às 11 horas ou logo após a missa conventual. Oito dias depois, as pessoas vacinadas deveriam voltar para a extração do fluido vacínico, que seria aplicado em outras pessoas de braço a braço, ou seria guardado em lâminas ou tubos de vidro adequados. Embora por lei prescrevessem o domingo como dia de vacinação, nem sempre era este o dia escolhido pelo vacinador, que anunciava oficialmente no jornal o Dezenove de Dezembro, o dia, hora e local de atendimento ao público.

*ANNUNCIO - O Dr. vaccinador provincial faz saber aos paes e mais chefes de familia que continúa a vaccinar todas as quintas-feiras, das 10 horas da manhã até o meio-dia, na casa n.55 da rua das Flores; e que sendo os mesmos obrigados a mandarem-lhe os vaccinados para o fim de que tratam as respectivas posturas municipaes, terá de fazer effectiva a observancia dellas contra os transgressores, em obediencia ás leis; prevenindo, outrossim, que terá de as fazer observar contra os que se servem do fluido para novas inoculações, que devem ser feitas pelo mesmo vaccinador pelas razões da lei.  
Curityba, 19 de Maio de 1860.<sup>32</sup>*

Quanto aos locais de vacinação variaram conforme o período. A princípio a vacinação era realizada no edifício da Câmara Municipal. Em 1857, passou a ser realizada na secretaria da enfermaria militar do corpo fixo.<sup>33</sup> Em 1860, na própria residência do vacinador na

<sup>32</sup>ANNUNCIOS. Dezenove de Dezembro, Curityba, 19 maio 1860. n.222, p.4.

<sup>33</sup>ANNUNCIOS. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 jul. 1857. n.25, p.4.

rua das Flores. Em 1872, na secretaria do Hospital de Misericórdia.<sup>34</sup>

A vacinação era orientada pelo vacinador provincial, mas nem sempre os processos recomendados eram seguidos pelos comissários vacinadores. Reclamações havia de vacinação com cisões que favoreciam a saída de grande quantidade de sangue, com o qual certamente perder-se-ia o pus vacínico. Neste caso, não poderia haver vacina de boa qualidade.<sup>35</sup>

Em relatório médico apresentado à presidência, Dr. Alexandre Bousquet, de Paranaguá, refere-se à então recente discussão na Academia Imperial de Medicina na França, sobre a infecção sífilítica através da vacinação. Dizia ele ter feito minuciosas observações, garantindo não ter achado nenhum caso semelhante na Província. Partilhava, porém, da opinião emitida em Paris pelo Dr. Adde Margras, sobre o cuidado de vacinar unicamente com o fluido da pústula, evitando escrupulosamente a mistura do sangue do indivíduo com o vírus vacínico, para não haver nenhum perigo de infecção sífilítica, pois o sangue infectado pode inocular toda espécie de moléstia. Essa opinião do Dr. Margras não era nova, já havia sido professada, em 1859, por vá-

<sup>34</sup>VACCINA. Dezenove de Dezembro, Curityba, 22 maio 1872. n.1303, p.4.

<sup>35</sup>CABUSSU, O.C. Correspondência, 23 abr.1863, Curityba. In: OFFÍCIOS, 1863. v.9, p.93.



rios estudiosos, tanto na França, como na Itália e Alemanha.<sup>36</sup>

O desinteresse pela vacinação por parte da população sempre foi uma constante. Muitos indivíduos que se inoculavam não voltavam no oitavo dia para mostrar o efeito produzido e constatar se a vacina era de boa qualidade.<sup>37</sup> Ao mesmo tempo, tornou-se notório que os estrangeiros, aqui residentes, concorriam com maior solicitude ao serviço vacínico.<sup>38</sup>

Nas posturas apresentadas pelas Câmaras Municipais das diversas localidades da Província, sempre se fazia constar um item referente à obrigatoriedade da vacina. Como o da Lei nº 79, de 11 de julho de 1861 para a capital.

#### TITULO XIV

##### *Vaccina*

*Art.111 Não mandar effectivamente vaccinar as crianças até a idade de seis annos: pena de 4 á 8\$000.*

*Art.112 Não mandar no prazo de oito dias, ao logar da vaccina, as crianças que tiverem sido vaccinadas para se fazer a extracção do puz: pena de 4 á 8\$000.*

*Art.113 Serem os vaccinadores descuidados e negligentes na propagação da vaccina: pena de*

<sup>36</sup>BOUSQUET, A. Relatório médico: Paranaguá, 16 de março até 31 de dezembro de 1863, 2 jan.1864, Paranaguá. In: OFFICIOS, 1864, v.1, p.66.

<sup>37</sup>PARANÁ. Governo. 1866 (Leão), p.11.

<sup>38</sup>PARANÁ. Governo. 1876 (Lins). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da Província o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba, Typ.Lopes, 1876. p.9.

10 a 20\$000.<sup>39</sup>

Mas nem sempre essas posturas eram cumpridas, e os vacinadores provinciais passaram a solicitar da presidência um *regulamento provincial do serviço vacínico*, que realmente fosse posto em prática visando melhores resultados.<sup>40</sup> Embora existisse um Regulamento Vacínico de 10 de fevereiro de 1863,<sup>41</sup> este mostrava-se falho por não instruir os vacinadores sobre suas obrigações, não difundir noções ou idéias sobre a importância da instituição vacínica, não rezar sobre os deveres dos habitantes, nem sobre as atribuições dos funcionários vacínicos.<sup>42</sup>

Só em 1874 é que se tem notícia do envio ao comissário vacinador provincial de trinta exemplares das instruções para pessoas não profissionais conhecerem e propagarem a vacina, assim como extraírem e conservarem a linfa vacínica.<sup>43</sup>

Os comissários vacinadores deveriam enviar ao vacinador provincial um *mapa* referente à vacinação em seu distrito, onde deveriam especificar: o período, a

<sup>39</sup>PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curitiba, Typ.do Correio Oficial, 1861. v.8, p.75.

<sup>40</sup>PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira), p.22.

<sup>41</sup>REGULAMENTO, p.37-9. Ver anexo.

<sup>42</sup>PARANÁ. Governo. 1864 (Silva), p.15-6.

<sup>43</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 4 jul.1874. n.1518, p.1.

localidade, o sexo, a condição social e os resultados obtidos quanto a vacina; data e assinatura.<sup>44</sup> Em relatório presidencial de 1856, queixa-se o Dr. Murici que os inspetores de quarteirões e vacinadores de distritos deixavam de lhe enviar tais mapas, ficando a administração do serviço vacínico impossibilitada de avaliar os resultados obtidos.<sup>45</sup>

Os poucos mapas que eram enviados ao Vacinador Provincial, por vezes, acusavam falhas; nem sempre os vacinadores seguiam o modelo oficial dos mapas de vacinação (Quadro II).<sup>46</sup> Acontecia não só a omissão de dados específicos como sexo, condição social e qualidade da vacina, como também informação apenas sobre o total da vacinação na Província e menção das respectivas localidades. Diante de tais problemas, pôde ser possível a elaboração do Gráfico I, o qual trata do total de vacinas e revacinas na Província, cujos dados constam nos relatórios Presidenciais para cada ano respectivamente.

A população recorria à vacina com maior afluxo em épocas de crise epidêmica, o que pode ser observado durante o ano de 1863, com a presença do flagelo va-

<sup>44</sup>REGULAMENTO, p.37-9. Ver anexo.

<sup>45</sup>PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira), p.20.

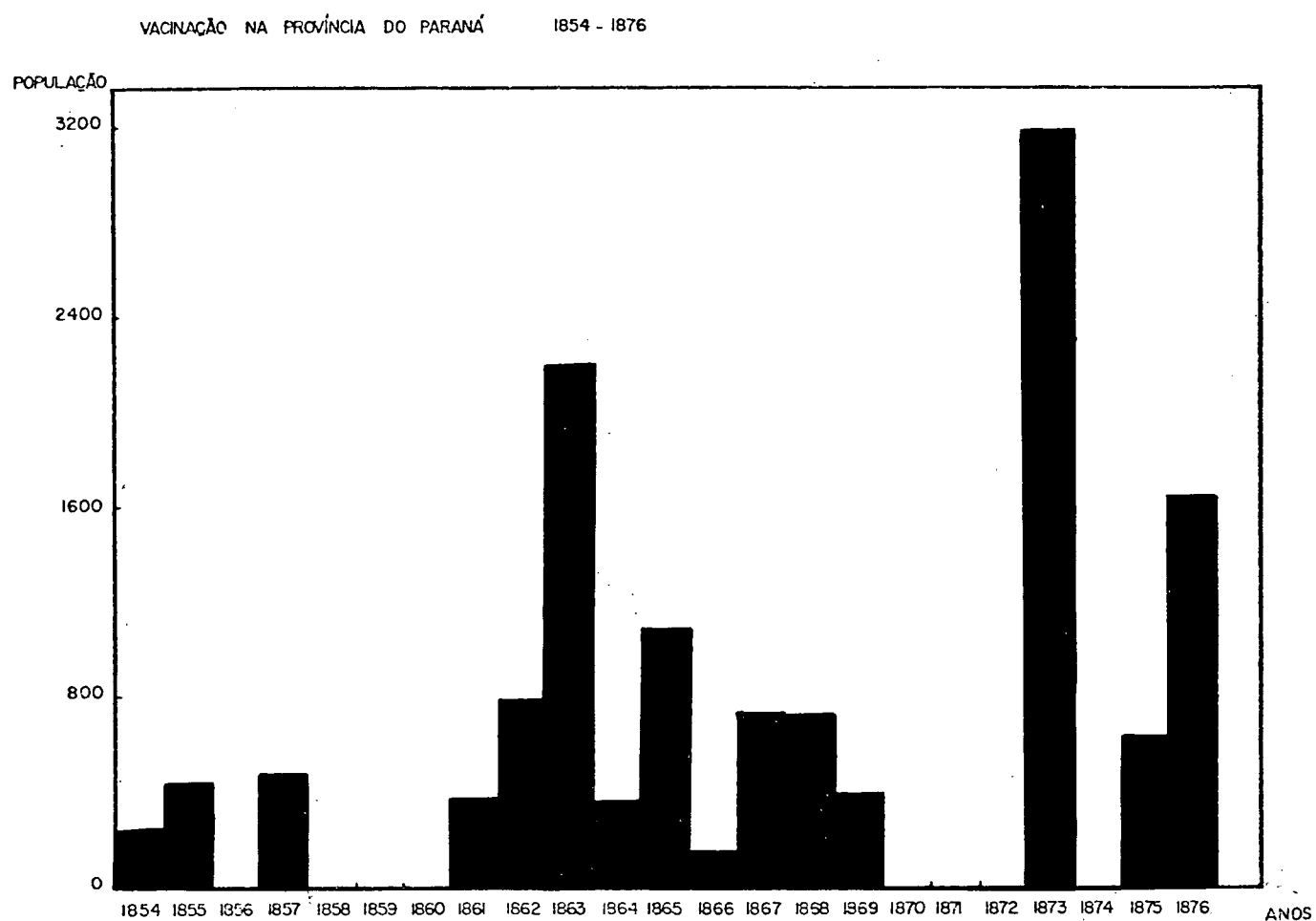
<sup>46</sup>REGULAMENTO da vaccina: artigos do Decreto n.464 de 17 de agosto de 1846 á que se refere o presente regulamento. Dezenove de Dezembro, Curityba, 25 fev.1863. n.358, p.2. Ver quadro.

## Quadro II

Mappa da vacinação praticada no municipio (ou parochia) de ... durante os mezes de ... do anno de ...									
FREGUEZIA	Sexos		Condi- ção		Resultado da vacinação			TOTAL.	OBSERVAÇÕES.
	Masculino	Feminino	Livre	Escravo	Tiveram vaccina regular	Sem resultado	Não foram observados		
De	140	148	271	25	231	8	7	296	
SOMMA	140	148	271	25	281	8	7	296	
Commissariado municipal (ou parochial) da vaccina em ... de ... de 1863.									
O vaccinador municipal (ou parochial)									
F.									

Fonte: GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Cu-  
rityba, 25 fev.1863. n.358, p.2.

Gráfico I



Fonte: Relatórios de Presidentes de Província.

riólico no litoral; em 1873 e 1876, com a ocorrência de varíola na capital. Normalmente após a superação da crise, a procura da vacina decresce, baixando o índice de frequência, como foi observado em 1864 e 1874.

O aumento da vacinação nos anos de 1867-8 em relação ao ano anterior, se deve à notícia da existência de epidemia de varíola na Província de Mato Grosso.<sup>47</sup> Em 1867, a maior parte dos vacinados eram recrutas designados aos serviços do exército.

As lacunas apresentadas no Gráfico I se devem não só a falta de documentação, como também à falta do fluido vacínico. Por exemplo, após a vacinação de 1857, houve a falta do preservativo, falha que não pôde ser sanada porque o que foi enviado da corte encontrava-se estagnado.<sup>48</sup>

Por determinação governamental, devido à duração temporária da ação preservativa da vacina, adotou-se a medida de revacinação de 10 em 10 anos, para assegurar e poupar a população dos estragos das epidemias.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> PARANÁ. Governo. 1868 (Araujo). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 8<sup>a</sup> legislatura pelo presidente bacharel José Feliciano Horta de Araujo no dia 15 de fevereiro de 1868. Curityba, Typ.Lopes, 1868. p.13.

<sup>48</sup> PARANÁ. Governo. 1858 (Mattos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ.Lopes, 1858. p.15.

<sup>49</sup> PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira), p.20.

A falta de propagação da vacina, segundo consta em relatório presidencial, se devia ao desleixo dos pais, tutores e educadores, além da própria indiferença de alguns. Portanto, às vezes surgia o mal, que poderia ser evitado. Cabia às municipalidades, com o auxílio da autoridade policial, a comunicação de penas ao cumprimento da postura para coagir a população e reprimir tais faltas.<sup>50</sup> Supunha o governo que o melhor meio para obtenção de resultados neste serviço era a coação, porém alguns acreditavam ser a educação também um bom meio. E, para isso, deveria haver severidade quanto às penas determinadas nas posturas municipais.<sup>51</sup> Só com a colaboração prestada pela Polícia obtinha-se algum resultado.<sup>52</sup>

A maior parte da população desconhecia os benefícios do preservativo variólico, o qual era oferecido gratuitamente.<sup>53</sup>

*A ignorancia do povo é em conclusão a causa*

<sup>50</sup>PARANÁ. Governo. 1861 (Cardoso). Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José Francisco Cardoso apresentou ao Exm. Snr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curitiba, Typ.do Correio Official, 1861. p.9.

<sup>51</sup>PARANÁ. Governo. 1862 (Nogueira). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba, Typ.do Correio Official, 1862. p.42.

<sup>52</sup>PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira), p.22.

<sup>53</sup>PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches), p.11.

*efficiente do estado pouco lisongeiro em que se acha a vaccinação na provincia. Só, pois com a diffusão das luzes irá o povo compenetrando-se da necessidade do emprego deste meio prophylatico.*<sup>54</sup>

Contribuía também para a imperfeição do serviço vacínico, segundo o Dr. Murici, a descrença da maioria dos habitantes na proficuidade do preservativo.

A população, por vezes atribuía à providência divina a preservação da agressão do flagelo da bexiga. Fato este que se deu em 1859, quando grassava o mal na Província de São Paulo.<sup>55</sup> A credence popular chegava a tanto que o vacinador provincial, em ofício datado de 8 de fevereiro de 1859, queixava-se que um indivíduo residente em Morretes, e tido como curandeiro, espalhara boatos desfavoráveis à propagação da vacina, fazendo assim a população repugnar o preservativo.<sup>56</sup> Alegava o curandeiro que a vacina fazia a moléstia ter maior incremento.<sup>57</sup>

Só durante os períodos epidêmicos é que a popu-

<sup>54</sup>PARANÁ. Governo. 1862 (Nogueira), p.42.

<sup>55</sup>PARANÁ. Governo. 1859 (Leal). Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao presidente o Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor José Francisco Cardoso pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia. Curityba, Typ.Lopes, 1859. p.9.

<sup>56</sup>GOVERNO Provincial. Dezenove de Dezembro, Curityba, 23 maio 1857. n.9, p.2.

<sup>57</sup>MURICI, J.C.S. Correspondência, 8 fev.1857, Morretes. In: OFFICIOS, 1857. v.2, p.128.



lação procurava a vacina, e reclamava da falta de providências anteriores. Mas quando passava a crise, deixava de procurá-la.<sup>58</sup> Portanto, a ignorância de uns aliada ao estado de dúvida quanto aos profissionais por parte de outros, eram as duas razões mais frequentes para o insucesso das vacinações.<sup>59</sup>

O problema da *vacinação* atingiu tal importância perante as autoridades científicas, médicas e naturalistas da época, que em 1873, no IIIº Congresso Médico, realizado em Viena, de 2 a 10 de setembro, constituiu-se como uma das questões a serem debatidas.<sup>60</sup>

<sup>58</sup>PARANÁ. Governo. 1877 (Lins). Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ.Lopes, 1877. p.26-7.

<sup>59</sup>MURICI, 1864, v.1, p.256.

<sup>60</sup>CONGRESSO medico. Dezenove de Dezembro, Curityba, 28 jun.1873. m.1415, p.3.

## 6. CONCLUSÃO

O quadro apresentado das condições de salubridade do Paraná na segunda metade do século XIX, bem como das incidências de varíola, permite que se estabeleça as conclusões seguintes:

A situação geográfica do Paraná compreende regiões distintas, onde o litoral e os planaltos apresentam características próprias, variando igualmente as condições de vida nessas áreas. Apesar de tais diferenças, a salubridade do Paraná, em seu conjunto, foi sempre apresentada como uma das suas peculiaridades mais importantes. Em estudos apresentados à *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris*, o professor Jayme Antonio Cardoso, quanto às condições naturais de salubridade do Paraná provincial, chegou as seguintes conclusões:

*Se as condições precárias da higiene publica são acentuadas, condições decorrentes . não apenas do nível de desenvolvimento da região, mas também do próprio nível de seu conhecimento e de sua prática nesta época, nota-se que os relatórios, tanto de nacionais como de*

*estrangeiros, convergem para assinalar uma notável salubridade do clima do Paraná em geral e das regiões do planalto em particular. E uma condição supria a outra.<sup>1</sup>*

Essa condição favorável da salubridade do clima paranaense foi uma das causas que favoreceu a imigração européia para a Província em grandes leva. Os contingentes de imigrantes estabeleciam-se em colônias ao redor dos centros maiores, já existentes, desenvolvendo uma agricultura de subsistência, fator esse que contribuiu para eliminar problemas de carência de gêneros alimentares.

A presença do imigrante no quadro demográfico provincial provocou um rápido aumento populacional. Isto fez com que o governo providenciasse soluções mais rápidas às necessidades de ordem higiênica e sanitária.

O saneamento básico das cidades era precário, pois não havia um tratamento adequado para a água utilizada, nem mantinham-se preceitos higiênicos para o esgoto e escoamento de águas servidas. Os pântanos e charcos conviviam com as cidades, considerados pelos médicos provinciais uma das causas das doenças endêmicas nas populações que habitavam em suas cercanias. Só nas últimas décadas do século XIX é que o governo pro-

<sup>1</sup>CARDOSO, J.A. Essai d'utilisation des listes electorales dans l'étude de la population du Paraná, (Brésil) vers 1870. Paris, 1977. p.341.

vincial realmente empenhou-se no investimento de melhoramentos sanitários nas cidades. Mas a falta de verbas e o desequilíbrio da balança orçamentária provincial não permitiam que se despendesse o que seria necessário na realidade para que fossem equacionados os problemas.

Por outro lado, a quase inexistência, durante longo tempo, de facultativos médicos especializados e de medicamentos na Província, levou a população a recorrer a práticas caseiras e ao curandeirismo para o tratamento de suas doenças, costume este, aliás, arraigado há muito tempo em nossas populações. Neste particular, as populações do interior eram mais carentes, não podendo contar nem com os recursos mais precários.

Poucos eram os hospitais, enfermarias e instituições assistenciais na Província do Paraná. Coube às Santas Casas de Misericórdia o melhor cumprimento de seu papel de assistência como instituição filantrópica, atendendo principalmente as classes pobres e aos recém-chegados.

Subvencionadas em grande parte pelo governo provincial e mesmo imperial, com o aumento do contingente populacional das cidades, essas instituições viram aumentar o número de pessoas pobres, dependentes de seus benefícios. Devido a isto, tiveram de ampliar seus estabelecimentos, porque o espaço físico tornara-se ina-

dequado às suas funções. O mesmo ocorreu com os cemitérios, cujos espaços foram rapidamente absorvidos.

Durante períodos de surtos epidêmicos de varíola, na Província, o litoral, em consequência de sua posição geográfica, ficava mais exposto aos contágios devido aos portos e aos índices de temperaturas elevadas. Já os planaltos gozavam de uma condição privilegiada, protegidos pela distância, pela serra do Mar e pela salubridade do clima, principalmente os Campos Gerais, onde a população permanecia dispersa em pequenos grupos, deixando vazios demográficos.

A mortalidade, mesmo durante os surtos epidêmicos, não era muito alta, não se registrando, no decorrer do período provincial crises demográficas atribuídas especificamente à epidemia de varíola. O que leva o pesquisador a questionar a possibilidade de não se tratar de varíola em sua forma clássica, e sim, de alguma doença que se assemelhe a ela, como por exemplo o *alastrim* que até então não era conhecido como entidade mórbida. A maior incidência de varíola deu-se em Paranaguá, nos anos de 1863 a 1864, registrando oficialmente 695 casos com 85 óbitos, para uma população de 7.830 habitantes.

Quando as populações viam-se ameaçadas pelo flagelo da varíola, o governo provincial e as Câmaras Municipais organizavam *comissões* para determinar as me-

didas preventivas e os cuidados a serem tomados no sentido de obstar o contágio. Organizavam-se hospitais provisórios, cordões de isolamento, bem como providenciavam-se medicamentos e medidas sanitárias que deveriam ser tomadas pela população para manter a salubridade pública. Essas medidas eram determinadas pelos atos deliberativos governamentais.

Só a vacinação e a revacinação protegiam a população da varíola, imunizando-a, pois não existia medicamento específico. Porém somente quando aterrorizada ante um surto epidêmico já instalado, é que a população recorria ao serviço de vacinação. Tal serviço contava com fatores adversos para agravar a insuficiência de sua atuação. Primeiro, devido ao descrédito dos efeitos curativos da vacina por parte da população que recorria a práticas caseiras, a curandeiros e a orações. Segundo, à falta de pessoal esclarecido para executar o serviço da vacina. Isto, além de haver outros problemas como a facilidade de deteriorização da linfa vacínica e as dificuldades apresentadas pelas distâncias entre as diversas povoações.

A imigração européia contribuiu para o aumento dos surtos epidêmicos, devido às más condições de higiene e saúde no decorrer da viagem, da mudança do hábito alimentar e da precariedade de acomodações ao instalar-se na Província.

Os que mais sofriam a ação do flagelo eram as crianças e as populações pobres, sempre carentes de recursos e em condições físicas deficitárias. Pelos dados de que se dispôs, fica evidenciado que a varíola, ainda que estivesse sempre presente, não chegou a provocar desequilíbrios demográficos pela sua ação.

Ainda sem medir a incidência de outras epidemias (febre amarela, por exemplo) e sobretudo das endemias em geral (que serão objeto de estudo futuro), tais impressões não parecem, a princípio, modificáveis. O desgaste contínuo das doenças endêmicas parecia ser mais grave; e quando havia, sobre este quadro, a incidência de alguma epidemia, esta ganhava em proporções pelo temor da população.

Não se teve aqui, a nível de mestrado, a pretensão de esgotar um tema, aliás ainda inexplorado. Inumeros aspectos merecem ser tratados e de forma mais ampla; os temas abordados no presente trabalho devem ser retomados sob outras perspectivas. Trata-se de uma contribuição ao estudo das condições sanitárias no Paraná provincial e suas implicações sócio-demográficas. Para tornar esse estudo mais completo e mais abrangente, outras pesquisas merecem a atenção do historiador, como por exemplo, o estudo sobre as causas e incidências das diversas endemias e de outras epidemias, especificando em suas variáveis os índices de mortalida-

de, as regiões atingidas e as consequências demográficas.

Como diz Fernand Braudel, o estudo do passado só tem sentido quando está vivo, presente entre nós. Assim tais estudos pretendem contribuir para a compreensão das condições de saúde e de vida do homem de hoje, como resultado de todo um processo histórico.



## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 7.1. FONTES MANUSCRITAS

LIVROS diversos, 1853-1889. v.9, 11.

OFFÍCIOS: coleção da correspondência recebida pelos presidentes da Província do Paraná, 1853-1889. 719 v.

REQUERIMENTOS: coleção dos requerimentos dirigidos aos presidentes da Província do Paraná, 1853-1889. 163 v.

### 7.2. FONTES IMPRESSAS

ARAUJO, M.M.L. Da vacinação e revaccinação. Rio de Janeiro, Typ.Souza, 1874. 120 p.

CURITIBA. Câmara Municipal. Quarta sessão ordinária. Presidência do Senhor Guimaraens de 7 de junho de 1831. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 42: 25, 1929.

\_\_\_\_\_. Quarta sessão ordinária de 23 de março de 1829. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 42:54, 1929.

\_\_\_\_\_. Sétima sessão ordinária. Presidência do Senhor Guimaraens de 20 de abril de 1831. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 42:13, 1929.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, Typ.Lopes, 1854-1890.

LOUDARES, C.A.C. Da cremação de cadáveres. Rio de Ja-

neiro, Typ.de J.D.Oliveira, 1883. 78 p.

PARANÁ. Chefia de Policia. Relatório apresentado ao Excellentissimo Senhor Doutor Manuel Pinto de Souza Dantas Filho presidente da Provincia do Paraná em 31 de janeiro de 1880 pelo juiz de direito Luiz Barreto Correa de Menezes chefe de policia da mesma Provincia. Curityba, Typ.Lopes, 1880. 64 p.

PARANÁ. Chefia de Polícia. Relatório apresentado ao Exm.Snr.Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes presidente da Provincia do Paraná pelo chefe de policia da mesma Provincia Carlos Augusto de Carvalho em 20 de fevereiro de 1879. Curityba, Typ. Perseverança, 1879. 50 p.

PARANÁ. Governo. 1854 (Vasconcellos). Relatorio do presidente da Provincia do Paraná o conselheiro Zacarias de Gões e Vasconcellos na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ.Lopes, s.d. 100 p.

\_\_\_\_\_. Documentos a que se refere o relatorio do presidente da Provincia do Paraná na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ.Lopes, 1854. 17 p.

PARANÁ. Governo. 1855 (Rezende). Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan pelo vice presidente Theofilo Ribeiro de Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia. Curityba, Typ.Lopes, 1855. 54 p.

PARANÁ. Governo. 1855 (Vasconcellos). Exposição feita ao Exmo. 2º vice-presidente da Provincia do Paraná Dr. Theofilo Ribeiro de Rezende pelo presidente o conselheiro Doutor Zacarias de Gões e Vasconcellos por ocasião de passar a administração da mesma Provincia no dia 1º de maio de 1855. Curityba, Typ.Lopes, 1855. 22 p.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente da Provincia do Paraná o conselheiro Zacarias de Gões e Vasconcellos na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855. Curityba, Typ.Lopes, 1855. 193 p.

PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ.Lopes, 1856. 193 p.

PARANÁ. Governo. 1856 (Rohan). Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1856. Curityba, Typ.Lopes, 1856. não paginado.

PARANÁ. Governo. 1858 (Mattos). Relatorio do presidente da Província do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ.Lopes, 1858. 75 p.

PARANÁ. Governo. 1859 (Leal). Relatorio do Estado da Província do Paraná apresentado ao presidente o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor José Francisco Cardoso pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Província. Curityba, Typ.Lopes, 1859. 20 p.

PARANÁ. Governo. 1859 (Mattos). Relatorio do Estado da Província do Paraná apresentado ao vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal pelo presidente Francisco Liberato de Mattos por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Província. Curityba, Typ.Lopes, 1859. 7 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio do presidente da Província do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859. Curityba, Typ.Lopes, 1859. 42 p.

PARANÁ. Governo. 1860 (Cardoso). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1º de março de 1860. Curityba, Typ.Lopes, 1860. 124 p.

PARANÁ. Governo. 1860 (Fonseca). Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excellentissimo ex-presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Curityba, Typ.Lopes, 1860. 32 p.

PARANÁ. Governo. 1861 (Cardoso). Relatorio com que o Exm.Sr.Dr.José Francisco Cardoso apresentado ao Exm. Snr.Dr.Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Coritiba, Typ.do Correio Official, 1861. 65 p.

PARANÁ. Governo. 1861 (Nogueira). Falla com que o

Exm.Sr.Dr.Antonio Barbosa Gomes Nogueira installou a segunda sessão da quarta legislatura da Assemblêa Provincial da Provincia do Paraná. Coritiba, Typ. do Correio Official, 1861. 10 p.

PARANÁ. Governo. 1862 (Nogueira). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Exmo.Sr.Dr.Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Coritiba, Typ.do Correio Official, 1862. 99 p.

PARANÁ. Governo. 1863 (Nogueira). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2<sup>a</sup> sessão da 5<sup>a</sup> legislatura em 15 de fevereiro de 1863. Curityba, Typ.Lopes, 1863. 112 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao 2º vice-presidente coronel Manoel Antonio Ferreira pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia. Curityba, Typ.Lopes, 1863. 10 p.

PARANÁ. Governo. 1864 (Carmo). Relatorio com que o Exm.Sr.Dr.José Joaquim do Carmo passou a administração desta Provincia ao Exmo.Sr.Dr.André Augusto de Padua Fleury no dia 18 de novembro de 1864. Curityba, Typ.Lopes, 1864. 24 p.

PARANÁ. Governo. 1864 (Silva). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná pelo 1º vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 6<sup>a</sup> legislatura em 21 de fevereiro de 1864. Curityba, Typ.Lopes, 1864. 51 p.

PARANÁ. Governo. 1865 (Araujo). Relatorio com que o Exm.Sr. vice-presidente da Provincia Dr. Manoel Alves de Araujo passou a administração ao Exm.Sr. presidente Dr. André Augusto de Pádua Fleury no dia 19 de agosto de 1865. Curityba, Typ.Lopes, 1865. 27 p.

PARANÁ. Governo. 1865 (Fleury). Relatorio com que o Exm.Sr. presidente da Provincia Dr. André Augusto de Padua Fleury passou a administração ao Exm.Sr. vice-presidente Dr. Manoel Alves de Araujo no dia 4 de junho de 1865. Curityba, Typ.Lopes, 1865. 15 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio do presidente da Provincia do Paraná o Doutor André Augusto de Padua Fleury na abertura da 2<sup>a</sup> sessão da 7<sup>a</sup> legislatura em 21 de março de 1865. Curityba, Typ.Lopes, 1865. 66 p.

PARANÁ. Governo. 1866 (Fleury). Falla dirigida à Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná na primeira sessão da oitava legislatura a 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Padua Fleury. Curityba, Typ.Lopes, 1866. 62 p.

PARANÁ. Governo. 1866 (Leão). Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao presidente o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque pelo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 5 de novembro de 1866. Curityba, Typ.Lopes, 1867. 21 p.

PARANÁ. Governo. 1867 (Abreu). Relatorio que ao Exm. Sr. presidente da Provincia do Paraná bacharel José Feliciano Horta de Araujo apresentou o bacharel Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Provincia. Curityba, Typ.Lopes, 1867. 15 p.

PARANÁ. Governo. 1867 (Burlamaque). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da Provincia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba, Typ.Lopes, 1867. 74 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio que o Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D.<sup>r</sup> Polidoro Cezar Burlamaque apresentou ao Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D.<sup>r</sup> Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typ.Lopes, 1867. 9 p.

PARANÁ. Governo. 1868 (Araujo). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa da Provincia do Paraná pelo presidente bacharel José Feliciano Horta de Araujo no dia 15 de fevereiro de 1868. Curityba, Typ.Lopes, 1868. 60 p.

PARANÁ. Governo. 1869 (Fonseca). Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excellentissimo ex-presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná, Typ.Lopes, 1869. 32 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio com que o Exm.Sr.presidente da Provincia Dr. Antonio Augusto da Fonseca abriu a 2.<sup>a</sup> sessão da 8.<sup>a</sup> legislatura da Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 6 de abril de 1869. Curityba, Typ.Lopes, 1869. 34 p.

PARANÁ. Governo. 1870 (Carvalho). Relatorio apresenta-

do.ã Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 9<sup>a</sup> legislatura pelo presidente o Illustriissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho no dia 15 de fevereiro de 1870. Curityba, Typ.Lopes, 1870. 108 p.

PARANÁ. Governo. 1870 (Leão). Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Ex.<sup>mo</sup> S. vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typ.Lopes. 1871. 38 p.

PARANÁ. Governo. 1871 (Lisboa). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná na abertura da 2<sup>a</sup> sessão da 9<sup>a</sup> legislatura pelo Exm.Sr. presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa no dia 15 de fevereiro de 1871. Curityba, Typ.Lopes, 1871. 6 p.

PARANÁ. Governo. 1872 (Lisboa). Relatório com que o Exm.Sr. presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 10<sup>a</sup> legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872. Curityba, Typ.Lopes, 1872. 84 p.

PARANÁ. Governo. 1873 (Guimarães). Relatorio com que o Exm.Sr. vice-presidente da Provincia coronel Manoel Antonio Guimarães abriu a 2<sup>a</sup> sessão da 10<sup>a</sup> legislatura da Assemblêa Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873. Curityba, Typ.Lopes, 1873. 9 p.

\_\_\_\_\_. Relatório que o Exm.Sr. commendador Manoel Antonio Guimarães apresentou ao Exm.Sr.Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná no dia 13 de junho de 1873. Curityba, Typ.Lopes, 1873. 28 p.

PARANÁ. Governo. 1873 (Lisboa). Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor vice-presidente Manoel Antonio Guimarães pelo Excellentissimo Senhor Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná. Curityba, Typ.Lopes, 1873. 5 p.

PARANÁ. Governo. 1874 (Abranches). Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 11<sup>a</sup> legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874. Curityba, Typ.Lopes, 1874. 56 p.

PARANÁ. Governo. 1875 (Abranches). Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Frederico José Cardoso

de Araujo Abranches abriu a 2<sup>a</sup> sessão da 11<sup>a</sup> legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1875. Curityba, Typ.Lopes, 1875. 45 p.

PARANÁ. Governo. 1875 (Abranches). Relatorio com que Sua Excellencia o Senhor presidente da Provincia Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches passou a administração ao Exm.Sr. 1º vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão a 2 de maio de 1875. Curityba, Typ.Lopes, 1875. 7 p.

PARANÁ. Governo. 1876 (Lins). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ.Lopes, 1876. 148 p.

PARANÁ. Governo. 1877 (Lins). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ.Lopes, 1877. 142 p.

\_\_\_\_\_. Relatório com que o Excellentissimo Senhor presidente da Provincia Doutor Adolpho Lamenha Lins passou a administração ao Exm.Sr. 2º vice-presidente dignatário Manoel Antonio Guimarães no dia 16 de julho de 1877. Curityba, Typ.Lopes, 1877. 16 p.

PARANÁ. Governo. 1877 (Nacar). Relatorio apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Bento de Oliveira Junior pelo 2º vice-presidente barão do Nacar por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná no dia 17 de agosto último. Curityba, Typ.Lopes, 1877. 4 p.

PARANÁ. Governo. 1878 (Menezes). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná pelo presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes no dia 9 de abril de 1878. Curityba, Typ.Lopes, 1878. 8 p.

PARANÁ. Governo. 1878 (Oliveira Junior). Relatorio com que o Excellentissimo Senhor presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Provincia ao 1º vice-presidente o Excellentissimo Senhor conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de fevereiro de 1878. Curityba, Typ.Lopes, 1878. 79 p.

PARANÁ. Governo. 1878 (Sá). Relatorio apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Rodrigo

Octavio de Oliveira Menezes presidente da Provincia do Paraná pelo 1º vice-presidente o Excellentissimo Senhor conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Curityba, Typ.Lopes, 1878. 4 p.

PARANÁ. Governo. 1879 (Dantas Filho). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 4 de junho de 1879 pelo Exmº presidente da Provincia o bacharel Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba, Typ.Perseverança, 1879. 31 p.

PARANÁ. Governo. 1879 (Menezes). Relatorio com que o Exm.Snr.Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da Provincia ao primeiro vice-presidente Exmº Snr. conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no dia 31 de março de 1879. Curityba, Typ.Perseverança, 1879. 99 p.

PARANÁ. Governo. 1879 (Sá). Relatorio apresentado ao Illm.e Exm.Sr.Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho pelo 1º vice-presidente Exm.Snr. conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, por ocasião de passarlhe a administração da Provincia do Paraná no dia 23 de abril de 1879. /Curityba, 1879/. 2 p.

PARANÁ. Governo. 1880 (Dantas Filho). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo presidente da Provincia o Exmo.Snr.Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba, Typ.Perseverança, 1880. 82 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou ao Exm.Snr.Dr. João José Pedrosa a administração da Provincia em 4 de agosto de 1880. Curityba, Typ.Perseverança, 1880. 20 p.

PARANÁ. Governo. 1881 (Pedrosa). Exposição com que o Dr. João José Pedrosa passou a administração da Provincia do Paraná ao presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel no dia 3 de maio de 1881. Curityba, Typ. Perseverança, 1881. 20 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná por ocasião da installação da 2ª sessão da 14ª legislatura no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo presidente da Provincia o Exm.Snr.Dr. João José Pedrosa. Curityba, Typ.Perseverança, 1881. 129 p.

PARANÁ. Governo. 1882 (Carvalho). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná por ocasião da installação da 1ª sessão da 15ª legislatura no dia 1º de outubro de 1882 pelo presidente da Provin-



cia o Exm.Sr.Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Curityba, Typ.Perseverança, 1882. 125 p.

PARANÁ. Governo. 1882 (Pimentel). Relatorio com que o Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da Provincia ao 1º vice-presidente conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no dia 26 de janeiro de 1882. Curityba, Typ.Perseverança, 1881. 30 p.

PARANÁ. Governo. 1882 (Sá). Offício, 6 de março de 1882, Palácio da Presidencia da Provincia do Paraná, destinado ao presidente da Provincia, Dr. Carlos Augusto de Carvalho. 1 p.

PARANÁ. Governo. 1883 (Araujo). Falla dirigida á Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente, commendador Antonio Alves de Araujo por occasião da abertura da sessão extraordinária a 8 de julho de 1883. Curityba, Typ. Perseverança, 1883. 7 p.

Officio com que o 1º vice-presidente Exm.Sr. commendador Antonio Alves de Araujo passou a administração da Provincia ao Exm.Sr.Dr.Luiz Alves Leite de Oliveira Bello no dia 17 de agosto de 1883. Curityba, 1883. 1 p.

PARANÁ. Governo. 1883 (Bello). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa do Paraná por occasião da installação da 2ª sessão da 15ª legislatura no dia 1º de outubro de 1883 pelo presidente da Provincia o Exmo.Snr.Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello. Curityba, Typ.Perseverança, 1883. 55 p.

PARANÁ. Governo. 1883 (Carvalho). Relatorio que ao Exm. Sr. commendador Antonio Alves de Araujo 1º vice-presidente da Provincia do Paraná apresentou o Exm.Snr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração em 26 de maio de 1883. Curityba, Typ.Perseverança, 1884. 145 p.

PARANÁ. Governo. 1884 (Bello). Relatorio que ao Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira ... ao passar-lhe a administração em 22 de agosto de 1884. Curityba, Typ.Perseverança, 1884. 113 p.

PARANÁ. Governo. 1884 (Machado d'Oliveira). Relatorio apresentado á Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm.Sr.Dr. Brazilio Augusto Machado d'Oliveira presidente da Provincia, por occasião da abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura no dia 15 de setembro de 1884. Curityba. Typ.Perseverança, 1884. 44 p.

PARANÁ. Governo. 1885 (Faria Sobrinho). Relatorio que ao Exm.Snr.Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay apresentou o Exm.Snr. 1º vice-presidente Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho ao passar-lhe a administração da Provincia em 29 de setembro de 1885. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1886. 27 p.

PARANÁ. Governo. 1886 (Faria Sobrinho). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 30 de outubro de 1887 (sic) pelo presidente da Provincia o Exm.Snr.Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curityba, Typ.da Gazeta Paranaense, 1886. 108 p.

PARANÁ. Governo. 1886 (Taunay). Exposição com que S. Ex. o Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay passou a administração da Provincia do Paraná ao Exmº Snr.Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho 1º vice-presidente a 3 de maio de 1886. Curityba, Gazeta Paranaense, 1886. 126 p.

PARANÁ. Governo. 1887 (Albuquerque) /Relatorio. Curityba, 1887/. 151 p.

PARANÁ. Governo. 1887 (Faria Sobrinho). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1887 pelo presidente da Provincia o Exm.Snr.Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curityba, Gazeta Paranaense, 1887, 151 p.

PARANÁ. Governo. 1888 (Faria Sobrinho). /Relatorio. Curityba, 1888/. 133 p.

PARANÁ. Governo. 1888 (Ribeiro). Relatorio que ao Exm. Sr. commendador Ildefonso Pereira Correia 2º vice-presidente da Provincia apresentou o Exm.Sr.Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná em 30 de junho de 1888. Curityba, Typ.da Gazeta Paranaense, 1888. 41 p.

PARANÁ. Governo. 1889 (Sã). Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de julho de 1889 pelo presidente da Provincia conselheiro Jesuino Marcondes d'Oliveira e Sã. Curityba, Typ.Dezenove de Dezembro, 1889. 9 p.

PARANÁ. Governo. 1890 (Guimarães). Exposição com que o cidadão Dr. Uladislão Herculano de Freitas passou a administração do Estado do Paraná ao cidadão Américo Lobo Leite Pereira, governador do Estado, a 4 de março de 1890, acompanhado do relatório que ao mesmo Dr. Uladislão Herculano de Freitas passou a adminis-

tração o contra-almirante José Marques Guimarães em 18 de fevereiro de 1890. Curityba, Typ.d'A Republica, 1890. 29 p.

PARANÁ. Inspectoria Geral da Instrução Publica. Relatório apresentado a Sua Excellencia, o Sr. presidente da Provincia do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo inspector geral da Instrução Publica Bento Fernandes de Barros. Curityba, Typ. Lopes, 1871. 29 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio que ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor presidente da Provincia do Paraná Dr. Francisco Liberato de Mattos apresentou o Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Mota inspector geral da Instrução Publica da mesma Provincia. Curityba, Typ.Lopes, 1858. 64 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Curityba, Typ.Lopes, 1859. 40 p.

PARANÁ. Leis, decretos, etc. Leis e regulamentos da Provincia do Paraná. Curityba, Typ.Paranaense, 1854-1889. 41 v.

PARANÁ. Thesouraria Provincial. Oficio nº 88, 2 de junho de 1883, do inspector Joaquim Lourenço de São Ribas, destinado ao commendador Antonio Alves de Araujo. 2 p.

\_\_\_\_\_. Relatorio apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor José Feliciano Horta de Araujo, presidente da Provincia do Paraná pelo Doutor Joaquim Dias da Rocha, inspector da Thesouraria Provincial. Curityba, Typ.Lopes, 1868, 24 p.

PIRAGIBE, A. A primeira página da história da vaccina no Brasil. Rio de Janeiro, 1881. Microfilme.

RAMOS, J.C. Considerações elementares acerca da varíola e o seu diagnóstico precoce. Salvador, Litho-Typ. Almeida, 1903. 32 p.

REIS, J.D. Das principaes endemias e epidemias de Curityba. Rio de Janeiro, Typ. Ribeiro, Macedo, 1898. 237 p.

PARANÁ. Governo. 1857 (Carvalhaes). /Relatorio. Curityba, Typ.Lopes, 1857/. 143 p.

\_\_\_\_\_. /Documentos. Curityba, Typ.Lopes, 1857/. não paginado.

### 7.3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALHANA, A.P. A evolução demográfica de Curitiba no século XIX. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (15):5-19, 1972.
- BOISSIERE, G. et alii. Larousse médical. Paris, Larousse, 1924. 1294 p.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. v.1.
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais. Lisboa, Perseverança, 1972. 206 p.
- CARDOSO, J.A. Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (6):7-47, 1968.
- \_\_\_\_\_. Essai d'utilisation des listes electorales dans l'étude de la population du Paraná, (Brésil) vers 1870. Paris, 1977. 404 p. Thèse. Doctorat de 3e. cycle. École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- CARVALHO, H.V. et alii. Medicina social. São Paulo, EDUSP, 1964. 196 p.
- CHERNOVICZ, P.L.N. Diccionario de medicina popular. Paris, A.Roger & F.Chernovicz, 1890. 2 v.
- DOCUMENTOS interessantes: 1815-22. São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1902. v.36.
- DUBOS, R. El hombre y su ambiente. Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud, 1966. 20 p.
- DUVERGER, M. Méthodes des sciences sociales. Paris, Presses Universitaires de France, 1961. 501 p.
- FERRARA, F.A. et alii. Medicina de la comunidad. 2.ed. Buenos Aires, Ed.Inter-Médica, 1976. 478 p.
- GAZETA Clínica, São Paulo, v. 9. n. 7, jul.1911.
- GOMES, R. A população do Paraná: contribuição para a sua estatística. Curitiba, Typ.Liv.Mundial, s.d.35 p.
- HISTÓRIA do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. 4 v.

- KUBO, E.M. Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850. Curitiba, 1974. 126 p. Tese. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- LEÃO, A.E. Índice alfabético das leis, actos e regulamentos da Província do Paraná, até o anno de 1874. Rio de Janeiro, Typ.Americana. 1875. 62 p.
- \_\_\_\_\_. Índice alfabético paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1934. 215 p.
- LEÃO, E.A. Dicionário histórico e geográfico do Paraná. Curitiba, Graph.Paranaense, 1934. 1926. 5 v.
- MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d. 378 p.
- MOREIRA, J.E. Dicionário bibliográfico do Paraná. Curitiba, Imprensa Oficial do Estado, 1960. 637 p.
- \_\_\_\_\_. História da medicina no Paraná: 1654-1822. Curitiba, Associação Médica do Paraná, 1953.
- \_\_\_\_\_. História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá (fundação). Separata de Revista Médica do Paraná, 12(4/6):155-62, jul./dez.1953.
- NEGRÃO, F.P. Memória da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba: 1842-1932. Curitiba, Graph.Paranaense, 1933.
- REVISTA MEDICA DE S.Paulo, São Paulo. v.14-15. 1911-1912.
- SAINT'HILAIRE, A. Viagem à comarca de Curitiba: 1820. São Paulo, Nacional, 1964. 189 p.
- \_\_\_\_\_. Voyage dans l'intérieur du Brésil: voyage dans les provinces de Saint Paul et de Sainte-Catherine. Paris, Bertrand, 1851. 2 v.
- SANTOS, A.V. Memória histórica, chronologica, topographica e descriptiva da cidade de Paranaguá e seu município: 1850. Curitiba, Museu Paranaense, 1951. 2 v.
- SANTOS FILHO, L. História geral da medicina brasileira. São Paulo, Hucitec, 1977. v.1.
- SÃO PAULO, F. Linguagem médica popular no Brasil. Rio de Janeiro, Barreto, 1936. 2 v.
- WACHOWICZ, R.C. Santa Candida pioneira da colonização linista. Curitiba, Fundação Cultural, 1975. 15 p.

WONS, I. Geografia do Paraná. 2.ed. Curitiba, Ensino  
Renovado, 1978. 146 p.

## 8. ANEXOS

Decreto nº 797 de 24 de outubro de 1884.

## CAPITULO V CEMITERIOS.

Art. 61. Só é permittido fazer enterramentos em cemiterios publicos ou particulares ou nos que forem estabelecidos por irmandades ou sociedades de caridade, nos logares designados pela camara; pena de 30\$ de multa.

Art. 62. Ficão sob a administração da camara e considerados municipaes, além do actual cemiterio municipal, os mais existentes e viorem a existir no municipio feitos por subscripções, quando não sejam dos mencionados no artigo antecedente ou não estejam sob a administração regular, do modo a poder ser convenientemente policiado.

Art. 63. O actual cemiterio publico, que é destinado para nellê serem sepultadas as pessoas que fallecerem no municipio, se denominará—S. Francisco de Paula.

Art. 64. Nenhum cadaver será dado a sepultura sem que tenham sido observadas as disposições prescriptas nestas posturas e no decreto n. 5.604 de 25 de Abril de 1874, art. 67 a 78.

Art. 65. Nenhum enterramento se poderá fazer, tanto nos cemiterios publicos, como nos particulares, sem observancia das regras aconselhadas pela hygiene, precedendo authorisação da autoridade competente, escripta no attestado do facultativo que tiver de certificar o obito ou da autoridade policial.

Art. 66. O facultativo e a autoridade policial são obrigados a declarar, nos attestados que passarem, o nome do fallecido, idade, naturalidade, residencia e causa da morte.

Art. 67. Se algum corpo for conduzido ao cemiterio para ser sepultado, sem o attestado de que tratão os artigos antecedentes e sem o — sepulto-se — do parochio, o zelador do cemiterio fará a detenção do conductor ou conductores e officiará incontinenti ou participará verbalmente a autoridade policial respectiva, para tomar conhecimento do facto.

Art. 68. Os cadaveres que se derem a sepultura em jazigos communs, isto é, sem carneiro ou catacumba, ficarão, ao menos, 7 palmos abaixo da superficie da terra; pena de 5\$ de multa.

Art. 69. Nenhum cadaver será conservado insepulto por mais de 36 horas e nem será sepultado antes de decorridas 24 horas, salvo mostrando putrefacção ou tendo a morte sido o resultado de molestia contagiosa ou epidemica; pena 15\$ de multa.



Art. 70. Os cadáveres serão conduzidos à sepultura decentemente vestidos ou amortalhados—dentro de qualquer envolvero; pena 5\$ de multa.

Art. 71. O cadáver de indivíduo, que tiver fallecido de molestia contagiosa, será conduzido com todas as cautellas para não corromper o ar ambiente.

Declarado o facto pelo médico no attestado que passar, a infracção será punida com a pena de 20\$ de multa.

A condução será feita em caixão hermeticamente fechado.

Art. 72. É prohibido sepultar-se em côvas ou catacumbas já por outros occupados antes de haver decorrido pelo menos quatro annos e nem se poderá abrir estas, salvo por ordem da autoridade competente quando houver suspeita. Neste caso não poderão ser ellas conservadas abertas por mais de 12 horas.

Art. 73. A camara municipal fiscalisará, como lhe cumpre, todos os cemiterios, quer publicos quer particulares, do municipio, fazendo observar o disposto nos artigos antecedentes e seguintes.

Art. 74. Se houver mais de um cemiterio publico, ha de ser livre ás pessoas, a quem pertencerem os funeraes a escolha daquelle que mais lhes convier.

Art. 75. Não se dará á sepultura cadáver de indivíduo que se presume morto por accidente ou ataque, sem que previamente se communique á autoridade competente, para se proceder o necessario exame; pena 20\$ de multa.

Art. 76. É livre á toda pessoa fundar um logar para sepultura de seus parentes, não podendo reclamar contra os arrazamentos do carneiro ou mausoleo aquelle que não houver pago o imposto.

Art. 77. Os logares para sepulturas dividir-se-hão em duas classes:

1°. Os que forem tomados para sepulturas em carneiros perpetuos;

2°. Os carneiros destinados á sepulturas em geral.

Art. 78. É permitido dar-se sepultura em um só logar á duas pessoas da familia, que falleceram no mesmo dia.

Art. 79. Os carneiros ou catacumbas, serão immediatamente, depois de recolhido o cadáver, tapados com tijolos ou pedras rebocados a cal ou a cimento; pena 10\$000 de multa.

Art. 80. As pessoas reconhecidamente pobres ficam isentas do imposto de sepulturas.

Art. 81. O zelador é obrigado a comparecer diariamente no cemiterio.

Art. 82. Deduzidas as despesas de vencimentos do zelador e dos coveiros, o resto da arrecadação será applicado na construcção de uma capella no recinto do cemiterio, melhoramento e augmento deste.

Art. 83. A camara ordenará o nivelamento e outros melhoramentos precisos, sem prejudicar os jazigos existentes ; e quando este serviço possa destruir sepulturas construidas de pedra e cal fará annunciar pela imprensa e com edital do zelador com designação do numero, afim do que os interessados removão convenientemente os restos mortaes ali existentes.

Se os interessados forem pessoas conhecidas serão tambem pessoalmente avisados.

Art. 84. Os enterramentos nas catacumbas ou carneiros já existentes, serão feitos mediante a taxa de 5\$ para as obras da capella.

Finda a construcção e decoração desta cessará a taxa.

Art. 85. O zelador dará recibo da importancia da taxa e fará recolher para os cofres da camara com a declaração de seu destino.

Art. 86. O zelador satisfará, sempre que for possível, o desejo do encarregado do enterro ou da pessoa da familia do fallecido, quando preferir sepultura junta a de um parente.

Art. 87. Todo aquelle, que infringir as disposições estabeuidas no presente capitulo, será punido com a pena de 10\$ de multa ; e o que não puder pagal-a se converterá a multa em tres dias de prisão.

Art. 88. O zelador do cemiterio é de livre nomeação e demissão da camara.

Art. 89. As multas determinadas nos artigos antecedentes fazem parte da renda municipal.

Art. 90. A camara municipal quando reconheça insufficiencia de espaço no actual cemiterio — S. Francisco de Paula — aumentará a sua área ou construirá outro, escolhendo local apropriado de accordo com o parecer de profissionaes, que serão ouvidos pela commissão de hygiene.

## EMPRESA FUNERARIA

Os empresarios abaixo assignados declarão ao publico desta capital que dão começo aos respectivos trabalhos, do dia 1.º de Outubro proximo em diante; podendo ser procurado á rua Direita desta cidade, casa n.35, contiguo ao quartel de policia.

Os preços estabelecidos são os que constam da tabella seguinte, approvada pelo exm. governo da provincia:

### Caixões para adultos.

*De 1.ª Classe*—Coberto de velludo preto, forrado de setim macão superior, guarnecido com 10 tiras de galão, ou renda de ouro fino, de 24 a 30 linhas de largura, com travesseiro de velludo ou setim, guarnecido de grega ou renda de ouro fino, com 6 argolas de metal lavrado e cadeado dourado 190\$000.

*De 2.ª Classe*—Coberto de setim macão, forrado de alpaca fina superior, guarnecido com 10 tiras de galão ou renda de ouro entre-fino de 24 a 30 linhas de largura, com travesseiro de setim, guarnecido com grega ou renda de ouro entre-fino, com 6 argolas e cadeado de metal dourado 90\$000.

*De 3.ª Classe*—Coberto de velludilho superior, forrado de alpaca, guarnecido com 10 tiras de galão glacé, ou renda dourada entre-fina de 22 a 26 linhas de largura, com travesseiro de velludilho guarnecido de renda ou grega dourada, 6 argolas e cadeado de metal dourado 75\$000.

*De 4.ª Classe*—Coberto de belbutina, forrado de metim, guarnecido com 9 tiras de galão palheta francez superior de 20 a 24 linhas de largura, com travesseiro de belbutina, guarnecido com renda dourada, 6 argolas e cadeado de latão 50\$000.

*De 5.ª Classe*—Coberto de alpaca superior, forrado de metim, guarnecido com 8 tiras de galão palheta de 18 a 22 linhas de largura, travesseiro de alpaca guarnecido com renda e 4 argolas pretas e cadeado de latão 35\$000.

*De 6.ª Classe*—Coberto de metim, forrado de morim, guarnecido com 6 tiras de galão palheta de 15 a 18 linhas de largura, travesseiro de metim guarnecido com espiguiha, 4 argolas pretas e cadeado de latão 20\$000.

Para as donzellas é pelo mesmo modo acima, com a differença de ser—roxo azul ou branco.

### Caixões para anjos

*De 1.ª Classe*—Coberto de setim macão superior ou velludilho, forrado do mesmo setim, com estrellas douradas ou prateadas, guarnecido com 10 tiras de galão, grega ou renda de ouro fino de 20 a 22 linhas de largura, travesseiro de setim, guarnecido de grega ou renda de ouro fino, 4 argolas com florões, garras ou pés e cadeado dourado 80\$000.

*De 2.ª Classe*—Coberto de setim macão ou velludilho, forrado de setim papel, guarnecido com 10 tiras de galão, grega ou renda entre-fina de 18 a 20 linhas de largura, travesseiro de setim, guarnecido de grega ou renda de ouro entre-fino, 4 argolas com florões, garras ou pés e cadeado dourado 70\$000.

*De 3.ª Classe*—Coberto de velludilho, forrado de alpaca superior, guarnecido com 10 tiras de galão ou grega de ouro francez, de 15 a 18 linhas de largura, travesseiro de velludilho, guarnecido de renda ou grega dourada, 4 argolas e cadeado dourado 55\$000.

*De 4.ª Classe*—Coberto de belbutina, forrado de alpaca, guarnecido

com 9 tiras de galão ou renda dourada de 12 a 16 linhas de largura, travesseiro de belbutina, guarnecido com renda dourada, 4 argolas e cadeado de metal 45\$000.

*De 5.ª Classe* — Coberto de setim papel ou de alpaca superior, forrado de metim, guarnecido com 8 tiras de galão ou renda dourada de 10 a 14 linhas de largura, travesseiro de alpaca, guarnecido de renda dourada, 3 argolas e cadeado de latão 30\$000.

*De 6.ª Classe* — Coberto de metim lavrado, forrado de morim, guarnecido com 7 tiras de galão ou espiguiha anglaice, travesseiro de metim guarnecido de espiguiha, 4 argolas e cadeado de latão 15\$000.

#### **Armação do salas mortuárias**

*De 1.ª classe* — Altar com espaldar de damasco de seda preta, frontal da mesma seda guarnecido de galão e franjas de ouro entre-fino, banquetta com Crucifixo, 6 castiças com velas, éça forrada de panno preto, guarnecida com galão e franjas de ouro entre-fino e 6 castiças com velas, sala forrada de baeta preta, panno de porta com emblema, guarnecido de galão de ouro entre-fino 50\$000.

*De 2.ª classe* — Altar com espaldar de belbutina preta superior, frontal da mesma belbutina guarnecido de galão e franjas de seda côr de ouro, banquetta com Crucifixo, e 4 castiças com velas, éça forrada de belbutina preta guarnecida com galão e franjas de seda côr de ouro, panno de porta guarnecido de galão 30\$000.

#### **Éça na igreja para depositar corpos.**

Forrada de panno preto, com sanefas de belbutina preta guarnecida de galão e franjas de ouro entre-fino, e 6 castiças com velas 10\$000.

#### **Éças para missas ou officios.**

Com cinco ordens, forrada com belbutina preta, e sanefas guarnecida de galão de ouro entre-fino e franjas, com 6 columnas e illumination correspondente as ordens 200\$000.

De tres ordens, forrada de belbutina, com sanefas guarnecido de galão e franjas de ouro entre-fino, com 4 columnas e illumination correspondente 100\$000.

De duas ordens, forrada de panno, com sanefas de belbutina guarnecida de galão e franjas douradas e illumination correspondente... 50\$000.

De uma ordem, forrada de panno com sanefas de belbutina, guarnecida de galão de seda e franjas côr de ouro, e illumination correspondente 25\$000.

#### **Carros de condução de adultos.**

*De 1.ª classe* — Carro pelo systema americano com molduras e maçanetas douradas, sanefas de velludo preto guarnecida de galão e franjas de ouro fino, puchado por 4 animaes, cocheiro vestido de preto e chapéo alto de pello 50\$000.

*De 2.ª classe* — Pelo mesmo systema com maçanetas pretas com filets dourados, sanefas de belbutina guarnecida com galão e franjas de seda côr de ouro, puchado por 4 animaes, cocheiro vestido de preto e chapéo alto de pello 30\$000.

Para as donzellas é do mesmo modo com a differença de ser roxo.

*De 3.ª classe* — Do mesmo modo com maçanetas pretas com filets dourados sem sanefas, puchado por 2 animaes, cocheiro vestido de preto 15\$000.

#### **Carros para anjos.**

*1.ª classe* — Carro com colxa de damasco de seda e cortinas, guar-

necida de galão e franjas de ouro fino, puchado por 4 animaes, cocheiro decentemente vestido 30\$.

2.ª classe.—Com colxa e cortinas de belbutina, guarnecida de galão e franjas douradas, puchado por 4 animaes, cocheiro decentemente vestido 20\$000.

3.ª classe.—Com colxa e cortina de damasco de lã, guarnecida de galão e franjas de lã, puchado por 2 animaes, cocheiro decentemente vestido 10\$000.

Carro para o parocho e sacristão 10\$000.

Carro fechado com caixão de madeira todo pintado de preto, para condução dos indigentes da santa casa de misericordia e cadêa (gratis).

Para os escravos ou livres não indigentes 5\$000.

Esta tabella só tem vigor para as conduções dentro do quadro urbano. Fóra, em qualquer ponto, mediante previo ajuste.

Curityba, 4 de setembro de 1885.

—*Francisco Borges Martins da Cunha.*

—*Gabriel Choriol.*

## INAUGURAÇÃO DO NOVO HOSPITAL DE CARIDADE DE CURITYBA

No dia 22 de Maio de 1880, perante S. S. M. I. I., sua illustre comitiva, autoridades, pessoas gradas e povo residentes dentro e fóra da Provincia, teve lugar a inauguração do Hospital de Caridade de Curityba, sendo lavrada a seguinte Acta:

### *"Inauguração do Novo Hospital de Misericórdia de Curityba"*

Acta da inauguração do Hospital de Misericórdia da Capital do Paraná, com a Augusta Presença de S. S. M. M. I. I., comitiva e mais dignidades e povo.

No anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e oitenta, quinquagessimo nono da Independencia e do Imperio, as doze horas do dia vinte e dois de Maio, nesta cidade de Curityba, capital da Provincia do Paraná, antiga cabeça da quinta Comarca de São Paulo, elevada a cathegoria de Provincia, pela Lei de 12 de Agosto de 1853, mil oitocentos e cincoenta e tres, e instalada pelo seu primeiro Presidente Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, achando-se reunidos no novo Hospital de Misericórdia, o respectivo Provedor Irmão Doutor Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, os irmãos funcionarios abaixo assignados, com os demais Irmãos, o Irmão Provedor declarou que, havendo Sua Magestade o Imperador se Dignado Honrar o acto com Sua Presença, e a de sua Magestade a Imperatriz, designava todos os irmãos presentes para em corporação receberem os Augustos Imperantes. A hora aprasada chegando Suas Magestades, acompanhadas de sua comitiva composta dos Exmos. Senhores Ministro da Agricultura, Visconde de Tamandaré, Barão de Maceió, Conselheiro José Caetano de Andrade Pinto, Doutores Presidente da Provincia Manoel Pinto de Sousa Dantas Filho, Manoel Alves de Araujo, Presidente da Assembléa Provincial e Deputado Geral por esta Provincia, Deputados Provinciaes, Antonio Ricardo Lustosa, Padre João Baptista Ferreira Bello, Dr. Francisco Theresio Porto, Joaquim Ventura de Almeida Torres, Tenente Coronel Benedicto Eneas de Paula, Dr. Presidente e mais vereadores da Camara Municipal, Reverendissimos Vigarios Geral e Forense e o da vara e mais sacerdotes desta Parochia, Drs. Chefe de Policia e Juiz de Direitô da comarca, Juiz de Paz, o Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Chefes e mais funcionarios das repartições publicas, autoridades militares, representantes do "Jornal do Commercio", "Cruzeiro" e "Gazeta de Noticias", da Côrte, os redactores do "Desenove de Dezembro", "Provincia do Paraná", e do "Paranaense", e muitas pessoas gradas, foram S. S. Magestades recebidas solennemente pela Irmandade, penetrando no recinto do edificio em cuja Capella ouviram missa, celebrada pelo Reverendissimo Vigario Geral Forense, auxiliado dos demais sacerdotes presentes.

Terminada a missa S. S. M. M. precedidos do mesmo acompanhamento, dirigiram-se para o grande salão no pavimento superior a direita do edificio, e ahi, depois de observadas as formalidades do estylo, e concedida venia de S. Magestade o Imperador, o Dr. Provedor leu um discurso analogo terminado o qual, deu por inaugurado o Hospital de Misericórdia da Capital do Paraná, franqueando-o aos desvalidos. Em fé do que eu Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes, Procurador da Irmandade da Misericórdia,

servindo de Escrivão, no impedimento do effectivo, lavrei esta acta que vai assignada por S. S. M. M. Imperiaes, sua comitiva, autoridades civis e militares, Irmandade e mais pessoas presentes.

(Assignados): — *D. Pedro 2.º, Thereza Christina Maria*, Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, M. Buarque de Macedo, Manoel P. de Sousa Dantas Filho, Visconde de Tamandaré, José Cactane de Andrade Pinto, Dr. Barão de Macció, Manoel Alves de Araujo, Luiz Barretto Correia de Menezes, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, J. Tinoco, representante do "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, A. Ermelino de Leão, José Lourenço de Vasconcellos Chaves, Joaquim Ventura de Almeida Torres, Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves, Bernardino de Freitas Saldanha, Vigario Machado Lima, Generoso Marques dos Santos, Antonio Joaquim de Oliveira Portes, Francisco J. P. Pinto Requião, Francisco Pereira Alves, Antonio Diogo Guimarães, Iphigenio V. de Jesus, Izaías Augusto Alves, João Alberto Munhoz, João Carvalho de Oliveira, Bento de Menezes, José Manoel Marques da Silva, Constante Coelho, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Candido R. Soares de Meirelles, Manoel de Sousa Dias Negrão, Francisco David Pernetta, A. E. Bandeira, Manoel Francisco Gomes, Francisco P. Ribeiro Vianna, Adolpho Franco, Francisco de Paula M. Brito, João Moreira do Couto, José Antonio Barbosa de Brito Jegé, L. A. de Sousa Coelho, Antonio Ferreira de Sampaio, Vicente Ferreira da Luz, João Silveira de Miranda, João dos Santos Bisciaia, Antonio Francisco Correia de Bittencourt, Antonio Ricardo de Sousa Dias Negrão, João Luz, João Francisco de Oliveira, José Ferreira da Luz, Manoel Francisco Correia Netto, José Cupertino da Silva Costa, Vigario Geral Forense Padre Julio Ribeiro de Campos, Carlos da M. Ribeiro, Mathias de Oliveira Mendes, Dr. Aurelio Macrisio Pires Caldas, Francisco Ansuatguy Pinheiro, E. Requião, Francisco Pereira da Rocha, Antonio Carlos Ribeiro d' Andrade, Thomaz Antonio de Camacho Vieira, Leunidio Theodoro Espaul, João Tobias Pinto Rebello, Joanna Maria d'Alcantara, Severiano R. Brasiliense Taborda Ribas, João Lourenço Taborda Ribas, Francisco Xavier Nunes Pinto, Pedro Antonio de Paiva, Manoel Euphrasio Assumpção, Luiz José da Cunha, José Fernandes Loureiro, Thesoureiro da Irmandade, José Innocencio de França, Miguel dos Santos Correia, A. R. de Campos, Mel. Elias de S. Athayde, Mel. Euphrasio Correia, João Baptista Ferreira Bello, Luiz Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque, Joaquim Ignacio Silveira da Motta Junior, Araldo Manoel Erichsen, Bento Munhoz da Rocha, David Antonio da S.ª Carneiro, Eugenio Ernesto Virmonde, Pedro Antonio da Rocha, Eulampio Rodrigues de Oliveira Vianna, Rodolpho Wolff, Mathias Lourenço de Sá Ribas, Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes, Procurador, Sezinando de Sá Ribas, Iria Narcisa Ferreira Murici, Josephina Murici Pires d'Albuquerque, Florencio do Amaral Luz, Florencia Luz de Azambuja, Rosa Lina Meira de Vasconcellos, Maria Lina Ferreira, Balbina Borges Carneiro, José Lourenço Meira de Vasconcellos, F. Camargo, Arminda Craveiro de Sá, Francisca Ozorio Craveiro, Augusta Froz da Motta, Manoel Correia de Freitas, José Correia de Freitas, Maria da Luz Osorio Torres, Te. José Venancio de Santiago, Olegario Borba Gomes, Joanna Borba Santos, Pedro Odemar de Oliveira, Marcelino P. Santos, Paulo Antonio da Rocha, André Pinto de Barros, Francisco Antonio Ribeiro, Custodio Cardoso Netto,

Luiza da Costa Netto, Alexandrina da Costa Netto, Gertrudes Leocadia da Costa Netto, Antonio Augusto Scheleder, Luiz Miguel Scheleder, Antonio Pospissil, João Augusto Stresser, Cesar de Assis Teixeira, Anna Maria da Fontoura Cabral, Sebastiana Maria Gomes, Francisco Antonio Scheleder, Presciliana Vieira da Costa, Julia de Lima Costa, Alfredo Vieira da Costa, Lannes Costa, Antonio José da Cunha Rodrigues, José de Sá Balão, José Alves de Brito, Salvador José dos Santos, João Fernandes, Benedicto de Almeida Torres Sobrinho, João Pinheiro de Almeida Junior, João Pedro Scheleder, José Theodoro Stresser, Olimpio de Abreu Sá Sotomaior, Francisco Barbosa de Andrade Brito, João Saturnino de Freitas Saldanha, José Joaquim Teixeira Ramos, Benedicto Pereira da Silva Carão, redactor do "O Paranaense", Alferes Aristides Francisco Garnier, Manoel Soares Gomes, Francisco Antonio da Costa, João José da Costa Silva, Carlos da Motta Bandeira e Silva, José Ferreira Pinheiro, redactor proprietario da "Provincia do Paraná" (jornal), Domingos José Fernandes Junior, Antonio Martins Franco, João Chrispim Caetano da Silva, Benedicto Gonçalves de Menezes, Eleuterio Moreira de Freitas, Joaquim P. Gonçalves de Menezes, João Moreira do Couto Junior, Hermogenes Goes Rebello e Zeferino José do Rosario.

NEGRÃO, F.P.D. Inauguração do novo Hospital de Caridade. In: \_\_\_\_\_. Memória da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Curitiba, Graph.Paranaense, 1933. p.20-3.



## Discurso do Provedor Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, na inauguração do novo hospital de caridade.

### SENHOR, SENHORA!

A augusta presença de VV. MM. nesta modesta festa de caridade enche de jubilo e de esperanças a irmandade, que immerecidamente represento, como de entusiasmo e alegria é para a população desta capital a Vossa auspiciosa visita.

Vós, Senhor, Monarcha illustrado, espirito observador, e recto, deixastes os commodos e alegrias do lar domestico, para virdes tomar parte na inauguração dos trabalhos da via ferrea desta provincia, e para, reconhecendo as necessidades desta parte do vasto territorio do Vosso Imperio, providenciardes com a costumada sollicitude de modo á serem ellas removidas.

E, pois, a Vossa vinda não podia deixar de ser acolhida entre os applausos e alvoroços de jubilo do povo, e a irmandade de misericórdia, da qual Sois pelo compromisso o seu protector, tem n'alma generosa e philantropica de VV. MM. o mais seguro penhor da protecção, que a VV. MM. ousa pedir em favor do estabelecimento, que abre hoje as suas portas aos pobres desvalidos.

O dia de hoje, Senhor, assignala um grandioso acontecimento nos fastos d'esta florescente e espediosa provincia.

A abundancia e magnificencias, que approve a natureza espalhar sobre a superficie deste uberrimo e abençoado torrao; os thesouros de inexgotavel riqueza, que irrompem e pullulam das camadas fecundas da terra; as preciosidades que palpitam nos seus refolhos e entranhas, a luxuriante e opulenta vegetação, a magestade dos rios e cascatas; um clima suave e ameno, que faz lembrar o bello clima de Nice na Italia; o ouro, a prata, as gemmas, e todos os productos mineraes accumulados neste immenso cofre, aqui enterrado pela mão da Providencia; a facilidade com que se encontram todos os productos europeus, que formam a base das artes e industrias; tantas riquezas reunidas atrahem a estas plagas os estrangeiros, que a ellas se aventuram em busca d'um futuro para si e suas familias.

Alguns encontram larga e generosa recompensa aos seus trabalhos e fadigas, tornando-se em pouco tempo senhores de grossas fazendas e crescidos capitães; outros mal ganham o sustento de cada dia; outros, finalmente, bastardos e engeitados da fortuna; expiam em uma vida inteira de soffrimentos o erro ou o desvario d'um momento; e, em vez dos sonhos de riqueza, em que se embalara a sua phantasia, em vez dos castos e suaves anhelos d'uma placida e feliz existencia ao lado da meiga e carinhosa esposa, rodeados das rubras

edres das rosas, que vicejam nos alegres e radiantes rostos dos innocentes filhinhos, só lhes depara a sorte a mais horriavel miseria, os andrajos, as lagrimas, a fome e as molestias, que lhes vao casualmente roubando a familia e traçoceiramente arrancando um á um os olhos, que o prendem á vida.

Nestas circumstancias, a fundação d'um hospital, onde o pobre enfermo recupere a saude e a vida, preparando-se notamente para as lutas do trabalho, e se proveja das forças necessarias para angariar o pão que salvará da fome e quiça da infamia e do crime uma familia honesta mas pobre, era uma necessidade e das mais palpitantes.

O que seria do pobre operario, que vive do seu salario, si não tivera onde retemperar as forças e rec-brar a sa de, quando o assaltasse a molestia?

O que seria do abandonado orphão que não tem um peito amigo, onde recoste a fronte abrasada pela febre?

O que seria, finalmente, da mulher, que out'ora afogada em ondas de sedas, velludos, e pedrarias, subjugando com um languido e ternu volver de seus olhos áquelles que extaticos e fascinados as viam passar em custosas e deslumbrantes carrangens, o que seria, repito, dessas Messalinas quando, desbotadas as rosas da face, apagado o brilho dos olhos, desengastadas e cahidas as perolas que esmaltavam uns labios de rubi, atropiada a esplendida musculatura, o que seria dellas, emfim, quando a terrivel fatalidade as prostrasse no leito da dor?

A humanidade, a caridade, Senhor e Senhora, impunham o dever de nao sermos surdos aos gemidos, ás lagrimas desses infelizes, a estorcerem-se nas angustias dos soffrimentos.

A irmandade de misericórdia desta capital, inspirando-se no santo e philantropico pensamento de amor ao proximo, procurou, a todo o custo, crear um estabelecimento, onde fossem acolhidos esses desgraçados, agitados pela miseria, cercand-os dos cuidados e commodidades, á que deve ter direito aquelle que, incanto ou extenuado de forças, chega a ser colhido entre as subtile e enganosas malhas da rede do infortunio.

A irmandade de misericórdia lutou e lutou muito: por vezes tropeçou no caminho com obstaculos insuperaveis e teve que estagnar; mas, retemperada a coragem nas lagrimas, foi novamente impellida pelo amor do proximo, galgou esses obstaculos, e, com os olhos em Deus e a fé no futuro, chegou ao termo da sua romagem, concluindo a sua missão? que digo? Não! Senhor!

Erga, ella sim'a fronte e caminhe por entre os gemidos das turbas e os sorrisos de Deus; descanse por um momento no marco milliaro os membros fatigados, sacuda o pó das sandalias, para recommençar novas jornadas, novas lutas e novos trabalhos, pois, parar ou recuar, quando no horizonte despontam os primeiros alvares do dia, conservar-se inactiva, quando tudo é vida e movimento, no romorejar das brisas por sobre a coma verdéjante dos nossos pinheiros, no despenhar da cascata, no doce murmurio dos rios, no rugir das tempestades, no bramido das feras, quando todas as creações se movem e agitam a um aceno de Deus, sóra ineptia ou requintado egoismo!

A irmandade, se tem esforcado por cumprir a sua missão, e sobraçada ao escudo da fé, obedecendo ao que lhe segredava a consciencia, desfraldou o lábaro da caridade, e partiu a enxugar as lagrimas da humanidade, levando-lhe o balsemo aos soffrimentos do corpo e a consolação e coragem ao lar domestico.

E quando mais tarde por entre as brumas do futuro, na penumbra da gloria, se lhe apresentar a figura de Deus, terá, é certo, o fato enlameado e rasgado nas sarças e espinhos do caminho, mas em compensação deporá aos seus pés a alma pura e brilhante dos justos, banhada nas doces e ineffáveis alegrias da gratidão, e aureolada com os esplendores das bençãos da humanidade desvalida.

Mas, Senhor, e Senhora, porque esta commoção que diviso em todos os semblantes? porque todos tecem lagrimas nos olhos em tão solemne momento?

Elles tem razão! e com elles pranteio a falta do venerando irmão provedor Dr. José Candido da Silva Murici. Dr. Murici! Este nome, Senhor, traduz uma vida inteira de abnegação, de esforços, de nobres commettimentos, de sacrificios, de dedicação á causa da humanidade!

A população inteira desta capital sabe que a esse distincto cidadão deve a provincia o hospital que hoje se inaugura: todos sabem as difficuldades que elle teve que vencer, assim como reconhecem que elle jamais esmorecera aos obstaculos que se lhe antolharam, e que prostrado no leito dos soffrimentos, e já á apagar-se-lhe a luz da vida, ainda o seu pensamento estava preso á esta grandiosa obra, para cuja realisação puzera em contribuição todas as suas forças, a saúde, a s a vida enfim.

Quem de todos os presentes não tem a palavra — Murici — gravada no intimo do coração?

Qual a familia á cujas alegrias e soffrimentos não esteja esse nome intimamente ligado?

Qual a morada luxuosa ou miseravel mansarda, sobre a qual não tivesse adorado esse anjo de esperança e caridade, restituindo á vida, ora o filho querido, ora o idolatrado esposo, ora o terno e estremecido irmão?

Mas não perturbemos a paz, que na mansão dos justos, entre os eleitos de Deus, deve gozar aquelle que por suas virtudes, rara abnegação e dedicação á humanidade, tão querido e venerado foi na terra, onde tantos beneficios espalhára; daquello que, nesta hora solemne de lá nos dirige uma palavra de animação e coragem, e sorri-nos, contemplando a realisação de sua obra.

E VV. MM. permittirão que ao concluir, agradeça em nome da irmandade de misericordia, a subida honra que lhe conferistes, dignando-vos de abrilhantar com a Vossa Augusta Presença esta modesta e humilde festa, e que, confiado na Vossa Magnanimidade me anime a pedir a protecção de VV. MM. II. para este estabelecimento de dores e soffrimentos, pedindo-vos ao mesmo tempo venia para, em nome da irmandade, consignar um voto de gratidão ao Exm. Sr. presidente da provincia, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, e benemerito Barão de Guarapuava que tão poderosa e efficaçamente concorreram para a conclusão deste hospital, e hem assim ás assembléas provinciaes que generosa e philanthropicamente se empenharam nesta obra de caridade e beneficencia.

Curityba, 22 de Maio de 1880.

## Ata da visita de Suas Altezas Imperiais ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Em 3 de Dezembro de 1884, recebeu o Hospital a visita de S. S. A. A. I. I. os Srs. Conde e Condessa d'Eu, do que se lavrou a seguinte Acta: "Acta da visita de Suas Altezas Imperiaes ao Hospital da Misericórdia desta Capital: — "Aos tres dias do mez de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e quatro, sexagesimo terceiro da Independencia e do Imperio, as duas horas da tarde do referido dia, nesta cidade de Curityba, Capital da Provincia do Paraná, achando-se reunida a Meza da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia desta Capital, o irmão Provedor declarou que havendo Suas Altezas Imperiaes o Senhor Conde d'Eu e sua Augusta Esposa se dignado honrar com sua auspiciosa visita o nosso estabelecimento de caridade, designava os irmãos de Meza presentes, para em corporação, receberem os Augustos visitantes.

A hora aprazada chegando Suas Altezas Imperiaes acompanhadas de seu sequito, são pela Meza recebidas com as formalidades do estylo. Suas Altezas dirigem-se á Capela, e depois de fazerem oração, percorrem o edificio, retirando-se com as mesmas formalidades com que foram recebidas. E eu Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes, Secretario da Irmandade da Misericórdia lavrei esta Acta que vai assignada por Suas Altezas Imperiaes, pela Meza e mais pessoas presentes.

(Assignados) *Isabel, Condessa d'Eu* — Princeza Imperial. *Gastão de Orleans* — *Conde d'Eu*. Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, Baroneza de Suruhy, C. José de Miranda da S<sup>a</sup>. Reis, José Fernandes Loureiro, Joaquim José Belarmino Bittencourt, Antonio Francisco Correa de Bittencourt, Adolpho R. de Oliveira Franco, José Correia de Bittencourt, José Manoel Marques da Siva, L. A. de Souza Coelho.

NEGRÃO, F.P.D. Ata da visita de suas Altezas Imperiais ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Curityba. In: \_\_\_\_\_. Memória da Santa Casa de Misericórdia de Curityba. Curitiba, Graph.Paranaense, 1933. p.23-4.

**Verdadeira vaccina**

Do terceiro ao quarto dia da inserção.—Período de inercia.

**Falsa vaccina**

No mesmo dia da inserção; no segundo ou terceiro ao mais tardar.—Período de inercia.

**Desenvolvimentos**

Pequena rugosidade em forma de nó.—Pequeno botão circundado de fraco rubor. — Período de inflamação.

Nenhuma rugosidade.—Botão elevando-se rapidamente.

**Caracteres da pustula**

Ao sexto dia, degeneração do botão em pequena vesícula achatada com depressão no centro, e circundada de vermelhidão mais considerável.

Vesícula pontuda, affectando uma figura irregular não circundada de vermelhidão.

**Outros caracteres**

Ao sétimo dia, augmento da vesícula e do rubor, prolongando-se gradualmente até o decimo dia, durante os quaes a vesícula se embranquece, e constitue o botão vaccinal. Febre e dôr, cuja duração é ordinariamente de 24 horas.

Desenvolvimento mais prompto, vermelhidão menos forte, symptomas menos intensos.—Principia a dessecção no quinto ou sexto dia.

**Natureza da materia purulenta**

Materia clara e limpida dimanando da vesícula pela incisão, com difficuldade e pouco á pouco.

Pustula amarella, sem resistencia no acto da incisão, dando immediatamente sahida ao humer de natureza purulenta.

**Caracteres da crústa**

Diminuição gradual da verme-

Cubida da crústa ao decimo

lhidão do decimo ao decimo quinto dia. Crísta delgada sobre a vesícula, condensando-se e enegrecendo do centro para a circumferencia, até o vigesimo ou vigesimo quarto dia, em que calhe, deixando em seu lugar um signal como de bexiga.

dia, sem deixar o signal ordinario de bexiga.

### Observações

No tempo frio, a erupção é algumas vezes retardada até o decimo dia e mais. E para que se não inutilisem os effeitos da vaccina, não se deve dar ás creanças vaccinadas banhos de agua mui quente, nem expol-as á acção do vapor.

O emprego da vaccina no estado purulento, sua muito fluidez sobre a lamina, o uso de instrumentos mal aguçados ou enferrujados, podem contribuir ao desenvolvimento da vaccina falsa; emfim uma picada mui profunda que, fazendo correr o sangue repelliria a vaccina.

Transcrevemos ainda um outro quadro differencial, publicado pela Commissão medica-cirurgica de Milão em 1810, por nos parecer conciso e digno de ser imitado, quanto diz respeito ao methodo :

#### Vaccina constitucional ou verdadeira

##### 1.

A vaccina verdadeira só dá signaes da sua existencia do terceiro ao quarto dia depois da inoculação.

#### Vaccina local ou falsa

##### 1.

A vaccina falsa dá signaes prematuros de infecção; isto é, manifesta-se por uma vermelhidão mais ou menos extensa no segundo dia, e algumas vezes poucas horas depois da inoculação.

2.

A vesícula ou bexiga é precedida, pouco mais ou menos dois dias antes da sua apparição, por um tumorzinho em fórma de pequeno nó.

3.

A vesícula que succede á este pequeno nó, é achatada, e logo que apparece, mostra uma depressão ou cova no centro.

4.

E' dura ao tacto, e pode ser comprimida até certo ponto sem risco de arrebentar.

5.

Observada attentamente a verdadeira vesícula vaccínica, e apalpada com os dedos de uma e outra parte, como se pretendesse movê-la; percebe-se que ella não é solta, e que antes se ramifica profundamente na substancia do tecido cellular e á certa distancia em torno della.

6.

Se se picar a vesícula entre o septimo e nono dia, o liquido contido sahe lentamente de cada picada em pequena gotta crystallina; e colhida esta, vem outra, passados alguns segundos.

2.

Nesta o nó precursor de ordinario não apparece.

3.

A vesícula pelo contrario se eleva no centro desde a sua origem e muitas vezes tem a eminencia amarelada e crústosa.

4.

A sua contextura é mais franzina e não supporta sem damno a mais ligeira compressão.

5.

A força animal, que fórma esta, não passa além de algumas linhas: e é absolutamente solta, e sem dependencia do tecido cellular subjacente. Se algumas vezes é acompanhada de um circulo, ou disco, em nada se parece com o circulo, ou areola vaccínica; mais depressa se pode reputar uma irritação, ou vermelhidão erysi-pelatosá.

6.

Se nesta se fizer a mais leve picada, esvasia-se toda a bexiga; e o que sahe é puriforme.

7.

Querendo se cortar a verdadeira vesícula, sente-se claramente que o instrumento encontra certa resistência dependente da sua própria estrutura.

8.

Parece por esta razão que a sua composição é complicada, o que provém de ser subdividida de células membranosas, que contêm o fluido vaccínico, bem como se acha o mel nos favos.

9.

A matéria que ministra a verdadeira vesícula, nem é purulenta, nem puriforme: não tem cheiro, nem cor: é transparente, e facilmente sécca. Colhida em fios ganha a apparencia e friabilidade do verniz. Se se lançarem algumas gottas sobre um corpo duro, endurece como gomme, conservando sempre mais ou menos transparencia.

10.

A verdadeira vesícula corre lenta, e regularmente as suas phases, de apparição, crescimento, madureza, diminuição, e dessecção: e são precisos ao menos dez ou doze dias para se formar crústa perfeita.

11.

Não ha verdadeira vaccina sem vesícula, que corre os seus differentes

7.

Nesta é tudo pelo contrario.

8.

Pelo que se observa, parece que unicamente a epiderma concorre para a formação da falsa vesícula, que se pode considerar, como um pequeno abcesso inorganico, estabelecido entre a epiderma e a pelle.

9.

A matéria da falsa vesícula ou é verdadeiro pus, ou tem um aspecto esbranquiçado, e puriforme: por conseguinte é opaca, um dos caracteres mais distinctivos de uma e outra.

10.

A marcha desta é desigual, variada, e irregular. Arrebenta, ou se destroa no terceiro, ou quinto dia depois de se manifestar.

11.

Esta nunca fórma vesícula regular e caracteristica, isto é,

períodos, como se descreverão no artigo oitavo.

## 12.

As crústas que vêm regularmente em consequencia da verdadeira vesícula, são duras ao tacto, luzidias como se fossem polidas, e conservão quasi sempre a depressão central.

## 13.

O aspecto da vesícula da verdadeira vaccina tanto na crústa central como nas suas margens turgidas, e proeminentes, faz-se distinguir de outro qualquer furunculo, ou bexiga que se fórme sobre o corpo humano: e por isso devemos considerá-la como original, *sui generis*.

Assim se apresenta esta molestia que tem sido considerada como uma vaccina modificada, e que foi denominada *vaccinoide* pelo Sr. Piorry, vantajosamente conhecido no mundo scientifico.

com depressão no centro e circumferencia turgida. A sua figura é variadamente angular. Parece um furunculo sanioso, que algumas vezes torna-se em ulcera impertinente: outras vezes porém é cousa de tão pouca monta, que ao quinto ou sexto dia desaparece tudo, ficando o lugar da inoculação, como d'antes era.

## 12.

As crústas da falsa não se elevão acima do nível da pelle. São brandas, asperas, designaes, e as mais das vezes humedecidas com materia sorosa.

## 13.

Tudo é pelo contrario na falsa vaccina; porque sempre irregularmente principia e acaba, não mostrando cousa alguma, que lhe possa servir de caracteristica contra a sua irregularidade.



O presidente da provincia, em cumprimento do art. 23 do decreto n. 828 de 29 de Setembro de 1851, e de conformidade com o parecer do commissario vaccinador, manda que se observe o seguinte

## REGULAMENTO.

Art. 1.º Os vaccinadores municipaes e parochiaes, logo que receberem os seus titulos de nomeação, expedidos na forma do art. 22 do decreto n. 828 de 29 de Setembro de 1851, deverão observar o seguinte:

§ 1.º Annunciar, por editaes affixados nos logares mais publicos do municipio, parochia ou povoação (quando não haja imprensa), que se acham nomeados para o respectivo cargo, e que na 1.ª dominga começarão a funcionar no serviço da vaccinação, continuando successivamente nas outras.

§ 2.º Declarar nos mesmos editaes que, sendo obrigadas as pessoas residentes no imperio a vaccinar-se, qualquer que seja a sua idade, sexo, estado e condição, conforme o art. 29 do decreto n. 464 de 17 de Agosto de 1846, deverão comparecer na casa da vaccina para esse fim, á excepção somente das que mostrarem ter tido vaccina regular ou bexigas.

§ 3.º Declarar tambem que os omissos incorrerão nas penas das posturas do municipio, transcrevendo-as nos editaes, para que todos tenham o devido conhecimento de suas disposições.

§ 4.º Declarar mais que pelos menores, escravos e semelhantes, são responsaveis os respectivos representantes, chefes de familia, ou de estabelecimentos, como sejam: — os paes, senhores, administradores, tutores e curadores.

§ 5.º Declarar igualmente que é aos domingos, ás 11 horas ou depois da missa conventual, se esta tiver lugar a essa hora, que deverão comparecer; e que, oito dias depois, deverão voltar, para a extracção do fluido vaccinico, quer a fim de ser applicado (o de pessoas sãs e robustas) em outras pessoas, ou de braço á braço, quer a fim de ser guardado em laminas ou tubos de vidro, para isso adequados.

§ 6.º Declarar finalmente que as pessoas em quem a vaccina não tiver aproveitado deverão voltar á nova tentativa, tres mezes depois; e quando ainda então não aproveite, deverão voltar á nova tentativa, tres mezes depois; e quando ainda então não aproveite, deverão voltar tres annos depois, excepto si apparecer alguma epidemia de bexigas, pois neste caso, si tiverem passado seis mezes depois da ultima tentativa, serão obrigados a apresentar-se promptamente, para serem de novo vaccinadas.

Art. 2.º Incumbe mais nos ditos vaccinadores :

§ 1.º Ter livros ou cadernos, regularmente escripturados, em que façam assentamento do nome, filiação, idade, estado e condição do vaccinado, tomando para isso notas no acto da vaccinação, deixando margem para observações, como, sobre os em que a vaccina não tiver aproveitado, os que não tiverem voltado para a extracção do fluido, ou para a nova tentativa de vaccinação, que se fará por tres vezes, os que tiverem voltado nos prazos marcados no art. 1.º § 6.º e as circumstancias respectivas conforme as disposições do dito § e artigo, os que tiverem sido havidos por incursos nas penas das posturas contra os omissos, e finalmente as providencias tomadas para a imposição dessas penas, e em que data.

§ 2.º Participar á respectiva camara municipal quaes os omissos, e incursos nas penas das posturas, afim de fazer ella effectiva a imposição das mesmas penas e a cobrança das respectivas multas.

§ 3.º Fazer igual communicação á autoridade policial do districto, directamente ou por intermedio do inspector de quartelão; si assim for mais conveniente á profficuidade da providencia, afim de que a referida autoridade proceda como lhe cumpre, nos termos dos arts. 205 e seguintes do Cod. do Proc. Crim.

§ 4.º Remetter, de tres em tres mezes, ao vaccinador um mappa dos vaccinados, extrahido dos seus assentamentos com todas as declarações do § 1.º deste artigo (modelo annexo).

§ 5.º Dar certificados ás pessoas em quem tiver aproveitado a vaccina, pelos quaes possam mostrar que já a tiveram regular, ou que a não tiveram tres mezes depois de vaccinados, para que a seu respeito se observe a disposição do § 6.º do art. 1.º

§ 6.º Ter o maior cuidado na conservação do fluido vaccinico; para que jámais falte no municipio, parochia, ou povoação, requisitando-o, com a precisa anticipação, do commissario provincial, sempre que seja preciso.

§ 7.º Informar ao commissario provincial immediatamente que appareça em qualquer parte a epidemia da bexiga, indicando quaesquer providencias que parecerem acertadas para ualhar o contagio.

Igual informação darão sobre qualquer outra epidemia que apparecer, descrevendo-a pelos symptomas que se manifestarem, quando não saibam classificar-a pela denominação scientifica ou vulgar.

§ 8.º Executar todas as ordens e instrucções que lhes forem transmitidas pelo commissario provincial, para o regular andamento do serviço a seu cargo.

§ 9.º Ter a mais escrupulosa vigilancia em tudo quanto possa

interessar a tão importante serviço, procurando esclarecer ao governo, por intermedio do vaccinador provincial, sobre todas as medidas que possam concorrer para generalisar e tornar efficaz a toda a população o beneficio da vaccina, tendo para isso sempre presentes as disposições deste regulamento e as dos arts. 6.º, 7.º, 21, § 7.º, 26 a 28, 32, 33 e 35 a 41 do citado decreto de 1846.

Art. 3.º Os ditos vaccinadores exercerão as suas funções dentro dos limites dos districtos de suas parochias, visto que em cada uma destas ha um vaccinador especial.

A casa para a vaccina será a da habitação dos vaccinadores, quando a camara municipal respectiva não preste a de suas sessões por motivos attendíveis, ou não destine para isso outra.

Art. 4.º Em quanto não forem fixados os limites das novas povoações para esse serviço, considerar-se-hão obrigadas a comparecer perante o respectivo vaccinador as pessoas que residirem mais proximas a essa estação vaccinica do que a qualquer outra.

Art. 5.º Os vaccinadores procurarão fazer e conservar uma relação nominal das pessoas residentes nas circunscriptões territoriaes sujeitas á sua acção administrativa á bem do serviço vaccinico que lhes é incumbido.

Para isso requisitarão das autoridades policiaes, e dos parochos, as informações e esclarecimentos que lhes poderem prestar dos dados estatisticos que tiverem sobre a população.

Art. 6.º Os funcionarios a quem por este regulamento se impõe obrigações ficarão sujeitos, pelas omissões, ás penas do Código Criminal, conforme os artigos deste em que forem julgados incurso pelo juiz competente, e na forma das leis geraes.

Palacio do governo do Paraná, 10 de Fevereiro de 1863.

ANTONIO BARBOSA GOMES NOGUEIRA.